3.420 alunos já estudam em escolas militares >4

A Tribuna vai sortear mais 5 smartphones para leitores >8

Despedida em grande estilo >24

a TRIBUNA

R$ 4,00

Assinatura Aponte o seu leitor de QR code ou ligue 3323-6333

VITÓRIA-ES | SEXTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2022 | ANO LXXXIII | Nº 27.766 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 64 PÁGINAS

# Hackers criam 10 mil contas falsas com dados de moradores do Estado

Informações pessoais e emails vazados no ano passado são utilizados por vigaristas para a criação de contas falsas. Fraudes são realizadas em plataformas digitais, como lojas e serviços de vídeos, filmes e músicas. >13

## Festa da Penha vai ter missas e romarias presenciais

>6

**A IDA À FESTA** da Penha é tradição para o casal Fátima e Tadeu Alves, que escolheu morar em um apartamento com vista para o Convento, na Praia da Costa

**NUTRIDICAS**

O Dia do Cacau é comemorado amanhã. Mas, afinal, podemos comer chocolate todo dia? >6

## Justiça confirma reajuste dos planos de saúde por faixa de idade

Para o STJ, aumento é válido, desde que haja previsão no contrato e valor não seja abusivo. >2 e 3

**ANGÉLICA** lutou para salvar a mãe

## "Angélica é uma heroína", diz irmão da jovem morta pelo padrasto >11

**Roubo de bicicletas e patinetes em condomínios dão prejuízos de até R$ 30 mil** >9

# Reportagem Especial

REDE PRIVADA

# Justiça confirma reajuste de planos de saúde por idade

**Ministros do STJ entenderam que o aumento é válido, desde que haja previsão no contrato e valor não seja abusivo**

**Eliane Proscholdt**
**Francine Spinassé**

Uma decisão da Justiça confirmou nesta semana que os planos de saúde coletivos, aqueles empresariais ou de associações, podem ter reajustes de valores por faixa de idade.

O julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisava sete recursos que discutiam o reajuste. Alguns contestam índices de aumento das mensalidades, que chegam a 131%. No Estado, 1.057.827 pessoas têm planos coletivos.

Na prática, os ministros entenderam que o reajuste por faixa etária é válido, desde que observados três critérios: que haja previsão no contrato; que siga normas de órgãos reguladores, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e não seja feito com cálculo aleatório ou aplicação de percentuais "desarrazoados" (não razoável).

Para especialistas, no entanto, como o julgamento não fixou um percentual de aumento ou critérios objetivos para estabelecer o que seria um percentual razoável ou máximo de reajuste, a judicialização deve continuar.

O STJ já havia reconhecido a possibilidade de reajuste por faixa etária para os planos individuais e familiares. Foi considerado que o mesmo entendimento deve ser aplicado aos planos coletivos.

Na prática, a decisão não tem nenhum impacto automático para os usuários de planos coletivos, segundo a advogada e coordenadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Ana Carolina Navarrete.

Ela enfatizou que as operadoras já reajustam tanto anualmente, quanto por faixas etárias os planos coletivos, mas havia questionamentos.

"Principalmente na última faixa etária de reajuste, aos 59 anos, muitas vezes o impacto era muito grande desse reajuste e os consumidores buscavam o judiciário questionando. As queixas de reajustes são as mais frequentes também que chegam ao Idec".

Ela explicou, portanto, que o impacto será na maior transparência e critério para as decisões quando os casos são judicializados.

"No entanto, o STJ perdeu a chance de definir uma outra parte importante que estava em debate, que seria de quem é a responsabilidade ou o ônus de provar que o reajuste é abusivo ou não. Entendemos que o STJ teria ajudado muito se sedimentasse entendimento claro sobre o ônus da prova ser das operadoras e não do consumidor", avalia Navarrete.

DECISÃO IMPORTANTE

## "É fundamental ter transparência"

Na casa do empresário Fernando Otávio Campos, de 53 anos, quatro pessoas têm plano coletivo. Para ele, a decisão do Superior Tribunal de Justiça é importante e traz um certo alívio, sobretudo dos aumentos abusivos após a faixa dos 59 anos de idade nos planos de saúde.

"Às vezes, você está contribuindo há anos com o plano de saúde, muitas vezes sem utilizá-lo e, quando você passa para uma idade que mais precisa, aumentam absurdamente, tornando o pagamento inviável".

Para ele, é preciso maior transparência nos planos coletivos. "É fundamental ter transparência sobre seus gastos, sua semestralidade, os percentuais de reajustes".

## ENTENDA

### Planos coletivos

**SÃO AQUELES** empresariais ou contratados por associações, entidades de classe ou sindicatos. Geralmente são mais baratos.

OS NÚMEROS

**1.194.973** de pessoas têm planos de saúde no Estado

**1.057.827** são coletivos

DIVULGAÇÃO

"A decisão do STJ centralizou e deu clareza aos critérios para que o reajuste por idade seja válido"

Ana Carolina Navarrete, advogada e coord. do Programa de Saúde do Idec

### Reajustes

> OS BENEFICIÁRIOS desses planos podem ter dois tipos de reajustes:

**ANUAIS**

> NOS PLANOS coletivos, os reajustes são definidos conforme negociação entre as partes, já que na teoria, por ter muitos usuários, a entidade contratante teria poder de barganha. Já nos planos individuais, o percentual máximo é definido pela ANS.

**POR FAIXA DE IDADE**

> DESDE A VIGÊNCIA do Estatuto do Idoso, em 2004, não é mais permitida a aplicação de reajuste por faixa etária após 59 anos para planos contratados a partir da data.

> OS REAJUSTES PODEM ser feitos por 10 faixas etárias, definidas por resolução da ANS. O valor da mensalidade na 10ª faixa etária (59 anos ou mais) pode ser, no máximo, seis vezes superior ao da 1ª faixa.

> A VARIAÇÃO acumulada entre a 7ª e a 10ª faixa não pode ser superior à variação acumulada entre a 1ª e a 7ª.

> NOS PLANOS CONTRATADOS antes de 1999, valem as faixas etárias definidas nos contratos.

> PARA CONTRATOS assinados entre 02/01/1999 e 01/01/2004, valem as sete faixas etárias definidas pela Resolução do Conselho de Saúde Suplementar (Consu) de 1998.

### Questionamentos

> APESAR DAS REGRAS da ANS tentarem impedir reajustes muito altos, ainda assim em alguns casos pacientes acabavam sentindo impactos grandes em planos de saúde coletivos, em especial na última faixa etária, aos 59 anos. Muitos recorrem à Justiça para questionar o aumento por faixa etária.

### Decisão

> O SUPERIOR TRIBUNAL de Justiça (STJ) definiu que a aplicação de reajuste de planos de saúde coletivos por faixa etária é válida.

> NA PRÁTICA, a decisão não tem um impacto automático para os beneficiários de planos, já que os reajustes já são aplicados.

> NO ENTANTO, especialistas apontam que a medida traz maior clareza e transparência, pois estabelece três condições para que o reajuste seja aplicado. Esses critérios passarão a nortear as decisões nos casos que chegam à Justiça.

**CONDIÇÕES PARA O REAJUSTE POR IDADE:**

> QUE O REAJUSTE esteja previsto nos contratos;

> QUE SIGAM NORMAS de órgãos governamentais, como as da ANS, que estabelece as faixas etárias e a última delas (aos 59 anos);

> QUE NÃO SEJA FEITO com cálculo aleatório ou aplicação de percentuais "desarrazoados" (sem que seja razoável). Não ficou definido, no entanto, o que seria esse parâmetro, sendo necessário que o juiz analise cada caso ainda.

**O QUE FALTOU DEFINIR**

> UM OUTRO PONTO, que estava em debate e poderia ter sido definido, seria de quem é a responsabilidade ou o ônus de provar que o reajuste é abusivo: consumidor ou da própria empresa.

"É uma decisão importante que garante previsibilidade e segurança tanto para a operadora quanto para o consumidor"

Kelly Andrade, advogada

Reportagem Especial

# Decisão garante segurança jurídica, dizem operadoras

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), entidade que reúne 15 operadoras de planos de saúde responsáveis por 40% dos beneficiários do País, avalia como acertada a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de reconhecer a validade de cláusula de reajuste por mudança de faixa etária em contrato coletivo.

Para a FenaSaúde, a decisão garante a segurança jurídica e a sustentabilidade do setor.

"A tese garante a segurança jurídica e o rigor técnico-atuarial necessários para a sustentabilidade do setor, em benefício de todos os usuários de planos de saúde", informou, por meio de nota.

Os critérios de reajuste por faixa etária, segundo a Federação, existem desde a regulamentação dos planos de saúde no País, sendo o reajuste em 10 faixas etárias normatizado há quase 20 anos.

"Essa organização preserva as características do mutualismo, ancorados em um pacto geracional. Nesse modelo, os mais jovens pagam um pouco mais do que seria indicado para cobrir os custos de sua faixa etária a fim de subsidiar os custos das faixas etárias mais altas. Tal conceito atuarial, amplamente sedimentado no mercado segurador, evita o desequilíbrio das carteiras, garantindo o atendimento a todos os usuários".

### EQUILÍBRIO

Já o superintendente executivo da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge), Marcos Novais, enfatiza que o reajuste por faixa etária é fator relevante para a manutenção do equilíbrio econômico do contrato de plano de saúde.

"Foi uma decisão importante e que garante previsibilidade e segurança para a operadora e para o consumidor", Marcos Novais.

DIVULGAÇÃO

SEDE da Associação Brasileira dos Planos de Saúde: equilíbrio econômico

# ANS avalia rever regras para planos individuais

Sobre planos de saúde individuais, com a proximidade da divulgação do novo cálculo do limite de reajuste nos preços pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o assunto volta à mesa das operadoras.

É que a rediscussão da metodologia de reajuste dos planos individuais está na pauta da ANS.

Atualmente, o percentual máximo é definido anualmente pela agência reguladora, com base na inflação e nas despesas médicas das operadoras. O setor, por sua vez, não gosta do modelo atual, que no ano passado chegou a determinar até uma redução nos preços.

As operadoras defendem que os reajustes das carteiras individuais e familiares passem a ser regulados pelo próprio mercado, a exemplo do que acontece hoje nos coletivos, que têm a correção definida na relação comercial entre o contratante e a operadora.

Para a ANS, é importante incentivar a concorrência no setor e estimular a venda de planos individuais e familiares, com o objetivo de ampliar as opções de coberturas disponíveis no mercado.

Teoricamente, o aumento da oferta estimularia uma redução natural nos preços.

De acordo com a agência reguladora, o assunto está sendo discutido, mas ainda não há decisões e, em caso de possíveis mudanças, elas não vão interferir no percentual que deve ser divulgado em breve, para o período entre maio de 2022 e abril de 2023.

No ano passado, pela primeira vez na história, as operadoras tiveram de aplicar um reajuste negativo nos planos de saúde individuais e familiares. O índice foi de -8,19%, reflexo da redução dos procedimentos e despesas do sistema em 2020.

Qualquer mudança deve sofrer reações das entidades de defesa do consumidor.

Fernando Capez, diretor do Procon-SP, afirma que as empresas do setor precisam elevar a transparência na divulgação das informações de custos para os consumidores antes de se falar em liberar reajustes.

"Vamos bater nessa tecla. Ou por lei federal ou por ordem judicial. As empresas de seguro de saúde, em primeiro lugar, precisam publicar a relação de suas despesas do ano. Muitas empresas de seguros estão comprando hospitais. Vão estabelecer um monopólio que vai permitir distorções".

"Muitos idosos estão buscando atendimento em clínicas populares"

Janio Araújo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados no Estado

JANIO ARAÚJO contou que muitos aposentados cancelaram os planos de saúde por causa da crise na pandemia

REDE PRIVADA

# Clínicas populares são alternativas para consultas

Enfrentando dificuldades financeiras, especialmente devido à pandemia de covid-19, tem sido crescente a quantidade de pessoas que estão abrindo mão de pagar planos de saúde.

Sem querer aguardar a fila do Sistema Único de Saúde (SUS), muitos estão optando por atendimento em clínicas populares, com valores mais em conta.

Essa realidade tem sido frequente na rotina de idosos, segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos no Estado, Janio Araújo.

"Por causa da pandemia, muitos filhos e netos retornaram para a casa dos pais e avós, aumentando a despesa dos aposentados. Para acolher a família e conseguir sobreviver, eles optaram por sacrificar os planos de saúde".

Nas clínicas populares, os usuários podem se consultar e, em algumas, até realizar exames.

Na Clínica Bem-Estar, em Vitória, são oferecidas consultas para as seguintes especialidades: alergia, cardiologia, clínico geral, endocrinologia, ginecologia, homeopatia, neurologia, nutricionista, psicologia e reumatologia.

Já na unidade de Vila Velha, é possível consultar em especialidades como alergia, angiologia, cardiologia, cirurgia geral, clínico geral, dermatologia, endocrinologia, ginecologia, neurologia, nutricionista, ortopedia, pediatria, proctologia, psicologia, psiquiatria e reumatologia.

O coordenador da Clínica Bem-Estar, Augusto José da Silva Neto, contou que a procura tem aumentado. "Em média, são 300 atendimentos semanais nas unidades".

A sócia-proprietária da Clínica do Amigo, em Laranjeiras e Jacaraípe, na Serra, diz que pessoas de todas as idades buscam os serviços, em especial os idosos.

"Temos mais de 30 especialidades. Para alguns profissionais, é difícil conseguir consultas, até mesmo em planos de saúde, como neuropediatra e reumatologista".

Ela explicou que, além disso, são realizados exames, entre os quais ultrassonografia, eletrocardiograma e ecocardiograma, exame preventivo, endoscopia e outros.

"Realizamos, em média, 400 atendimentos por dia na unidade de Laranjeiras, e cerca de 200 atendimentos em Jacaraípe".

Na Clínica Popular Alecrim, em Vila Velha, há especialidades, como clínica geral, ginecologista, cardiologista, urologista e outros.

SAIBA MAIS

## Atendimento e exames a preços menores

### Clínicas populares

- SÃO CLÍNICAS MÉDICAS que têm valores de consultas e exames mais acessíveis.
- A CLÍNICA MÉDICA de atendimento ambulatorial deverá ter seu corpo clínico composto por médicos com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) onde for prestar os serviços.
- NOS ÚLTIMOS ANOS, têm ganhado maior espaço, principalmente como alternativa para quem não pode arcar com os custos de um plano de saúde, mas deseja ter uma assistência mais rápida do que teria no SUS.
- NA GRANDE VITÓRIA, várias clínicas foram abertas nos últimos anos, além de franquias da área médica, atraindo público de todas as idades.

MÉDICO avalia pressão arterial de paciente: consultas e exames podem ser realizados por meio de clínicas populares na Grande Vitória

### Especialistas

- ALÉM DE CONSULTAS com médicos generalistas, as clínicas também contam com várias especialidades em um só lugar.
- NA MAIOR PARTE DELAS, as consultas são realizadas mediante agendamento prévio. Já em outras, é possível buscar atendimento diretamente no local.

### Exames

- ALÉM DAS CONSULTAS, muitas realizam exames diversos, desde laboratoriais, ultrassonografia, preventivos e cardiológicos, na própria clínica ou em laboratórios conveniados.

### Sem alta complexidade

- AS CLÍNICAS populares, em geral, não têm atendimento de alta complexidade, ou seja, tomografia computadorizada e ressonâncias, além de cirurgias maiores.

Fonte: Especialistas consultados e pesquisa A Tribuna.

FALE COM AS EDITORAS GIOVANA RANGEL E KELLY KALLE
E-MAILS: cidades@redetribuna.com.br / policia@redetribuna.com.br

# Escolas militares já têm 3.420 alunos no Estado

**Prefeituras estudam abrir novas vagas em Cariacica, com a expectativa de ter mais 1.500 estudantes, e em Sooretama**

**Kananda Natielly**

Disputadas devido ao modelo de ensino adotado, as escolas cívico-militares do Estado já estão com todas as suas vagas ocupadas. Ao todo, são 3.420 estudantes.

A procura para o primeiro ano de funcionamento foi tão grande que as prefeituras que oferecem esse tipo de ensino vão abrir novas vagas. É o caso de cidades como Cariacica, na Grande Vitória, e Sooretama, no Norte do Estado, que só dependem de chamadas públicas e viabilidade técnica para ampliar o serviço.

Em Cariacica, os moradores contam com duas escolas cívico-militares: a Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Cel PM Orlady Rocha Filho, em Itanguá, cujas aulas iniciaram na semana passada e onde estudam 330 alunos, e a Emef Cerqueira Lima, em Jardim América, onde 890 alunos irão estudar, já que as aulas nessa unidade começam em abril. O município já tem até fila de espera.

"A procura foi tão grande que precisamos fazer um sorteio. Por enquanto, não temos mais vagas, mas vamos abrir outras novas vagas", anunciou o secretário de Educação de Cariacica, José Roberto Martins.

Além dessas escolas, a prefeitura planeja a construção de outras duas, que devem ser instaladas em Itacibá e Cariacica-Sede.

"Esses bairros têm mostrado interesse em receber essas escolas. Por agora, precisamos fazer uma consulta pública com os pais para saber a aceitação", informou o secretário.

Segundo ele, com a construção dessas unidades, a previsão é de que mais 1.500 alunos sejam beneficiados.

"Mas tudo vai depender da consulta pública. Se tudo for aprovado, serão mais 1.500 alunos beneficiados", lembrou.

Já no município de Viana, há a Escola João Natalício Alves Pereira, em Vila Bethânia, que possui hoje 400 alunos matriculados, e a Escola Cívico-Militar de Ensino Fundamental Professora Divaneta Lessa de Moraes, no bairro Campo Verde. Por lá, já estão estudando mil alunos.

Em Sooretama, atualmente, estudam na Emef João Neves Pereira, pelo menos 800 alunos. O município também planeja ampliar a oferta de vagas, mas não informou quantas estarão disponíveis.

LUCAS SAMPAIO/AT

**NA ESCOLA** cívico-militar de Itanguá, em Cariacica, as aulas começaram na semana passada, com 330 estudantes

**SAIBA MAIS**

## 216 colégios em todo o País até 2023

### Programa do MEC

> **O PROGRAMA** Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Defesa.

> **A PROPOSTA** é implantar 216 escolas cívico-militares em todo o País até 2023, sendo 54 por ano.

> **O FOCO** são escolas com baixo índice no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e alunos em situação de vulnerabilidade social.

### Como são as escolas?

> **OS PROFESSORES** são civis, mas policiais militares atuam como monitores e também nos setores administrativos e pedagógicos.

> **OS MILITARES** desenvolvem ações e metodologias pedagógicas voltadas aos princípios militares.

> **EM ALGUMAS**, os alunos usam uniformes semelhantes às fardas da Polícia Militar.

### Escolas

**CARIACICA**

> **EM CARIACICA**, há duas escolas cívico-militares. São elas: a Emef Cel PM Orlady Rocha Filho, em Itanguá, cujas aulas iniciaram na semana passada e onde já estudam 330 alunos; e a Emef Cerqueira Lima, em Jardim América, onde 890 alunos irão estudar a partir de abril, quando começam as aulas na unidade.

> **AO TODO**, vão estudar no município 1.220 alunos.

> **A CIDADE** ainda estuda criar mais duas escolas na região. Os possíveis bairros que serão atendidos são Itacibá e Cariacica-sede.

> **O MUNICÍPIO** depende de planejamentos e conversas com pais de alunos para saber se existe viabilidade.

**VIANA**

> **EM VIANA**, que aderiu ao modelo no ano passado, além da Escola João Natalício Alves Pereira, em Vila Bethânia, onde estudam 400 alunos; há também a Escola Cívico-Militar de Ensino Fundamental Professora Divaneta Lessa de Moraes, que fica no bairro Campo Verde. Por lá, já estão estudando mil alunos. Ao todo, estudam no município 1.400 alunos.

### Novas escolas

> **PELO MENOS** 89 novas escolas foram anunciadas pelo Ministério da Educação para este ano, quatro delas no Estado: em Marataízes, São Gabriel da Palha, Sooretama e Montanha.

**SOORETAMA**

> **O MODELO** foi implantado na Escola João Neves Pereira, que fica no bairro Salvador. São 800 vagas para alunos do 6º ao 9º ano. O município estuda expandir a oferta de vagas na cidade. Para isso, depende de planejamentos.

**MARATAÍZES**

> **A ESCOLA** selecionada é a Maria da Glória Nunes Nemer, em Ilmenita. A prefeitura não informou o número de alunos atendidos na escola.

**MONTANHA**

> **NÃO RESPONDEU** à reportagem até o fechamento desta edição.

Fonte: Ministério da Educação (MEC) e prefeituras citadas.

DAYANA SOUZA - 02/06/2021

**ESCOLA MILITAR** em Vila Bethânia, Viana, tem 400 alunos matriculados

## Disciplina é um dos atrativos para a procura de vagas

A procura por vagas nas escolas militares do Estado vem crescendo constantemente. Entre os motivos que levam os pais a procurarem esse tipo de ensino para seus filhos estão a disciplina e a metodologia aplicadas.

"É uma escola que trabalha conceitos que estão abandonados pela sociedade, como o patriotismo, a rotina e a disciplina. São valores que muitos pais priorizam no ensino de seus filhos e, por isso, a procura", avaliou o secretário de Educação de Cariacica, José Roberto Martins.

No município, já existem duas escolas cívico-militares: a Emef Cel PM Orlady Rocha Filho, em Itanguá, cujas aulas iniciaram na semana passada e onde estudam atualmente 330 alunos, e a Emef Cerqueira Lima, em Jardim América, onde 890 alunos irão estudar a partir de abril, quando as aulas começam na unidade.

Por lá, a procura por vagas foi tão grande que a prefeitura precisou fazer sorteios.

"A demanda é muito grande e, devido ao grande número de pais que queriam matricular seus filhos, nós tivemos de fazer um sorteio. Atualmente, não temos mais vagas, mas pretendemos instalar mais duas escolas no município", revelou.

De acordo com o secretário, o modelo de ensino deve ser instalado em duas escolas que já existem, sendo uma na região do bairro Itacibá e outra em Cariacica-Sede.

"Mas ainda estamos fazendo uma análise. Precisamos fazer a chamada pública", salientou José Roberto Martins.

Além do município de Cariacica, cidades como Marataízes, Sooretama e Montanha também contam com escolas cívico-militares.

Em Viana, por exemplo, além da Escola João Natalício Alves Pereira, em Vila Bethânia, que possui hoje 400 alunos matriculados, o município também conta com a Escola Cívico-Militar de Ensino Fundamental Professora Divaneta Lessa de Moraes, que fica no bairro Campo Verde. Por lá, já estão estudando mil alunos.

Em Sooretama, na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) João Neves Pereira, estudam 800 alunos.

DIVULGAÇÃO

**COLÉGIO** militar em Sooretama

NOVO CORONAVÍRUS

# Malhação liberada sem máscaras

**Não é mais obrigatório o uso do item nas academias de ginástica do Espírito Santo. Medida agradou profissionais e alunos**

**Kananda Natielly**

Se você é do tipo de pessoa que não consegue treinar com máscara, a partir de agora já tem um motivo para ficar mais tranquila: o uso delas dentro das academias do Estado não é mais obrigatório.

A medida está prevista na portaria publicada no Diário Oficial de ontem, que considerou o mapa de risco vigente até domingo.

Dessa forma, não é mais obrigatório o uso de máscaras nas academias de todo o Espírito Santo, já que são 66 cidades classificadas em risco baixo e 12 em risco muito baixo.

A não obrigatoriedade do item nas academias chega 14 dias após o governo dispensar o uso em locais abertos.

Presidente da Associação de Academias de Ginástica do Espírito Santo (Amages), Carlos Andrião disse que o setor recebeu a notícia com muita alegria. Ele lembrou que a liberação do uso chegou em um momento importante em que se comemora o combate ao sedentarismo.

"Dia 10 agora foi o dia em que comemoramos o combate ao sedentarismo, então, a associação das academias recebeu a notícia com muita alegria, sabendo da importância do exercício físico na vida da população", disse.

O diretor frisou ainda que a dispensa do uso das máscaras não impede que as pessoas usem o item dentro das academias. "Fica a critério de cada um", pontuou.

Quem também recebeu a notícia com felicidade foi o coordenador geral da rede de academias Wellness, Francis de Carvalho. Segundo ele, na rede, muitos alunos comentaram ontem sobre o "alívio" de poder malhar sem máscaras.

"Até o público que não frequentava antes, também por conta das máscaras, voltou a frequentar. Os alunos diziam que era um incômodo treinar com máscara", revelou.

Para o casal Lucas Comarela Milanez, 35 anos, e Amanda Rodrigues Sampaio Carvalho, 29 anos, além de um alívio, treinar sem máscara está sendo uma novidade. "Cansamos menos, conseguimos respirar melhor. Uma novidade", disse Amanda.

Para o personal Angeli Freitas, de 25 anos, a liberação do uso das máscaras traz uma mistura de sentimentos. "E a certeza de que estamos caminhando para a normalidade".

DOUGLAS SCHNEIDER/AT

**LUCAS** aprovou a medida

DOUGLAS SCHNEIDER/AT

**PERSONAL** Angeli Freitas, com a aluna Amanda Rodrigues: alívio na academia com o fim da exigência da máscara

## VACINAÇÃO

### Vitória

**Agendamento**

**QUANDO:** Diariamente para a vacinação contra a covid-19 e influenza.

**LINK:** agendamento.vitoria.es.gov.br ou pelo aplicativo Vitória Online.

**ONDE:** Em várias unidades de saúde do município e no Maanain de Vitória.

**PÚBLICO**

> TODOS os públicos atuais.

### Vila Velha

**Vacinação sem agendamento**

**QUANDO E ONDE:** sábado, das 9h às 15h, no ginásio Tartarugão, para aplicação de 1ª, 2ª e 3ª dose. Já da próxima segunda-feira até sexta-feira, das 9h às 15h, a aplicação será no Manaaim de Terra Vermelha, para quem precisar receber 1ª, 2ª, 3ª e 4ª dose.

**Agendamento**

**QUANDO:** hoje, às 15h.

**ONDE:** Nas Unidades de Saúde de Araçás, Coqueiral de Itaparica e Vila Nova das 9h às 20h.

**QUANTIDADE:** 3.350 vagas.

**LINK:** agenda.vilavelha.es.gov.br/.

**PÚBLICO**

> 1ª, 2ª, 3ª e 4ª dose. Vacinação acontecerá entre segunda e sexta-feira da próxima semana. Estarão disponíveis 1ª e 2ª dose para crianças de 5 a 11 anos.

### Serra

**Vacinação sem agendamento**

**QUANDO:** de segunda a sexta, das 9h às 17h, e no sábado, das 10h às 17h.

**ONDE:** no L2 do shopping Montserrat, em Colina de Laranjeiras.

**PÚBLICO**

> HÁ VAGAS para todos os públicos, inclusive para crianças e a 4ª dose para idosos com 60 anos ou mais.

**Agendamento**

**QUANDO:** segundas e quintas, às 18h.

**LINK:** gti.serra.es.gov.br/saude.

**PÚBLICO**

> TODOS os públicos atuais.

> AGENDAMENTO contra a gripe, acontece segundas e quintas, às 18h, pelo site da Prefeitura da Serra.

> VACINAÇÃO nos idosos com 60 anos ou mais acontece sem agendamento de segunda a sexta, das 9 às 17 horas e, aos sábados, das 10 às 17h.

### Cariacica

**Vacinação sem agendamento**

**QUANDO:** haverá um mutirão sábado e domingo para imunizar idosos com a 4ª dose. Outros públicos também serão contemplados.

**ONDE:** no sábado, será no Shopping Moxuara (das 10h às 18h) e na Unidade básica de saúde de Itaquari (8h30 às 16h); Faculdade Multivix (A partir de 8h30); Associação de Moradores de Vera Cruz (das 8h30 às 12h30). No sábado e no domingo, será na unidade de saúde de Flexal (das 8h às 16h).

**Agendamento**

**QUANDO:** ainda há vagas disponíveis.

**LINK:** vacinaeconfia.es.gov.br.

**PÚBLICO**

> PESSOAS DE 5 ANOS ou mais de todas as fases da campanha

### Viana

**Sem agendamento**

**QUANDO:** De segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 15h, para todos os públicos.

**ONDE:** unidades de saúde da cidade.

### Guarapari

**Sem agendamento**

**QUANDO:** hoje, a partir das 16h30, para idosos que precisarem da quarta dose.

**ONDE:** no Centro Municipal de Saúde, no Itapebussu.

Fonte: Prefeituras consultadas.

## OS NÚMEROS DA COVID-19

**DADOS NO ESPÍRITO SANTO**

| CASOS CONFIRMADOS | MORTES | CURADOS |
|---|---|---|
| 1.036.087 | 14.313 | 989.491 |

**NAS ÚLTIMAS 24 HORAS:**

| CASOS REGISTRADOS | MORTES REGISTRADAS |
|---|---|
| 653 | 2 |

TAXA DE OCUPAÇÃO DOS LEITOS DE UTI 36,72%

Fonte: Painel Covid-ES e Portal Vacina e Confia.

# Fiéis se preparam para a Festa da Penha

Devotos estão animados com o retorno das missas e romarias presenciais. Evento será entre os dias 17 e 25 de abril

Ana Carolina Favalessa

Com fé, amor e devoção, fiéis se preparam para a primeira edição presencial da Festa da Penha após a pandemia. O evento, que marca a história religiosa capixaba há mais de quatro séculos e meio, ficou dois anos na modalidade virtual, devido às restrições impostas pela covid-19.

A festividade acontecerá entre os dias 17 e 25 de abril, com as tradicionais romarias, missas no campinho e outros eventos, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo.

A programação oficial será divulgada na próxima segunda-feira, pela comissão organizadora.

A ida à Festa da Penha é tradição para o casal de aposentados Fátima Regina Guerra Alves, 57, e Tadeu Luiz Alves Pereira, 58.

Devota de Nossa Senhora da Penha, Fátima diz que a festa é uma forma de demonstrar o amor ao próximo e de pedir bênçãos à santa. "Eu a vejo como um exemplo de mulher, de mãe, de pessoa. Sempre buscando a serenidade, o amor, preocupada com as questões de quem está ao lado. É um exemplo de amor ao próximo".

Quando foi escolher o apartamento onde morar, localizado na Praia da Costa, em Vila Velha, um deles tinha um detalhe que chamou sua atenção e foi determinante para a decisão: a vista da varanda para o Convento da Penha. "É como se fosse um presente de Deus, uma bênção", comentou.

Quem também está na expectativa para o evento é a família do casal Flávio Bertollo, 53, administrador, e Jane Nascimento Bertollo, 52, comerciante, que já até haviam mandado fazer camisa para o evento, antes mesmo de saberem da confirmação do formato presencial.

Os filhos do casal, os universitários João Vitor Bertollo, 20, Flávia Bertollo, 22, e Ana Carolina Bertollo, 26, também irão participar.

"Acreditamos que é uma demonstração da devoção, de agradecimento. Para a gente, é um marco", afirmou Flávio.

O agricultor de Piapitangui, em Viana, Valmir Melo Almeida, 46, também é devoto. Quando sua filha nasceu prematura, fez uma promessa: faria o trajeto da romaria a pé. Assim que ela recebeu alta, a cumpriu. "Todos os anos que posso, acompanho a Festa da Penha. Ela tem importância religiosa e de fé".

LEONE IGLESIAS/AT

FLÁVIO BERTOLLO, Jane e os filhos vão participar da festa para a padroeira

IDA À FESTA DA PENHA já é tradição para o casal de aposentados Fátima Regina e Tadeu Luiz Alves Pereira

SAIBA MAIS

## Romaria dos Homens será no dia 23

### Festa da Penha

- A 452ª EDIÇÃO da Festa da Penha acontecerá entre os dias 17 e 25 de abril, no formato presencial.
- HAVERÁ AS TRADICIONAIS romarias e missas no campinho. A programação completa será divulgada na próxima segunda-feira, pela Comissão Organizadora da Festa da Penha.
- PARALELAMENTE, ocorrerá a edição online do evento. Nos dois últimos anos, a festividade ocorreu somente de forma virtual, devido à pandemia.
- O EVENTO, que acontece há mais de quatro séculos e meio, é a maior festa religiosa capixaba e é uma homenagem à Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo.

### Romaria dos Homens

- UM DOS EVENTOS marcantes da Festa da Penha é a Romaria dos Homens. Ela está programada para o dia 23 de abril, a partir das 19h, segundo a Prefeitura de Vitória, que realizará a segurança do evento.
- NO ROTEIRO, a saída da romaria ocorrerá na Catedral Metropolitana, no centro de Vitória, passando por baixo do Viaduto Caramuru, sentido Parque Moscoso, Vila Rubim, rodoviária e Segunda Ponte, conforme informações do órgão.

Fonte: Comissão Organizadora da Festa da Penha e Prefeitura de Vitória.

# NUTRI DICAS

GABRIELA REBELLO | nutridicascomgabi@gmail.com

## Posso comer chocolate todo dia?

Quem é que consegue resistir a um saboroso pedaço de chocolate? É exatamente por isso que todo dia 26 de março nós comemoramos o Dia do Cacau! Mais do que celebrar o fruto dos deuses, a data foi instituída para fomentar o debate público sobre a importância da cacauicultura no Brasil, afinal somos o sétimo maior produtor de cacau do mundo, sendo o Pará responsável por 55% da produção nacional.

Mas pode ou não pode cacau na dieta, Nutri?

Superliberado. O cacau traz diversos benefícios ao nosso organismo. E isso porque ele é rico em antioxidantes e minerais como magnésio, zinco e potássio, que nos garantem melhora no humor, controle da TPM (tensão pré-menstrual) e redução do estresse. Também protegem as nossas células, previnem algumas doenças cardíacas e melhoram o sistema imunológico.

O cacau ainda possui cafeína, tiramina e teobromina, estimulantes que melhoram o funcionamento do cérebro, aprimorando o raciocínio.

Mas para se beneficiar, no que diz respeito da versão em chocolate, vilão de quase todas as dietas, se ingerido na quantidade certa (30g por dia em média), e preferencialmente com o maior teor de cacau possível (pelo menos 50%), o chocolate traz importantes benefícios para a nossa saúde.

Ou seja, aproveite! Um pedacinho de chocolate amargo por dia pode ser o que faltava para deixar a sua dieta mais saudável e gostosa.

Reforço que, os benefícios estão presentes no cacau, por isso se não curtir o chocolate amargo, sempre que puder adicione um pouco de cacau em pó no café, iogurte, mingau, shake ou alguma outra preparação do seu dia a dia.

Agora que ficou claro que o cacau supercabe na dieta, formiguinhas de plantão, bora de receita?

**Trufa de cacau**

Ingredientes:

- 1 xícara (chá) de ameixas secas;
- 3 colheres (sopa) de farelo de aveia;
- 2 colheres (sopa) de coco seco ralado;
- 3 colheres (sopa) de cacau em pó.

Modo de preparo:

Em um recipiente, hidrate as ameixas em água por duas horas. Em um processador/liquidificador, bata todos os ingredientes até obter uma mistura lisa e consistente.

Se necessário, adicione mais duas colheres (sopa) de leite de coco. Com as mãos úmidas, faça bolinhas com a massa e passe no coco ralado.

Se desejar, substitua as ameixas por damascos ou tâmaras. Você pode passar as bolinhas no coco ou no cacau ou em amendoins triturados.

Nutri, jaquei e agora? Não se culpe, curta o momento, aprecie os sabores. Quem é que não adora um chocolate? Seja feliz! Caiu, levanta. Na próxima refeição é só retomar de onde parou. O sucesso está na manutenção da constância dos bons hábitos.

Curtiu? Agora me conte, como você vai celebrar o dia do cacau?

Bom fim de semana.

GABRIELA REBELLO é nutricionista

## Divulgação de orientação sexual

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou na última quarta-feira que vai divulgar no dia 25 de maio dados referentes à orientação sexual autodeclarada de brasileiros com 18 anos ou mais.

Os indicadores foram levantados em um módulo inserido na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2019, em parceria com o Ministério da Saúde.

Essa edição do estudo teve o acréscimo de novos recortes, incluindo uma pergunta sobre a orientação sexual das pessoas com 18 anos ou mais.

O IBGE confirmou a divulgação após ter sido acionado pelo Ministério Público Federal (MPF) na Justiça. O MPF questionou o fato de o Censo Demográfico 2022, que também será realizado pelo instituto, não incluir perguntas sobre a população LGBTQIA+.

# "O problema do litoral é o lixo nas praias"

**Afirmação é do aventureiro Adelson Carneiro Rodrigues que está percorrendo a costa brasileira em um caiaque oceânico**

Jaciele Simoura

"O problema do Brasil é o acúmulo de lixo nas praias". Essa foi a percepção do aventureiro Adelson Carneiro Rodrigues, de 60 anos, ao chegar ontem em Vitória, após iniciar uma expedição, há dois anos, em um caiaque oceânico pelo litoral brasileiro.

Ele iniciou a aventura em 17 de fevereiro de 2020 no Oiapoque, Amapá, e chegou em Vitória, o 12º estado da aventura. Adelson pretende remar, a bordo do caiaque, até Chuí, no Rio Grande do Sul, atravessando os 17 estados que cortam o litoral brasileiro.

Adelson é profissional de educação física, preparador físico de atletas e praticante de esportes.

"O meu objetivo principal é captar o que tem de lindo na costa brasileira, que quase não se conhece. A cultura, o modo de vida dos ribeirinhos e os pontos de praia que as pessoas não sabem onde fica. O brasileiro só conhece os pontos famosos, mas existem outros lugares lindíssimos", comentou Adelson.

Ele citou a costa do Rio Grande do Norte e a do Maranhão.

"Nessas regiões há lugares intocáveis que são lindos e tudo isso estou captando, mostrando e gravando em vídeos para mais para frente fazer um documentário", disse.

Sobre a sujeira nas praias, ele afirma que o brasileiro tem o hábito de jogar lixo nessa região, que vai para o oceano, prejudicando a beleza e poluindo o planeta.

Apesar disso, ele diz que se apaixonou pelas praias capixabas. "Maravilhoso! O litoral capixaba tem uma característica ímpar, com montanhas e vegetação e uma beleza fascinante", destacou.

Serão aproximadamente 8 mil quilômetros até completar todo o trajeto. Adelson rema de seis a sete horas por dia e os percursos variam de 30 a 40 quilômetros.

O paulista pratica esportes desde os 5 anos. Há 20 anos ele passou a praticar remo. Natural da ilha de Cananéia, em São Paulo, ele tem dois filhos e disse ter se planejado por um ano, antes de seguir a aventura.

A partir de Fortaleza, no Ceará, Adelson passou a ter o suporte da Marinha do Brasil.

"A Marinha vem acompanhando o Adelson por todas capitanias, delegacias e agências. Temos toda uma preocupação com a meteorologia, com a navegação. Ele tem um rastreador que, por onde ele passa, a gente acompanha. Somos guardiões dessa navegação", explicou o capitão dos Portos do Espírito Santo, Alexsander dos Anjos.

**CHEGADA** de Adelson a Vitória: ele rema de seis a sete horas por dia

DOUGLAS SCHINEIDER/AT

**ADELSON**, com o caiaque, conta com apoio da Marinha para cruzar o litoral

ADELSON CARNEIRO RODRIGUES **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

## "Sempre quero cumprir desafios"

Remar a bordo de um caiaque oceânico, do extremo norte do Brasil, no Oiapoque, Amapá, até o Chuí, no Rio Grande do Sul, pelo litoral brasileiro. Esse é o desafio do aventureiro paulista Adelson Carneiro Rodrigues, de 60 anos, que iniciou o percurso em 17 de fevereiro de 2020 e chegou a Vitória, ontem.

**A TRIBUNA – Porque começou esse desafio?**

**ADELSON CARNEIRO** – O principal é captar o que tem de lindo na costa brasileira. A cultura, o modo de vida dos ribeirinhos, a floresta amazônica e pontos de praia que as pessoas não sabem onde fica. O Brasil tem um litoral lindo e estou captando e gravando tudo em vídeos, para fazer um documentário. O objetivo é apresentar as praias que o brasileiro não conhece.

**> Sempre praticou remo?**

Sou atleta desde os 5 anos e faz 20 anos que remo. Depois comecei a entrar nos esportes de aventura, como escalar montanhas e canoagem.

A canoagem está na minha veia, pois minha veia é composta de sal. Meu bisavô veio da Ilha da Madeira para trabalhar com barco em Santa Catarina. Meu avô nasceu na Ilha do Cardoso, meu pai nasceu em Marujá e eu nasci na Ilha de Cananéia.

**> Qual a sensação de já ter cumprido parte do percurso?**

Mais da metade já foi cumprido, mais de 5 mil quilômetros de aproximadamente 8 mil. Estou extremamente feliz por isso.

**> Tem gostado do que viu?**

As praias do Brasil são lindíssimas, o grande problema é a falta de divulgação desses locais e o acúmulo de lixo. A preservação da costa tem sido ignorada. Há muito lixo e isso traz prejuízos não só em beleza.

**> Rema a quantos metros de distância da areia?**

Dependendo do relevo, posso estar remando a 50 metros da areia como posso estar a 5 quilômetros.

**> O que achou do litoral capixaba?**

O litoral capixaba tem uma característica ímpar, essa questão da entrada da baía com montanhas e vegetação e com uma beleza fascinante.

**> Qual a previsão de terminar?**

Ainda é incerta por conta do clima. Mas espero que até dezembro.

**> Há outros desafios que quer cumprir?**

Sempre quero cumprir desafios. Espero terminar um desafio para começar outro. Estou vencendo desafios todos os dias.

**> Como se manter focado nessa aventura?**

Persistência e propósito. Traçando o propósito é mais fácil entrar com a persistência.

ACERVO PESSOAL

**BARRA SECA**, em São Mateus: Adelson está captando imagens e vai fazer vídeos para divulgar os locais percorridos em mais de 2 anos de aventura

Cidades

# A Tribuna vai sortear mais 5 celulares

**Cupons serão publicados a partir do próximo dia 5 e o sorteio dos aparelhos Samsung Galaxy A12 acontece em 27 de abril**

Aguinor Malaphaia

Depois do sucesso da primeira edição, a promoção "Pra você ficar on com **A Tribuna**" está de volta. Mais cinco smartphones da marca Samsung, modelo Galaxy A12, serão sorteados no próximo mês.

Os cupons da promoção feita por **A Tribuna** vão ser publicados no jornal impresso entre os dias 5 e 24 de abril. Já os sorteios acontecem no dia 27 do mesmo mês, ao vivo, durante a exibição do Tribuna Notícias 1ª edição, da **TV Tribuna/SBT**.

Para concorrer, basta comprar ou assinar o jornal, recortar e preencher o cupom e, depois, depositar nas bancas participantes ou na portaria da **Rede Tribuna**, no bairro Ilha de Santa Maria, em Vitória.

A autônoma Sandra Gonçalves Santos, de 47 anos, já está na expectativa. Ela planeja presentear a filha Sâmela Gonçalves Santos, de 12 anos, caso seja sorteada para levar um dos aparelhos.

"Sempre compro o jornal e adoro ler as matérias sobre culinária, além de fazer as palavras cruzadas. Se eu ganhar, vou presentear minha filha, pois é o sonho dela ter um aparelho novo e repleto de recursos tecnológicos", contou.

Outra que já está de olho na segunda edição da promoção é a vendedora Taiany Colombi, 29. Ela pretende fazer uso pessoal e profissional do celular, caso seja uma das sortudas premiadas.

"O meu já está bem gasto e esse vai ser ótimo, pois trabalho com vendas de carros e sempre posto fotos deles em minhas redes sociais. Além disso, também estou sempre ligada nas notícias pelo portal **Tribuna Online**", citou.

A gerente de Marketing da **Rede Tribuna**, Nilda Miranda, destaca que a primeira edição da promoção foi um sucesso.

"Muitos leitores participaram na primeira edição, e eu acredito que esta segunda vai atrair ainda mais pessoas, pois, hoje em dia, o celular é a principal ferramenta de trabalho e de negócios. O prêmio vai deixar os ganhadores muito bem conectados", salientou.

De acordo com Nilda, o smartphone possui recursos avançados, tais como câmera quádrupla, sendo uma principal, de 48 megapixels, e uma frontal, de 8 megapixels.

"Elas garantem fotos de excelente qualidade. Além disso, o aparelho tem 64 gigabites de memória, com possibilidade de expansão. É espaço de sobra", ressaltou.

**A LEITORA** Sandra Gonçalves, de 47 anos, está na torcida para ganhar um celular na promoção de A Tribuna

SAIBA MAIS

## Sorteio será ao vivo na TV Tribuna

### Sorteio

- **A PROMOÇÃO** vai sortear 5 smartphones Samsung Galaxy A12.
- **OS CUPONS** serão publicados em **A Tribuna**, de 5 a 24 de abril (exceto às segundas-feiras). O sorteio será no dia 27 de abril, durante o Tribuna Notícias 1ª edição, da **TV Tribuna/SBT**.
- **PARA CONCORRER**, basta recortar, preencher e depositar o cupom em uma das bancas participantes ou na portaria da **Rede Tribuna**.

### Locais das urnas

- **VITÓRIA**: portaria da sede da **Rede Tribuna**, no bairro Ilha de Santa Maria, e bancas do Parque, Eucalipto, Japonês, Estudante, da Zélia, do Paulo.
- **VILA VELHA**: bancas da Jane, Dom Cavatti, H12, da Rita, Boa Esperança e na Padaria União, em Paul.
- **CARIACICA**: bancas do Anderson e Itacibá e também na Padaria Futura, na Praça Getúlio Vargas.
- **SERRA**: bancas Planeta Diário, Mônica, Castelândia, Amorim e Padaria Reis Magos, em Nova Almeida.
- **VIANA**: Padaria Rafalsky.
- **GUARAPARI**: Banca da Bethe.

**DEMAIS CIDADES**

- **MARECHAL FLORIANO**: Padaria Pão Dourado.
- **COLATINA**: Banca Esplanada.
- **LINHARES**: Padaria Skips.
- **SÃO MATEUS**: Banca Gury.
- **ARACRUZ**: Padaria Amiguinha.
- **CACHOEIRO**: Banca da Praça.

**SAMSUNG** Galaxy A12: recursos

Fonte: Rede Tribuna.

# Barbearia dentro de banca de jornal faz sucesso

Com atmosfera acolhedora e design moderno, uma barbearia em Santa Luíza, Vitória, ousa em projeto único: oferecer os serviços de beleza dentro de uma banca de jornal. A ideia do barbeiro Johnny Henrique Andrade Vieira, 28 anos, foi implementada há um mês e já faz sucesso no bairro.

Internet wi-fi, assistente virtual, smart TV, paredes de vidro, ambiente climatizado, micro-ondas e um deque de recepção ao cliente com proteção ao sol do fim da tarde. O espaço poderia descrever uma barbearia em uma loja de rua, mas toda a adaptação foi feita na banca de jornal.

Com seis anos de experiência como barbeiro, o empresário já foi gesseiro em uma empresa de construção civil e aproveitou as habilidades na área para a economizar na reforma e decoração da banca. Além dos cortes de cabelo e de barba, ele vende o jornal **A Tribuna**, revistas de palavras cruzadas e quadrinhos, entre outras.

"Um cliente era o proprietário da banca e me ofereceu o espaço, que estava parado havia um tempo, por causa da pandemia. Busquei um advogado e assumi a banca na prefeitura. Ela fica em um local estratégico, com fácil acesso e muita visibilidade. Todos ficam curiosos e surpresos com o projeto", conta.

Diariamente, segundo ele, a vizinhança vai à banca em busca do jornal **A Tribuna** e conversa sobre todo o projeto. Para ajudar no atendimento, Johnny conta com o apoio de seu primo, o barbeiro Natanael Chapéu, 34.

**O BARBEIRO** Johnny Henrique oferece serviços de beleza dentro de sua banca de jornal, no bairro Santa Luíza, em Vitória

JOHNNY HENRIQUE VIEIRA **BARBEIRO**

## "Agora, eu me encontrei"

A ideia visionária do barbeiro Johnny Henrique Andrade Vieira, de 28 anos, partiu do sonho de gerir o próprio negócio. De família humilde, ele conta que todos em sua casa tinham um destino: trabalhar na construção civil. Agora, a criatividade do empresário, natural de Vila Velha, inspira a todos e prova que é possível inovar e fazer sucesso.

**A TRIBUNA – Sempre teve esse espírito empreendedor?**

**JOHNNY HENRIQUE VIEIRA –** Eu mudei de profissão por conta da crise na construção civil, em 2015. Trabalhei como barbeiro durante anos em Vila Velha e em Vitória, mas sempre tive o sonho de ter o meu negócio. Tentei uma empresa de gesso antes e deu errado. Agora, eu me encontrei.

**> Teve alguma inspiração?**

Na verdade, não há outras barbearias em bancas de jornal no Estado. Minha inspiração veio mais de observar projetos em espaços compactos, na internet. Eu nem me dei conta da proposta ousada que tive. Quando vi tudo pronto e recebi elogios de clientes e frequentadores do bairro, percebi o que fiz.

**> O que os clientes mais buscam?**

Muitos procuram o jornal **A Tribuna**, gibis, caça-palavras e revistas de decoração. Na barbearia, atendo principalmente clientes acima de 30 anos, mas também aparecem crianças.

**> Como foi o processo de adaptação da banca?**

Foi muito louco. Alguns dos grandes desafios foram criar um sistema hidráulico para o acesso à água e administrar o espaço para acomodar os clientes e incluir duas cadeiras.

**> O que espera do negócio?**

Peguei um empréstimo para investir no empreendimento e, embora tenha apenas um mês de funcionamento, muitos clientes ficam satisfeitos e se surpreendem com a proposta.

# Prejuízo de até R$ 30 mil em roubo de bicicletas e patinete

**Furtos em condomínios têm revoltado moradores de bairro de Vitória. Bikes levadas por ladrões chegam a custar R$ 3 mil cada**

**Marcos Barcelos**

Moradores de Jardim Camburi têm convivido com a insegurança. Assaltantes estão agindo durante a madrugada para invadir condomínios e furtar bicicletas, patinetes e outros pertences. Em um dos casos, o prejuízo causado por arrombamentos e furtos chega a R$ 30 mil.

Um síndico, de 46 anos, relata que, em um mês, o condomínio onde ele mora foi alvo dos criminosos em três oportunidades.

No primeiro, em fevereiro, o indivíduo levou sozinho duas bicicletas. Na última vez, em março, não encontrou bicicletas, mas levou bicos de mangueira de incêndio. Mas na segunda vez é que foi feito um estrago maior.

"Foi no dia seguinte ao primeiro furto. Eles vieram com um carro roubado, arrombaram o portão às 4 horas e levaram duas bicicletas e um patinete elétrico. Só o prejuízo de todos os danos causados ao portão, às ferramentas para aumentar a segurança e os roubos, o prejuízo chega a R$ 30 mil", relatou o síndico.

Uma mulher de 40 anos teve o condomínio onde mora invadido duas vezes pelos assaltantes. Segundo ela, eles são presos e soltos após assinarem o termo circunstanciado, que é o registro de um crime de menor impacto.

"A sensação é de impunidade. A minha mãe, de 66 anos, sai cedo para trabalhar. Imagina se ela encontra um deles na garagem?".

Segundo o presidente do Sindicato Patronal de Condomínios e Empresas Administradoras de Condomínios, Gedaias Freire, houve um aumento significativo desse tipo de crime.

"A polícia também tem de prender quem compra esses objetos furtados, pois se eu compro algo que não tem procedência, eu estou ajudando o criminoso".

Em nota, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) esclareceu que o trabalho tem sido cumprido de maneira profissional e incessante. Além disso, reforça que as polícias Militar e Civil estão abertas a discutir melhorias com a comunidade de Jardim Camburi.

Já a Polícia Militar informou que realiza o policiamento ostensivo 24 horas por dia.

"No entanto, a PM somente pode deter indivíduos em situação de flagrante delito, por isso é de extrema importância a participação da comunidade para que uma viatura seja acionada imediatamente, via Ciodes (190)", reitera a PM.

**INVASÕES EM PRÉDIO**

LEONE IGLESIAS/AT

## Preso quatro vezes pelo mesmo crime

Uma administradora de 33 anos teve dias de dor de cabeça por conta do furto de duas bicicletas, que pertenciam a ela e ao seu marido, um metalúrgico de 33 anos.

O furto aconteceu na última madrugada de sábado para domingo, em Jardim Camburi, Vitória. Ele invadiu o prédio e foi até o bicicletário, onde conseguiu as duas bicicletas. Ao todo, o prejuízo foi cerca de R$ 3 mil. Ontem, uma das bicicletas foi recuperada.

No mesmo dia do furto, a administradora descobriu que o autor do crime já tinha sido preso outras quatro vezes por conta do mesmo delito.

"Ele já não tem mais medo. Aqui no prédio, vamos tomar providências, colocar uma trava, mas o que é fato é que ele pode voltar. É desanimador".

**ANÁLISE**

### "O nosso Código Penal precisa ser atualizado"

**Rodrigo Henrique Rosa**, delegado da Polícia Civil

"O termo circunstanciado aparece em casos de crimes cuja pena máxima não seja superior a 2 anos de detenção, ou seja, nos chamados pequenos delitos, como no caso do arrombamento de um portão.

Quando há o furto de uma bicicleta e o infrator é pego em flagrante, contudo, não deve acontecer a assinatura do termo. Ele seria autuado por furto e a pena máxima ultrapassa dois anos, sendo liberado mediante pagamento de fiança.

Por isso, o nosso Código Penal precisa ser atualizado. O espírito da lei quando ele foi criado, em 1940, não condiz com o que acontece hoje, pois por mais que o furto de bicicleta com arrombamento cause prejuízos enormes, a tipificação do crime leva em conta se o infrator utilizou de violência, se feriu alguém."

## Fezinha

### Apostador leva prêmio de R$ 954 mil na Lotofácil

Um apostador de Piraquara (PR) fez 15 acertos na Lotofácil 2479, sorteada na noite de ontem, e faturou R$ 954.324,30.

Na Dia de Sorte 583, uma aposta de São Paulo (SP) acertou as sete dezenas e leva R$ 313.612,81. Na faixa de 6 acertos, 40 ganhadores vão receber R$ 1.695,22, cada. O mês da sorte é novembro.

Os demais concursos sorteados ontem acumularam.

Na Timemania 1764, o acumulado para o sorteio de amanhã foi de R$ 6.629.905,57. A faixa de 6 acertos teve três acertadores, que vão receber R$ 38.203,72, cada. O time do coração é o Marília (SP).

O concurso 5811 da Quina acumulou em R$ 2.008.780,81. Já a Dupla Sena 2350 ficou acumulada em R$ 1.461.666,45.

**QUINA**
Concurso 5811
29 - 55 - 56 - 63 - 75

**LOTOFÁCIL**
Concurso 2479
02 - 03 - 04 - 05 - 07
11 - 12 - 14 - 17 - 19
20 - 21 - 23 - 24 - 25

**TIMEMANIA**
Concurso 1764
12 - 17 - 27 - 35 - 58 - 62 - 65

**DUPLA SENA** Concurso 2350
Primeiro sorteio
04 - 10 - 13 - 36 - 39 - 45
Segundo sorteio
07 - 08 - 18 - 37 - 39 - 44

**DIA DE SORTE**
Concurso 583
03 - 06 - 10 - 15 - 21 - 25 - 29

## TEMPO NA GRANDE VITÓRIA

**HOJE**
PROBABILIDADE DE CHUVA 90%
MÁXIMA 32º
MÍNIMA 21º
Sol, nebulosidade variável e previsão de 3 mm de chuva

**AMANHÃ**
PROBABILIDADE DE CHUVA 90%
MÁXIMA 34º
MÍNIMA 21º
Sol, nebulosidade variável e previsão de 2 mm de chuva

**DOMINGO**
PROBABILIDADE DE CHUVA 0%
MÁXIMA 35º
MÍNIMA 22º
Sol e nebulosidade variável

**FASES DA LUA**
MINGUANTE DE HOJE A 31/03
NOVA DE 01/04 A 08/04
CRESCENTE DE 09/04 A 15/04
CHEIA DE 16/04 A 22/04

**AS MARÉS**

| | ALTA | BAIXA |
|---|---|---|
| PORTO DE VITÓRIA | 08h26 (1,0m) / 23h15 (1,1m) | 03h11 (0,7m) / 15h23 (0,5m) |
| PORTO DE TUBARÃO | 08h25 (0,9m) / 23h12 (1,1m) | 03h06 (0,7m) / 15h36 (0,5m) |

**SOL**
NASCENTE 05h46
POENTE 17h47

Fonte: Climatempo e Marinha do Brasil

# RELIGIÃO

religiao@redetribuna.com.br

## Consagração da Rússia e da Ucrânia ao Coração de Maria

**Papa Francisco preside hoje, às 13h, a missa com oração de paz, que também será celebrada em diversas igrejas do mundo todo**

**O PAPA FRANCISCO** vai fazer a consagração hoje, quando é celebrada a Solenidade da Anunciação do Senhor

Hoje, quando é celebrada a Solenidade da Anunciação do Senhor, a Igreja Católica no mundo inteiro se une ao papa Francisco no ato de consagração da Rússia e da Ucrânia ao Imaculado Coração de Maria.

No Vaticano, a consagração das duas nações acontecerá durante a celebração penitencial presidida pelo Santo Padre na Basílica de São Pedro, às 17 horas locais (13h no horário de Brasília).

A consagração poderá ser acompanhada pelos fiéis pelas redes sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Simultaneamente, no Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em Portugal, o cardeal Konrad Krajewski, esmoleiro apostólico, na condição de Legado Pontifício, também fará o ato de consagração na Capelinha das Aparições.

Na Paróquia Nossa Senhora da Penha, em Castelo, haverá uma missa também de consagração às 18h30, na Catedral de São Pedro, com transmissão pela Rádio Diocesana.

Já na Comunidade Nossa Senhora do Rosário de Fátima, no bairro São Judas Tadeu, em Guarapari, a missa de consagração e oração pela paz será às 6h. Na Comunidade Santíssima Trindade, em Guaranhuns, Vila Velha, missa às 18h.

## Cerco de Jericó no Santuário Bom Pastor

O Santuário Bom Pastor, que pertence à Paróquia do Bom Pastor, em Cariacica, realiza a partir da próxima segunda-feira o Primeiro Cerco de Jericó, com o tema "Orar com fé para vencer o combate".

O evento será realizado durante sete dias na Matriz, em Campo Grande. Os encontros têm início sempre às 19h.

A cada dia um padre da Arquidiocese de Vitória vai celebrar e conduzir este momento de oração. Estarão presente os padres Rodrigo Chagas, Rafael Martins, Altamiro Domingos, Diego Carvalho, Edmilson Boechat, Vandaike Costa e o pároco, Kremerson Dias.

**PADRE** Kremerson é o pároco

"Esperamos que seja um momento fecundo e de fortalecimento para a nossa fé. Buscando através da oração as armas necessárias para combater o mal e ser um combatente vigilante", destacou padre Kremerson.

### Seminário de Arte

A Federação Espírita do Estado do Espírito Santo promove no próximo dia 2, das 14h às 16h, o Seminário de Arte com o tema "Instrumento de Conhecimento Doutrinário, Autoconhecimento e Renovação Moral". Os palestrantes serão Humberto Schubert, Maurício Keller (foto), André Pirola e Paulo Rabelo. O evento, que será online pela plataforma Sympla, vai trabalhar a compreensão do papel da arte e sua aplicabilidade nos centros espíritas. Inf.: Instagram @feees_oficial.

**SANTO DO DIA**

**Anunciação do Senhor**

Encontra o seu fundamento bíblico situado na narrativa do evangelista Lucas, no capítulo 1, 26-38. É a solenidade que exalta, na sua estrutura interna, o sim de uma mulher ao projeto de Deus.

* * *

### Webinário

A Casa Espírita Cristã promove amanhã, das 9h30 às 11h30, via aplicativo Zoom, o webinário "Infância – Papel dos pais e importância da evangelização". A palestrante será a dentista pediátrica Juliana Cabral.

* * *

**A PALAVRA**

"Dá a quem te pedir, e não te desvies daquele que quiser que lhe emprestes"

MATEUS 5:42

### Missa e oração

Na programação do Cerco de Jericó da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Praia da Costa, hoje, às 19h30, haverá missa com padre Hadeleon (foto). Atendimento de oração: das 9h às 11h30 e das 15h às 17h.

## Plantão da Fé

**A IGREJA** Assembleia de Deus Pentecostal do Brasil realiza entre as próximas terça e quinta-feira, às 19h30, a Cruzada de Curas e Milagres. O preletor será o pastor Geovani. Quem convida é o pastor Luzimar Manhães (foto). "Por certo Deus fará coisas grandes", ressalta. R. Pedro Corrêa, 39, Santo Antônio, Vitória.

* * *

**A COMUNIDADE** São João Paulo II, em Ataíde, Vila Velha, convida para adoração ao Santíssimo e santa missa presidida pelo padre Carlos Magno amanhã, às 17h30.

* * *

**A IGREJA** Bethel realiza amanhã o projeto "Rua Viva", com jogos e brincadeiras para crianças. Rua Gil Martins de Oliveira, 85, Santa Lúcia, Vitória.

* * *

**O PASTOR** João Emílio (foto) será o preletor dos cultos de domingo, às 10h40 e 18h30, e terça-feira, às 19h30, que comemoram os 25 anos da Igreja Evangélica Batista de Vitória, em Jardim da Penha.

* * *

**A CANTORA** gospel Midian Lima estará amanhã no "Programa Raul Gil", a partir das 14h15, na TV Tribuna/SBT.

* * *

**"FIDELIDADE** e Deus" é o tema da palestra de Zunara Cremasco Tavares na terça-feira, às 20h, para a Casa Espírita de Coqueiral, pelo Zoom. Link pelo Instagram @casaespiritadecoqueiral.

TRAGÉDIA EM SANTA MARIA DE JETIBÁ

# "Ela é uma heroína", diz irmão de jovem morta por padrasto

**Gilson Oto Hammer afirmou que Angélica lutou para salvar a mãe das agressões do padrasto e acabou sendo assassinada**

**GILSON HAMMER** publicou em suas redes sociais um desabafo sobre a morte da sua irmã Angélica (destaque)

Marcos Barcelos

A dor da perda de um familiar é algo que não se traduz com poucas palavras. Gilson Oto Hammer, de 25 anos, irmão de Angélica, jovem morta pelo padrasto com golpes de facão, em Santa Maria de Jetibá, no domingo, publicou em suas redes sociais um desabafo sobre a história.

"Ela lutou para salvar a minha mãe do meu padrasto e acabou sendo morta no processo. A minha irmã foi uma heroína. Te amamos tanto Zeca (Angélica), nunca vamos te esquecer", publicou Gilson.

Ele ainda completa, relembrando uma fala da outra irmã, Fernanda, de 14 anos. "Ela foi especial para muita gente, ela lutou para poder ficar com a Fernanda, para tirar ela de perto do meu padrasto. Nas palavras da Fernanda: 'Ela foi como uma mãe pra mim'".

Na carta, Gilson comenta que a adolescente já não corre mais riscos e já sabe do que aconteceu com a irmã mais velha. "Ela chorou muito, foi muito triste. A gente está se consolando, rindo e chorando, lembrando da Angélica".

Quanto à mãe, Gilson informou que ela está se recuperando bem na UTI, mas que por recomendações médicas, ele não pode informá-la sobre a morte de Angélica.

"Fui ver ela hoje (quarta), está muito abalada, está com muita dificuldade pra falar. Disse que me amava, pediu pelas duas filhas (Fernanda e Eluana, de 9 anos). Eu vi em seu rosto, ela parece saber o que houve com a falecida filha".

O irmão de Angélica afirma estar bem, apesar dos acontecimentos e diz que agora ele pode ficar de luto pela morte da irmã.

"Obrigado a todos que mandaram mensagem de apoio, oraram por nós e que foram ao velório da Angélica. Ela tinha tantos sonhos, ainda ia realizar tanta coisa e isso foi interrompido".

Em outra postagem, Gilson também agradeceu especialmente a **TV Tribuna/SBT** pela leitura da carta em homenagem à irmã.

"Obrigado, **TV Tribuna**, pela linda homenagem! Nunca vou esquecer! Eu cheguei a dar uma entrevista assim que cheguei ao hospital. A princípio, nem queria dar, mas eu estava tão feliz em poder ver a minha irmã e compartilhar essa alegria que acabei cedendo. Fui tão bem tratado por todos vocês".

Gilson reforça que em breve estarão de volta para casa. "A minha irmã vai ficar bem e minha mãe está respondendo bem e deve se recuperar. Em breve, iremos todos para casa, vamos viver o nosso luto".

# Marido encontra a mulher morta em casa

Um profissional de offshore, que trabalha embarcado em uma plataforma, encontrou a mulher morta ao chegar no apartamento do casal, na manhã de quarta-feira, em Guarapari.

O corpo da mulher estava em adiantado estado de decomposição dentro da residência, em um condomínio na Praia do Morro.

O homem acionou a Polícia Militar e contou aos policiais que não conseguia falar mais com a mulher desde segunda-feira, data em que desembarcou no Rio de Janeiro, após o serviço.

Ele seguiu para a cidade de Guarapari e, quando abriu a porta do apartamento, encontrou a mulher morta.

Aos policiais, ele informou que chegou a procurar os familiares para avisar que não estava conseguindo falar por telefone com a companheira, mas outras pessoas da família também não conseguiram contato.

A Polícia Civil registrou o fato como encontro de cadáver, e o corpo da mulher foi encaminhado para o Departamento Médico Legal (DML), em Vitória, para identificação e realização de exame cadavérico, que deve identificar a causa da morte.

O motivo da morte segue sendo um mistério. A polícia não informou se há uma linha de investigação para uma causa específica.

**PRAIA DO MORRO:** mistério

# Novas ameaças para expulsar moradores

Dois dias depois de serem atacados com uma bomba caseira, moradores do "Beco da Miséria", em Divino Espírito Santo, Vila Velha, continuam vivendo um pesadelo: a madrugada de ontem foi de mais tiroteio, que durou 20 minutos.

Além disso, eles foram surpreendidos com uma mensagem ameaçadora: um urso de pelúcia foi deixado em um poste, pendurado pela cabeça com uma faca. Os ataques têm como objetivo expulsar moradores da região, sobretudo aqueles que têm alguma ligação familiar com antigos traficantes do bairro, que já estão presos.

"Eles vieram no mesmo horário, às 2 horas. Entraram no beco atirando e ficaram uns 20 minutos. Dessa vez, eles foram tão espertos que não deixaram nem as cápsulas no chão", revelou uma mulher, que preferiu não se identificar.

Na terça-feira, bandidos deixaram uma granada na porta de um prédio. O esquadrão antibombas precisou ser acionado para detonar o artefato.

Com os constantes tiroteios, os moradores estão deixando até de levar crianças para a escola. Eles disseram que a Polícia Militar esteve no local, pela madrugada.

A assessoria de imprensa da corporação foi questionada, para saber se algum suspeito foi abordado, mas respondeu que não encontrou a ocorrência.

**URSO** é pendurado em poste

## GIRO RÁPIDO

### Bandido finge estar armado e comete roubo

Uma mulher de 45 anos e a neta de 6 anos foram abordadas por um assaltante, na noite de quarta-feira, na BR-262, no bairro Santa Cecília, Cariacica. Ele fingiu estar armado, usando uma blusa enrolada dentro de uma sacola, e levou a bolsa da vítima.

Pessoas que passavam na rua foram atrás do suspeito. Policiais viram a cena e conseguiram prender o criminoso, um jovem de 20 anos. Ele foi encaminhado ao presídio.

### Preso com carro roubado em Vitória

Um homem foi preso, ontem, às 13h30, com um carro roubado, na avenida Florentino Avidos, no centro de Vitória. Ele tem mais de 10 passagens por crimes, como roubo, tráfico de entorpecentes e lesão corporal. Ele foi encaminhado para a Delegacia Regional de Vitória.

No carro estavam outros três ocupantes. Todos eles têm passagens pela Justiça, mas foram liberados por não terem pendências.

### Pulo no mar para fugir da prisão

Um jovem de 26 anos pulou no mar agitado da Barra do Jucu, em Vila Velha, para tentar escapar da prisão, na quarta-feira à noite.

O rapaz, que estava com uma sacola cheia de drogas, foi detido pela Guarda Municipal.

Ele estava com uma bolsa com seis pedras de crack, 69 buchas de maconha, 17 pinos de cocaína e dinheiro.

O rapaz admitiu que estava traficando no local há apenas dois dias e foi autuado por tráfico de drogas.

### Rapaz morre em confronto com a PM

Um jovem foi morto em confronto contra a polícia na tarde de ontem, no bairro Oriente, Cariacica. Segundo a Polícia Civil, uma equipe foi surpreendida por um indivíduo que realizou disparos contra os policiais, que revidaram para se defenderem.

Segundo uma moradora do bairro, ele teria levado um tiro nas costas. O corpo foi levado ao Departamento Médico Legal de Vitória. Com o jovem, foi apreendida uma arma calibre 38.

## › PATER



## EM ALTA

### VALORIZAÇÃO DE IMÓVEIS

Vitória foi a capital em que as residências tiveram maior valorização no País, com aumento de 22,45%. O dado é do índice FipeZap, que analisa valor de imóveis nas 50 maiores cidades brasileiras.

Essa valorização, segundo especialistas, é explicada pela pouca oferta de terrenos e a alta demanda por imóveis.

## EM BAIXA

### CONTAS FALSAS

Vazamentos de dados ocorridos no ano passado facilitaram a criação de 10 mil contas falsas em plataformas digitais com informações de moradores do Estado.

Em todo o País, hackers criaram 500 mil contas falsas com emails vazados em 2021, ano em que o País registrou 3,7 tentativas de fraude online por minuto.

# OPINIÃO DO LEITOR

### Democracia

É sabido que a democracia é o melhor sistema de governo! Por que aqui, no Brasil, existem tantas maracutaias, conchavos e interesses outros? Isso naturalmente é a razão da corrupção, malversação e de outros escândalos políticos.

O que se observa é que nenhum político eleito consegue ficar livre destas amarras ou acordos políticos para governar. É o chamado toma lá, dá cá político!

**Valdeci Carvalho Ferreira**
**Mata da Serra — Serra**

### Eduardo Cunha

Eduardo Cunha, ainda inelegível, se filia ao Pros-SP, comanda o partido e pretende disputar uma cadeira no Congresso nas próximas eleições (**A Tribuna** de 22/03).

Tudo bem, cumprido o prazo da inelegibilidade, readquirirá seus direitos políticos e poderá ser candidato.

O que estranha é que já se possa filiar a um partido político e comandá-lo, ainda estando inelegível. Em nosso País, o que se vê são concessões estranhas aos políticos.

**Roberto Pimentel**
**Praia do Canto — Vitória**

Mande sua correspondência para **A Tribuna**, seção Cartas, rua Joaquim Plácido da Silva, 225 - Ilha de Santa Maria - CEP 29061.070 - Vitória (ES) ou envie para e-mail opiniao@redetribuna.com.br. As cartas devem conter nome completo, endereço, identidade ou CPF e telefone. O tamanho não pode exceder 800 caracteres.

# TRIBUNA LIVRE

EDÉZIO CALDEIRA

## Projetos que atravessam gerações deixam obras inacabadas

As catedrais góticas europeias são mundialmente admiradas como exemplos da engenhosidade e da capacidade humana de realizar projetos que, de tão ousados, tiveram que atravessar gerações para serem concluídos.

Todas as grandes catedrais europeias levaram séculos para ficar prontas. Somente para citar algumas, a catedral de Notre Dame de Paris levou 182 anos. A catedral de Milão, mais de 400 anos, e a de Colônia demorou mais de 600 anos para ser finalizada.

Os mestres construtores da época tinham plena consciência de que uma vida inteira era pouco para executar estruturas tão grandiosas e, por isso, preparavam filhos e netos para dar sequência ao trabalho por eles iniciados.

É importante lembrar que, na Idade Média, não existiam caminhões nem guindastes hidráulicos. Atualmente, nós podemos contar com máquinas potentes e equipamentos sofisticados que nos permitem projetar e construir com segurança e muita rapidez.

Também é verdade que a sociedade não concebe mais iniciar projetos que atravessam gerações.

No Brasil de hoje, tudo precisa ser realizado em um horizonte máximo de quatro anos. É grande o risco de que o governante não conclua a obra iniciada por seu antecessor. Para comprovar essa triste realidade, não faltam obras inacabadas em todo o País.

Em terras capixabas, isso não tem sido diferente. Obras que deveriam ser entregues à população dentro de um mandato, tais como a Terceira Ponte e o Aeroporto de Vitória, prolongaram-se para mais de uma década e custaram bem mais do que o orçamento inicial.

Tudo indica que, no Espírito Santo, nós continuamos não aprendendo com os erros cometidos no passado e mais uma vez nos deparamos com uma importante obra inacabada. Falo do Cais das Artes, o maior complexo cultural já projetado para o Estado, que está com as obras paralisadas desde 2015.

O governante que idealizou o projeto do Cais das Artes para que fosse concluído em três anos não logrou êxito e, mesmo tendo tido um novo mandato de governador, não concluiu a obra. O sucessor, por sua vez, não o fez no primeiro mandato e também não o fará neste segundo.

**Cais das Artes, o maior complexo cultural já projetado para o Estado, está com as obras paralisadas desde 2015**

O resultado é conhecido de todos: prejuízo para os cofres públicos e para nós que pagamos impostos; prejuízo para a cultura capixaba, privada de utilizar um equipamento de excelência e que pode colocar o Estado na rota dos grandes eventos, para não falar do incentivo que poderá dar para a arte e a cultura local; prejuízo para o turismo e a hotelaria que já poderiam estar recebendo turistas de todas as partes do Brasil e do mundo, atraídos pela notável qualidade arquitetônica e urbanística do projeto de um dos grandes mestres da arquitetura mundial que é capixaba.

Falecido em maio do ano passado, o autor do projeto, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, apesar de ter vivido 92 anos, não pôde ver concluída a sua "magnum opus" em solo capixaba.

E eu, que também sou capixaba e arquiteto, espero ser tão longevo quanto o mestre e, assim, ter mais chance de no futuro, quem sabe, ver o Cais das Artes concluído e entregue ao público.

**EDÉZIO CALDEIRA** é membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-ES).

A TRIBUNA

NASSAU - EDITORA, RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - EMPRESA FUNDADA POR JOÃO PEREIRA DOS SANTOS

**SEDE PRÓPRIA:** Rua Joaquim Plácido da Silva, 225 - Ilha de Santa Maria - CEP 29.051-070, Vitória-ES
Fone: (27) 3331-9000 / Fax(Redação): (27) 3223-7340; **FILIAL/RECIFE-PE:** Fone: (81) 3493-8555 / Fax: (81) 3493-8511

**EDITOR GERAL** Luciano Rangel
**DIRETOR COMERCIAL** Ricardo Uchôa Matos
**DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO** Isaías Fraga
**DIRETOR TÉCNICO INDUSTRIAL** Júlio Vantil

ANJ Associação Nacional de Jornais — SINDJORES — Instituto Verificador de Comunicação IVC

**FALE COM A REDAÇÃO**
GERAL 3331-9000
WHATSAPP (27) 99934-7735

EDITOR EXECUTIVO
Joel Soprani
3331-9014
joelsoprani@redetribuna.com.br

CHEFIA DE REPORTAGEM
3331-9015/3331-9045
giovanarangel@redetribuna.com.br

AT2
3331-9029
at2@redetribuna.com.br

ESPORTES
3331-9031
esportes@redetribuna.com.br

ECONOMIA/CONCURSOS
3331-9235
economia@redetribuna.com.br

CIDADES/REGIONAL
3331-9057
cidades@redetribuna.com.br

POLÍTICA
3331-9027
politica@redetribuna.com.br

POLÍCIA
3331-9035/3331-9013/3331-9034
policia@redetribuna.com.br

OPINIÃO
3331-9122
opiniao@redetribuna.com.br

PLANTÃO
**TRIBUNA ONLINE** 99880-1942
**CACHOEIRO** (28) 99881-3925
**GUARAPARI** 99863-4558
**QUAL A BRONCA?** 3331-9161

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(27) 3323-6333

FALE COM O EDITOR RAFAEL GUZZO E-MAIL: economia@redetribuna.com.br

# Contas falsas com dados de moradores do Estado

**Fraude fez 10 mil vítimas no Espírito Santo e foi realizada em diversas plataformas digitais, como lojas e serviços de vídeos, filmes e músicas**

Simony Giuberti

Os inúmeros vazamentos de dados que aconteceram no ano passado continuam a dar prejuízos nas mãos de golpistas. Desta vez, milhares de contas falsas em plataformas digitais foram criadas, inclusive com informações de usuários do Estado.

Em todo o País, hackers criaram 500 mil contas falsas com emails vazados em 2021, ano em que o País registrou 3,7 tentativas de fraude online por minuto. No Estado, este número é de cerca de 10 mil, segundo especialistas.

Os dados constam de um estudo elaborado pelo AllowMe, empresa especializada em proteção de identidades digitais. Segundo a pesquisa, o roubo de contas foi o golpe mais aplicado no Brasil durante todo o ano passado.

Essas contas falsas foram criadas em diversas plataformas digitais, segundo o especialista em Segurança da Informação e professor da UCL, João Paulo Chamon.

"Contas em sites, em plataformas digitais, lojas e serviços digitais. Eles pegaram esses emails e foram criando contas. Mas o foco deles não são os usuários finais e sim as empresas que estão prestando os serviços ou produtos na internet", destacou Chamon.

Ele explicou como os fraudadores conseguem vantagem financeira com esse tipo de golpe.

"Por exemplo, cada conta nova, dependendo da plataforma, dá bonificação. Então eles vão juntando essas bonificações e depois transformam em dinheiro. Eles concentram em uma conta só. O estelionato está em criar várias contas em cima de uma plataforma que está querendo captar clientes e não golpistas", ressaltou ele.

DIVULGAÇÃO

**HACKERS** que roubam dados e contas de internautas representaram o golpe mais aplicado no Brasil em 2021

O estudo mostra que o setor financeiro era o maior alvo, como programas de fidelidade, sistemas de avaliações online e fintechs. Gustavo Monteiro, managing director do AllowMe, explicou um pouco mais sobre o golpe, em entrevista para a Folha de São Paulo.

"O fraudador busca setores em que ele consegue transformar aquele ativo roubado em dinheiro ou algo que seja importante para ele – e de maneira rápida. O setor de milhas, por exemplo, é um lugar que ele consegue transformar aquilo em dinheiro mais rapidamente", explica Monteiro.

Chamon afirmou ainda que o golpe é aplicado com a ajuda da automação. "Ele não faz isso manualmente, ele tem uma automação. Então em um dia, ele pode fazer uns R$ 5 mil fácil".

Ele alertou ainda sobre os perigos desse tipo de golpe para as startups. "Isso pode quebrar uma startup. Essas startups criam as bonificações para trair clientes. Então isso pode ser muito prejudicial para as empresas".

LEONE IGLESIAS – 25/01/2020

**CHAMON:** prejuízos com golpes

## ANÁLISE

**Paulo Roberto Penha**, especialista em cibersegurança

### "Usuários induzidos a fornecer dados"

"Constantemente ocorrem vazamentos de informações pessoais custodiadas em terceiros. Os vazamentos ocorrem por falta de segurança, riscos aceitados e falhas humanas.

Nesta fuga de base de dados de clientes, existem informações básicas suficientes para iniciativas de aberturas de contas. Quando necessário, os meliantes obtêm mais informações com uso de 'Engenharia Social', induzindo usuários a fornecer informações pessoais.

De posse destas informações, os oportunistas fraudadores abrem contas fantasmas e aplicam fraudes. A medida em que crescem as possibilidades, facilidades e disponibilidades, criam-se oportunidades para os novos golpes".

## Bandidos simulam robô do INSS para dar golpes

Criminosos estão se passando por uma suposta "central de atendimento" para aplicar golpes em beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Eles se aproveitam da imagem da Helô, assistente virtual do órgão.

As abordagens acontecem através do WhatsApp. Os criminosos atraem os segurados com algumas informações que possuem e com números de protocolos falsos.

O INSS orientou que caso o segurado receba este tipo de mensagem, bloqueiem imediatamente o contato e não forneçam nenhuma informação como dados pessoais, fotos ou documentos.

Esclareceu ainda que a Helô é um plantão de dúvidas que pode ser acessada apenas pelo Meu INSS e nunca busca o segurado pelo WhatsApp para "conversar".

## SAIBA MAIS

### Cuidados com senhas

- ALGUNS CUIDADOS são necessários para evitar a exposição de dados na internet, segundo especialistas.
- UMA DAS ORIENTAÇÕES é evitar o número de senhas simples e repetidas. A troca das senhas também é uma dica para aumentar a proteção.
- EVITE AINDA CLICAR em links desconhecidos que possam ser enviados através de WhatsApp, email ou mensagem de SMS.
- AINDA SEGUNDO os especialistas, a publicação de dados pessoais na internet deve ser evitada.
- O CUIDADO deve ser redobrado quando se for utilizar redes com wi-fi gratuito.

Fonte: Pesquisa AT.

MERCADO IMOBILIÁRIO

# Vitória é a campeã em valorização

**A capixaba foi a capital com maior alta no valor de imóveis em 12 meses, num acumulado de 22,45%. Em todo o País, a alta média foi de 5,71%**

**Matheus Souza**

Vitória foi a capital em que as residências tiveram maior valorização imobiliária, com aumento de 22,45%. O dado é do índice FipeZap, que monitora o valor dos imóveis nas 50 maiores cidades brasileiras.

O levantamento também mostrou que, no Brasil, o preço dos imóveis residenciais subiu 5,71% nos últimos 12 meses.

O consultor imobiliário José Luiz Kfuri explica que a valorização de Vitória é explicada pela pouca oferta de terrenos para construir e a grande demanda por imóveis.

"Vitória é objeto de desejo das pessoas e, há bastante tempo, já não dispõe de terrenos para se construir. Isso tem feito com que os novos empreendimentos estejam com valores acima da média. A própria Praia do Canto teve um aumento discrepante no preço do m² durante a pandemia", conta.

No ranking que mede o aumento dos preços da venda, a capital do Estado foi seguida por Maceió (17,93%), Goiânia (17,44%), Florianópolis (16,35%) e Curitiba (13,98%).

"Muitos estão se deslocando das grandes metrópoles, como São Paulo e Rio, porque o custo de vida aqui é mais em conta. Vitória é uma cidade menos conturbada. Ela é uma cidade pequena, com o aparato de uma cidade grande", afirmou o advogado imobiliário Diovano Rosetti.

Para o economista membro do Conselho Regional de Economia (Corecon-ES) Sebastião Demuner, um dos fatores que explica essa valorização é a confiabilidade do mercado imobiliário.

"Vitória está entre as cidades com melhor qualidade vida, sem contar a oferta de bons empregos. Com as incertezas do mercado financeiro, muitas pessoas acabaram partindo para o mercado de imóveis, que é mais certo e definido. Isso provocou o encarecimento", avalia o economista.

Outro fator que contribuiu para a expressiva valorização de imóveis na capital foi a mudança de estilo de vida com a pandemia, informou o diretor da Indústria Imobiliária do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Espírito Santo (Sinduscon-ES), Leandro Lorenzon.

"A pandemia fez aumentar a busca por imóveis residenciais. Pessoas que tinham moradias obsoletas passaram a procurar imóveis de melhor qualidade, mais confortáveis. Muitos incluíram escritórios em casa. Isso ocorreu no Brasil inteiro. E ainda teve o aumento de preços dos materiais da construção civil", detalhou.

ANTONIO MOREIRA – 07/01/2022

**PRAIA DO CANTO** é o bairro que tem preços mais altos em Vitória. Com poucos terrenos, metro quadrado custa em média R$ 10.354, segundo o FipeZap

## SAIBA MAIS

### Ranking de aumento nos preços de imóveis

| | CAPITAL | VARIAÇÃO |
|---|---|---|
| 1º | Vitória (ES) | +22,45% |
| 2º | Maceió(AL) | +17,93% |
| 3º | Goiânia (GO) | +17,44% |
| 4º | Florianópolis (SC) | +16,35% |
| 5º | Curitiba (PR) | +13,98% |
| 6º | Campo Grande (MT) | +9,34% |
| 7º | Brasília (DF) | +9,25% |
| 8º | João Pessoa (PB) | +8,73% |
| 9º | Manaus (AM) | +8,65% |
| 10º | Fortaleza (CE) | +7,92% |

### Bairros mais caros do País (por metro quadrado)

| | BAIRRO | VARIAÇÃO |
|---|---|---|
| 1 | Leblon (RJ) | R$ 21.612,19 |
| 2 | Vila Nova Conceição (SP) | R$ 20.569,77 |
| 3 | Ipanema (RJ) | R$ 18.910,03 |
| 4 | Jardim Paulistano (SP) | R$ 17.290,33 |
| 5 | Cidade Jardim (SP) | R$ 16.955,21 |
| 6 | Vidigal (RJ) | R$ 16.616,66 |
| 7 | Vila Olímpia (SP) | R$ 16.517,19 |
| 8 | Lagoa (RJ) | R$ 16.463,65 |
| 9 | Ibirapuera (SP) | R$ 16.451,16 |
| 10 | Jardim Botânico (RJ) | R$ 15.893,87 |

### Preço médio por metro quadrado

| | CAPITAL | VARIAÇÃO |
|---|---|---|
| 1 | São Paulo (SP) | R$ 9.787/m² |
| 2 | Rio de Janeiro (RJ) | R$ 9.682/m² |
| 3 | **Vitória (ES)** | **R$ 8.843/m²** |
| 4 | Florianópolis (SC) | R$ 8.794/m² |
| 5 | Brasília (DF) | R$ 8.723/m² |
| 6 | Salvador (BA) | R$ 5.404/m² |
| 7 | Goiânia (GO) | R$ 5.333/m² |
| 8 | João Pessoa (PB) | R$ 5.015/m² |
| 9 | Campo Grande (MT) | R$ 4.749/m² |

### Bairros mais caros de Vitória (por metro quadrado)

| | BAIRRO | VARIAÇÃO |
|---|---|---|
| 1 | Praia do Canto | R$ 10.354 |
| 2 | Mata da Praia | R$ 9.775 |
| 3 | Barro Vermelho | R$ 9.615 |
| 4 | Enseada do Suá | R$ 9.154 |
| 5 | Aeroporto | R$ 7.720 |
| 6 | Bento Ferreira | R$ 7.134 |
| 7 | Santa Lúcia | R$ 7.120 |
| 8 | Jardim da Penha | R$ 6.994 |
| 9 | Jardim Camburi | R$ 6.740 |
| 10 | Centro | R$ 2.651 |

### Aumento em fevereiro no preço de venda residencial

| | CIDADE | VARIAÇÃO |
|---|---|---|
| 1 | Vitória (ES) | +2,36% |
| 2 | Goiânia (GO) | +2,25% |
| 3 | Campo Grande (MT) | +1,50% |
| 4 | Fortaleza (CE) | +1,18% |
| 5 | Maceió (AL) | +1,15% |
| 6 | João Pessoa (PB) | +1,09% |
| 7 | Florianópolis (SC) | +1,07% |

**Fonte:** Índice FipeZAP+

## Líder em ocupação de hotéis no País

Em 2021, Vitória atingiu a maior taxa de ocupação da rede hoteleira no País. O resultado faz parte de uma pesquisa realizada pela Consultoria Hoteleira CoHotel.

A capital do Estado aparece com 58% de ocupação nos hotéis, seguida pela cidade de Recife, com 51% de ocupação.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no Espírito Santo (Abih-ES), Nerleo Caus, o resultado representa a ascensão da capital na prateleira nacional de ofertas turísticas.

DIVULGAÇÃO

**NERLEO CAUS:** "Podemos ir além"

"Pela qualidade de Vitória, nós podemos ir muito além. É a retomada pura e simples, impulsionada pelo desejo dos turistas em conhecer o Brasil, ou seja, turismo interno em alta. Esperamos mais crescimento esse ano", conta.

O diretor da Companhia de Desenvolvimento, Inovação e Turismo de Vitória credita o bom resultado a política de enfrentamento à pandemia.

"O próprio turista enxergou que nós estávamos tomando medidas para controlar a pandemia. Eles sentiram confiança", relata.

## Indústria diz que alta vai continuar

O movimento de valorização imobiliária que Vitória vem apresentando nos últimos anos deve se manter.

Segundo o diretor da Indústria Imobiliária do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Espírito Santo (Sinduscon-ES), Leandro Lorenzon, o resultado recorde não deve se repetir.

"Dificilmente Vitória entra em recessão de preço. A capital do Estado passa por valorização há três anos, no último ano ele foi mais expressivo. Esse número não deve se repetir, mas deve ser forte."

O diretor do Sinduscon-ES também acredita que o reflexo da valorização na capital deve ser percebido nos preços e em novos empreendimentos.

"O imóvel vai continuar subindo de preço. As razões para isso são as mesmas, muita procura e pouca demanda. O imóvel novo ainda tem a pressão do aumento de custo do material de construção. Esse deve subir mais que o imóvel usado."

> "Dificilmente Vitória entra em recessão de preço. A capital passa por valorização há 3 anos"
>
> **Leandro Lorenzon, diretor do Sinduscon**

Para o diretor da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-ES) Gilmar Custódio, com este cenário de valorização surgem novos desafios à capital.

"O maior deles talvez seja a mobilidade urbana. Nós precisamos pensar em outras vias de transporte. Voltamos a discutir o aquaviário. Vitória já tem uma ciclovia que é bem estruturada. Um transporte público de qualidade valoriza a cidade."

# Casa própria com juros menores

**A Caixa reduz a partir de segunda-feira, em 0,15 ponto percentual, a taxa cobrada no crédito imobiliário na modalidade poupança**

**SÃO PAULO**

A Caixa Econômica Federal anunciou ontem que vai reduzir em 0,15 ponto percentual a taxa de juros do crédito imobiliário na linha atrelada à poupança.

Com a redução, as novas taxas partem da Taxa Referencial (TR) + 2,80% ao ano, somadas à remuneração da poupança. Segundo o banco, as contratações com as taxas reduzidas começarão a ser feitas a partir de segunda-feira.

A taxa mínima hoje é de 2,95% ao ano + índice de rendimento da poupança.

O banco não anunciou alterações nas demais linhas gerais de financiamento: na modalidade taxa fixa, os juros são a partir de 9,75% ao ano e, na modalidade TR, a partir de 8,97% ao ano + a TR, hoje em cerca de 0,9%.

No entanto, os juros da linha atrelada à poupança podem mudar quando a Selic ficar novamente abaixo de 8,5% ao ano, o que altera o rendimento da aplicação.

O anúncio foi feito pelo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, em evento organizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), ontem, em São Paulo.

**PROGRAMA**

O presidente do banco também anunciou o início da redução da taxa de crédito imobiliário pelo programa Casa Verde e Amarela para famílias que ganham de R$ 2.001 a R$ 2.400, o que já havia sido aprovado pelo Conselho Curador do FGTS na última semana.

A redução é de 0,5 ponto percentual. Para famílias do Norte e Nordeste, a taxa passa a ser de 4,25% ao ano, enquanto famílias das demais regiões pagam taxa de 4,5%.

Os novos valores começam a valer em 12 de abril. Essas pessoas serão incluídas no grupo 1 do programa, em vez da atual classificação no grupo 2.

"Isso ainda não é suficiente (para resolver problema habitacional), mas é um passo", diz Guimarães.

Segundo ele, o orçamento para oferta de crédito no Casa Verde e Amarela subiu 20% neste ano.

O banco projeta que R$ 160 bilhões serão usados em 2022 para financiamento imobiliário, no SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), com recursos da poupança, e no Casa Verde e Amarela, com fundos do FGTS, aumento de 13,5%.

Cerca de R$ 100 bilhões serão destinados aos financiamentos do SBPE.

**OS NÚMEROS**

**2,95%**
ao ano + índice de rendimento da poupança é a taxa aplicada hoje

**0,9%**
é a Taxa Referencial (TR)

**GUIMARÃES** diz que oferta de crédito no Casa Verde e Amarela subiu 20%

**SAIBA MAIS**

## Crédito para adaptação de imóvel

### Poupança

- A CAIXA ECONÔMICA vai reduzir os juros do financiamento da casa própria na modalidade atrelada ao rendimento da poupança.
- A TAXA MÍNIMA HOJE É DE 2,95% ao ano + índice de rendimento da poupança.
- A PARTIR DA PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA, passa a ser de 2,80% ao ano + índice de rendimento da poupança.
- O BANCO NÃO ANUNCIOU alterações nas demais linhas gerais de financiamento: na modalidade taxa fixa, os juros são a partir de 9,75% ao ano e, na modalidade TR, a partir de 8% ao ano + a TR, hoje em cerca de 0,9%.
- OS JUROS da linha atrelada à poupança podem mudar quando a Selic ficar abaixo de 8,5% ao ano.

### Casa Verde e Amarela

- O BANCO INFORMOU ainda que lançou linha de crédito para reforma e adaptação de imóveis próprios destinados a Pessoas com Deficiência (PcD), no âmbito do programa Casa Verde e Amarela.
- A NOVA LINHA começa a ser operada a partir de segunda-feira e vai oferecer o crédito com recursos do FGTS.
- O BANCO TAMBÉM informou que, a partir de 12 de abril, passarão a valer as novas condições para financiamento às famílias com renda entre R$ 2.000,01 e R$ 2.400 do Programa Casa Verde Amarela, entre elas estão: a redução da taxa de juros de 0,5 ponto percentual.

Fonte: Caixa Econômica.

# Sete dias para 2.800 servidores aposentados

Os aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) que são aniversariantes do mês de março, devem participar do recadastramento, por meio da prova de vida. Cerca de 2.800 servidores ainda não fizeram e têm 7 dias para evitar o bloqueio de suas aposentadorias.

A regra geral é de que o beneficiário proceda com o recadastramento no mês do aniversário, de forma presencial, em qualquer agência do Banestes, ou, em casos específicos, via formulário. O aposentado deve levar documento de identificação com foto, como Carteira de Habilitação, Carteira de Identidade ou Carteira de Trabalho, e também o CPF.

Quem não fizer a prova de vida dentro do prazo estabelecido, terá o pagamento do benefício suspenso até que a situação seja regularizada.

DIVULGAÇÃO

**SEDE** do IPAJM: cadastramento

**ENTENDA**

## Benefício suspenso

- ANIVERSARIANTES de março, que são aposentados ou pensionista do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), precisam fazer a prova de vida em uma agência do Banestes até a próxima quinta-feira.
- QUEM NÃO FIZER, terá o pagamento do benefício suspenso até que a situação seja regularizada.
- PARA FAZER, é necessário levar um documento com foto (RG, Carteira de Habilitação ou Carteira de Trabalho) e o CPF.

# Estado define em R$ 0,5563 ICMS sobre o litro do diesel

A cobrança de ICMS por litro de óleo diesel no Espírito Santo será de R$ 0,5563 com aplicação de desconto. Essa medida ocorre após decisão dos estados, ontem, de estabelecer uma cobrança de R$ 1,006 de ICMS por litro de óleo diesel. Por outro lado, os secretários da Fazenda dos estados também autorizaram um "desconto" sobre esse valor. Com isso, o ICMS vai variar entre R$ 0,50 por litro e R$ 1.

Esses valores valerão por, pelo menos, 12 meses. Assim, na prática, cada estado da federação terá um valor diferente do ICMS sobre o diesel.

A mudança é resultado de uma lei aprovada neste mês pelo Congresso Nacional.

**ABASTECIMENTO** com diesel

Antes da nova lei, os estados definiam um percentual que incidia sobre o preço, não um valor fixo. Por isso, quando o valor do combustível subia, a arrecadação do estado também aumentava. Hoje, o imposto federal já é cobrado sobre o litro do combustível — e não sobre o preço.

A lei só exige a mudança rapidamente para o óleo diesel. Portanto, para a gasolina, por enquanto, nada muda.

A lei determinou a criação de uma alíquota única com o objetivo de reduzir os preços dos combustíveis. Os estados fixaram uma alíquota única, mas permitiram "descontos". Com isso, para o consumidor, nada muda na bomba.

# Passageira tenta despachar botija de gás em viagem aérea

**RECIFE**

Uma mulher tentou despachar uma botija de gás no Aeroporto Internacional do Recife. O caso ocorreu na quarta, e o vídeo viralizou nas redes sociais.

"Só estou mostrando que isso não pode ser despachado. Isso é praticamente uma bomba. A senhora derruba um avião com um negócio desse", diz o homem ao abrir o pacote e retirando a botija.

Ao fundo, a mulher pergunta: "Nem vazio?". O funcionário responde que não. A Gol confirmou o ocorrido e disse que o funcionário cumpriu o procedimento padrão. Comunicou à passageira, e depois ela embarcou normalmente.

FÁBIO NUNES - 18/04/2017

**SEDE DO IEMA**, que inscreve até o início de abril para contratação por 12 meses, com possível prorrogação

# Iema abre vagas com salário de até 5.700

**São 24 chances de níveis médio e superior para atuar no Instituto Estadual de Meio Ambiente, com jornada de 40 horas semanais**

**Matheus Souza**

Estão abertas as inscrições para processos seletivos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) do Espírito Santo. Ao todo serão 24 vagas e o salário pode chegar a R$ 5.700.

São dois editais abertos. O primeiro deles, o nº 02/2022, está com oferta de 13 vagas imediatas de nível médio. A contratação será pelo prazo de 12 meses.

A jornada de trabalho é de 40 horas semanais e a remuneração é de R$ 2.003,10, além de R$ 300 em auxílio-alimentação.

Os interessados devem se inscrever, de forma online, até o dia 1º de abril no Sistema de Seleção de Designação Temporária do Estado. A seleção contará com provas de títulos como critérios classificatórios.

O segundo edital, nº 03/2022, é destinado a preencher 11 vagas de nível superior.

A contratação é pelo prazo de 12 meses, com possibilidade de prorrogação.

O cargo oferecido é o de Analista de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, que está distribuído em seis áreas.

O salário é de R$ 5.741,55 e a jornada de trabalho é de 40 horas semanais. Também há o pagamento de auxílio-alimentação no valor de R$ 300.

Há vagas para os graduados em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Econômicas, Tecnologia de Informação e Comunicação ou Engenharia ou Análise de Sistemas.

As inscrições são exclusivamente online através do site. Os interessados devem se inscrever até o dia 3 de abril. Há a exigência de experiência profissional.

## DETALHES DOS EDITAIS

### Iema

- ESTÁ COM PROCESSOS seletivos com inscrições abertas em dois editais.
- O Nº 02/2022 é de nível médio e destinado a preencher vagas para o cargo de Assistente de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos.
- O EDITAL Nº 03/2022 é destinado a profissionais de nível superior e o cargo ofertado é o de Analista de Suporte em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos.
- SALÁRIO: R$ 2.003,10 (nível médio) e R$ 5.741,55 (nível superior). Há também o pagamento de R$ 300 em auxílio-alimentação.
- JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais.
- LOCAL DE ATUAÇÃO: Jardim América, em Cariacica.
- EDITAL E INSCRIÇÕES em www.selecao.es.gov.br/
- NÃO HÁ taxa de inscrição.

Fonte: Governo do Estado e pesquisa AT.

DIVULGAÇÃO

## Guedes vê 2º mandato de Bolsonaro e País em "longo ciclo de crescimento"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a taxa de juro real elevada dos últimos meses ofusca um crescimento econômico que já pode ser considerado sustentado.

Discursando a empresários e mencionando um eventual "segundo governo" do presidente Jair Bolsonaro, que de acordo com ele transformaria "o Brasil em uma grande economia de mercado", Guedes chegou a dizer que o País já vive um "boom" econômico.

"Acho que estamos no início de um longo ciclo de crescimento", afirmou o ministro durante abertura de evento do Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) na capital paulista. Nas contas dele, se o País crescer 1% neste ano, significa que o compasso de crescimento da atividade econômica é de "2,5% a 3%".

# Indicadores

## ÍNDICES

### CDI

| PERÍODO | PERCENTUAL |
|---|---|
| CDI acumulado mensal | 1,00708820772460% |
| CDI acumulado 12 meses | 5,83% |

### SELIC

| PERÍODO | PERCENTUAL |
|---|---|
| Taxa Selic (anual) | 11,75% |
| Taxa Selic acumulada no ano | 2,13% |
| Taxa Selic acumulada no mês | 0,66259% |
| Taxa Selic de um dia | 0,04374% |

### OUTROS

| | |
|---|---|
| Salário mínimo | R$ 1.212 |
| Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE) | R$ 3,5084 |
| Ouro (24/03): +0,33% ▲ | R$ 300 |
| Unidade Fiscal de Referência (Ufir) | R$ 1,0641 |
| Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) (% a.a.) | 5,95% |

FONTE: www.cma.com.br

## IMPOSTO DE RENDA

| RENDIMENTO | ALÍQUOTA | DEDUÇÃO |
|---|---|---|
| Até R$ 1.903,98 | isento | - |
| De R$ 1.903,99 até R$ 2.826,65 | 7,5% | R$ 142,80 |
| De R$ 2.826,66 até R$ 3.751,05 | 15% | R$ 354,80 |
| De R$ 3.751,06 até R$ 4.664,68 | 22,5% | R$ 636,13 |
| Acima de R$ 4.664,68 | 27,5% | R$ 869,36 |

DEDUÇÕES: R$ 189,59 POR DEPENDENTE. PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL. VALOR DA CONTRIBUIÇÃO PAGA, NO MÊS, À PREVIDÊNCIA OFICIAL E A ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL.

## BOLSA DE MERCADORIAS

| PRODUTO | UNID | MÍN. | MÉD. | MÁX. |
|---|---|---|---|---|
| **CARNES** | | | | |
| Boi gordo castrado | Arroba | R$ 285 | R$ 288,74 | R$ 290 |
| Boi gordo inteiro | Arroba | R$ 285 | R$ 290,14 | R$ 295 |
| Vaca gorda | Arroba | R$ 280 | R$ 283,59 | R$ 290 |
| Frango abat. int. resfriado | kg | - | R$ 8,08 | - |
| Suíno ab. carc. | kg | - | R$ 9,05 | - |
| **OVOS** | | | | |
| brancos extra caixa 30 | dz | R$ 150 | R$ 152 | R$ 154 |
| vermelhos extra caixa 30 | dz | R$ 180 | R$ 183 | R$ 184 |
| codorna caixa 50 | dz | R$ 80 | R$ 80 | R$ 80 |
| **CEREAIS E DIVERSOS** | | | | |
| Farinha de mandioca | kg | R$ 3,95 | R$ 3,95 | R$ 3,95 |
| Feijão preto | kg | R$ 6,46 | R$ 6,54 | R$ 6,63 |
| Feijão vermelho | kg | R$ 7,13 | R$ 7,21 | R$ 7,29 |
| Milho seco | kg | R$ 2,20 | R$ 2,20 | R$ 2,20 |
| **FRUTAS** | | | | |
| Abacate comum extra | kg | R$ 3,15 | R$ 3,19 | R$ 3,25 |
| Abacaxi pérola médio | 1,5kg | R$ 2,50 | R$ 2,50 | R$ 2,50 |
| Ameixa importada | kg | R$ 10,67 | R$ 11,06 | R$ 11,35 |
| Banana prata climatizada primeira | kg | R$ 2,01 | R$ 2,16 | R$ 2,26 |
| Banana-da-terra climatizada primeira | kg | R$ 1,67 | R$ 1,75 | R$ 1,83 |
| Coco verde grande | 1,5 kg | R$ 2,80 | R$ 2,80 | R$ 2,80 |
| Laranja pera 96-140 | kg | R$ 3,94 | R$ 4,03 | R$ 4,11 |
| Limão tahiti 256-324 | kg | R$ 2,31 | R$ 2,33 | R$ 2,36 |
| Goiaba vermelha extra | kg | R$ 2,57 | R$ 2,72 | R$ 2,87 |
| Maçã fuji 110-120 | kg | R$ 6,39 | R$ 6,39 | R$ 6,39 |
| Mamão Havaí Tipo 18 | kg | R$ 4,38 | R$ 4,38 | R$ 4,38 |
| Manga palmer extra | kg | R$ 3,23 | R$ 3,44 | R$ 3,66 |
| Maracujá azedo extra AA | kg | R$ 4 | R$ 4 | R$ 4 |
| Melancia redonda graúda | kg | R$ 2,20 | R$ 2,20 | R$ 2,20 |
| Melão amarelo extra | kg | R$ 8,58 | R$ 8,75 | R$ 9 |
| Morango graúdo | kg | R$ 6,88 | R$ 7,29 | R$ 7,71 |
| Pera williams | kg | R$ 7,22 | R$ 7,50 | R$ 7,78 |
| Tomate longa vida ext. AA | kg | R$ 7,67 | R$ 8,06 | R$ 8,52 |
| Uva itália extra | kg | R$ 9,92 | R$ 10,14 | R$ 10,36 |
| **HORTALIÇAS, TUBÉRCULOS E BULBOS** | | | | |
| Abóbora jacaré (madura) | kg | R$ 2,40 | R$ 2,40 | R$ 2,40 |
| Abobrinha (princesa) | kg | R$ 1,84 | R$ 1,84 | R$ 1,84 |
| Aipim extra | kg | R$ 1,90 | R$ 1,95 | R$ 2 |
| Alface lisa | kg | R$ 3,33 | R$ 3,33 | R$ 3,33 |
| Alho importado branco chinês | kg | R$ 16 | R$ 16 | R$ 16 |
| Batata baroa extra A | kg | R$ 7 | R$ 7 | R$ 7 |
| Batata-doce extra | kg | R$ 1,96 | R$ 1,98 | R$ 2 |
| Batata lisa Ágatha pri. | kg | R$ 2,40 | R$ 2,40 | R$ 2,40 |
| Beterraba especial | kg | R$ 5,50 | R$ 5,50 | R$ 5,50 |
| Cebola amarela (C3) | kg | R$ 3,15 | R$ 3,19 | R$ 3,25 |
| Cenoura extra A | kg | R$ 9,29 | R$ 9,38 | R$ 9,50 |
| Couve-flor branca graúda | Bunid | R$ 40 | R$ 43 | R$ 44 |
| Chuchu extra | kg | R$ 1,11 | R$ 1,20 | R$ 1,33 |
| Inhame dedo extra | kg | R$ 2 | R$ 2,04 | R$ 2,10 |
| Jiló comprido extra | kg | R$ 1,67 | R$ 1,79 | R$ 1,90 |
| Pepino comum extra A | kg | R$ 1,22 | R$ 1,28 | R$ 1,35 |
| Pimentão verde | kg | R$ 3,33 | R$ 3,56 | R$ 3,78 |
| Quiabo extra | kg | R$ 4,09 | R$ 4,09 | R$ 4,09 |
| Repolho híbrido extra | kg | R$ 1,56 | R$ 1,69 | R$ 1,81 |
| Vagem macarrão extra | kg | R$ 4,14 | R$ 4,24 | R$ 4,44 |
| Vagem manteiga | kg | R$ 7,78 | R$ 7,78 | R$ 7,78 |

FONTE: INCAPER/CEASA-ES/MAPA/SEAG

## POUPANÇA (Rendimento mensal)

| | |
|---|---|
| Depósito até 3/5/2012 | 0,5% |
| Depósito a partir de 4/5/2012 | 0,5% |

OBS.: DEPÓSITOS FEITOS A PARTIR DE 4 DE MAIO DE 2012, RENDEM 70% DA SELIC MAIS A TR (HOJE ZERADA) QUANDO A TAXA DE JUROS ESTIVER ABAIXO DE 8,5% AO ANO. SE A TAXA ANUAL FOR MAIOR QUE 8,5%, O RENDIMENTO É DE 0,5% AO MÊS MAIS A TR.

## COTAÇÕES DO CAFÉ (24/03)

| | |
|---|---|
| Arábica, Bebida dura, 20% de cata | R$ 1.237 |
| Arábica, Bebida rio, 30% de cata | R$ 1.093 |
| Conilon Tipo 7/8 | R$ 733 |

FONTE: Centro do Comércio de Café de Vitória (CCCV)

## INSS

### EMPREGADOS

| DE | ATÉ | ALÍQUOTA | DEDUÇÃO |
|---|---|---|---|
| - | R$ 1.212 | 7,5% | - |
| R$ 1.212,01 | R$ 2.427,35 | 9% | R$ 18,18 |
| R$ 2.427,35 | R$ 3.641,03 | 12% | R$ 91 |
| R$ 3.641,04 | R$ 7.087,22 | 14% | R$ 163,82 |

OBS.: COM A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, AS ALÍQUOTAS SE TORNARAM PROGRESSIVAS, COBRADAS APENAS SOBRE A PARCELA DO SALÁRIO QUE SE ENQUADRAR EM CADA FAIXA. ASSIM O PERCENTUAL DE FATO DESCONTADO DO TOTAL DOS GANHOS É DIFERENTE, CHEGANDO AO MÁXIMO DE 11,69%.

### CONTRIBUINTE INDIVIDUAL E FACULTATIVO

| SALÁRIO-BASE DE CONTRIBUIÇÃO | R$ | % | R$ |
|---|---|---|---|
| Valor mínimo | 1.212 | 11 | 133,32 |
| Valor máximo | 7.087,22 | 20 | 1.422,24 |

## CÂMBIO (24/03)

| MOEDAS | COMPRA | VENDA |
|---|---|---|
| Dólar comercial | R$ 4,831 | R$ 4,832 |
| Dólar turismo (espécie) | R$ 4,830 | R$ 4,997 |
| Euro | R$ 5,313 | R$ 5,318 |
| Dólar canadense | R$ 3,855 | R$ 3,857 |
| Franco suíço | R$ 5,191 | R$ 5,193 |
| Iene | R$ 0,039 | R$ 0,040 |
| Libra esterlina | R$ 6,370 | R$ 6,372 |
| Peso argentino | R$ 0,043 | R$ 0,044 |

FONTE: Banco Central e UOL

## BOLSA NO BRASIL (24/03)

**Ibovespa 119.052 +1,36% ▲**

| AÇÃO | COTAÇÃO | VARIAÇÃO | |
|---|---|---|---|
| Banestes ON (BEES3) | R$ 4,97 | - | |
| Petrobras ON (PETR3) | R$ 34,97 | +1,72% | ▲ |
| Petrobras PN (PETR4) | R$ 32,42 | +1,15% | ▲ |
| Vale ON (VALE3) | R$ 96,91 | +0,54% | ▲ |
| Suzano ON (SUZB3) | R$ 60,37 | +0,94% | ▲ |
| Oi ON (OIBR3) | R$ 0,83 | +3,75% | ▲ |
| Usiminas PNA (USIM5) | R$ 14,38 | +0,63% | ▲ |
| B. do Brasil ON (BBAS3) | R$ 35,32 | +1,15% | ▲ |

## INFLAÇÃO (%)

| ÍNDICE (%) | JAN. | FEV. | ACUM. ANO | ACUM. 12 MESES |
|---|---|---|---|---|
| IPC (FGV) | 0,74 | 0,28 | 0,49 | 9,30 |
| IGP-M (FGV) | 1,82 | 1,83 | 3,08 | 16,12 |
| INPC (IBGE) | 0,67 | 1,00 | 1,67 | 10,79 |

### REAJUSTES DE ALUGUEL

| ÍNDICES | ACUMULADO % ATÉ FEVEREIRO | | | ACUMULADO % ATÉ MARÇO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TRIM. | SEM. | ANUAL | TRIM. | SEM. | ANUAL |
| Fipe | 2,04 | 5,73 | 9,81 | 2,23 | 5,17 | 10,35 |
| IGP-DI | 2,69 | 3,61 | 16,71 | 4,83 | 5,31 | 15,34 |
| IGP-M | 2,73 | 3,40 | 16,92 | 4,59 | 4,80 | 16,12 |
| INPC | 2,26 | 5,81 | 10,80 | 1,40 | 4,88 | 9,70 |
| IVAR | 3,34 | 2,50 | 1,23 | 5,53 | 5,35 | 4,76 |

ACUMULADO ATÉ JANEIRO REAJUSTA ALUGUÉIS A PARTIR DE FEVEREIRO, PARA PAGAMENTO EM MARÇO. ACUMULADO ATÉ FEVEREIRO, REAJUSTA ALUGUÉIS A PARTIR DE MARÇO PARA PAGAMENTO EM ABRIL.
FONTE: Lucas Renevale, corretor de imóveis

## CUSTO DA CONSTRUÇÃO

| MÊS | VALOR (M²) | VARIAÇÃO MENSAL | VARIAÇÃO 12 MESES |
|---|---|---|---|
| Fevereiro | R$ 2.166,91 | +0,79% | +16,12% |
| Janeiro | R$ 2.151,63 | +0,36% | +16,17% |
| Dezembro | R$ 2.144,17 | +0,53% | +16,68% |

# Política



CÂMARA DA SERRA

## CPI da Cesan divulga resultado de análises

**Presidente da comissão antecipa que amostras de três estações de tratamento de esgoto do município indicaram problemas**

Rodrigo Péret

A Comissão Especial de Inquérito (chamada pelos parlamentares de CPI da Cesan) que investiga supostas irregularidades no tratamento de esgoto no município da Serra realiza hoje uma reunião para falar das ações e dos resultados das operações.

A reunião será às 14 horas, no plenário da Câmara Municipal, em Serra-Sede. O vereador e presidente da CPI do Saneamento, Anderson Muniz, explica que foram recolhidas amostras de três Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) na região, e as três mostraram resultados preocupantes.

"Nós vamos apresentar para a sociedade os resultados laboratoriais e, também, a nota técnica da Prefeitura da Serra, que mostra que as ETEs de Manguinhos, Furnas e Jardins não atendem as portarias de outorgas ambientais que haviam sido estabelecidas. Ou seja, as três estão em desconformidade com a legislação ambiental", explica.

Com o resultado, o vereador pretende cobrar a suspensão da cobrança da tarifa de esgoto no município. "O que a população está mais estarrecida é justamente pagar uma taxa muito alta, absurda de esgoto, um reajuste recente foi de 9%, e o esgoto está sendo mal tratado. É uma falta de respeito".

O gerente da Parceria Público-Privada (PPP) da Cesan Douglas Couzi, que é o responsável da companhia para responder sobre a questão da CPI, afirmou na edição do último dia 13, da Coluna Plenário, que ainda não tinha acesso às análises, que foram coletadas entre os dias 9 e 15 de fevereiro e, na época, estavam começando a ser divulgadas na imprensa.

Ele disse que entraria em contato para solicitar todos os laudos, devidamente assinados, para avaliar se os dados estão em conformidade com o contrato e as datas das análises para saber se as estações estavam operando de forma natural.

A PPP foi a primeira do Estado e está em operação desde janeiro de 2015. O modelo da PPP adotada na Serra consiste no seguinte: a Cesan deixa de operar diretamente a coleta e o tratamento de esgoto e cede seus equipamentos e estrutura para a empresa parceira, a Ambiental Serra. Em contrapartida, a parceira deve fazer investimentos para universalizar a coleta e o tratamento de esgoto.

ANTONIO MOREIRA — 15/03/2022

**ESTAÇÃO de tratamento de esgoto na Serra: pedido de suspensão de tarifa**

## Prefeito quer criar cargos com verba de reajuste, diz sindicato

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Fundão, Leonardo Oliveira, acusa o prefeito do município, Gil Borges (PSB), de estar criando cargos com verba que deveria ser destinada para reajustes salariais.

Segundo Leonardo, um projeto de lei de reestruturação administrativa, enviado pelo prefeito para a Câmara, pretende criar 85 cargos comissionados na prefeitura, causando um aumento em torno de R$ 3,8 milhões no gasto anual da gestão pública.

"Ele está usando o que tem de caixa, de limite de gastos com pessoal, para fazer isso, ao invés de investir em servidores de carreira, que estão ganhando, em alguns casos, até menos que um salário mínimo. O servidor já ultrapassou 35% de perdas inflacionárias e o reajuste proposto não chega nem perto disso."

Ele ainda afirma que um artigo do projeto estaria revogando outra lei que garantia ticket-alimentação para servidores afastados por doença e mulheres grávidas. Leonardo diz que o sindicato planeja entrar com ação judicial.

"Vamos entrar com ação, porque esse projeto comprova que a prefeitura tem condições de fazer uma recomposição da forma correta. Vamos ajuizar em busca de um melhor reajuste."

**O OUTRO LADO**

### "Ele está com má-fé"

O prefeito de Fundão, Gil Borges (PSB), diz que o projeto não retira qualquer ticket-alimentação e ainda criticou o presidente do sindicato.

"Ele não leu o projeto ou está com má-fé. Criar os cargos comissionados é necessário para adequar a prefeitura à nossa realidade atual. O projeto não compromete o orário e já foi discutido em todas as secretarias. Estamos fazendo uma reforma ampla na administração pública."

# PLENÁRIO

POR RODRIGO PÉRET (INTERINO) | plenario@redetribuna.com.br

## Ferraços em siglas diferentes?

O deputado federal Neucimar Fraga, ao se filiar ao PP, afirmou que a família Ferraço poderia ir para o mesmo partido que ele. Mas os próprios membros da família não garantem isso.

A deputada Norma Ayub confirmou que é provável que se filie no mesmo partido de seu marido, mas que ainda não há nada definido. "Vou conversar com o Democratas (atual União Brasil) até para poder sair pela porta da frente. Theodorico terá uma reunião hoje (ontem) com grupos para avaliar essa questão. PP e PSD estão mais próximos de nós neste momento, e talvez nos filiemos juntos. Mas não é garantido."

Theodorico, por outro lado, disse que a família é indivisível, mas que nem por isso todos os três membros se filiarão juntos: "Não estamos num coronelismo. Não tem problema nenhum cada membro da família ir para um partido diferente, por exemplo. Mas só definiremos isso lá pela segunda-feira."

* * *

### Ricardo em outra sigla?

Se o PP é favorito para receber o casal, as falas indicam, nas entrelinhas, que há chances de Ricardo Ferraço se filiar em outra sigla.

Cabe lembrar, porém, que Ricardo é fortemente cotado para ser candidato a vice-governador na chapa de reeleição do governador Renato Casagrande. E não é segredo que o PP deseja ter essa vaga.

### Lauriete não!

Na lista de futuros filiados do PP citada por Neucimar publicamente, estaria a deputada federal Lauriete. Mas o PSC nega. "É uma clara tentativa de desconstruir chapas. Neucimar falta com a verdade, é lamentável essa afirmação. Lauriete é PSC e projetamos eleger de um a dois deputados federais", disse Reginaldo Almeida, presidente estadual da sigla.

* * *

### Vem aí o Carnaval de Vitória!

Os ensaios das escolas de samba de Vitória para o Carnaval começaram nesta semana, no Sambão do Povo. E a vereadora Karla Coser (PT) foi uma das políticas que prestigiou com maior animação, até bebendo uma cervejinha. "Hoje pode!", brincou a vereadora em publicação nas redes sociais.

### Em agendas

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaes), Júlio Mendel, que pleiteia uma vaga no Legislativo capixaba neste ano, começou a rodar o Estado realizando agendas com sindicatos e agricultores.

O objetivo é viabilizar a reeleição como presidente da entidade e, ao mesmo tempo, anunciar a pré-candidatura a deputado estadual. Ele é, atualmente, filiado ao PT, e deve continuar na sigla.

* * *

### Presidente da Câmara da Serra deixa o PRTB

O vereador e presidente da Câmara da Serra, Rodrigo Caldeira, conseguiu autorização judicial do Tribunal Regional Eleitoral para deixar o PRTB, e já fala em ter "simpatia" pelo PSDB, indicando uma filiação. O vereador serrano falou ainda que tem uma boa relação com o presidente do PSDB-ES, o deputado estadual Vandinho Leite, e que isso poderia ser um fator positivo para uma futura filiação. Caldeira já afirma que quer disputar a Câmara Federal em 2022.

**GALERIA**

**AVANÇOU**

Na Câmara de Vitória, projeto de lei que pretende alterar o início da contagem da licença-maternidade em casos de nascimento de bebês prematuros avançou em forma de indicação ao Executivo. A proposta é do presidente da Casa, Davi Esmael (PSD).

**PAVILHÃO DE CARAPINA**

A Frente Parlamentar da Parceria Público-Privada da Assembleia Legislativa, liderada pelo deputado Bruno Lamas (PSD), se reuniu com empresários do turismo para discutir o destino do Pavilhão de Carapina, na Serra. Os empresários querem um auditório climatizado no local.

**VALIDADE DO LAUDO**

Foi aprovado projeto do vereador de Vitória Armandinho, que tira a necessidade de atualizar a validade do laudo para Síndrome de Down.

**DESAFIOS NA ASSEMBLEIA**

Ely Blunck, apresentador do programa "Desafios", na TV Tribuna, foi convidado pelo PSDB e será pré-candidato a deputado estadual.

BOLSONARO tem 34% das intenções de votos num eventual segundo turno, crescimento de 4 pontos percentuais

DATAFOLHA

# Bolsonaro mais perto de Lula em pesquisa

**Levantamento revela reação do Presidente, diminuindo em oito pontos percentuais a vantagem do petista, que segue na liderança**

SÃO PAULO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) reduziu em oito pontos a distância no segundo turno para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). É o que aponta a nova pesquisa Datafolha, divulgada ontem.

De acordo com a pesquisa, a intenção de voto em Bolsonaro em um eventual segundo turno cresceu de 30% para 34% desde a última pesquisa em dezembro. Já a de Lula caiu de 59% para 55% no mesmo período. Com isso, a vantagem que já foi de 29%, caiu para 21% nesse novo levantamento.

Lula segue liderando o primeiro turno, com 43% das intenções de voto. Bolsonaro aparece em segundo lugar com 26%, também com desempenho superior ao que vinha registrando nas rodadas anteriores. Em seguida, aparecem os candidatos Sergio Moro (Podemos), com 8%, e Ciro Gomes (PDT), com 6%.

Eles são seguidos pelo governador paulista, João Doria (PSDB) e por André Janones (Avante), ambos com 2%. Abaixo vem o pelotão do 1%: Simone Tebet (MDB), Vera Lúcia (PSTU) e Felipe D'Ávila (Novo). Brancos e nulos somam 8% e não souberam responder, 2%.

O Datafolha ouviu 2.556 eleitores em 181 municípios de todo o País entre terça e quarta-feira desta semana. A margem de erro do levantamento é de dois pontos para mais ou para menos.

A pesquisa está registrada no TSE sob o número BR-08967/2022. O índice de confiança é de 95%. Ou seja, se a pesquisa fosse realizada 100 vezes, em 95 delas o resultado ficaria na margem de erro.

A PESQUISA

## Moro aparece com 8%; Ciro tem 6%

**Primeiro turno**

- LULA (PT): 43%
- BOLSONARO (PL): 26%
- SERGIO MORO (PODEMOS): 8%
- CIRO GOMES (PDT): 6%
- JOÃO DORIA (PSDB): 2%
- ANDRÉ JANONES (AVANTE): 2%
- SIMONE TEBET (MDB): 1%
- VERA LÚCIA (PSTU): 1%
- FELIPE D'ÁVILA (NOVO): 1%
- BRANCOS E NULOS: 8%
- NÃO SOUBERAM RESPONDER: 2%
- A MARGEM DE ERRO é de dois pontos para mais ou para menos.

Fonte: Datafolha

# Autorizado inquérito para investigar ministro Ribeiro

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou ontem a abertura de um inquérito para apurar suspeitas de que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, estaria favorecendo pedidos de pastores na liberação de recursos do ministério para prefeituras de aliados. A ministra atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O pedido da PGR foi feito nesta quarta-feira (23) e teve como base a suspeita de que o ministro teria favorecido pedidos de pastores na concessão de verbas públicas.

CÁRMEN LÚCIA: autorização

Segundo a procuradoria, o inquérito vai apurar "se pessoas sem vínculo com o Ministério da Educação atuavam para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado à pasta".

O presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem, em transmissão ao vivo em redes sociais, a permanência no cargo do ministro.

"O Milton, coisa rara de eu falar aqui. Eu boto minha cara no fogo pelo Milton, minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia com ele", declarou.

# COLUNA DO ESTADÃO

ALBERTO BOMBIG | colunadoestadao@estadao.com

## Veto à quebra de patentes pode afetar uso de medicamento

Especialistas têm alertado parlamentares sobre o risco de a compra e a distribuição de um medicamento para casos graves de covid-19 (baricitinibe) ficarem impossibilitadas na rede pública O problema é o veto de Jair Bolsonaro ao projeto sobre quebra de patentes de medicamentos e vacinas contra a covid-19, que invalida a lei que facilitaria a compra e produção de genéricos desses remédios e imunizantes, como o baricitinibe.

O alerta é do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI), formado por pesquisadores de diversas áreas. A comissão sobre incorporação de tecnologias do SUS recomendou o uso do medicamento e fez uma consulta pública que terminou ontem.

**DE NOVO.** O veto presidencial chegou a entrar na pauta da sessão do Congresso de quinta-feira passada (17), mas foi adiado pela sexta vez seguida. De acordo com o GTPI, a validação da lei poderia significar uma economia de mais de R$ 2,7 bilhões para o orçamento da Saúde na compra do baricitinibe.

**POR AÍ.** O preço do medicamento patenteado será de R$ 381 por tratamento no Brasil, enquanto versões genéricas do mesmo tratamento, já disponíveis em outros países, custam cerca de R$ 27.

**AVALIAÇÃO.** "O Congresso Nacional tem adiado desde setembro de 2021 a derrubada do veto e, com isso, os brasileiros ficam sem as novas medicações disponíveis nas prateleiras do Sistema Único de Saúde e nos hospitais. O veto presidencial só piora a situação da pandemia", disse Felipe Carvalho, coordenador do GTPI.

**CLICK.** Roberto Requião (foto), ex-senador (PT-PR), em tom de deboche, disse ter doado R$ 1 para Deltan Dallagnol para custear os R$ 75 mil que a Justiça obrigou o ex-procurador a pagar para Lula.

**COR PROIBIDA.** "A eventual exclusão do vermelho na logo do PL é um caso que oscila entre a ignorância e o mau gosto, negando as ideias do liberalismo social, formulado pelo leal e honrado deputado Álvaro Valle", afirmou o ex-marqueteiro do PL Vladimir Porfírio sobre a mudança na logo do partido para o lançamento da candidatura de Bolsonaro.

**SINAIS PARTICULARES.** Valdemar Costa Neto, presidente do PL

**TÔ FORA.** Questionada se sua ida ao PSD tinha relação com a possível chegada de Eduardo Leite (PSDB) ao partido, a ex-senadora Ana Amélia respondeu: "Não foi coincidência".

**ALTA.** O movimento Livres, criado por dissidentes do PSL após a filiação de Bolsonaro em 2018, quadruplicou o número de lideranças para este ano eleitoral. Agora, são 4 mil associados, 42 em cargos eleitos. Até agora, 93 lideranças estão certificadas e podem ser candidatas em outubro.

**CHEGUEI.** A Rede vai filiar o ex-presidente do Inpe Ricardo Galvão, demitido em 2019 a pedido de Bolsonaro após o órgão divulgar dados sobre desmatamento na Amazônia. Os números são contestados por Bolsonaro. Galvão tentará vaga na Câmara por São Paulo.

**DE PONTA.** A construção da usina de dessalinização de Fortaleza, feita pelo governo cearense, usará tecnologia da israelense IDE Technologies, que fechou parceria com o Grupo Marquise.

PRONTO, FALEI!

"Tarcísio de Freitas (que vai se filiar ao partido e concorrer ao governo de São Paulo) é um quadro de altíssimo nível e que está revolucionando a infraestrutura do Brasil"

MARCOS PEREIRA, presidente do Republicanos

# CLÁUDIO HUMBERTO

www.claudiohumberto.com.br | claudiohumberto@odianet.com.br

“Não muda nada”

Pré-candidato a presidente Sergio Moro fala sobre a aliança de Geraldo Alckmin com Lula

## Evento muda de nome para se defender do TSE

O evento do próximo domingo, que em princípio marcaria o “lançamento” da pré-candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República, mudou de denominação na última hora. Advertências da área jurídica levaram à alteração para Encontro Nacional do PL e Movimento Filia Brasil.

A ideia é evitar o cancelamento sob alegação de “propaganda eleitoral fora de época”, que certamente emplacaria no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

### O maior adversário

No governo, o TSE é sempre referido como o “principal adversário” de Bolsonaro na eleição, e não o ex-presidente e ex-corrupto Lula.

### Por aclamação

Apesar da mudança de denominação, é forte a chance de lançamento da pré-candidatura, ainda que o seja oficiosa, por meio de aclamação.

### Lançamento esperado

Também poderá ser confirmada, por aclamação, o ministro da Defesa, Braga Neto, como vice de Bolsonaro.

### General no PL

A cúpula da campanha de Bolsonaro também nutre a expectativa de filiação do **Braga Neto** (foto) ao PL. General da reserva, nada o impede.

### Ligado a Serra, Salto deve substituir Meirelles em São Paulo

Com a saída de Henrique Meirelles para disputar a vaga de Goiás no Senado, o favorito para assumir a Secretaria de Fazenda de São Paulo, no futuro governo Rodrigo Garcia, é Felipe Salto, da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Se não for indicação de José Serra, representará uma homenagem de Garcia ao tucano histórico, a quem Salto assessorou de 2015 a 2016 em assuntos econômicos e fiscais.

### Afinidades

A escolha de Felipe Salto representaria também um gesto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ex-DEM, como o futuro governador.

### Credibilidade

Em 2016, Salto organizou com Mansueto Almeida o livro “Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade”.

### É do ramo

Há oito anos o economista do IFI trabalhou na consultoria Tendências, do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

### Miséria rende votos

Líder da bancada do holofote e coordenador da campanha de Lula, Randolfe Rodrigues chefiou a coletiva de ex-ministros do Meio Ambiente e do presidente do Senado, contra a exploração do rico subsolo de terras indígenas. Para eles, melhor mantê-los na miséria mesmo.

### Sopa no mel

Ex-ministros do Meio Ambiente pediram a Rodrigo Pacheco para “segurar” a proposta de exploração do subsolo de terras indígenas. Mole. Segurar projetos é a especialidade do presidente roda-presa do Senado.

### Nesse ritmo...

Segundo o Datafolha, a diferença entre Lula e Bolsonaro no primeiro turno, em dezembro de 2021, era de 26 pontos percentuais (48% a 22%). Caiu para 17 pontos (43% a 26%), segundo o levantamento de ontem.

### Vai entender

A senadora **Simone Tebet** (MDB) teve mais “tempo de TV” devido à participação na CPI da Pandemia, mas não conseguiu ficar à frente sequer da pré-candidata do PSTU, Vera Lúcia, no último Datafolha.

### Como hienas

Na “photo-op” do G7, ontem, figuras como Joe Biden, o canadense Justin Trudeau e o alemão Olaf Scholz posaram com largos sorrisos. De que riem esses senhores da guerra, enquanto civis ucranianos são mortos?

### Pós-verdade

Dos “mais de 150 economistas” do manifesto contra a privatização da Eletrobras, alardeado pelo PT, 47 são professores, 14 sociólogos, quatro historiadores, dois comunicólogos, um antropólogo, arquiteto, e até físico.

### O passado não nega

Lula tenta se descolar dos notórios Dilma, José Dirceu e Genoino. Jurou ontem a uma rádio mineira que o trio não faria parte de eventual novo governo. Ele só não consegue descolar da própria imagem, no espelho.

### Explica

A presença de procuradores do MPT em “lives” de sindicatos pode explicar a reação contra a aprovação do projeto do estatuto da OAB, que barra busca e apreensão em escritórios de advocacia, sem a OAB.

### Pensando bem...

...deveria valer para todas as eleições a decisão do TSE de não punir o eleitor que não votou em 2020.

PODER SEM PUDOR

### Tancredo e a pneumonia

A Câmara discutia em 1974 a cassação do deputado Francisco Pinto (MDB-BA), por suas críticas ao ditador Augusto Pinochet. Ernesto Geisel mandou o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF), que condenou Chico Pinto e a mesa da Câmara o cassou, num episódio vergonhoso. Tancredo Neves ouviu um deputado da Arena argumentar que não foi o AI-5, mas o STF que o cassou.

Tancredo contou numa história ocorrida em sua São João Del Rei (MG): “Morreu o vizinho de um compadre meu. Um homem bom, trabalhador, honrado. Morreu de pneumonia, coitado. De madrugada, um parente dele chegou de viagem e perguntou à viúva: ‘Ele morreu de pneumonia simples ou dupla, Mariazinha?’ ‘Simples’, respondeu ela, chorando. E ele: ‘Ah! Ainda bem!’”.

Colaboram: André Brito e Tiago Vasconcelos

# PAINEL

## Choque de realidade

Os números do Datafolha reforçam o ajuste de expectativas que lideranças do PT vêm fazendo nas últimas semanas sobre a disputa eleitoral. A euforia do início do ano, com projetos de vitória em primeiro turno, deu lugar à mensagem vinda da cúpula de que a corrida será apertada. Um ponto preocupante é a rejeição de Lula entre eleitores não-petistas, que permanece mais alta do que a média, apesar dos acenos ao centro, como a aliança com o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB).

### Em casa

No total da amostra, o ex-presidente é rejeitado por 37% dos eleitores. O número sobe para 47% entre os sem preferência partidária, 55% entre emedebistas e 56% no universo de simpatizantes de outros partidos.

### Prós e contras

Os dados devem dar mais combustível à disputa no PT sobre a coligação com Alckmin. Defensores afirmam que ampliar o leque é a única maneira de reduzir a rejeição do ex-presidente. Para opositores, os dados provam que o ganho eleitoral da aliança não compensa o desgaste político.

### Chegou

Segundo o Datafolha, Jair Bolsonaro (PL) teve 29% na pesquisa espontânea entre os homens, empatado com Lula, que marcou 30%. Em dezembro de 2021, a vantagem do petista era de 13 pontos percentuais neste recorte: 35% a 22%.

### Retrovisor

Entre as mulheres, a diferença caiu também, mas menos. No eleitorado feminino, 29% afirmam espontaneamente que votam no petista, contra 18% em Bolsonaro. Na pesquisa anterior, a margem de Lula era de 30% a 14%.

### Aguardem

O otimismo no campo bolsonarista com o Datafolha não se resume aos números da quinta (24). De acordo com governistas, o levantamento não reflete totalmente o impacto do Auxílio Brasil.

### Gordura

No segmento dos que recebem o benefício, Lula marca 59%, enquanto Bolsonaro tem 19%. Aliados do presidente não nutrem esperança de virada neste segmento, mas afirmam que a margem em prol do petista está inflada e tende a cair bastante nas próximas pesquisas.

### Parado

Carlos Lupi, presidente do PDT, diz que não desanima com o fato de Ciro Gomes (CE) não ter crescido no Datafolha. O presidenciável ficou com 7% em dezembro e com 6% na nova pesquisa.

### Até o fim

“Sou brasileiro e não desisto nunca”, afirma Lupi. “Temos que ter resistência para chegar até o processo eleitoral com força”, completa. Antonio Neto, do PDT-SP, aponta que Ciro e Sergio Moro estão empatados tecnicamente. “A tendência é que Ciro se consolide como a única opção real para quem não quer Lula nem Bolsonaro”, diz.

### Ficha

Organizador do encontro que apresentou pastores ligados ao MEC a prefeitos do Maranhão, Júnior Garimpeiro (PP), do Centro Novo, já foi preso em uma investigação de garimpo ilegal. Ele foi um dos alvos de operação da PF em setembro de 2021 para desarticular uma quadrilha de desmatadores.

### Cartão de visitas

O prefeito, que já foi solto, organizou evento em maio do ano passado com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Na ocasião, prefeitos da região foram apresentados aos dois e passaram a ter interlocução com o ministério, por intermédio dos religiosos.

### É pique

A ministra da Mulher, Damares Alves, confirmou nesta quarta (23) que irá disputar um cargo eletivo em outubro. Ela chegou a anunciar para o presidente Jair Bolsonaro (PL) a desistência do projeto eleitoral na última segunda (21) no Palácio do Planalto, minutos antes da festa surpresa para comemorar o aniversário do presidente.

### É hora

Durante a conversa, no entanto, Damares acabou convencida a disputar e voltou atrás. Eles ainda não bateram o martelo sobre qual cargo, nem por qual estado, mas tudo indica que será para o Senado pelo Amapá.

### Rixa 1

O ex-ministro da Educação Abraham Weintraub passou a criticar seu ex-colega de governo Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) em redes sociais e questionar suas credenciais conservadoras. Ambos pretendem ser candidatos ao governo de São Paulo.

### Rixa 2

“Você é avalista do Tarcísio? Põe sua mão no fogo por ele?”, disse, respondendo a um comentário no Twitter. O ex-ministro também questionou se Tarcísio, no comando da PM, teria firmeza para defender cidadãos vítimas de arbitrariedades do Estado.

### Sobe e desce

Levantamento da .Map, agência que avalia uma amostra do universo de 1,4 milhão de publicações diárias no Facebook e Twitter, aponta que o bloqueio do Telegram gerou crescimento do apoio a Jair Bolsonaro. Em março, ele recebeu 61% de suporte, com cerca de 25% de presença digital. Já Lula teve 47,6% de aprovação, com 13% de participação nas redes.

Publicação simultânea com a Folha de São Paulo

# Internacional

GUERRA NA UCRÂNIA

# Europa limita ajuda militar por medo de piorar conflito

OS NÚMEROS

**3,5 milhões** de cidadãos fugiram da Ucrânia

**100 mil** refugiados serão aceitos nos EUA

**Otan repete receita de enviar armas e aplicar sanções à Rússia, sem se envolver diretamente no confronto, para não tornar a guerra mundial**

**BRUXELAS, BÉLGICA**

Após dias falando grosso, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) moderou o tom e manteve uma receita convencional em reunião, ontem, para discutir o primeiro mês da guerra de Vladimir Putin na Ucrânia.

"Temos responsabilidade de assegurar que o conflito não escale", disse o secretário-geral da aliança militar, Jens Stoltenberg, sem usar o termo Terceira Guerra Mundial.

Assim, foram repetidos anúncios feitos ao longo das duas últimas semanas. Haverá um incremento no envio de armas mais leves, como mísseis antitanque, à Ucrânia, além de mais ajuda financeira a Kiev para tocar seu esforço de guerra.

A Otan deverá dobrar a capacidade militar no seu flanco leste, que hoje tem cerca de 40 mil soldados sob comando da aliança, e falou em aumentar o número de unidades multinacionais com novas bases na Bulgária, na Eslováquia e na Romênia.

O esperado protocolo de ação em caso de Putin usar armas de destruição em massa (nucleares, químicas ou biológicas) contra os ucranianos não foi divulgado. O norueguês apenas repetiu que tal uso causaria risco de contaminação a países da Otan vizinhos à Ucrânia, o que "teria grandes consequências".

O presidente americano, Joe Biden, foi na mesma linha: afirmou que "responderemos" em caso de algo do gênero, mas sem dizer como.

O motivo da cautela é o temor dos membros mais ocidentais da Otan de que a crise escale para um conflito mundial. A Ucrânia não pertence à aliança, mas um ataque a um país do clube ou o envolvimento direto dele nos combates poderia levar, como disse anteriormente Biden, à Terceira Guerra.

"Seria mais devastador do que agora", disse Stoltenberg, algo óbvio, sem nem incluir o fato de que Rússia e EUA detêm 90% das armas nucleares do mundo.

Duas reuniões subsequentes do G7 (grupo de países ricos) e da União Europeia discutiram mais sanções à autoridades do governo russo, o outro instrumento usado pelo Ocidente e aliados até aqui para pressionar Putin. Questionado se isso deteria o Kremlin, Biden disse: "Sanções não são para deter, são para aumentar a dor".

EFREM LUKATSKY/AP

**MORADOR** mostra prédio destruído após bombardeio russo, em Kharkiv, na Ucrânia: guerra já dura mais de um mês

**CIDADES DESTRUÍDAS EM UM MÊS DE GUERRA**

ANTES | DEPOIS

FOTOS: MAXAR TECHNOLOGIES/AP

**TEATRO** de Mariupol abrigava cerca de 500 pessoas quando foi bombardeado

**ESTAÇÃO** de trem e prédios em Volnovakha antes e após a invasão russa

**SHOPPING** e área comercial de Mariupol foram atingidos por ataques a bomba

## Navio russo é destruído em porto

**LVIV, UCRÂNIA**

A Ucrânia disse ontem que destruiu o Orsk, um grande navio russo de apoio a desembarque, no porto de Berdiansk, no Mar de Azov, ocupado pelas tropas de Moscou.

Imagens filmadas de dentro de Berdiansk mostraram o flash de uma explosão e uma coluna de fumaça subindo de um incêndio em uma doca.

Nas filmagens era possível ver dois navios, um dos quais parecia ter sido danificado, saindo do cais, enquanto um terceiro era incendiado.

As autoridades russas não responderam aos pedidos de comentários sobre as informações de que o navio de apoio havia sido destruído.

A Rússia disse na segunda-feira que o navio havia atracado em Berdiansk, a 70 km a Sudoeste da cidade portuária sitiada de Mariupol.

"Sim, foi destruído", disse a vice-ministra da Defesa da Ucrânia, Hanna Malyar, em vídeo quando questionada sobre o Orsk.

"O navio destruído em Berdiansk poderia transportar até 20 tanques, 45 veículos blindados e 400 paraquedistas", completou Hanna. "Este é um alvo enorme que foi atingido por nossos militares."

AP

**FUMAÇA** após ataque a navio russo

## Coreia testa míssil de longo alcance

**SEUL E PYONGYANG**

A Coreia do Norte testou ontem o lançamento do maior míssil balístico intercontinental (ICBM) do país, informaram militares sul-coreanos e japoneses.

O teste representa um fim dramático para uma moratória de testes de longo alcance autoimposta desde 2017 e um avanço importante para a capacidade de desenvolvimento da Coreia do Norte de armas capazes de atingir qualquer lugar dos Estados Unidos com ogivas nucleares.

Horas depois do anúncio das autoridades sul-coreanas e japonesas, a Coreia do Norte confirmou o teste de seu "novo tipo" de míssil balístico intercontinental Hwasong-17 — apresentado em 2020 — para aumentar sua dissuasão nuclear contra o "imperialismo dos EUA".

"Este lançamento é uma violação de várias resoluções do Conselho de Segurança da ONU, aumenta as tensões, e arrisca desestabilizar a situação de segurança na região" disse a secretário de imprensa da Casa Branca, Jen Psaki.

O míssil caiu dentro da zona econômica exclusiva do Japão, a 170 km a oeste da prefeitura de Aomori, no norte, às 15h44 (3h44 em Brasília), disse a guarda costeira japonesa. O Estado-Maior Conjunto da Coreia do Sul estimou a altitude máxima do míssil em 6.200 km e o seu alcance em 1.080 km.

REPRODUÇÃO DE VÍDEO

**MÍSSIL BALÍSTICO** intercontinental Hwasong-17 lançado pela Coreia do Norte tem alcance de 1.080km

ESTADUAIS

# Clássico na semifinal do Paulistão

## Corinthians vai encarar o São Paulo, domingo, no Morumbi, em jogo único. Classificação veio após vitória sobre o Guarani nos pênaltis

**SÃO PAULO**

Não foi fácil, mas o Corinthians garantiu vaga na semifinal do Paulistão após empate por 1 a 1 com o Guarani no tempo normal e vitória nos pênaltis por 7 a 6, em jogo único das quartas de final disputado no Itaquerão, ontem à noite.

Domingo, às 16 horas, o Corinthians vai encarar o São Paulo no Morumbi pela semifinal, porque o tricolor paulista tem melhor campanha que o Timão.

O regulamento é o mesmo das quartas de final: jogo único. Quem vencer, avança. Em caso de empate, disputa nos pênaltis. A outra semifinal será entre Palmeiras e Red Bull Bragantino, no sábado, às 18h30, no Allianz Parque.

Um dos destaques do Timão, Renato Augusto reconheceu que a equipe esteve longe de praticar um bom futebol ontem à noite, diante de mais de 38 mil torcedores.

"Fizemos um jogo de razoável pra bom, tem que melhorar muita coisa. Vamos pensar na semifinal. Cada jogo tem sua história, temos de estar preparado para tudo. Vamos melhorar alguns aspectos, conversar bastante para fazer um bom jogo no domingo", avaliou.

> "Fizemos um jogo de razoável pra bom, tem que melhorar muita coisa para a partida de domingo"
>
> **Renato Augusto, meia do Corinthians**

Depois de dominar o primeiro tempo e abrir o placar com o zagueiro Gil, aos 43 minutos, o time corintiano caiu de produção na etapa final e viu o time de Campinas empatar com o zagueiro João Victor, aos oito minutos.

Nas penalidades, 100% de aproveitamento dos dois lados nas cinco primeiras cobranças. Depois, nas alternadas, brilhou a estrela do goleiro Cássio, que defendeu o pênalti de Madison e garantiu a vitória por 7 a 6 e a vaga à semifinal.

Na última cobrança, Cássio caiu para o canto direito, mas deixou o pé no centro da meta para evitar o gol. Foi a 21ª defesa de penalidades do goleiro, que está na sua décima temporada no Corinthians.

Estreante da noite, Júnior Moraes entrou no lugar de Willians aos 16 minuto do segundo tempo e foi um dos jogadores do Corinthians que acertou a penalidade.

"Loucura estrear assim, jogo decisivo, minha condição (física) ainda não é ideal, mas o time precisou, fui no sacrifício. Passar de fase nessa loucura foi muito especial. Pegar a bola para bater o penalti é um responsabilidade muito grande, deu pra sentir o que é Corinthians, estou feliz de ajudar o time", destacou o atacante, logo após a sofrida classificação.

ANDRÉ PENNER/AGÊNCIA ESTADO

**CÁSSIO** abre os braços para comemorar a vaga com os jogadores do Timão

**CORINTHIANS 1 X 1 GUARANI**

**NOS PÊNALTIS:** Corinthians 7 a 6

**ESTÁDIO: ITAQUERÃO**

Cássio; Fagner, João Victor, Gil e Lucas Piton; Du Queiroz (Giuliano); Gustavo Mosquito (Adson), Renato Augusto, Paulinho e Willian (Júnior Moraes); Róger Guedes (Gustavo Mantuan). **TÉCNICO:** Vítor Pereira

Maurício Kozlinski; Mateus Ludke (Rodrigo Andrade), João Victor, Ronaldo Alves (Derlan) e Matheus Pereira; Madison, Índio (Bruno Silva) e Giovanni Augusto; Júlio César (Lucas Venuto), Nicolas Careca (Ronald) e Lucão do Break. **TÉCNICO:** Daniel Paulista

**GOLS:** primeiro tempo – Gil, aos 43 minutos. Segundo tempo – João Victor, aos 8 minutos

**JUIZ:** Flavio Rodrigues de Souza

**RENDA:** R$ 2.296.942,00

**PÚBLICO:** 38.283 pagantes

## Palmeiras mira em atacante que brilha nos Emirados Árabes

Depois de insistir em vão na contratação do atacante Pedro, do Flamengo, a diretoria do Palmeiras já definiu um novo alvo: João Pedro, centroavante do Al Wahda, dos Emirados Árabes.

João Loureiro, um dos empresários de João Pedro, viajou a Abu Dhabi para avançar o negócio. Na atual temporada, João Pedro soma 17 gols em 29 partidas.

Há quatro temporadas jogando nos Emirados Árabes, o centroavante começou nas categorias de base do Verdão. A possibilidade de voltar ao clube é um dos motivos que seduzem o goleador de 28 anos a se transferir.

Atualmente, Rony tem sido o titular alviverde na posição, embora não seja centroavante de fato. Rafael Navarro foi contratado do Botafogo, mas ainda não se firmou, enquanto Deyverson fica sem contrato em junho e não terá o vínculo renovado.

## Paulistão

**SEMIFINAL**

**SÁBADO**
**Palmeiras x Bragantino**
18h30 – Allianz Parque

**DOMINGO**
**São Paulo x Corinthians**
16 horas – Morumbi

# Galo pode ter até nove desfalques

**BELO HORIZONTE**

O Atlético/MG poderá ter até nove ausências na partida de volta das semifinais do Campeonato Mineiro, contra a Caldense, neste domingo, às 18h, no Mineirão.

O Galo venceu a Veterana por 2 a 0, na última quarta-feira, e agora poderá perder o segundo jogo por até dois gols de diferença que estará classificado à final.

Autor dos dois gols alvinegros, Hulk recebeu o terceiro cartão amarelo e está suspenso para o duelo de volta.

Além do atacante, são ausências confirmadas os seis atletas convocados para as Eliminatórias da Copa do Mundo do Catar: o goleiro Everson (Brasil), os zagueiros Godín (Uruguai) e Alonso (Paraguai), o lateral-esquerdo Guilherme Arana (Brasil) e os atacantes Vargas (Chile) e Savarino (Venezuela).

No departamento médico, Dodô também está de fora da partida. O lateral-esquerdo se recupera de uma cirurgia de correção de ruptura no menisco medial. Sem previsão de retorno aos gramados, ele faz fisioterapia na Cidade do Galo.

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO-MG

**MARIANO** se recuperou de lesão

Outro atleta lesionado é Luís Otávio (Echaporã), que sofreu uma fratura na mão esquerda durante os treinamentos da última terça-feira. Ontem, o jogador foi submetido a cirurgia para fixar a ruptura. O Galo não divulgou o tempo previsto para recuperação.

No treino de ontem, o técnico Antonio Turco Mohamed teve uma boa notícia: a volta de Mariano, de 35 anos.

O lateral-direito vinha se recuperando de um edema na coxa esquerda desde o clássico contra o Cruzeiro, em 6 de março, quando sentiu a fisgada no músculo posterior e precisou ser substituído.

Após duas semanas entregue ao departamento médico, o lateral iniciou a fase de transição para o campo no início da semana, e agora está totalmente liberado.

# Cruzeiro inicia negociação com volante do Mirassol

Em busca de mais um volante no mercado, o Cruzeiro iniciou conversas com o Mirassol para contar com Neto Moura, um dos líderes e destaques do time do interior de São Paulo desde o ano passado.

Neto Moura, de 25 anos, tem características de jogo que agradam ao técnico Paulo Pezzolano, que já está de olho na qualificação do elenco para a Série B do Brasileiro.

O volante já fez 13 jogos na temporada, 11 no Paulistão e dois pela Copa do Brasil. Com a camisa do time do interior paulista foi capitão em algumas partidas.

As tratativas com o jogador e o estafe dele estão em fases iniciais. Com contrato até o fim de maio de 2023, um empréstimo para a Série B é uma das possibilidades.

Mirassol e jogador também foram consultados por outros clubes nos últimos dias, como Guarani e Novorizontino, segundo informações da Rádio Itatiaia.

REPRODUÇÃO/INTERNET

**NETO MOURA** está com 25 anos

No momento, o Cruzeiro está impedido de registrar novos atletas por seis meses por causa de uma dívida com o Atlético Acreano. Em 2017 a Raposa contratou o atacante Careca, por empréstimo, e não pagou pelo negócio. A dívida atualmente está em R$ 1,2 milhão.

FUTEBOL CARIOCA

# Patrick de Paula chega e enche a bola do Fogão

## Volante é oficializado pelo Botafogo e mostra empolgação em defender o time na temporada: "torcida mais apaixonada"

RIO

O Botafogo demorou, mas oficializou ontem a contratação do volante Patrick de Paula. Ele assinou vínculo com o clube carioca até o final de 2026, chegando em definitivo como a aquisição mais cara da história do alvinegro — os valores chegam a 6 milhões de euros (cerca de R$ 31,8 milhões) por 50% de seus direitos.

"Venci na bola, orgulhei a comunidade e conquistei o continente. Agora é hora de conquistar a torcida mais apaixonada do mundo. Voltei para o Rio para fazer história com a camisa mais tradicional do futebol", disse o volante em vídeo de apresentação.

O jogador ex-Palmeiras retorna ao Botafogo para mais uma passagem, desta vez como profissional. Anteriormente, ele fez parte das categorias de base do clube, mas acabou não permanecendo.

A ida para General Severiano é vista com bons olhos pelo volante de 22 anos, que perdeu espaço no Verdão. No Botafogo, a tendência é que ele se afirme como titular, já que sua contratação tem o aval de Luís Castro, técnico que está fechado com o clube e deve assumir o comando na próxima semana.

Revelado pelo Palmeiras, Patrick de Paula estreou entre os profissionais na temporada de 2020, quando atuou em 48 jogos, marcou cinco gols e deu uma assistência. Em 2021, jogou em 49 partidas, com três gols e uma assistência. Na atual temporada, atuou quatro vezes e deu uma assistência.

Ele chega ao Botafogo com vasto currículo de títulos graças ao sucesso do time de Abel Ferreira nos últimos anos: duas Libertadores, uma Copa do Brasil, uma Recopa Sul-Americana e um Paulistão.

PATRICK DE PAULA exibe orgulhoso a camisa do Botafogo

> "Voltei para o Rio para fazer história com a camisa mais tradicional do futebol"
>
> Patrick de Paula, volante do Fogão

### LUÍS CASTRO

O técnico português Luís Castro, antigo alvo do Corinthians para a temporada 2022, confirmou ontem o acerto com o Botafogo. O anúncio, ainda não oficial, veio através das redes sociais, com o treinador compartilhando uma foto segurando a camisa do time carioca.

"Pronto para iniciar a caminhada com a Estrela Solitária ao peito, servindo ao Glorioso", escreveu Castro seguindo o exemplo de Philipe Sampaio e Patrick de Paula, que também confirmaram suas contratações antes do alvinegro.

Apesar de não ter sido anunciado oficialmente pelo Botafogo, Castro já está acertado com o clube há algumas semanas.

No dia 13 de março, o Al Duhail, ex-clube do treinador, afirmou que o técnico estava deixando a equipe "em comum acordo" para assumir um time no Brasil. Sua última partida à beira do campo com os árabes foi no dia 18, com o título da Copa do Emir.

# "Não tem mais desculpas", avisa Gabriel Pec no Vasco

Fora das finais do Campeonato Carioca e já eliminado da Copa do Brasil, o Vasco tem apenas um foco até o fim da temporada: a disputa da Série B. E, para o atacante Gabriel Pec, remanescente do elenco de 2021, que já disputou a Segundona do Brasileiro, o time não pode mais errar neste ano. O retorno à elite do futebol brasileiro é obrigação.

"Ano passado a Série B foi um aprendizado. Vimos que são jogos muito complicados, temos que estar ligados, entrar e terminar o jogo atentos. Esse ano não pode ter mais desculpas. Esses dias serão importantes para o professor Zé poder implementar mais ainda o trabalho dele. Não só o ataque, mas a defesa que é muito importante. E principalmente melhorarmos o entrosamento", afirmou Pec em entrevista coletiva.

O Vasco vai começar a Série B, em abril, em meio ao processo de transformação em SAF, que deverá ser vendida para a 777 Partners. E Gabriel Pec também falou sobre o encontro que o elenco vascaíno teve com os empresários americanos na última semana.

"Foi uma conversa muito boa. Eles viram a história do clube. Ver pessoas que querem ajudar não tem preço. Tudo que vier de bom para o clube eu vou ficar feliz".

O atacante é um dos jogadores que iniciaram bem a temporada. Com três gols e duas assistências em 14 jogos, Gabriel Pec se credencia para ser peça importante na Série B. "Desde pequeno venho criando isso em mim, joguei no Vasco desde criança, isso serve de motivação".

GABRIEL PEC sabe da importância de vencer a Série desta temporada

## DESTAQUES NA TV

**ESPN**
- 12H00 — Libertadores: sorteio dos grupos
- 16H30 — Eliminatórias da Copa: Egito x Senegal

**ESPN 2**
- 12H00 — Tênis: Masters de Miami

**ESPN 4**
- 12H00 — Eliminatórias da Copa: Congo x Marrocos
- 14H00 — Eliminatórias da Copa: Camarões x Argélia
- 16H30 — Eliminatórias da Copa: Gana x Nigéria

**SPORTV**
- 18H00 — Brasileiro Feminino: Cruzeiro x Palmeiras
- 20H30 — Eliminatórias da Copa: Argentina x Venezuela

**SPORTV 2**
- 16H00 — Superliga Masculina B de Vôlei: São Carlos x São Caetano
- 18H30 — Superliga Feminina de Vôlei: Pinheiros x Praia Clube
- 21H00 — Superliga Feminina de Vôlei: Osasco x Sesc-RJ/Flamengo

**TNT**
- 17H15 — Amistoso de futebol: França x Costa do Marfim

**BANDSPORTS**
- 14H00 — Fórmula 1: GP da Arábia Saudita (treino livre)
- 17H00 — Euroleague de Basquete: Barcelona x Fenerbahçe

OBS.: Mudanças na programação são de responsabilidade das emissoras.

## GIRO RÁPIDO

### Autuori deixa o Goiás para fechar com o Inter

Paulo Autuori está fora do Goiás. Na tarde de ontem, ele entregou o cargo de coordenador de futebol do clube, se despediu dos jogadores e está próximo de fechar com o Internacional.

Diante dessa saída, a situação do técnico Bruno Pivetti fica indefinida, já que ele chegou ao Esmeraldino trazido por Autuori. Ambos foram anunciados no dia 24 de fevereiro.

### Itália perde para Macedônia e fica fora da Copa pela 2ª vez seguida

Tetracampeã mundial, a Itália está fora da segunda Copa seguida. Ontem, em jogo pela semifinal da repescagem das Eliminatórias Europeias, os italianos foram derrotados pela Macedônia do Norte por 1 a 0, em Palermo, e deram adeus à chance de disputar o Mundial do Catar.

A Azzurra dominou a partida do início ao fim, chutou 30 vezes e perdeu boas chances de gol. A Macedônia, que teve apenas 34% de posse de bola e finalizou quatro vezes, balançou a rede aos 47 minutos do segundo tempo, num belo chute de Trajkovski de fora da área.

DOMENICO BERARDI lamenta chance perdida

### Portugal bate a Turquia e fica a um jogo da vaga

Com dois gols brasileiros, de Otávio e Matheus Nunes, além de outro de Diogo Jota, Portugal venceu a Turquia por 3 a 1, no Porto, e avançou para a final de sua chave nas Eliminatórias Europeias para a Copa do Mundo de 2022.

Agora, para os lusos confirmarem vaga no Catar basta uma vitória em jogo único na terça-feira, contra a Macedônia do Norte, que bateu a Itália por 1 a 0.

GILMAR FERREIRA

futebolcoisaetal@extra.inf.br

## As profecias do Zé

Há 24 anos, numa resenha de pós-treino entre o técnico da Seleção Brasileira Mário Jorge Lobo Zagallo e meia dúzia de jornalistas que transformava a roda de perguntas à beira do campo de Ozoir-la-Ferrière num papo despojado, o treinador vice-campeão do mundo daquela Copa na França profetizou. "Não estarei aqui para ver, mas tenham certeza de que no futuro haverá seleção jogando no 1-9-1: ou seja um goleiro, nove jogadores com múltiplas funções no campo de defesa e um só, lá na frente..."

A conversa era sobre estruturas táticas, esquemas de jogo e postura defensiva.

Zagallo parecia convencido de que a evolução dos padrões de jogo estava relacionada à ocupação dos espaços e não sobre número de zagueiros, laterais, meias e atacantes escalados pelo treinador.

Defendia que o talento do jogador não deixaria de ser o fator determinante, mas sublinhava que a polivalência seria um diferencial. Por isso destacava jogadores como Cafu, Roberto Carlos, Leonardo, Zé Roberto, Rivaldo.

**Zagallo defendia que o talento do jogador não deixaria de ser o fator determinante, mas sublinhava que a polivalência seria um diferencial**

### Europa

A passagem pelo futebol europeu deu à maioria deles conhecimento tático e capacitação física. Ganhos que potencializaram a qualidade técnica e aumentaram a vida útil dos mais versáteis no mercado internacional — consequentemente na Seleção Brasileira.

Não à toa, quatro dos cinco citados acima sagraram-se campeões do mundo quatro anos mais tarde. Defendiam e atacavam, compunham blocos defensivos e se ofereciam ao jogo, cada qual à sua maneira de forma à possibilitar o "1-9-1" de Zagallo.

Numa semana em que o português Abel Ferreira, técnico do Palmeiras, ganhou ainda mais respeito ao compartilhar no Roda Viva da TV Cultura um pouco do conhecimento sobre a formação de equipes competitivas, nos aspectos técnico, tático e metal, a Macedônia do Norte, com seu 1-5-4-1 tirou a Itália, campeã europeia em 2021, de mais uma Copa do Mundo — a segunda consecutiva.

Um time que já havia surpreendido a Alemanha na fase de grupos, deixando Romênia e Islândia fora da repescagem.

Adoro o futebol ofensivo, defendo o improviso genuíno do jogador brasileiro, mas é impossível deixar de lembrar da teoria preconizada por Zagallo há mais de duas décadas.

Arrisco dizer que os times mais competitivos são aqueles que conseguem empurrar o bloco de marcação para o campo do oponente. E os mais brilhantes, os que fazem isso com qualidade técnica e boa preparação no plano mental. O Velho Lobo não ganhou cinco Copas à toa.

FUTEBOL CARIOCA

# Bruno Henrique luta contra o relógio no Fla

**No departamento médico, após luxação no ombro esquerdo, atacante tenta acelerar recuperação para não ficar de fora da final**

FERNANDO FRAZÃO/ FLAMENGO

BRUNO HENRIQUE se machucou no primeiro jogo da semifinal do Carioca

RIO

O Flamengo iniciou a semana com folga após garantir uma vaga na final do Campeonato Carioca, mas de volta aos treinos o time não tem só notícias boas. Na última quarta-feira, o elenco profissional se reapresentou no Ninho do Urubu e iniciou a preparação visando as finais que serão contra Fluminense ou Botafogo.

No entanto, para as decisões, Paulo Sousa provavelmente não poderá contar com Bruno Henrique, que ainda se encontra em fase de recuperação após sofrer uma luxação no ombro esquerdo.

O camisa 27 não treinou no campo e realizou fisioterapia à parte no departamento médico e corre contra o relógio para ver se consegue entrar em campo. A lesão aconteceu durante a primeira partida contra o Vasco e, inclusive, tirou o atacante do segundo jogo das semifinais, no último fim de semana, que selou a classificação.

Mesmo com as finais distantes e ainda sem adversário definido, a expectativa para a recuperação total é de três semanas. Bruno Henrique, em teoria, completa duas semanas de tratamento no próximo dia 31, exatamente no dia do primeiro jogo das finais, que tem datas marcadas para 31/03 e 03/04.

Neste cenário, mesmo que a recuperação seja encurtada e o problema não evolua, a tendência é que o atacante não esteja em campo nas decisões.

Além de Bruno, o Flamengo segue sem poder contar com Rodrigo Caio, que teve problemas no joelho no início do ano e ainda não atuou em 2022. Pablo, recém-contratado, sofreu uma lesão também no joelho e também é desfalque confirmado.

### ISLA E VIDAL

A noite de ontem foi de Seleção Brasileira contra o Chile, mas a torcida do Flamengo, presente no Maracanã, aproveitou para cortejar o meia Arturo Vidal. Ao ter seu nome anunciado, ele foi muito aplaudido. Um grupo de torcedores, inclusive, levou um cartaz pedindo para o jogador atuar no rubro-negro. O técnico Paulo Sousa foi ao estádio para assistir ao jogo.

Por diversas vezes, o jogador da Inter de Milão manifestou o interesse em defender o time carioca. A última declaração foi feita neste mês, quando revelou ter conversado com o Isla sobre o assunto.

O lateral, no entanto, não goza do mesmo prestígio. Atualmente reserva do Flamengo, ele foi bastante vaiado pela torcida, que deu moral para os crias da Gávea, Vinícius Junior e Paquetá, que começaram a partida entre os titulares, e foram aplaudidos em todos os lances.

LUCAS MERÇON / FLUMINENSE

ANDRÉ explicou a eliminação do Fluminense na Libertadores

# Vantagem fica de lado no tricolor

Em entrevista coletiva que foi marcada com a volta dos jornalistas presencialmente no CT Carlos Castilho, André, volante do Fluminense, afirmou que está confiante com o trabalho do elenco para avançar de fase no Campeonato Carioca. Com vantagem, o tricolor encara o Botafogo, no Maracanã, às 16h, e decide a vaga para a final do estadual. Mas para André, a vantagem não é prioridade no clube.

"Estamos com uma vantagem boa. Já enfrentamos o Botafogo duas vezes esse ano e os dois resultados foram positivos. Então, vamos buscar outro resultado positivo e conquistar a vaga para a final", apontou.

O moleque de Xerém foi questionado sobre a eliminação na Libertadores e se pode existir um time que funcione e garanta melhor um bom desempenho.

"Eu acho que não tem isso de time A e time B. Nós somos um elenco de jogadores de muita qualidade. Sobre os esquemas (táticos), vai ter jogo que vamos jogar com a linha de cinco, outro vamos entrar com a linha de quatro. Ele (Abel Braga) estava procurando fazer revezamento nos jogos para poupar os jogadores que estavam atuando na Libertadores e quem estava entrando (em campo) dava conta do recado", disse.

A grande questão da venda de Luiz Henrique ao Betis, da Espanha, repercutiu e levou o atleta negar a interferência no resultado negativo sobre o Olímpia.

"A situação do Luiz (Henrique) não influencia em nada, é totalmente algo à parte. Infelizmente não conseguimos atingir nosso objetivo. Nós tínhamos uma vantagem muito boa e tivemos uma chance de matar o jogo, mas a bola não entrou".

Como de costume, o tricolor revela grandes nomes a partir da base, em Xerém, e isso atrai olheiros do exterior. Por isso, André revela não ter planos de deixar o clube e se declarou afirmando que sua atual Europa é o Fluminense.

"Estou aqui para me empenhar cada vez mais. E a Europa é consequência do trabalho".

ISSN 1519-4957

ELIMINATÓRIAS DA COPA

LUCAS FIGUEIREDO/CBF

**BRASIL 4 X 0 CHILE**

**ESTÁDIO: MARACANÃ**

Alisson; Danilo, Marquinhos, Thiago Silva e Guilherme Arana; Casemiro (Bruno Guimarães), Fred (Fabinho) e Lucas Paquetá (Philippe Coutinho); Antony (Richarlison), Neymar e Vinicius Jr (Gabriel Martinelli). **TÉCNICO:** Tite

Claudio Bravo; Díaz, Medel e Roco (Montecinos); Isla, Vidal, Aránguiz (Pavez), Baeza (Fernández) e Suazo; Vargas (Meneses) e Sánchez. **TÉCNICO:** Martín Lasarte

**GOLS:** primeiro tempo – Neymar, aos 43 minutos; Vinicius Jr, aos 45. Segundo tempo – Philippe Coutinho, aos 28; e Richarlison, aos 45 minutos
**JUIZ:** Darío Herrera (Argentina)
**RENDA:** R$ 6.577.230.00,00
**PÚBLICO:** 69.368 presentes

**VINICIUS JR E NEYMAR**, que marcaram os dois primeiros gols da Seleção Brasileira na vitória sobre o Chile por 4 a 0, comemoram juntos diante de um Maracanã lotado

# Despedida bem feita!

Na última partida no Brasil antes da Copa do Catar, Seleção goleia o Chile por 4 a 0, no Maracanã, com cerca de 70 mil torcedores

RIO

Teve grito da torcida do Flamengo no Maracanã, gols de Neymar, Vini Jr., Philippe Coutinho e Richarlison, teve drible e vitória por 4 a 0 sobre o Chile. Foi uma despedida bem feita e em grande estilo da Seleção Brasileira no último jogo no País, diante de quase 70 mil pessoas, antes da Copa do Mundo do Catar, em novembro.

Foi a 50ª vitória do Brasil em 62 partidas como mandante nas eliminatórias. E olha que os comandados de Tite nem precisaram de um futebol vistoso para golearem o Chile.

Embora o time não tenha sido brilhante e o jogo coletivo não tenha aparecido tanto, o talento individual pesou. Arana e Antony estiveram muito bem. Vini Jr. enfim marcou seu primeiro gol pela Seleção em lance de talento e diante de um estádio que o aplaudiu muito entre 2017 e 2018.

"Maracanã, com a minha família: não tinha lugar melhor para fazer meu primeiro gol na seleção. Estou muito feliz, espero seguir ajudando a seleção e fazendo grandes jogos. Vamos agradecer a torcida, foi o último jogo no Brasil antes da Copa, muito feliz de o público estar com a gente. Agora é seguir o trabalho para sair com o título no final do ano", disse Vini Jr.

Vinicius Jr. foi muito festejado pelos torcedores do Flamengo, seu antigo time, no Maracanã. O jogador, que mora em Madri desde 2018, aproveitou a oportunidade de voltar ao Rio de Janeiro e comprou 120 ingressos para garantir a presença de familiares e amigos no estádio.

Com o resultado, a Seleção Brasileira, já classificada para a Copa do Mundo, chega à 42 pontos e garante o primeiro lugar das Eliminatórias da América do Sul, com uma rodada de antecedência. Na próxima terça, a equipe de Tite vai à La Paz para enfrentar a Bolívia no encerramento da competição.

**JOGO**

O Brasil não foi brilhante no primeiro tempo, mas seus talentos ofensivos decidiram na reta final. Neymar abriu o placar de pênalti, sofrido por ele mesmo. Um minuto e meio depois, aos 45, o gol com a cara do futebol brasileiro. Bravo saiu jogando mal, Antony dominou e deu lindo passe para Vini Jr. O camisa 20 carregou para dentro e bateu cruzado de pé esquerdo.

O segundo tempo começou com susto. Montecinos, que acabara de entrar, invadiu a área e cruzou para Vidal marcar. Ele estava impedido, porém, e não valeu.

Poucos minutos depois de entrar no lugar de Paquetá, Philippe Coutinho marcou de pênalti.

O terceiro gol foi a senha para o Brasil administrar o resultado, e a torcida fazer festa com olé, show de luzes dos celulares e os mais variados cantos. E nos acréscimos, o capixaba Richarlison fez belo gol. Recebeu na ponta direita, cortou para fora e bateu bonito. A bola morreu no canto direito de Bravo e o Brasil comemorou os 4 a 0.

## ATUAÇÕES DO BRASIL

> **ALISSON:** pouco exigido, se mostrou seguro nos poucos momentos que os chilenos atacaram. **Nota 6.**

> **DANILO:** atuação discreta. Não comprometeu na marcação, mas não foi participativo no ataque. **Nota 6.**

> **MARQUINHOS:** mostrou o porquê de ser um dos melhores zagueiros do mundo atualmente. **Nota 6,5.**

> **THIAGO SILVA:** segue sendo importante para a zaga brasileira e novamente fez grande partida. **Nota 7.**

> **ARANA:** bastante acionado, foi um dos que mais acertou passes e mostrou que briga para ser titular. **Nota 7.**

> **FRED:** atuação menos destacada. Pouco apareceu. **Nota 6. FABINHO** entrou no fim. **Sem nota.**

> **CASEMIRO:** não teve tanto brilho, mas novamente foi seguro no meio-campo. **Nota 6,5. BRUNO GUIMARÃES** entrou no fim. **Sem nota.**

> **PAQUETÁ:** não foi tão eficiente. **Nota 5,5. PHILIPPE COUTINHO** entrou e ajudou a aumentar a vantagem em cobrança de pênalti. **Nota 6,5.**

> **ANTONY:** participativo, sofreu o pênalti do terceiro gol. **Nota 6,5. RICHARLISON** entrou e marcou o gol que fechou a goleada. **Nota 6,5.**

> **NEYMAR:** com muita movimentação, teve atuação destacada. Marcou um gol em cobrança de pênalti. **Nota 7,5.**

> **VINI JR:** incomodou a defesa e foi recompensado com seu primeiro gol na Seleção. **Nota 7,5. GABRIEL MARTINELLI** pareceu nervoso em sua estreia e não teve muita chance. **Nota 6.**

> **TITE:** mérito de escolher o time com Neymar centralizado no ataque e mostrou que variação pode ser importante para o Mundial. **Nota 6,5.**

## Eliminatórias

| | TIME | | PG | J | V | E | D | GP | GC | SG | ÚLT. JOGOS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | Brasil | ■0 | 42 | 16 | 13 | 3 | 0 | 36 | 5 | 31 | |
| 2º | Argentina | ■0 | 35 | 15 | 10 | 5 | 0 | 23 | 7 | 16 | |
| 3º | Equador | ■0 | 25 | 17 | 7 | 4 | 6 | 26 | 18 | 8 | |
| 4º | Uruguai | ▲1 | 25 | 17 | 7 | 4 | 6 | 20 | 22 | -2 | |
| 5º | Peru | ▼1 | 21 | 17 | 6 | 3 | 8 | 17 | 22 | -5 | |
| 7º | Colômbia | ▼1 | 20 | 17 | 4 | 8 | 5 | 19 | 19 | 0 | |
| 6º | Chile | ▲1 | 19 | 17 | 5 | 4 | 8 | 19 | 24 | -5 | |
| 9º | Paraguai | ■0 | 16 | 17 | 3 | 7 | 7 | 12 | 24 | -12 | |
| 8º | Bolívia | ■0 | 15 | 17 | 4 | 3 | 10 | 23 | 38 | -15 | |
| 10º | Venezuela | ■0 | 10 | 16 | 3 | 1 | 12 | 14 | 30 | -16 | |

Zona de classificação para a Copa de 2022 — Zona de classificação para a repescagem

**ONTEM - 17ª RODADA**

| | | |
|---|---|---|
| Uruguai | 1 x 0 | Peru |
| Colômbia | 3 x 0 | Bolívia |
| Brasil | 4 x 0 | Chile |
| Paraguai | 3 x 1 | Equador |

**HOJE**

**Argentina x Venezuela**
20h30 – La Bombonera

# Sabores e cores do outono

Inspirados na nova estação, chefs criam receitas que mesclam carnes, pescado, mariscos e massas com manga, tangerina, melão, pera e pitaia

Cristina Oliveira

O outono chegou nesta semana trazendo queda de temperatura e alta de sabores nos restaurantes. E, nos pratos, frutas tropicais que traduzem todo o frescor da estação.

No cardápio, maçã, maracujá, tangerina, limão, melão, pera e pitaia são algumas das frutas que compõem receitas diferenciadas.

E esse gostinho mais cítrico, que combina bem com esse período, está presente em massas, como nhoque e ravióli, em carnes, como costelinha suína, peito de pato e picanha de cordeiro, e também em pescados e mariscos.

No restaurante Coco Bambu (3141-9100), que fica no Shopping Praia da Costa, a sugestão é provar o prato "camarão à delícia".

É uma tradicional receita cearense que leva camarões servidos com molho à base de creme de leite e bananas fritas. Eles são gratinados com queijos mozzarella e parmesão e são acompanhados de arroz branco e batata também gratinada. Custa R$ 188,00, para duas pessoas. No presencial e pelo aplicativo Coco Bambu.

Já na Praia do Canto, o restaurante Píer Aleixo (3224-0880) tem filé de badejo grelhado, brunoise de legumes e risoto de limão-siciliano (individual, por R$ 92,00).

DIVULGAÇÃO/FLÁVIO CABRAL

### Risoto cítrico

O Empório Cabral (99909-4060), na Praia do Canto, escolheu uma fruta cítrica para dar um toque diferenciado a um prato querido da casa. É o risoto de camarão com manga. Custa R$ 52,00 para uma pessoa e pode ser degustado no restaurante ou para entrega pelo iFood.

DIVULGAÇÃO/LUCAS KNUPP

### Ravióli de maçã verde

Em Pedra Azul, o restaurante Don Due (3248-1352) está com novidade na casa. É o salmão com ravióli de maçã verde e molho cítrico.

O prato foi criado pelo chef Alessandro Vallino e está disponível para ser consumido no local. Custa R$ 110,00 e serve uma pessoa.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

### Costela e barbecue de maracujá

No Barro Vermelho, Casa Qu4tro (99654-8024) colocou molho barbecue de maracujá para dar um sabor a mais à sua costelinha suína. A delícia vem acompanhada de purê e farofa crocante. Para uma pessoa, por R$ 48,00, no bistrô ou para entregas por iFood e Americanas Delivery.

DIVULGAÇÃO/ANA PAULA FERREIRA PESSOA

### Pato com tangerina

Uma deliciosa sugestão do restaurante Eliah (99782-7538), na Praia do Canto, é o magret rosso. Consiste num peito de pato servido ao molho de tangerina e Campari, espinafre cremoso com bacon, cogumelo shiitake grelhado e pangrattato (farofa de pão frito).

Para uma pessoa, por R$ 119,00, para degustar no local ou para retirada.

LUCAS SANDONATO/AT

### Manga e pitaia

A chef Beth Mendonça, do Terraço da Nação, em Jucutuquara (99713-3943), fez uma mistura de frutas para criar uma composição especial para a massa. É o nhoque de manga com creme de pitaia.

Pode ser individual, por R$ 23,00, ou para duas pessoas, por R$ 42,00, no restaurante.

DIVULGAÇÃO/ROSIMEIRE BORÇATO

### Melão e salmão

O melão e a manteiga de limão dão um sabor especial ao salmão curado e grelhado do restaurante Café Haus (27-99277-5264), no centro de Santa Teresa.

O prato vem acompanhado de batata-doce, folhas verdes e semente de girassol (individual por R$ 62,00).

DIVULGAÇÃO/DO PAPA

### Parma e salada de pera

A chef Gabriella Mello, do restaurante Do Papa Gourmet (3100-2458), tem uma sugestão bem leve para o outono. O prato consiste num salmão envolto em presunto de Parma servido com salada de pera. É individual e sai por R$ 79,00.

O estabelecimento fica na Enseada do Suá e abre de quinta a domingo. O atendimento é somente no restaurante.

DIVULGAÇÃO/DOM ALFREDO

### Picanha e maracujá

Na Praia da Costa, o restaurante Dom Alfredo (3063-2222) lançou um prato que leva maracujá, mas de forma picante.

É a picanha de cordeiro ao pesto de hortelã e molho de pimenta feito com maracujá com risoto de limão-siciliano. A iguaria foi criada pela chef Natália Carneiro e fica no cardápio durante o outono.

Serve uma pessoa e custa R$ 89,00. Somente para consumo no local.

DIVULGAÇÃO/OUTBACK

### Minissanduíches com limão

Nos shoppings Vila Velha (3533-2126) e Vitória, o Outback (3235-7253) está com quatro lançamentos para o menu. Um deles é o "shrimp sliders".

É uma combinação de ingredientes com quatro minissanduíches servidos no minipão tipo brioche, com maionese de dill (uma erva que garante aroma fresco), camarões grelhados, farofa de bacon, cebolinha e molho Billabong, de sabor agridoce. Os sanduíches são servidos com fritas e limão-siciliano grelhado e o combo custa R$ 71,90. No restaurante e por iFood.

O "DYO MAGURO ESPECIAL" é preparado com atum, lichia e foie gras e servido em novo restaurante japonês

NOVIDADES DA ESTAÇÃO

# Criações sofisticadas levam até lichia

Cristina Oliveira

Não são apenas as frutas tropicais, como manga e maracujá, que estão presentes nos pratos de outono.

No japonês Unagi, localizado na rua Aleixo Neto, na Praia do Canto, que foi inaugurado ontem, um dos destaques é o "dyo maguro especial", que leva atum com lichia, a famosa frutinha de origem chinesa, e foie gras. Duas peças custam R$ 34,00.

Outra opção do cardápio é o kakizucuri, composto de atum com maçã verde caramelizada e foie gras. Seis peças saem por R$ 57,00.

Ambas as criações são do sushiman chef Dantas.

No Mahai, na Mata da Praia e na Praia do Canto, o penne ao molho de cogumelos Paris frescos vem com um toque de cacau e serve de acompanhamento para tornedor de filé mignon e parmesão (individual, R$ 66,00).

DIVULGAÇÃO / LUIZZA BRAGATTO

### Tilápia com maçãs

Na próxima terça-feira, a chef Luizza Bragatto, do café e bistrô Anasthacia (99906-6641), lançará um prato especial para o outono.

É a tilápia com posto de alcaparras. A delícia vem servida com maçãs e legumes assados e fará parte do cardápio executivo. Custa R$ 42,90 (individual).

O restaurante está localizado na Enseada do Suá.

### Filé e peras caramelizadas

Em Santa Teresa, a criação da chef Iara Porcheri para o Giardino (27-99837-9513) é o risoto de gorgonzola com filé mignon. É preparado com arroz arbóreo e parmesão, gorgonzola, nozes e peras caramelizadas e vem acompanhado de filé mignon ao molho Malbec.

O prato é individual e custa R$ 69,00 no restaurante.

## CINEMA

> **ME TIRA DA MIRA** (BRASIL, 2021). De Hsu Chien. Com Cleo, Fiuk e Fábio Jr.. Ação/Comédia. 90 min. 14 anos. Investigadora desvenda mistérios por trás da morte de uma atriz e descobre um esquema de tráfico. **CINEMARK VITÓRIA 5**, 19h45, 22h **CINEMARK VILA VELHA 3**, 14h50, 17h05, 19h20, 21h40 **KINOPLEX 6**, 16h30, 18h35, 20h40 **CINESYSTEM 2**, 14h05, 16h, 17h55, 19h50 **CINÉPOLIS MOXUARA 2**, 14h15, 16h20, 18h45, 21h15 **MULTIPLEX ARAÚJO 5**, 19h30, 21h30 **CINE UNIMED 4**, 19h, 20h45 **RITZ GUARAPARI 2**, 17h, 19h **RITZ CONCEIÇÃO 1**, 21h

> **AMBULÂNCIA: UM DIA DE CRIME** (EUA, 2021). De Michael Bay. Com Jake Gyllenhaal. Ação. 95 min. 14 anos. Irmãos roubam uma ambulância para fugirem de uma cena de um crime, mas há um policial ferido e uma socorrista no veículo. **CINEMARK VITÓRIA 3**, dub., 15h30, 18h30. Leg., 21h30 **CINEMARK VILA VELHA 4**, leg., 21h10 **CINEMARK VILA VELHA 5**, dub., 15h50, 18h50, 21h50 **KINOPLEX 1**, dub., 21h10 **KINOPLEX 2**, leg., 14h30, 17h20, 20h10 **CINESYSTEM 3**, dub., 16h20, 19h, 21h40 **CINESYSTEM 6**, dub., 17h20. Leg., 20h **CINÉPOLIS MOXUARA 5**, dub., 14h45, 17h45, 20h45 **MULTIPLEX ARAÚJO 3**, dub., 16h45, 19h15, 21h45 **CINESERCLA MONTSERRAT 1**, dub., 15h20, 17h55, 20h30 **CINESERCLA LINHARES 2**, dub., 15h20, 17h55, 20h30 **RITZ PERIM 1**, dub., 15h30, 18h, 20h30 **RITZ GUARAPARI 1**, dub., 18h50. Leg., 21h10 **RITZ CONCEIÇÃO 2**, dub., 19h, 21h30 **RITZ ARACRUZ 1**, dub., 16h, 19h, 21h30

> **OS CARAS MALVADOS** (EUA, 2021). De Pierre Perifel. Com vozes de Romulo Estrela e Sergio Guizé. Animação. 100 min. Livre. Pegos pela polícia após um plano malsucedido, grupo de ladrões decide se passar de bonzinho para não ser mandados para a prisão. **CINEMARK VITÓRIA 1**, 3D, dub., 14h30, 17h **CINEMARK VITÓRIA 5**, dub., 16h30 **CINEMARK VITÓRIA 6**, dub., 17h55 **CINEMARK VILA VELHA 4**, dub., 16h, 18h30 **CINEMARK VILA VELHA 8**, dub., 14h30. 3D, dub., 17h, 19h30 **KINOPLEX 1**, dub., 14h40, 16h50, 19h **CINESYSTEM 1**, dub., 15h, 17h05, 19h10 **CINESYSTEM 3**, 3D, dub., 14h15 **CINÉPOLIS MOXUARA 5**, dub., 13h30, 15h45, 18h **MULTIPLEX ARAÚJO 5**, dub., 15h30, 17h30 **CINESERCLA MONTSERRAT 3**, dub., 15h30, 17h30, 19h30 **CINESERCLA LINHARES 1**, dub., 15h, 17h **CINE UNIMED 3**, 3D, dub., 16h15, 18h15 **RITZ PERIM 3**, 3D, dub., 15h, 17h **RITZ GUARAPARI 1**, dub., 17h **RITZ CONCEIÇÃO 1**, dub., 19h **RITZ ARACRUZ 2**, dub., 17h, 18h

DIVULGAÇÃO

"AMBULÂNCIA - UM DIA DE CRIME", do diretor Michael Bay, de "Transformers"

> **DRIVE MY CAR** (JAPÃO/2021). De Ryusuke Hamaguchi. Com Idetoshi Nishijima. Drama. 179 min. 14 anos. **Indicado a 4 Oscars: Melhor filme, Melhor filme estrangeiro, Melhor roteiro adaptado e Melhor Diretor (Ryusuke Hamaguchi).** Ator e diretor busca sua mulher que desapareceu. **CINE JARDINS 2**, leg., 14h30, 19h40

> **O RITUAL - PRESENÇA MALIGNA** (REINO UNIDO/2020). De Christopher Smith. Com Jessica Findlay. Terror. 97 min. 14 anos. Reverendo se muda para uma mansão misteriosa. **CINEMARK VITÓRIA 1**, dub., 19h30 **CINESYSTEM 2**, dub., 21h45 **RITZ PERIM 3**, dub., 19h, 21h

> **BELFAST** (INGLATERRA/IRL/2021). De Kenneth Branagh. Com Caitriona Balfe. Drama. 97 min. 14 anos. **Indicado a 7 Oscars: Melhor filme, Direção (Kenneth Branagh), Atriz (Judi Dench) e Ator Coadjuvante (Ciarán Hinds), Roteiro Original, Som e Canção Original.** História de família protestante da Irlanda nos anos 60. **CINE JARDINS 1**, leg., 17h50

> **AGENTE DAS SOMBRAS** (EUA, 2022). De Mark Williams. Com Liam Neeson. Ação. 108 min. 14 anos. Agente do FBI ajudando colegas em situações difíceis. **CINE UNIMED 1**, dub., 21h

> **CORAÇÃO ARDENTE** (ESPANHA/2020). De Andrés Garrigó. Com Karyme Lozano. Religioso. 89 min. 10 anos. Escritora investiga as aparições do Sagrado Coração de Jesus. **CINEMARK VILA VELHA 6**, dub., 15h30

> **BATMAN** (EUA, 2022). De Matt Reeves. Com Robert Pattinson. Ação. 175 min. 14 anos. Herói faz justiça ao abuso de poder e à corrupção que há muito tempo assola Gotham City. **CINEMARK VITÓRIA 2**, dub., 17h10, 20h50 **CINEMARK VITÓRIA 4**, leg., 17h40, 21h20 **CINEMARK VITÓRIA 6**, leg., 20h20 **CINEMARK VILA VELHA 1**, leg., 16h40, 20h20 **CINEMARK VILA VELHA 2**, dub., 17h10, 20h50 **CINEMARK VILA VELHA 6**, dub., 17h40, 21h20 **CINEMARK VILA VELHA 7**, dub., 16h10, 19h50 **KINOPLEX 7**, dub., 20h. Leg., 16h20 **CINESYSTEM 1**, leg., 21h15 **CINESYSTEM 4**, dub., 14h30, 18h, 21h30 **CINESYSTEM 5**, dub., 16h, 19h30 **CINÉPOLIS MOXUARA 1**, dub., 14h , 17h30, 21h **CINÉPOLIS MOXUARA 3**, dub., 15h, 18h30, 22h **MULTIPLEX ARAÚJO 2**, dub., 18h, 21h30 **MULTIPLEX ARAÚJO 4**, dub., 17h, 20h30 **CINESERCLA MONTSERRAT 2**, dub., 16h40, 20h **CINESERCLA MONTSERRAT 4**, dub., 15h40, 19h **CINESERCLA LINHARES 1**, dub., 19h **CINESERCLA LINHARES 3**, dub., 16h40, 20h **CINE UNIMED 2**, dub., 16h, 19h30 **CINE UNIMED 3**, leg., 20h15 **RITZ PERIM 2**, dub., 16h, 19h30 **RITZ GUARAPARI 3**, dub., 17h10, 20h20 **RITZ CONCEIÇÃO 3**, dub., 19h30 **RITZ ARACRUZ 2**, dub., 20h

> **CORAÇÃO DE FOGO** (CANADÁ, 2021). De Laurent Zeitoun. Animação. 93 min. Livre. Garota que sonha ser bombeira se desfarça para perseguir um incendiário. **CINEMARK VITÓRIA 6**, dub., 15h10

> **UNCHARTED: FORA DO MAPA** (EUA, 2021). De Ruben Fleischer. Com Tom Holland. Ação. 116 min. 12 anos. Exploradores buscam a cidade de El Dorado e enfrentam mercenários. **CINEMARK VITÓRIA 1**, dub., 21h50 **CINEMARK VILA VELHA 8**, dub., 22h **CINESYSTEM 6**, dub., 15h **CINÉPOLIS MOXUARA 4**, dub., 20h15 **CINE UNIMED 1**, dub., 18h40 **RITZ GUARAPARI 2**, dub., 21h

> **A FELICIDADE DAS PEQUENAS COISAS** (BUTÃO, 2019). De Pawo Dorji. Drama. 110 min. 10 anos. Jovem professor precisa mudar radicalmente de vida. **Indicado ao Oscar de Melhor Filme Internacional.** **CINE JARDINS 2**, leg., 17h40

> **HOMEM-ARANHA: SEM VOLTA PARA CASA** (EUA, 2021). De Jon Watts. Com Tom Holland. Ação. 150 min. 12 anos. Homem-Aranha contra vilões. **Indicado ao Oscar de Melhores Efeitos Especiais.** **CINE UNIMED 4**, dub., 16h

> **O PODEROSO CHEFÃO** (EUA, 1972). De Francis Ford Coppola. Com Marlon Brando. Policial. 175 min. 14 anos. Saga de família de mafiosos. **CINE JARDINS 2**, leg., 14h40, 19h40

> **ENCANTO** (EUA, 2021). De Byron Howard. Animação. 90 min. Livre. Mirabel é a única de sua família que não tem poderes mágicos, mas será quem vai salvar a vila de Encanto. **Indicado a 3 Oscars: Melhor Animação, Melhor Trilha Sonora e Melhor Canção Original.** **CINE UNIMED 1**, dub., 16h30

## INGRESSOS

> **CINEMARK VITÓRIA** – Shopping Vitória. 2D, até 17h, R$ 31 (inteira). Após, R$ 33 (inteira). 3D, R$ 38 (inteira). D-Box, 2D, até 17h, R$ 51 (inteira). Após, R$ 53 (inteira). D-Box, 3D, R$ 58 (inteira).

> **CINEMARK VILA VELHA** - Shopping Vila Velha. 2D, até 17h, R$ 26 (inteira). Após, R$ 28 (inteira). 3D, R$ 33 (inteira). XD, 2D, R$ 33 (inteira). XD, 3D, R$ 37 (inteira).

> **KINOPLEX** - Shopping Praia da Costa. 2D, R$ 24 (inteira). 3D, R$ 24 (inteira). Salas Platinum, R$ 42 (inteira).

> **CINE JARDINS** – Shopping Jardins, Jardim da Penha. R$ 20 (inteira).

> **MULTIPLEX ARAÚJO** – Shopping Mestre Álvaro. 2D, R$ 15 (meia). 3D, R$ 16 (meia).

> **CINESYSTEM** – Boulevard Shopping Vila Velha. 2D, R$ 30 (inteira). 3D, R$ 34 (int.).

> **CINÉPOLIS MOXUARA** – Shopping Moxuara. 2D, R$ 19 (inteira). 3D, R$ 22,50 (inteira).

> **CINESERCLA MONTSERRAT** – Shopping Montserrat. 2D, R$ 18 (inteira). 3D, R$ 22 (inteira).

> **CINESERCLA LINHARES** – Pátiomix Linhares. 2D, R$ 20 (inteira). 3D, R$ 22 (inteira).

> **RITZ GUARAPARI** – Shopping Guarapari. 2D, R$ 24 (inteira). 3D, R$ 26 (inteira).

> **RITZ PERIM** – Cachoeiro de Itapemirim. 2D, R$ 28 (inteira). 3D, R$ 34 (inteira).

> **CINE UNIMED** – Shopping Sul, Cachoeiro. 2D, R$ 28 (inteira). 3D, R$ 34 (inteira).

> **RITZ ARACRUZ** - Aracruz. 2D, R$ 24 (inteira). 3D, R$ 28 (inteira).

> **RITZ CONCEIÇÃO** - Linhares. 2D, R$ 20 (inteira). 3D, R$ 24 (inteira).

> **VIA SUL** – Marataízes. R$ 22 (inteira).

> **SÃO MATEUS** – 2D, R$ 24 (inteira). 3D, R$ 28 (inteira).

As alterações nas grades de programação e nos valores dos ingressos são de inteira responsabilidade dos cinemas

# MAURÍCIO PRATES

www.maurícioprates.com.br | emeprates@uol.com.br

## Destaque

Durante estes dois anos de pandemia, o setor de supermercados foi o maior gerador de empregos no país, com 156.120 novos postos criados, sendo 57.214 novas vagas, em 2020, e 98.906, em 2021. O setor foi responsável por 6,1% do total de novos postos de trabalho no período 2020/2021, de acordo com o Mapa dos Empregos no Setor de Supermercados.

## Sem fake news

O YouTube anunciou um pacote de medidas para ajudar seus usuários brasileiros a estarem mais bem informados nas eleições de 2022. O objetivo é reduzir a disseminação de fake news, boatos e desinformação durante o período. De imediato, serão removidos conteúdos falsos sobre candidatos e sobre a confiabilidade do sistema eleitoral.

## Biometano

O biometano, combustível feito a partir da purificação do biogás e alternativa limpa à gasolina, ao gás natural e ao diesel, pode ser uma alternativa para garantir a segurança energética do País. Segundo o Ministério de Minas e Energia, ele ainda tem a vantagem de não estar sujeito à volatilidade internacional de preços, em especial combustíveis fósseis derivados do petróleo.

NANDA PRATES

**O EMPRESÁRIO** Walber Lucio Piva entre Carina Santana e a atriz Cristiana Oliveira

## Feed cronológico

O Instagram voltou a disponibilizar aos usuários a opção de feed cronológico, na qual as postagens aparecem na ordem em que elas são postadas – o recurso havia sido desabilitado em 2016, quando a plataforma passou a mostrar aos usuários posts com base nas decisões do algoritmo. Ou seja, agora aparecerá para o usuário o que ele escolheu ver, e não o que a inteligência artificial acha que ele irá gostar de ver.

## Limites

Tara Jayne McConachy, de 33 anos, ficou conhecida como a "Barbie humana australiana" após realizar inúmeras plásticas para ficar parecida com a famosa boneca. O cirurgião plástico Ariosto Santos alerta que o profissional também tem o dever de orientar o paciente quanto a exageros e inclusive recusar a fazer intervenções desnecessárias.

## Dia do Circo

O Dia do Circo é comemorado no próximo domingo, dia 27. Para marcar a data, acontece no Parque da Prainha, em Vila Velha, o evento Viva o Circo. A partir das 9h30 o local recebe várias atrações circenses, como palhaços, mágicos e malabaristas. O encerramento da festa ficará por conta da bateria da MUG.

* * *

**CASAMENTO NA FLÓRIDA!** Lucca Marcheschi e Caroline Mayer ladeados pelo irmão Enzo e os pais do noivo, Rodrigo e Marcela Marcheschi

**LARA PRADO,** Felipe Araújo e Pedro Paulo Moysés em jantar de inauguração na Praia do Canto

## Em queda!

Os índices de vacinação no Brasil, que ultrapassaram 80% da população acima de 12 anos completamente imunizada contra a Covid-19, foram responsáveis pela queda da média móvel de casos da doença no Brasil, informou o Ministério da Saúde: o recuo foi de 895,36, em 18 de fevereiro, para 354,3, registrado na última segunda-feira. Vai passar!

## ELES NAS REDES SOCIAIS

"O ano de 2022 está sendo sobre trabalhar o dobro para ganhar a metade e pagar o triplo em tudo."
@EDUARDOVIVEIROS

"Pelo menos esse ano não vai ter a discussão de ovo de Páscoa x barra de chocolate, já que não vai dar para comprar nenhum dos dois."
@SUBVERSIVA

## Circuito

**NÃO** é o primeiro caso! Ontem pela manhã, na rua Moacyr Avidos, na Praia do Canto, um ciclista, trafegando na calçada!, atropelou uma idosa. O clima ficou tenso.

* * *

**A ASSOCIAÇÃO** Capixaba de Supermercados (Acaps) está festejando seus 50 anos. Na presidência, Fábio Dalvi, e Hélio Schneider como superintendente.

* * *

**O ANIVERSÁRIO** de Lurdinha Paraiso será comemorado amanhã em jantar reunindo familiares, na Praia da Costa.

* * *

**OS CASAIS** Flavia Fardim-Franklin Bringhenti e Priscila Passamani-Flávio Cirilo curtem o final de semana no Copacabana Palace. Além de dias de relax, eles aproveitam também para badalar no Rio de Janeiro.

* * *

**OS EVENTOS** voltaram com tudo! Neste final de semana a Tex Produções irá agitar a Grande Vitória, de sexta a domingo, fazendo intervenções artísticas e abrilhantando de evento infantil a corporativo.

* * *

**A FARMACÊUTICA** Raigna Vasconcelos está lançando um novo suplemento que poderá ser utilizado por pessoas que sofrem com alguma intolerância alimentar. "As cápsulas são sem lactose, sem amido, e feitas com plástico de cana de açúcar", explica a especialista.

* * *

**A EXPOSIÇÃO** "Observar Territórios", que celebra os quinze anos da OÁ Galeria – Arte Contemporânea, une pela primeira vez as pesquisas poéticas dos artistas Aline Moreno e Manoel Novello. A mostra fica em cartaz até o dia 14 de maio.

* * *

**OS EMPRESÁRIOS** Giuliano De Luca e Roberto Oliveira inauguram em Vitória, na primeira quinzena de abril, uma filial capixaba do badalado club nova-iorquino Pink Elephant. O novo point será no Triângulo das Bermudas.

* * *

**O TRIBUNAL** Superior Eleitoral (TSE) lançou a Ouvidoria da Mulher, órgão permanente para recebimento de denúncias de violência política contra candidatas. A ouvidoria terá a missão de prevenir e combater casos de assédio, discriminação e outras formas de abusos cometidos contra as mulheres.

* * *

**E TOCA A VIDA!**

# Televisão

# Um italiano em "Poliana"

**Vincenzo Richy, que interpreta o estudante de Medicina Vinicius, diz que estar na novela do SBT é um prêmio**

A estreia da novela do SBT "Poliana Moça" mobilizou as atenções de Vincenzo Richy, esse ator italiano de Nápoles que escolheu o Brasil para desenvolver seu talento e conquistou legião de fãs.

O ator, que esteve na primeira temporada das "As Aventuras de Poliana", viu crescer a sua influência nas redes digitais e conta hoje com 1,5 milhão de seguidores no Instagram. Agora, mesmo dedicado às gravações da novela, ele não sossega.

Está no elenco do filme "Helena", baseado na história homônima de Machado de Assis, e já tem planos para atuar numa peça que irá percorrer o Brasil.

"Eu amo trabalhar, amo a minha profissão e estou sempre buscando novos projetos e oportunidades. Eu considero que estar em 'Poliana Moça' é um prêmio a toda essa minha dedicação", pondera.

O roteiro da trama do SBT é uma adaptação da autora Iris Abravanel com direção geral de Rica Mantoanelli. A novela representa uma volta aos estúdios depois de dois anos de gravações suspensas devido à pandemia.

Na novela, Vincenzo é Vinicius, um bolsista de Medicina que trabalha como atendente na OraPães Pães, ponto de encontro de jovens e adultos. Vinicius sofre com o fim do namoro com Mirela e compartilha essa dor com Raquel (Bel Moreira), que vive a mesma situação e em algum momento chega até a confundir os sentimentos pela amiga que o aconselha.

Durval (Marat Descartes) é o chefe linha-dura que tem total confiança em Vini. O melhor amigo é Formiga (Humberto Moraes), um rapaz atrapalhado, mas de bom coração.

Vincenzo já participou de comerciais nacionais e internacionais e protagonizou diversos clipes musicais. Na TV, sua trajetória começou em 2014, na novela "Alto Astral", da Rede Globo.

LOURIVAL RIBEIRO/SBT

**VINCENZO RICHY:** "Eu amo trabalhar, amo a minha profissão e estou sempre buscando novos projetos"

## Filme com Larissa Manoela hoje no SBT

O filme que vai ao ar hoje, às 23h15, na Tela de Sucessos, da **TV Tribuna/SBT**, é "Meus 15 Anos", comédia romântica que traz no elenco Larissa Manoela, Daniel Botelho, Lorena Queiroz e Rafael Infante.

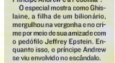
Na trama, Bia, a tímida órfã de mãe desde os 4 anos, vive com o bem-humorado pai, Edu, seu grande amigo de todas as aventuras. Já na escola, Bia enfrenta a hostilidade dos colegas, mas tem Bruno, seu único e fiel amigo. Tudo promete mudar quando, por um golpe de sorte, Bia ganha uma mega-festa de 15 anos.

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

## Especial mostra crime que envolve príncipe

A conexão da socialite Ghislaine Maxwell e do financista Jeffrey Epstein – condenados por tráfico sexual – com o príncipe Andrew, um dos filhos da rainha Elizabeth II, é abordada no documentário que o Lifetime estreia domingo, 21h: "Ghislaine, Príncipe Andrew e a Pedofilia".

O especial mostra como Ghislaine, a filha de um bilionário, mergulhou na vergonha e no crime por meio de sua amizade com o pedófilo Jeffrey Epstein. Enquanto isso, o príncipe Andrew se viu envolvido no escândalo.

## Oswaldo Montenegro no "Todas as Bossas"

Para reconhecer a importância da vida e obra do cantor e compositor Oswaldo Montenegro, que completou 66 anos este mês, a TV Brasil apresenta um show intimista do músico amanhã, às 23h15, no "Todas as Bossas".

No palco da TV Brasil, Oswaldo Montenegro é acompanhado pela flautista Madalena Salles, parceira de longa data. Durante a performance, interpreta canções como "Metade", "A Lista", "Estrelas", "Bandolins", "Estrada nova" e "A lógica da criação", entre outras. O programa tem apresentação da cantora e jornalista Bia Aparecida.

MARCELO CASTELLO BRANCO/DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO/TV GLOBO

## Nos bastidores das gravações de "Pantanal"

O "Globo Repórter" de hoje adentra pelos bastidores das gravações de "Pantanal". O programa registra o primeiro encontro das Jumas.

Ao mostrar Guito tocando entre Almir Sater e Marcos Palmeira, o programa revela tudo o que o músico fez para garantir seu lugar na novela. "Eu treinei para ela a vida inteira, assisti cinco vezes à novela, que também fez parte da minha vida. Eu e os meus irmãos brincávamos de ser os personagens dela", conta ele.

# DESTAQUES

## RESUMO DAS NOVELAS

> **POLIANA MOÇA, TV TRIBUNA** – Renato chega à escola por indicação de Helô, Ruth aceita contratá-lo mesmo sem fazer entrevista de emprego. Helena se aproxima de João. Tânia tenta sempre agradar Poliana, mas a escritora percebe as investidas da filha do namorado. Antônio se culpa por erros da filha Violeta. Chega o grande dia da festa de debutante de Poliana e seus convidados aparecem, mas um contratempo surge.

> **CARINHA DE ANJO, TV TRIBUNA** – Gustavo e Cecília voltam da lua de mel e são recebidas por Dulce Maria. Cassandra fica nervosa ao saber que Estefânia foi embora após saber que é filha de Vitor e diz que irá embora. Mais tarde, Cecília, Gabriel e Gustavo aconselham Estefânia a compreenderem as escolhas de Vitor.

> **ALÉM DA ILUSÃO, TV GAZETA** – Jojô passa mal e é socorrido por Paraka e Misha. Úrsula cuida de Eugênio, que está doente. Jojô volta para a vila e assume que roubou o batom de Fátima. Todos se desculpam com Lyra e sua família. Violeta exige que Eugênio a acompanhe na inauguração da creche na tecelagem. Lyra alerta Davi sobre uma nova injustiça que está prestes a sofrer. Joaquim arma para incriminar Davi.

> **QUANTO MAIS VIDA, MELHOR, TV GAZETA** – Carmem conta sua história para Paula/Neném. Daniel incentiva Guilherme/Flávia a esquecer Rose. Carmem demite Marcelo e Paula/Neném. Celina e Valdirene conspiram contra Deusa. Joana se sente mal e Marcelo a ajuda. Toca pede para trabalhar na padaria de Juca. Neném/Paula teme precisar entrar em campo no jogo da final.

> **UM LUGAR AO SOL, TV GAZETA** – Capítulo não fornecido pela emissora.

FABIO ROCHA/TV GLOBO

**ÚRSULA** cuida de Eugênio, que está doente, em "Além da Ilusão"

## PROGRAMAÇÃO

**TV TRIBUNA**
**CANAL 7**
06h00 Primeiro Impacto
09h30 Bom Dia & Cia
11h55 Tribuna Notícias 1ª Edição
13h00 Sessão Desenhos
14h20 Casos de Família
15h20 Fofocalizando
17h00 Mar de Amor
17h45 Amanhã é Para Sempre
18h45 Se Nos Deixam
19h20 Tribuna Notícias 2ª Edição
19h45 SBT Brasil
20h30 Poliana Moça
21h30 Carinha de Anjo
22h15 Programa do Ratinho
23h15 Tela de Sucessos: "Meus 15 anos"
01h00 The Noite
02h00 Operação Mesquita
02h45 Conexão Repórter
03h15 SBT Brasil (reap.)
04h00 Big Bang, A Teoria
Informações: 3331-9094

**TV CAPIXABA**
**CANAL 10**
03h45 1º Jornal
06h00 Pense com Fé (IURD)
08h00 Bom Brasil
09h00 The Chef
11h00 Jogo Aberto
12h00 EStúdio 360
13h00 Mais Design (reap.)
13h30 Ponto de Luz (IURD)
14h30 Melhor da Tarde
16h00 Brasil Urgente
18h20 Jornal da Band
20h30 Faustão na Band
22h30 1001 Perguntas
23h45 Jornal da Noite
00h25 Que Fim Levou?
00h30 Esporte Total
01h30 Mais Geek
02h25 + Info
02h50 Jornal da Band (reap.)
Informações: 3334-1700

**TV VITÓRIA**
**CANAL 6**
06h00 Programação IURD
06h30 ES no Ar
08h35 Fala Brasil
10h00 Hoje em Dia
11h45 Boletim Jornal da Record
11h50 Balanço Geral ES
14h10 Fala ES
15h15 Chamas da Vida
16h45 Cidade Alerta
17h10 Boletim Jornal da Record
17h15 Cidade Alerta (cont.)
17h40 Boletim Jornal da Record
17h45 Cidade Alerta (cont.)
18h00 Cidade Alerta Espírito Santo
19h15 Jornal da TV Vitória
19h55 Jornal da Record
21h00 Reis
21h45 A Bíblia
22h45 Super Tela
00h30 Boletim Jornal da Record
00h45 Fala que eu te Escuto
02h00 IURD – Inteligência e Fé
03h00 IURD – Palavra Amiga
04h00 IURD – Local
Informações: 3331-7057

**TV GAZETA**
**CANAL 4**
04h00 Hora Um
06h00 Bom Dia ES
08h30 Bom Dia Brasil
09h30 Mais Você
10h45 Encontro
11h45 ES1
13h00 Globo Esporte
13h25 Jornal Hoje
14h45 O Cravo e A Rosa
15h30 Sessão da Tarde – As Loucuras de Dick e Jane
17h00 Vale a Pena Ver de Novo – O Clone
18h25 Além da Ilusão
19h10 ES2
19h40 Quanto Mais Vida, Melhor!
20h30 Jornal Nacional
21h30 Um Lugar ao Sol
22h55 BBB 22
23h40 Globo Repórter
00h30 Sessão Globoplay – S.W.A.T.
01h15 Jornal da Globo
02h05 Conversa com Bial
02h45 Lollapalooza
03h25 Corujão I – Beleza Americana
Informações: 3321-8333

## NA TV PAGA

> **A ARTE DA ESPIONAGEM – NO HISTORY, 19H30.** O episódio revela o método mais importante para que espiões operem com sucesso: a habilidade de usar sistemas de comunicação secretos.

> **A MADRASTA ERRADA – NO LIFETIME, 21H.** Na trama, Michael, um pai solteiro de duas filhas, conhece Maddie, uma mulher que parece perfeita para entrar em sua família. Sua filha Lily logo percebe que Maddie é uma obcecada.

# Show com filho e netos de Gil

Flávio Carvalho

A musicalidade está no sangue de José, Francisco e João Gil, respectivamente filho e netos de Gilberto Gil, um dos maiores artistas do Brasil. Eles chegam a Vitória hoje para mostrar por que são vistos como um dos grandes nomes do cenário atual da música brasileira.

Revisitando o legado dos ritmos e movimentos artísticos, que marcaram história no País, mas também abraçando as tendências da chamada nova MPB, o trio se apresenta com show inédito do recém-lançado álbum "Pra Gente Acordar". A apresentação acontece a partir das 19h no Na Vista, na Enseada do Suá, em Vitória.

Puxado pelos singles "Duas Cidades" e "Proposta", o projeto carrega esse título por expressar aquilo que o grupo atesta ser a sua vocação neste momento: espalhar uma mensagem esperançosa de confiança numa nova manhã e celebrar as coisas principais que suas canções transmitem e que são recorrentes nos versos: o amor e a luz; as viagens e os encontros.

Além das músicas do novo trabalho, José, Francisco e João Gil sobem ao palco com o hit "Várias Queixas", do EP homônimo, lançado em 2019. Só no Spotify, o sucesso possui 54 milhões de execuções.

O FILHO DE GILBERTO GIL, José, e os netos Francisco (C) e João apresentam show inédito

**SERVIÇO**

**"Pra Gente Acordar"**

- > O QUÊ: Show da banda carioca Gilsons
- > QUANDO: Hoje, às 19h
- > ONDE: Na Vista. Rua Judite Maria Tovar Varejão, **Enseada do Suá**, Vitória
- > INGRESSOS: R$ 100 (3º lote/meia)
- > VENDA: no site lebillet.com.br
- > CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: 18 anos

## Festa

> **"CHAMA"** – Com JV de VV, Dodo, Edin, Perotz, Lukao e Luuh hoje, 21h, no Embrazado, **Praia do Canto**. Clas.: 18. Ing.: R$ 40 (2º lote/meia). Venda: superticket.com.br.

> **"ESPECIAL MÊS DAS MULHERES"** – Epic Wish (tributo a Nightwish) e Camisa Rock Band hoje, 22h, no Correria, **Itaparica**. Clas.: 16. Ing.: R$ 20. Mulher com nome na lista não paga entrada.

> **"ALOKA - ESPECIAL ANITTA"** – DJs Pepeu Canal, Tallyson, Bruno Donat e Cat Cat hoje, 22h, no Lamah Lounge, **Jardim da Penha**. Clas.: 18. Ing.: R$ 15 até 23h. Após, R$ 25.

> **"PAGODE DA FAZENDINHA"** – D'Moleque, DJ Gustavo e Samba Jr hoje, 22h, na Fazendinha Shows, **Grande Vitória**. Clas.: 18. Ing.: R$ 20 até meia-noite. Após, R$ 25.

> **"MAIONESE CASEIRA"** – Bad Feels Club e Auri, e DJ Tuzzão hoje, 22h, no Victoria Pub, **Jardim Camburi**. Clas.: 18. Ing.: R$ 20 (2º lote, antecipados) e R$ 25. Venda: sympla.com.br

> **"CULTURE HITS - BAPHONICA"** – Hoje, 22h, na Fluente, **Jardim da Penha**. Clas.: 18. Ing.: R$ 30 (antecipado) e R$ 40. Venda: sympla.com.br.

> **"21+"** – Pop e indie hoje, 22h, na Bolt, **Jardim da Penha**. Clas.: 18. Ing.: R$ 25.

### Matanza Ritual

Amanhã, 21h, tem show da banda carioca Matanza Ritual (foto) no Correria, **Itaparica**. Na mesma noite, Banda Tahoma, Limbo7 e Skydiving From Hell. Ing.: R$ 50 (3º lote/meia). Venda: bilheto.com.br. Clas.: 16.

### DJ americano

Com DJs Malifoo (EUA/foto) e Zuffo (PA), a festa "Sonsation" rola hoje, 22h, no Santo Cupido, **Praia do Canto**. Ing.: R$ 30 (promocional/meia). Venda: superticket.com.br. Clas.: 18.

## Concerto

> **"A LUZ DA CULTURA – AS QUATRO ESTAÇÕES DE VIVALDI"** – Orquestra Camerata Sesi hoje, 19h, no Teatro do Sesi de **Jardim da Penha**. Ing.: Doação de fraldas infantis. Retirada: na Sala Cultura do Sesi de Jardim da Penha, das 10h às 16h. Inf.: 3334-7323.

## Para ouvir

> **BANDA DUBALAIO** - Variado. 20h, no Almanaque La Vista, **Jacaraípe**. Inf.: 99608-2245.

> **VAGNER MIRANDA** - Variado. 20h, no Terraço da Nação, **Jucutuquara**.

> **SUÉ E PEDRO E LUCAS** - Variado. 21h, no Hangar Gastrobar, **Colina de Laranjeiras**. Inf.: 99780-4882.

> **THAMIRES** – Variado. Às 12h30 e 14h30, no Coco Bambu, Shopping Praia da Costa. Inf.: 3141-9100.

> **ONAY** – Variado. Às 19h e 22h30, no Coco Bambu, Shopping Praia da Costa. Inf.: 3141-9100.

> **CAROL E PRISCILA E DJ PAULINHO** - Variado. 18h, no Mercearia Gourmet, **Laranjeiras**. Inf.: 99235-7121.

> **FIXER** - Rock. 20h, no Motor Rocker's, **Praia do Canto**.

> **MAICON JOVI** - Sertanejo. 20h, no Giga Byte Bar, **Campo Grande**. Inf.: 3366-1573.

> **UBANDO** – Rock. 21h, no Pub 426, **Praia do Canto**. Inf.: 99837-7080.

> **WESLEY GUITTAR** - Pop rock. 20h, na Ambronelli Cervejaria, **Morada de Laranjeiras**. Inf.: 99991-4140.

### Pablo na Grande Vitória

Tem dose tripla de Pablo, do hit "Bilu Bilu", no fim de semana. Hoje, 21h, o baiano faz show no Via Sol Show, em **Pontal de Santa Mônica**, Guarapari. Ing. (3º lote/meia): Pista a R$ 60 e Área VIP a R$ 80. Venda: bilheteriadigital.com. Clas.: 18.

Domingo, 13h, ele se apresenta na "Tardezinha dos Bahianos", que rola no Território, **Barra do Jucu**. Ing.: R$ 50 (1º lote). Venda: onticket.com.br. Depois, 16h, segue para Chácara Recanto dos Pássaros, **Das Laranjeiras**. Ing.: R$ 50 (1º lote) no onticket.com.br. Clas.: 18.

> **DJ IZZY** - Variado. 20h, Ipanema Bar, **Praia do Canto**. Inf.: 99276-0444.

> **MPBLUES** - Blues, jazz e rock. 21h, na Incrivel House Brewery, **Bicanga**. Inf.: 99973-9663.

> **BANDA METRÓPOLE**- Variado. 19h, no Jackson's Pub, **Praia da Costa**. Inf.: 99249-8543.

> **SAULO SIMONASSI** – Rock. 20h, no El Libertador, **Mata da Praia**. Inf.: 3025-1516.

> **GABRIEL FELIPE** - Pop rock. 19h30, Canto da Praia Beach Bar, **Camburi**.

> **SAMBA DO NILL** - Samba. 18h30, no Bar Pimenta Carioca, **Jardim da Penha**. Inf.: 99640-1884.

> **KINHO SUCUPIRA** - Rock, pop e folk. 20h, na Hood Cervejaria, **Praia da Costa**. Inf.: 3534-2049.

> **JR BOCCA E MICHEL DE SOUZA** - Variado. 20h, no Raízes Gastrobar, **Jardim Camburi**. Inf.: 99933-6962.

> **RODRIGO NUNES** - Jazz e bossa. 20h, no 244 Club, **Praia do Canto**.

> **DONATO FONTANA** - Variado. 22h, no Defume's, **Jardim Marilândia**. Inf.: 99889-1199.

> **KENEDDY ALVEZ** - Sertanejo. 20h, no Butteco's Vitalino, **Itaparica**. Inf.: 99644-2742.

> **VERSÃO BRASILEIRA** - Variado. 20h, na Cervejaria Espírito Santo, **Jardim Camburi**. Inf.: 99626-3425.

> **HELLROUTE** - Rock. 18h, na Vikings, **Praia do Canto**. Inf.: 3376-5033.

> **ANDRÉ PRANDO** - Variado. 20h, no Dona Raposa, **Jardim da Penha**.

> **CIÇA CHADÔ** - Variado. 19h, A Oca Bistrô, **Centro**. Inf.: 98825-6714.

> **POLÊMICOS DO FORRÓ, ADRIANO FERRARI E VAN SALLES** - Às 22h, na Choperia Farol da Praia, **Parque Jacaraípe**. Inf.: 99944-5212.

> **ROMILSON XAVIER** - Variado. 19h, Chopperia Rezzerva, **Recanto da Sereia**, Guarapari. Inf.: 99288-4034.

## Estado

> **ALEMÃO DO FORRÓ** - Hoje, 21h, no Atalanta, em **Castelo**. Ing.: R$ 40 (1º lote/meia). Venda: superticket.com.br. Clas.: 18 anos.

> **GUSTAVO BRABO, MD CHEFE (RJ) E DOM LAIKE (RJ)** - Hoje, 22h, no Conceição Hall, **Linhares**. Ing.: R$ 40 (1º lote/único) no superticket.com.br. Clas.: 18.

> **MARCYNHO SENSAÇÃO (PB)** - Hoje, 21h, no Butiquim do Gordinho, em **Linhares**. Ing.: 80 (2º lote). Venda: lebillet.com.br. Clas.: 18.

## Agenda

> **"ROLÊ DO GORDINHO"** – Marcynho Sensação (PB) amanhã, 20h, no Gordinho Sambão, **Mário Cypreste**. Clas.: 18. Ing. (1º lote/meia): Pista a R$ 50 e Camarote a R$ 70. Venda: lebillet.com.br.

> **MD CHEFE (RJ) + DOMLAIKE (RJ) + PAPATINHO (RJ)** – Amanhã, 22h, na Fazendinha Shows, **Grande Vitória**. Clas.: 18. Ing. (1º lote/meia): Pista a R$ 60 e Camarote a R$ 80. Venda: superticket.com.br.

### Reggae do Natiruts

O reggae é o ritmo que dá o tom da festa que rola amanhã, 22h, no Privilège Vitória, **Praia do Canto**, com shows de Natiruts (DF/foto) e Macucos. Ing.: R$ 80 (promocional/meia). Venda: superticket.com.br. Clas.: 18.

### Maratona do Japãozin

Dono do hit "Carinha de Neném", Japãozin fará cinco shows no Estado. Hoje, a partir das 22h, ele canta na Woods, em **Camburi** (nomes na lista pelo 99924-1617), e no On Pub, em **Aracruz**. Ing.: R$ 35 (3º lote).

Amanhã, 20h, o artista agita o "Aniversário 6 anos do Spettus", em **Jacaraípe**. Ing.: R$ 20 (promocional). Venda: superticket.com.br. Às 23h, a apresentação será no B27 Beach Club, no **centro de Guarapari**. Ing.: R$ 30 (1º lote/meia). Venda: superticket.com.br.

A maratona de shows acaba domingo, 16h, no Matrix, **Rio Branco**. Ing.: R$ 15 (1º lote/meia) no lebillet.com.br.

## Especial

> **COMPRAS MARUÍPE** - Feira com shows de graça com artistas capixabas e escola de samba, comercialização de roupas e acessórios, além de praça de alimentação. Hoje, 19h, grupo de capoeira. Às 20h, bateria da escola de samba Independentes de Eucalipto. Às 21h, axé com Neno Bahia e Banda. Na Av. Coronel José Martins de Figueiredo, 38, **Maruípe**. Grátis. Inf.: 99931-4123.

> **PROJETO CINESESC GLÓRIA** - Mostra com filmes franceses e brasileiros. Hoje, "A Gravata", às 18h20, no Sesc Glória, no **Centro**. Ing.: R$ 5 (meia). Inf.: 3232-4750.

# Quadrinhos

## Chiclete com Banana | ANGELI

## Níquel Náusea | FERNANDO GONSALES

O CAPITAL

QUADRO HORRÍVEL! PARECE OBRA DE DÉBIL MENTAL!

PINTADO HÁ DOIS SÉCULOS. VALE UM BILHÃO DE DÓLARES.

ESPLÊNDIDO!

ARECREATIVA.COM.BR

## Sudoku (Passatempos de lógica)

Complete cada tabuleiro de nove quadrados preenchendo os espaços vazios com números de 1 a 9, de modo que eles não se repitam em nenhuma fileira vertical nem horizontal nem em cada grupo de quadrados.

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | | 5 | 7 | 9 | | 1 | | 4 |
| | 4 | 7 | 5 | | | | | 3 |
| | | | | | 3 | 5 | | 7 |
| | | 2 | | 5 | 9 | 4 | | |
| | | | 8 | 6 | | | | 2 |
| 3 | | | | 2 | 7 | | | |
| | | 1 | 6 | | | 9 | 2 | 5 |
| 5 | 2 | | | | | | 3 | |
| | 9 | | | | | | | 6 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 3 | 5 | 7 | 9 | 2 | 1 | 8 | 4 |
| 1 | 4 | 7 | 5 | 8 | 6 | 2 | 9 | 3 |
| 2 | 8 | 9 | 1 | 4 | 3 | 5 | 6 | 7 |
| 7 | 6 | 2 | 3 | 5 | 9 | 4 | 1 | 8 |
| 9 | 5 | 4 | 8 | 6 | 1 | 3 | 7 | 2 |
| 3 | 1 | 9 | 4 | 2 | 7 | 6 | 5 | 8 |
| 4 | 7 | 1 | 6 | 3 | 8 | 9 | 2 | 5 |
| 5 | 2 | 6 | 9 | 7 | 4 | 8 | 3 | 1 |
| 8 | 9 | 3 | 2 | 1 | 5 | 7 | 4 | 6 |



# Diretas

## Palavras Cruzadas Diretas

### Solução

# Horóscopo

**Áries** 21/03 a 20/04
REGENTE: MARTE - Diante dos obstáculos que poderão surgir agora, lembre-se de observar o que indica o seu instinto guerreiro. Contemplando tal força, você dará os próximos passos com mais sabedoria.

**Touro** 21/04 a 20/05
REGENTE: VÊNUS - Recolha-se ao longo do dia para poder estar com os seus próprios pensamentos, analisando cada um deles com calma e serenidade. Você poderá obter respostas através da introspecção.

**Gêmeos** 21/05 a 20/06
REGENTE: MERCÚRIO - Seu dia estará repleto de oportunidades, e para que cada uma delas seja reconhecida, será preciso que mente e coração estejam abertos e atentos. Trilhe caminhos alternativos.

**Câncer** 21/06 a 22/07
REGENTE: LUA - Hoje será um dia importante para experimentar um outro lado da sua natureza. Onde geralmente habitam sonhos e intuição, agora quem brilhará será a realidade e o olhar crítico.

**Leão** 23/07 a 22/08
REGENTE: SOL - O seu rendimento tenderá a ser especialmente beneficiado pela organização. Por isso, busque otimizar suas ferramentas para possibilitar melhores resultados. Invista na qualidade do seu trabalho.

**Virgem** 23/08 a 22/09
REGENTE: MERCÚRIO - Mesmo que você costume ter segurança de seus desejos, você poderá se deparar com certas dúvidas. Saiba que essa será uma oportunidade para repensar seus métodos e estratégias.

**Libra** 23/09 a 22/10
REGENTE: VÊNUS - Ao ter consciência e segurança de seus talentos e qualidades, você conduzirá a vida com mais confiança. Acredite nas suas habilidades e não hesite em expressar sua determinação.

**Escorpião** 23/10 a 21/11
REGENTE: PLUTÃO - Seus sonhos poderão ser concretizados com tanto que você adote uma postura mais pragmática. Assim você conseguirá perceber as reais condições e possibilidades do caminho adiante.

**Sagitário** 22/11 a 21/12
REGENTE: JÚPITER - Você perceberá sua criatividade aflorar e a melhor forma de aproveitar o dia será direcionando essa energia para os projetos estagnados no momento. Redescubra antigos propósitos.

**Capricórnio** 22/12 a 20/01
REGENTE: SATURNO - É provável que sua disposição aumente e você seja movido pelo desejo de realizar suas próprias necessidades em primeiro lugar. Foque em atividades que promovam o seu bem-estar.

**Aquário** 21/01 a 19/02
REGENTE: URANO - Suas dúvidas começarão a se dissipar agora, permitindo com que você se expresse de forma mais assertiva e confiante. Aproveite então a oportunidade para compartilhar as suas ideias.

**Peixes** 20/02 a 20/03
REGENTE: NETUNO - Você se perceberá mais vinculado com o seu trabalho, o que poderá favorecer a realização das suas atividades. Permita que a sua realidade profissional seja fonte de harmonia e satisfação.

# PAULO OCTAVIO

por Thama Boldrini

po@redetribuna.com.br

## Alerta tuberculose I

Na semana em que é comemorado o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, em tempos de pandemia, vale o alerta sobre a importância do diagnóstico precoce e do início rápido do tratamento para garantir a cura.

## Alerta tuberculose II

De acordo com o médico geriatra Roni Chaim Mukamal, a preocupação tem sua razão de ser: "A tuberculose é uma doença infectocontagiosa, causada pela microbactéria conhecida como Bacilo de Koch, que atinge diretamente o pulmão, podendo também se instalar em outros órgãos, como ossos, sistema nervoso e intestinos. Poucos se dão conta disso, mas, embora não seja uma doença nova, a tuberculose ainda é um grande problema de saúde pública, respondendo por cerca de 5 mil mortes por ano Brasil".

## De olho no mosquito

Levantamento do Ipec aponta que 31% dos brasileiros acreditam que a dengue deixou de existir durante a pandemia.

No entanto, os casos da doença aumentaram 43,9% em 2022, segundo o Ministério da Saúde. Para especialistas, os brasileiros convivem há tanto tempo com a dengue, que se esquecem dos seus riscos, diante da ameaça da covid-19.

DIVULGAÇÃO

**O CAPIXABA** Lucca Marcheschi e sua bela noiva americana, Caroline Mayer: grande dia em Lakeland, na Flórida

## Fica a dica

Estudo inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que o País precisa investir R$ 42,7 bilhões para reduzir o índice de perdas de água para níveis satisfatórios.

Atualmente, a média nacional de desperdício de água – que é o quanto se perde no caminho entre a companhia de distribuição e a torneira de casa ou da empresa – é de 40%, o que significa que 4 em cada 10 litros de água ficam pelo meio do caminho, em razão de canos furados, tubulações defeituosas e dos chamados gatos, que são os roubos de água.

* * *

## Evite golpes!

Quem nunca ouviu falar das pirâmides financeiras, das falsas promessas, de empresas financeiras sem o aval do Banco Central e de golpistas que prometem dinheiro fácil?

Os golpes financeiros atingem muitos brasileiros há tempos, e o que fazer para não ser vítima? "Não acredite nas falsas promessas, não deposite seu dinheiro em qualquer lugar e procure ajuda de um profissional credenciado, pergunte, tire dúvidas, questione antes de agir por impulso", ensinou o assessor de investimentos Lélio Monteiro.

* * *

GUSTAVO FORATTINI/AT

**OS CHEFS** Sâmia Sassini, Pedro Kucht, Tom Timoneiro, Julia Faria, Hugo Grassi e Toninha De Nadai: jantar beneficente no Iate Clube

GUSTAVO FORATTINI/AT

**KAROLINE** Moreira e Alessandra Beserra em Pedra Azul

## Quem disse?

"Eu gosto de homem, mas gostei dela". Da atriz Maitê Proença sobre Adriana Calcanhotto.

## Você sabia?

"Fazer muitas perguntas pessoais durante uma conversa, além de cansar o interlocutor, pode ser invasivo. Do livro "Etiqueta de Bolso – Um Guia de Boas Maneiras de A a Z", de Celia Ribeiro.

# Vitrine

**RODRIGO** Barbosa e Gustavo Rezende convidam para mais um evento beneficente: o espetáculo "A Luz da Cultura – As Quatro Estações de Vivaldi" junto à Orquestra Camerata Sesi, hoje, no Teatro Cultural Sesi, em Vitória. A obra atemporal de Vivaldi será regida pelo maestro Dennys Serafim. Os ingressos podem ser adquiridos no Sesi através de doação de fraldas descartáveis infantis. Participe!

* * *

**RAFAEL** Garcia, presidente do Instituto Ide Soluções Sociais, assume como diretor social do Sindipostos-ES.

* * *

**FLAVIA** Roncetti.

* * *

**A FARMACÊUTICA** Raigna Vasconcelos está em São Paulo, onde cumpre agenda com visitas técnicas a indústrias de cosméticos.

* * *

**TEM** crescido a procura de mulheres por cursos técnicos e superiores na área de exatas. Dentre as capixabas que realizaram o sonho de ingressar nesses cursos em universidades renomadas do País em 2022, estão: Helena de Andrade, Lara Mattedi e Corina Dalmaestro.

* * *

**O CIRURGIÃO** plástico Adriano Batistuta é presença confirmada em congresso de cirurgia plástica neste fim de semana, em São Paulo, com o tema "Técnicas de lipo HD".

# POP . ZAP

## "Eu bebi o mundo", diz Lucas Lucco

Lucas Lucco, que recentemente anunciou o fim de seu casamento com Lorena Carvalho, contou que precisa recuperar a boa forma, já que nos últimos dois meses exagerou no consumo de cerveja.

"Cadê a turma da cachaça? Depois de dois meses bebendo cerveja todo dia, churrasco e tudo o que você imagina, chegou a hora de correr atrás do prejuízo. Eu só não parei de treinar, mas bebi o mundo. Bebendo e escutando música sertaneja", disse ele. "Esses dias vocês vão me ver muito aqui, na academia. É por causa da minha pança de chope", contou após um treino.

**SEPARAÇÃO**

Lucas anunciou a separação de Lorena através das redes sociais. O casal se conheceu em um show e engatou uma relação que durou oito anos. Juntos, eles tiveram Luca, que completou 1 ano.

"O nosso ciclo como marido e esposa chegou ao fim, mas temos uma história que já começou a ser escrita, como pais, ao lado do nosso filho, que é tão amado", declarou o artista.

Na última terça-feira, Lorena usou as redes sociais para refletir sobre maternidade em meio à separação. Em uma sequência de cliques em que aparece junto de Luca, herdeiro do casal, ela disse que filhos não salvam casamentos.

Na legenda da publicação, a loira publicou um texto da escritora Raquel Terra: "Filhos não aparam arestas, nem preenchem vazios. Não salvam casamentos".

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

**LUCAS LUCCO** acabou de se separar de Lorena Carvalho

### Roubada pelo ex?

A ex-BBB Ivy Moraes alega ter sido roubada pelo ex-marido, Rogério Fernandes, e afirma que ele teria sacado um total de R$ 17.171 de uma conta conjunta que os dois tinham antes de se divorciarem. A modelo e digital influencer registrou boletim de ocorrência na delegacia contra o empresário. Ele não comentou sobre a acusação.

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

### Galvão vai sair da Globo

Galvão Bueno, 71 anos, anunciou ontem que a Copa do Mundo do Catar, marcada para o fim deste ano, será a sua última como narrador esportivo.

O contrato do apresentador com a Globo, onde está há 41 anos, está chegando ao fim e o futuro da carreira de Galvão dentro da emissora ainda não está definido. "Eu tenho contrato com a Globo até o fim do ano. E estamos conversando para ver o que será depois do dia 18 de dezembro, que é o dia da final", ressaltou.

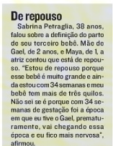
De acordo com Galvão, tudo tem seu tempo e é preciso perceber quando as coisas chegam ao fim.

### Confusão em voo

O ator americano Troy Kotsur foi acusado de causar confusão em um voo entre Londres e Los Angeles após beber 10 garrafinhas de vodca no interior da aeronave. O artista surdo concorre ao Oscar de Melhor Ator Coadjuvante em 2022 por sua atuação em "No Ritmo do Coração". Os assessores do ator responderam que tudo não passou de um imenso mal-entendido.

DIVULGAÇÃO

### Homenagem

Xuxa se emocionou ao ver as fotos que a filha, Sasha, fez em sua homenagem em um ensaio para uma revista. A modelo pegou as roupas da mãe e reproduziu cliques famosos dela nos anos 80 e 90. "Gente, eu não sabia que ia receber esse presente da minha Sashita. Ela idealizou, sonhou e a Elle Brasil comprou a ideia. Eu passei uns bons 15 anos da vida da Sasha achando que ela não queria ser parecida comigo em nada e sempre respeitei seus pensamentos. Aí hoje, perto do meu níver, eu ganho esse presente", contou.

### De repouso

Sabrina Petraglia, 38 anos, falou sobre a definição do parto de seu terceiro bebê. Mãe de Gael, de 2 anos, e Maya, de 1, a atriz contou que está de repouso. "Estou de repouso porque esse bebê é muito grande e ainda estou com 34 semanas e meu bebê tem mais de três quilos. Não sei se é porque com 34 semanas de gestação foi a época em que eu tive o Gael, prematuramente, vai chegando essa época e eu fico mais nervosa", afirmou.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

### Rumo ao altar

Menos de um ano depois de confirmarem seu relacionamento, Ben Affleck e Jennifer Lopez estão pensando em se casar. Mas não sem analisar o que deu errado na sua primeira tentativa de noivado há quase duas décadas. "Um noivado está em pauta e há uma conversa em andamento sobre isso", disse um amigo do casal.

### Ataques de fãs de Arthur

Monique Evans contou que tem recebido ataques de fãs de Arthur Aguiar por criticar o jogo dele no "BBB 22". A apresentadora tem sido chamada de velha e recebido críticas pelo uso de botox no rosto. "Os fãs do Arthur me chamando de botocada e velha? Isso não me atinge", começou ela, que provocou dizendo que acha Arthur um péssimo ator e que acredita que ele mostrará quem realmente é.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

DIVULGAÇÃO

### Pediu desculpas

Depois de acompanhar as repercussões de sua fala nas redes sociais, Lipe Ribeiro foi a público pedir desculpas à ex-affair Viih Tube. "Peço desculpa a quem se sentiu incomodado, desculpa Vitória. Se vocês puderem ouvir o podcast depois eu falo do carinho que tenho por ela, da gratidão que tenho por ela, porque ela me ajudou em momentos difíceis da minha vida e isso eu jamais vou esquecer".

DIVULGAÇÃO

### Conversa com Marília

Maraisa relembrou uma conversa que teve com Marília Mendonça na madrugada do dia em que a cantora morreu em um acidente aéreo. Segundo a cantora, ela acordou durante a madrugada com vontade de falar com a amiga, e assim o fez. "Naquele dia eu senti a necessidade 'eu preciso falar que amo ela'".

ASSINE A TRIBUNA

# A TRIBUNA CLASSIFÁCIL

PARA ANUNCIAR 3323-6333

VITÓRIA-ES, SEXTA-FEIRA, 25/03/2022




## SERVIÇOS PROFISSIONAIS

## SERVIÇOS PROFISSIONAIS

### ESOTÉRICOS

Cantinho da Vovó joga carta e búzios faz e desfaz trabalhos amarração p/amor. resultado rápido e garantidos 3066.4583 99923-8487

### ACOMPANHANTES

**RIQUELI LOIRA DDelirar compl BBG c/massag Ac. Cartão.ated.24h.27-999049035 CGrande**

**VIVIANE morena clara bem c/massagem Ac. cartão atendo 24hs 27 998050267 C. Grande**

**LOIRA E MOR Venha fazer 1 festinha c/agente Ac.Cart. ated24h.27-999049035 C. Grande**

**Branquinha 20 anos Novata corpo nú Fotos Whats c/local 27 99919-6976 c/Ar**

LOIRA LINDA 20 anos Local disc 27 c/Ar. PCanto 27 99980-8327 c/Ar

CASADA +Sexy Fç tudo melhor que pornô c/ acessór $50 s/limite 27 99977-5759 V.V

Loira trans 19 dot.completa 22 anos siliconada Jardim da penha 27 999726254

**Lívia loira, branquinha, durinha lábios carnudos Centro Vila Velha 27 99721-2457**

Mannu de Jacaraipe sem frescura 27 99763-2736

Casa das lobas 8 as 18hs topamos tudo s/fresc frente/ verso C.Vitoria 27 995049141

**JÚLIA Loirinha, est. Menininha safadinh e carinhosa J. da Penha 27-998032550**

**SUZANA COROA 35a corpo escultural Orau inesquecível J.Penha 27997627509**

**LUH Boquinh. de Mel Coroa Gordelic. mor jambo 35a. Jardim da Penha 27-997900729**

**Bruninha sapeka 22 anos toda pequena magrinha Jardim da Penha 27-997878162**

**PRECISA-SE de Menina para trabalhar em Jardim da Penha 27-998032550**

### MASSAGEM ERÓTICA

**LUNA LOPES Mass erótica linda compl. Centro VV. Seg à sex 09 às 18h. 27 998339402**

## EMPREGOS

## PRECISA-SE

### ADMINISTRATIVO

ANALISTA FISCAL - Perfil Profissional: Experiência em empresa do simples, Presumido, Real e Excel Intermediário. Responsabilidades: Apuração do ICMS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, ISS e Retenções Federais. Analisar, gerar e transmitir as obrigações acessórias: SPED FISCAL, SPED CONTRIBUIÇÕES. Salário compatível com mercado + Ticket Alimentação + Seguro de Vida. Interessados enviar currículo para o e-mail dp.pratica@terra.com.br

ANALISTA CONTÁBIL - Perfil Profissional: Excel Intermediário. Responsabilidades: Executar atividades relativas a análises, classificações e conciliações contábeis financeiras, elaboração de escrituração contábil, balanços e balancetes, criar relatórios contábeis e demais demonstrativos do setor e conciliações Contábeis.Salário compatível com mercado + Ticket Alimentação + Seguro de Vida.Interessados enviar currículo para o e-mail: dp.pratica@terra.com.br

### INDÚSTRIA

Estamos contratando encarregado de indústria frigorífica. Favor enviar CV por e-mail: marleneoliver_1@hotmail.com

### COMÉRCIO

Contrata-se CHURRASQUEIRO c/ experiência e COPEIRO com experiência 27 99231-2567

**EDP Espirito Santo Distribuição de Energia S.A.**

CNPJ nº 28.152.650/0001-71 - NIRE 32.300.002.471

**Comunicado**

A EDP Espirito Santo Distribuição de Energia, em conformidade com seu Contrato de Concessão de Distribuição nº 001/95 - ANEEL e com o que dispõe a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 e suas respectivas alterações, com o objetivo de dar transparência e publicidade aos projetos realizados e colher subsídios para a elaboração de novos projetos, convida universidades, entidades de classe, conselho de consumidores, parceiros, clientes e sociedade em geral para, através de Audiência Pública, fornecer informações adicionais sobre os Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento regulados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Audiência Pública estará sendo realizada entre os dias 24 de março a 31 de março de 2022, via internet, através do site www.edpbr.com.br. As contribuições para os temas e projetos propostos poderão ser encaminhadas eletronicamente para à EDP Espirito Santo Distribuição de Energia S.A nos endereços eletrônicos: eficiencia@edpbr.com.br e pesquisaedesenvolvimento.distribuicao@edp.com, ou para Rua Florentino Faller, nº 80 - Enseada do Suá. Vitoria ES - CEP: 29050-310 - Brasil, aos cuidados do Programa de Eficiência Energética ou Pesquisa & Desenvolvimento.



**EDP Espirito Santo Distribuição de Energia S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 28.152.650/0001-71 - NIRE 32 3 0000247 1

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecer à **Assembleia Geral Ordinária** da EDP – ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), **a ser realizada na sua sede social, na Cidade de Vitória – Estado do Espírito Santo, na Rua Florentino Faller nº 80, 3º andar, Bairro Enseada do Suá, CEP 29050-310, às 8 horas e 30 minutos do dia 29 de abril de 2022**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** aprovar a destinação do lucro líquido, a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2021; **(iii)** definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; e **(iv)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia. Nos termos do disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 13, do Estatuto Social da Companhia, é assegurada a indicação de 1 (um) membro do Conselho de Administração, em conjunto pelos empregados e aposentados da Companhia, os empregados e aposentados originalmente da ESCELSOS, enquanto estes detiverem ininterruptamente ações da EDP - Energias do Brasil S.A. ("EDP Brasil") que lhes foram conferidas em decorrência da conversão da Companhia em subsidiária integral da EDP Brasil, conforme Ata de Assembleia Geral da Companhia e da EDP Brasil, ambas de 29 de abril de 2005, de acordo com a obrigação prevista no inciso V do item 4.4 – Obrigações especiais dos Adquirentes, do Edital nº PND-01/95. Dessa forma, os empregados e aposentados que se enquadrarem nessa condição e queiram se manifestar em relação à eleição do membro do Conselho de Administração, a ser realizada, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 13, do Estatuto Social da Companhia na Assembleia Geral Ordinária, conforme item (iii) acima, deverão apresentar, até o dia **22 de abril de 2022**, na sede da Companhia, documentação que comprove **(i)** a sua identidade, **(ii)** a sua condição de empregado, mediante a apresentação de cópia do referido registro na respectiva carteira de trabalho ou de aposentado, mediante apresentação de carta de concessão/deferimento do benefício da aposentadoria; e **(iii)** a titularidade ininterrupta de ações da EDP Brasil que lhes tenham sido conferidas nos termos acima referidos, mediante apresentação do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade ou em custódia da Companhia. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos hábeis de sua identidade, bem como de comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações de sua titularidade ou em custódia da Companhia. Vitória, 24 de março de 2022. **João Manuel Veríssimo Marques da Cruz** - Presidente do Conselho de Administração

## DOMÉSTICO

**TRABALHADOR RURAL** com experiência. Trabalhar em Praia Grande. Tel: 99961-0008(WHATSAPP)

## TRANSPORTE

**MOTORISTA** para caminhão GUINDALTO/MUNCK. Residente em Vila Velha-ES. Enviar currículo e cópia CTPS empresavilavelha@gmail.com

## OUTROS EMPREGOS

Precisa-se Garotas + 18 Renda extra Pagamento diário (27) 99752-1416 V.V

## COMUNICADOS

## RECADOS

**MAURO CESAR ROCHA**
LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

LEILÃO DE MARÇO Empório das Artes. Dia 29/03 às 20h - Praia Shopping - Av. Desemb. Santos Neves, 601 - Praia do Canto. Informações: www.leilofacil.lel.br

### AÇÃO DE GRAÇAS

Reze 7 Pai Nosso, 7 Ave Maria, 7 Credos, durante 7 dias.
Peça o impossível e será atendido. Mande publicar no 7º dia.

SPZ.

### AGRADECIMENTO A GRAÇA A SER ALCANÇADA

Agradeço a Deus o nosso Senhor pela graça a ser alcançada, para superar a depressão, o desencorajamento a enfermidade, a dor a solidão o vencimento e a necessidade de proteção de Deus, por intermédio de mudança de atitude e dos Salmos 06, 23, 38, 61 e 91 mais uma vez obrigado meu Deus.

J.C.A.

## AVISO DE LICITAÇÃO

**Pregão Eletrônico Nº 004/2022**
**Orgão/Entidade:** Secretaria de Estado de Direitos Humanos por meio da Unidade de Gestão de Projeto – UGP do Projeto Estado Presente: Segurança Cidadã no Espírito Santo
**Processo Nº** 2021-BFH64
**Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Fornecimento de Estrutura, Suporte Técnico, Materiais, Apoio Logístico e Recreação para Realização de Ações Integradas pela Cidadania.**
**Valor Estimado: R$ 364.524,44 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**
**Acolhimento das propostas:** 25/03/2022 às 09:00h
**Abertura das propostas:** 07/04/2022 às 09:00h
**Abertura da sessão pública:** 07/04/2022 às 10:00h
O certame será realizado por meio do sistema licitacoes-e, estando o edital disponível no endereço www.licitacoes-e.com.br.
**Contato:** licitacoes.ugp@sedh.es.gov.br

**Camila Rebello Nicchio Viana**
Pregoeira/CEL- UGP

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A Diretoria Executiva do Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização – TAF – SINDIFISCAL, usando de suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca a todos(as) os seus filiados(as), em dia com suas obrigações, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, de acordo com o art. 15 inciso I, alínea "a" do estatuto sindical, a ser realizada em sua sede social, sito à Rua Ceará, nº 400 - Bairro Jockey – Vila Velha – ES, no dia **31 de março de 2022 às 13h00**, em primeira convocação, com a presença de maioria absoluta de seus filiados, e em segunda convocação às 13h30, com qualquer número de presentes, para após os informes deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 – Prestação de Contas do exercício anterior;
2 – Aprovação da Pauta de Reivindicações 2022;

Vitória (ES), 25 de março de 2022.
**A DIRETORIA** SINDIFISCAL-ES

## SINDAEMA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado do Espírito Santo – **SINDAEMA-ES** - neste ato representado por seu Diretor Presidente, **FÁBIO GIORI SMARÇARO**, com base no Capítulo VI Do Orçamento nos Artigos 129; 130 e 131 do Estatuto, convoca todos os trabalhadores do Saneamento **para Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no **dia 29/03/2022 (terça-feira)**, assembleia virtual, através da Plataforma Zoon, às 15h00min, em primeira convocação, às 15h30min, em segunda e última convocação, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia:

**1 – Avaliação e Aprovação da Proposta Orçamentária para o Exercício de 2022;**
**2 – Prestação de Contas do Exercício 2021;**
**3 – Assuntos Gerais.**

Vitória-ES, 23 de março de 2022.
**Fábio Giori Smarçaro**
Diretor Presidente

**VITÓRIA APART HOSPITAL S.A.**
CNPJ nº 02.209.094/0001-39 | NIRE 32.3.000.2482.3

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**A SER REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2022, ÀS 10H00**

**VITÓRIA APART HOSPITAL S.A.** ("Companhia") vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de abril de 2022, às 10h00, a ser realizada de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, no auditório da sede da Companhia, localizada na Cidade da Serra, Estado do Espírito Santo, na Rodovia Governador Mário Covas, nº 591, Boa Vista II, CEP 29.161-001, ou por meio do link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NjE3Nzc2MzAtYzAzNy00ODEwLTk3NzAtMzA3OTI5ODYzZDYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22fd97f04e-014e-43db-94c8-4b6f212c836%22%2c%22Oid%22%3a%22b871c22f-9eae-418d-b280-bdee447fc4b4%22%7d do aplicativo de videoconferência: *Microsoft Teams*, conforme autorizado pela IN DREI nº 81/20, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a renúncia de membro da Diretoria da Companhia; (ii) a eleição de novo membro para compor a Diretoria da Companhia; e (iii) atualização de endereço da filial da Clínica da Mulher. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sr.(a) Marina Saium, e-mail marina.salum@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. A íntegra do presente Edital encontra-se à disposição no seguinte sítio eletrônico: [https://tribunaonline.com.br/publicidade-legal ].

Serra/ES, 23 de março de 2022.
**Fábio Minamisawa Hirota**
Diretor Presidente

## EDITAL PARA ASSEMBLEIA GERAL

**DE RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL DE VILA VALÉRIO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

A Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Vila Valério-ES, inscrito no CNPJ 18559794/0001-63, no uso das suas atribuições legais, pelo presente Edital, convoca toda a categoria profissional dos Servidores (as) Públicos Municipais, efetivos, estáveis, contratados, comissionados e estatutários, (ativos e inativos), dos poderes Executivos, Legislativo e Autarquias municipal do município de Vila Valério, Estado do Espírito Santo, para Assembleia Geral, de ratificação da fundação do SINSERVIVA a ser realizada no dia **28 de abril de 2022 às 18:00h em primeira convocação com 2/3 dos associados e em segunda convocação 15 (quinze) minutos após a primeira com qualquer número de associados presentes**, na Sede do Sindicato, localizado na Av. Padre Francisco 329, sala 101, Centro, Vila Valério-ES, para deliberação sobre a seguinte ordem do dia:

a) Ratificação da Fundação, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Vila Valério Estado do Espírito Santo – SINSERVIVA.
b) Ratificação da Aprovação do Estatuto do SINSERVIVA;
c) Ratificação da eleição e posse da diretoria;
d) Alteração de endereço.
e) Assuntos Gerais.

Vila Valério – ES, 23 de março de 2021.
**JULIANA FELIPE DA CRUZ - PRESIDENTE DO SINSERVIVA**
**CPF 124.073.477-81 - PASEP 2068244730-1**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**Condomínio Vilamar 6ª Etapa**
**CNPJ 36.032.183/0001-74**

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Administração do **Condomínio Residencial Vilamar – 6ª ETAPA na Av. Santa Leopoldina 2200, Coqueiral de Itaparica – Vila Velha – ES** - CEP: 29.102-906, por seu representante legal infra firmado, no uso de suas atribuições legais, art. 17, §2º da Convenção Condominial, **CONVOCA** todos os Condôminos a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária – AGE a realizar-se no dia 01 de Abril de 2022 (sexta-feira)** no Salão de Festas do Condomínio Vilamar – 6ª Etapa, **em primeira convocação às 19h00min**, com o quórum mínimo de 2/3 das unidades que compõem o Condomínio e a **2ª e última convocação às 19h30min**, com qualquer número de condôminos presentes em Assembleia (artigo 19, §1º da Convenção Condominial), afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1) **Formação da comissão eleitoral para eleição dos membros suplentes do conselho.**
2) **Destituição do síndico**

**Observações:**
1) A sua ausência implicará na anuência das decisões tomadas, as quais se tornarão obrigatórias a todos;
2) Os condôminos que se fizerem representar deverão passar as respectivas procurações a seus representantes com firmas reconhecidas e as mesmas deverão ser entregues, para registros, no início da Assembleia (Código Civil, Art°. 654, Parágrafo 2º);
3) Os condôminos em débito com suas taxas condominiais não poderão votar nas deliberações.

Vila Velha/ES, 23 de Março de 2022.
Jaelson Dos Santos Bernardino
Síndico

**SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S/A**
**CNPJ 24.594.263/0001-34 – NIRE 32300035141**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da **SANTA MARIA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S/A** ("Companhia"), a comparecerem às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas de **modo semipresencial**, no dia 27 (vinte e sete) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 17:00 horas, com participação física e votação presencial na sede social da Companhia, à Rua Aurélio Gatti, nº 22, em Colatina-ES, bem como com participação e votação à distância, mediante atuação remota, por meio de sistema eletrônico indicado no item 1 das instruções gerais, abaixo, nos termos do parágrafo único, do artigo 121, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

**1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2021;
b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
c) Eleger os membros da Diretoria e fixar suas remunerações;
c) Ratificar a alteração de jornal para fins das publicações legais da Companhia.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
a) Proposta de consolidação do Estatuto Social da Companhia.

**INSTRUÇÕES GERAIS**
1. A Companhia realizará as Assembleias Gerais de modo semipresencial, disponibilizando, para tanto, o sistema eletrônico da plataforma "Zoom". Os acionistas que desejarem participar mediante atuação remota, deverão manifestar sua opção, preferencialmente, até às 12:00 horas do dia 26/04/2022, ou, obrigatoriamente, até 30 minutos antes do horário designado para o início das Assembleias Gerais, por meio de protocolo digital, com encaminhamento de correio eletrônico, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, para o seguinte endereço: etozetti@efsm.com.br. A Companhia disponibilizará um *Link* de acesso às Assembleias Gerais aos acionistas que manifestarem essa opção.
2. Para participar das Assembleias Gerais, os senhores acionistas deverão observar, no que couber, o disposto no artigo 126 da Lei das S/A e no Estatuto Social da Companhia.

**NOTA**
1. Nos termos do disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das S/A, notificamos aos acionistas que estão à sua disposição, na sede social da Companhia, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Colatina-ES, 22 de março de 2022.
**ARTHUR ARPINI COUTINHO**
**Diretor-Presidente**

**SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S/A**
**CNPJ 07.543.799/0001-01 – NIRE 32300028535**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da **SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES S/A** ("Companhia"), a comparecerem às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas de **modo semipresencial**, no dia 27 (vinte e sete) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 16:00 horas, com participação física e votação presencial na sede social da Companhia, à Rua Aurélio Gatti, nº 22, em Colatina-ES, bem como com participação e votação à distância, mediante atuação remota, por meio de sistema eletrônico indicado no item 1 das instruções gerais, abaixo, nos termos do parágrafo único, do artigo 121, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2021;
b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
c) Fixar a remuneração global dos membros da Diretoria;
d) Ratificar a alteração de jornal para fins das publicações legais da Companhia.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
a) Proposta de aumento do capital social, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação.

**INSTRUÇÕES GERAIS**
1. A Companhia realizará as Assembleias Gerais de modo semipresencial, disponibilizando, para tanto, o sistema eletrônico da plataforma "Zoom". Os acionistas que desejarem participar mediante atuação remota, deverão manifestar sua opção, preferencialmente, até às 12:00 horas do dia 26/04/2022, ou, obrigatoriamente, até 30 minutos antes do horário designado para o início das Assembleias Gerais, por meio de protocolo digital, com encaminhamento de correio eletrônico, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, para o seguinte endereço: etozetti@efsm.com.br. A Companhia disponibilizará um *Link* de acesso às Assembleias Gerais aos acionistas que manifestarem essa opção.
2. Para participar das Assembleias Gerais, os senhores acionistas deverão observar, no que couber, o disposto no artigo 126 da Lei das S/A e no Estatuto Social da Companhia.

**NOTA**
1. Nos termos do disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das S/A, notificamos aos acionistas que estão à sua disposição, na sede social da Companhia, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Colatina-ES, 22 de março de 2022.
**ARTHUR ARPINI COUTINHO**
**Diretor-Presidente**

**EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A**
**CNPJ 27.485.068/0001-09 – NIRE 32300002693**

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas da **EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S/A** ("Companhia"), a comparecerem às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas de **modo semipresencial**, no dia 27 (vinte e sete) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 15:00 horas, com participação física e votação presencial na sede social da Companhia, à Avenida Ângelo Giuberti, nº 385, em Colatina-ES, bem como com participação e votação à distância, mediante atuação remota, por meio de sistema eletrônico indicado no item 1 das instruções gerais, abaixo, nos termos do parágrafo único, do artigo 121, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

**1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2021;
b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
c) Fixar a remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração;
d) Ratificar a alteração de jornal para fins das publicações legais da Companhia.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
a) Proposta de aumento do capital social, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação.

**INSTRUÇÕES GERAIS**
1. A Companhia realizará as Assembleias Gerais de modo semipresencial, disponibilizando, para tanto, o sistema eletrônico da plataforma "Zoom". Os acionistas que desejarem participar mediante atuação remota, deverão manifestar sua opção, preferencialmente, até às 12:00 horas do dia 26/04/2022, ou, obrigatoriamente, até 30 minutos antes do horário designado para o início das Assembleias Gerais, por meio de protocolo digital, com encaminhamento de correio eletrônico, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia, para o seguinte endereço: etozetti@efsm.com.br. A Companhia disponibilizará um *Link* de acesso às Assembleias Gerais aos acionistas que manifestarem essa opção.
2. Para participar das Assembleias Gerais, os senhores acionistas deverão observar, no que couber, o disposto no artigo 126 da Lei das S/A e no Estatuto Social da Companhia.

**NOTA:**
1. Nos termos do disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das S/A, notificamos aos acionistas que estão à sua disposição, na sede social da Companhia, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Colatina-ES, 22 de março de 2022.
**CICERO MACHADO DE MORAES**
**Presidente do Conselho de Administração**

## Aviso ao Público

**Para melhoria de atendimento aos consumidores e ampliação das redes, a EDP avisa que será necessária a interrupção do fornecimento de energia nos seguintes horários aproximados e locais abaixo. Por medidas de segurança, solicitamos aos consumidores que considerem energizados todos os equipamentos da rede elétrica, durante o período mencionado:**

**SEGUNDA-FEIRA - 28/03/2022 - ALEGRE - Das 12h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Cafe, Roseira, na(s) rua(s) Paraiso, Ver. Paraiso e adj. **APIACA - Das 14h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Centro, na(s) rua(s) Alberto Marques, Candido Peralva, Florentino Avidos e adj. **APIACÁ - Das 09h30 às 13h00** - Bairro: Sitio Capataz e adj. Faz. Serrinha e adj. **CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - Das 09h00 às 13h30** - no(s) bairro(s) Aquidaban, na(s) rua(s) Brahin Dippes, Jose Cacco, Samuel Levy e adj. **Das 15h30 às 17h00** - no(s) bairro(s) Basilia, Campo Da Leopoldina, Gilberto Machado, na(s) rua(s) Dr Aristides Campos, Vera V. Rios, Dr Aristides Campos e adj. **CARIACICA - Das 09h30 às 16h00** - no(s) bairro(s) Vila Independencia, na(s) rua(s) Colina, Joaquim Vieira, S Luiz e adj. **Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Antonio Ferreira Borges, Areinha, na(s) rua(s) Dois, Sete, Sta Isabel e adj. **DOMINGOS MARTINS - Das 13h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Biriricas, na(s) rua(s) Coutinho, Rodrigues e adj. **GUARAPARI - Das 09h00 às 12h30** - no(s) bairro(s) Condados, na(s) rua(s) Dq De Caxias, Pres Getulio Vargas, Pres Tancredo Neves e adj. **ITAGUACU - Das 09h00 às 11h30** - no(s) bairro(s) Itaimbe, na(s) rua(s) Esplanada, Homero Barbosa, Malvina Passamani, Projetada e adj. **ITAPEMIRIM - Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Fazenda Velha, Piabanha Do Norte, Rosa Meirelles, na(s) rua(s) Projetada, Hortencia e adj. **ITARANA - Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Centro, Limoeiro Caravagio, na(s) rua(s) Es 261 Itarana - Santa Teresa, De Martin, Do Limoeiro e adj. **Das 12h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Sossego, na(s) rua(s) Barra Sossego, Boa Vista e adj. **JAGUARE - Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Agua Limpa, na(s) rua(s) Agua Limpa, Menezes, Sao Luiz e adj. no(s) bairro(s) Corrego Cerejeira, Corrego Da Areia, Km Vinte E Nove, na(s) rua(s) Cerejeira, Da Pedra, Cerejeira e adj. **LINHARES - Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Tres Barras, na(s) rua(s) Jose Antonio Palmeira Da Silva, Jose Candido Durao, Nair Durao Guimaraes e adj. **Das 13h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Paraiso, na(s) rua(s) Sesmaria e adj. no(s) bairro(s) Rio Das Palmas, Sao Rafael, na(s) rua(s) Jacatia, S Vicente, Jacatia e adj. **NOVA VENECIA - Das 10h15 às 16h45** - no(s) bairro(s) Margareth, Vila Rubia, na(s) rua(s) Rossana, Br Dos Aymores, Eleosipio Cunha e adj. **Das 12h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Sao Goncalo, na(s) rua(s) Rural e adj. **PIUMA - Das 11h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Ceu Azul, na(s) rua(s) Limeira, Mogi Das Cruzes, Piuma e adj. **SANTA MARIA DE JETIBA - Das 14h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Sao Sebastiao, Sao Sebastiao Do Meio, na(s) rua(s) Alto Sao Sebastiao, S Sebastiao Do Meio e adj. **SERRA - Das 08h00 às 12h30** - no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) Goiania, S Luiz, Terezina e adj. **Das 08h00 às 13h00** - no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) Goiania, S Luiz, Terezina e adj. **Das 13h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) 13 De Maio, Recife, S Luiz e adj. no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) 13 De Maio, Recife, S Luiz e adj. **Das 09h00 às 12h30** - no(s) bairro(s) Serra Dourada I, na(s) rua(s) Canarinho, Dos Canarios, Um e adj. no(s) bairro(s) Serra Dourada I, na(s) rua(s) Jacaraipe, Silva, Sofia e adj. **Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Nova Carapina II, na(s) rua(s) Acucena, Crenaque, Mariae e adj. no(s) bairro(s) Porto Canoa, na(s) rua(s) Bico Do Lacre, Bico Torto e adj. **VILA VELHA - Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Terra Vermelha, na(s) rua(s) Anderson Luiz De Oliveira, Luciana Franzers, Lucimery Stein Lima e adj. no(s) bairro(s) Terra Vermelha, na(s) rua(s) Anderson Luiz De Oliveira, Pe Gabriel, S Francisco De Assis e adj. **Das 11h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Vila Garrido, na(s) rua(s) Antonio Bezerra De Farias, Castelo Branco, Pres Vargas e adj. **VITORIA - Das 08h00 às 12h30** - no(s) bairro(s) Consolacao, na(s) rua(s) Edvaldo Agostinho Mendonca, Waldyr Meirelles e adj. **Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Mata Da Praia, na(s) rua(s) Comd Alvaro Martins e adj. **Das 09h15 às 15h15** - Bairro: Mata Da Praia parte da Rua Lauro Soares Machado e adjacências, parte da Praça Jacob Suaid e adjacências.

**TERÇA-FEIRA - 29/03/2022 - ALEGRE - Das 11h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Anutiba, na(s) rua(s) Sao Lourenco e adj. **BARRA DE SAO FRANCISCO - Das 10h00 às 14h30** - no(s) bairro(s) Santa Terezinha, Vila Paulista, na(s) rua(s) Do Rochedo, Paulista e adj. **CARIACICA - Das 09h30 às 16h00** - no(s) bairro(s) Mucuri, Vila Independencia, na(s) rua(s) Santos Dumont, Das Mangueiras, Dos Coqueiros e adj. **CASTELO - Das 10h30 às 15h00** - no(s) bairro(s) Corrego Da Onca, Retiro, Santa Teresa, na(s) rua(s) De Santa Teresa, Retiro, De Santa Teresa e adj. **Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Aracui, na(s) rua(s) Fued Nemer, Fundo, Residencial Francisco Souza Olmo e adj. **COLATINA - Das 12h00 às 16h30** - Bairro: Rua e adj. CRG. e adj. **DIVINO DE S. LOURENÇO - Das 14h00 às 17h30** - Bairro: CRG. , Da Piedade, S José, S. José e adj. Rua Vieira E Três De Outubro e adj. Faz. Mato Dentro e adj. Bairro: Centro Rua e adj. **GUACUI - Das 09h30 às 13h00** - no(s) bairro(s) Centro, Sao Pedro Rates, na(s) rua(s) Do Caracol, Recanto, Sta Cruz e adj. **GUARAPARI - Das 09h30 às 16h00** - no(s) bairro(s) Itapebussu, Muquicaba, na(s) rua(s) Joaquim Fonseca, Arara, Joaquim Fonseca e adj. **Das 10h30 às 16h00** - no(s) bairro(s) Bairro Invalido, Perocao, na(s) rua(s) Es 098, Dalva S Rocha, Do Sol e adj. **ITAGUACU - Das 09h00 às 13h30** - no(s) bairro(s) Centro, Triunfo, na(s) rua(s) Br 484, Do Triunfo, Rural e adj. **Das 11h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Alto Sobreiro, Palmeiras, Portela, na(s) rua(s) Cristo Rei, Palmeiras, De Portela e adj. **IUNA - Das 14h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Trindade, na(s) rua(s) Do Socorro e adj. **JAGUARE - Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Fatima, Planalto, Vargem Grande, na(s) rua(s) Do Laco, Waldemiro Pedroni, Vargem Grande e adj. **Das 12h30 às 16h30** - no(s) bairro(s) Barra Seca, Corrego Cachimbal, na(s) rua(s) Barra Seca, Br 101 Norte, Jaguare e adj. **JERONIMO MONTEIRO - Das 08h30 às 12h30** - no(s) bairro(s) Centro, na(s) rua(s) Lucas Espano Patta, Nestor Ramos e adj. **LINHARES - Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Bebedouro, Canivete, Nova Betania, na(s) rua(s) Br 101 Norte e adj. no(s) bairro(s) Aviso, Regencia, na(s) rua(s) Espirito Santo, Rondonia, Espirito Santo e adj. **Das 10h00 às 16h30** - Bairro: Pontal Do Ipiranga Rua Urussuquara e adj. Bairro: Povoação Rua Ipiranga e adj. e adj. **MARECHAL FLORIANO - Das 10h00 às 12h30** - no(s) bairro(s) Alto Santa Maria, na(s) rua(s) Br 262 e adj. **NOVA VENECIA - Das 11h15 às 16h45** - no(s) bairro(s) Santo Antonio Do Quinze, na(s) rua(s) Do Limao, Quinze De Novembro, Vieirinha e adj. **PEDRO CANARIO - Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Canarinho, na(s) rua(s) Br Do Timbui, Joao Pedro Da Silva, Salvador e adj. **S. MATEUS - Das 10h00 às 13h30** - Bairro: Rio Preto Da Br Rod. BR 101 Norte e adj. **Das 12h00 às 17h30** - Bairro: - S. Mateus CRG. e adj. Bairro: Centro CRG. Da Taboca e adj. **SANTA MARIA DE JETIBA - Das 10h00 às 13h30** - no(s) bairro(s) Sao Sebastiao, na(s) rua(s) Sebastiao Do Meio e adj. **Das 13h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Garrafao, Rio Possmoser, na(s) rua(s) Rio Lamego, Lamego, Rio Lamego e adj. **SANTA TERESA - Das 14h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Canaa, na(s) rua(s) Luiz Duarte Machado Da Silva e adj. **SAO MATEUS - Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Aroeira, Barreirinho, Corrego Grande, na(s) rua(s) Dos Bandeirantes, Corrego Grande, Da Aroeira e adj. no(s) bairro(s) Corrego Da Areia, Corrego Seco, Nestor Gomes, na(s) rua(s) Seco e adj. **SERRA - Das 08h30 às 12h30** - no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) Cuiaba, Florianopolis, Rio De Janeiro e adj. no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) Cuiaba, Florianopolis, Rio De Janeiro e adj. **Das 09h00 às 12h30** - no(s) bairro(s) Serra Dourada I, na(s) rua(s) Das Rosas, Rosas, Silva e adj. no(s) bairro(s) Planalto Serrano Bloco A, Serra Dourada I, na(s) rua(s) Fundao, Pedro Canario e adj. **Das 10h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Civit II, Parque Residencial Laranjeiras, na(s) rua(s) Holdercim, Holdercim, Eldes Scherrer Souza e adj. no(s) bairro(s) Sao Marcos, na(s) rua(s) Dos Ipes, Ipes, Sempre - Vivas e adj. **Das 13h00 às 17h30** - no(s) bairro(s) Nossa Senhora Da Conceicao, Sao Marcos, São Marcos II, na(s) rua(s) Elizeu Miranda, Americo Miranda e adj. no(s) bairro(s) Nossa Senhora Da Conceicao, Sao Marcos, na(s) rua(s) Americo Miranda, Floriano Peixoto, Americo Miranda e adj. **STA TERESA - Das 09h00 às 12h30** - Bairro: CRG. e adj. **VARGEM ALTA - Das 09h00 às 13h30** - no(s) bairro(s) Corrego Alto, na(s) rua(s) Corrego Alto e adj. **Das 10h00 às 13h30** - Bairro: Pombal De Baixo CRG. e adj. **Das 14h30 às 17h30** - Bairro: Pombal De Baixo CRG. e adj. Bairro: Fruteiras CRG. e adj. Bairro: S. José De Fruteiras CRG. e adj. **VENDA NOVA DO IMIGRANTE - Das 09h00 às 15h30** - Bairro: Vargem Grande parte da Corrego Area Rural e adjacências, parte da Rodovia Pedro Cola e adjacências. Bairro: Providencia parte da Rua Das Quaresmeiras e adjacências. Bairro: Sao Roque parte das Corregos Area Rural, Sao Roque e adjacências, parte da Logradouro Rural e adjacências. **VILA VELHA - Das 09h30 às 13h00** - no(s) bairro(s) Ataide, na(s) rua(s) Prof Humberto De Campos, S Joao e adj. no(s) bairro(s) Nova Ponta Da Fruta, na(s) rua(s) Badejo, Das Ostras e adj. **Das 09h00 às 15h30** - no(s) bairro(s) Barramares, Terra Vermelha, na(s) rua(s) S Mateus, S Francisco De Assis, S Mateus e adj. no(s) bairro(s) Terra Vermelha, na(s) rua(s) Afonso Claudio, Itarana, Pres Getulio Vargas e adj. **Das 11h00 às 16h30** - no(s) bairro(s) Jardim Do Vale, Vale Encantado, na(s) rua(s) Das Acacias, Sandre Dos Reis Shimoda, Cedrolandia e adj. **Das 13h00 às 18h00** - no(s) bairro(s) Ataide, na(s) rua(s) Chuchuzeiro, Euclides Da Cunha, Prof Humberto De Campos e adj. **VITORIA - Das 09h30 às 15h30** - no(s) bairro(s) Conquista, Nova Palestina, na(s) rua(s) Da Felicidade, Jonael Socrates De Medeiros Ferreira, Jonael Socrates Medeiros Ferreira, Maria Jose Ribeiro e adj.

**A programação poderá ser alterada sem aviso prévio em virtude de fatores climáticos, regionais, entre outros, que fogem do controle da distribuidora.**

**Para sua segurança, mantenha distância da rede elétrica. A energia poderá ser restabelecida antes do horário previsto.**

**Veja o Código de Ética e a Política de Sustentabilidade da EDP no site www.edp.com.br**

**Central de Atendimento EDP 24 horas: 0800 721 0707**

## METROPOLITANO IMOBILIÁRIA S.A.

Companhia Fechada
CNPJ nº 31.793.185/0001-07
AVISO AOS ACIONISTAS.

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia situada na Av. Eldes Scherrer Souza, n.º 558, Ed. Metropolitano Tower, 10º andar, sala 04, Civit 2, Serra-ES os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021.

Serra, 25 de março de 2021.
Fernando Sérgio Martins
Diretor Superintendente

## VIXPORT GRAÕS S/A

CNPJ: 13.336.450/0001-00 / Nire: 32.300.031.897
Resumo AGO em 01/02/2022.

Às 16hrs. na Sede da cia. Presença da totalidade dos acionistas. Ordem do dia: 1) Apreciação, discussão e votação das contas da administração acompanhadas das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2021; 2) Distribuição de Lucros. Reg Jucees 20220270597 em 18/03/2022.

## NICCHIO CAFÉ S/A - EXP. E IMP.

CNPJ Nº 28.127.579/0001-77 / Nire: 32.300.002.960
Resumo AGO em 01/02/2022.

Às 09hrs. na Sede da cia. Presença da totalidade dos acionistas. Ordem do dia: 1) Apreciação, discussão e votação das contas da administração acompanhadas das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2021; 2) Apreciação, discussão e votação do resultado do exercício. Reg Jucees 20220270228 em 09/03/2022.

## AEVO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

CNPJ: 08.606.340/0001-72 / Nire: 32.300.035.892.
Resumo AGOE em 01/02/2022.

Às 09hrs. na Sede da cia. Presença da totalidade dos acionistas. Ordem do dia: (AGO) 1) Renúncia de membro do Conselho de Administração; 2) Eleição de novo membro. (AGE) 3) Conversão parcial de ações ordinárias em ações preferenciais classe "A"; 4) Alteração do regulamento do plano de *stock option*; 5) Assuntos gerais. Reg. Jucees 2022/0255636 em 08/03/2022.

## NEBRAX DO BRASIL S/A.

CNPJ: 04.409.002/0001-90 / Nire: 32.300.029.914.
Resumo AGOE em 08/02/2022

Às 08hrs. na Sede da do escritório de Contabilidade. Presença da totalidade dos acionistas. Ordem do dia: Apreciar e votar o processo de incorporação da cia Madeiras Ecológicas S/A, considerando que a empresa tem o mesmo controle comum da incorporadora NEBRAX, cujo interesse final do grupo controlador é reduzir custos. Reg. Jucees: 20220281580 em 14/03/2022.

## MADEIRAS ECOLÓGICAS S/A

CNPJ: 12.764.418/0001-54 / NIRE: 32.300.031.668
Resumo AGE de dissolução da cia, por incorporação em 08/02/2022

Às 08hrs. na Sede do escritório de Contabilidade. Presença da totalidade dos acionistas. Ordem do dia: Apreciar e votar o processo de incorporação desta cia, pela S/A, Nebrax do Brasil S/A, considerando que as empresas têm o mesmo controle comum, cujo interesse final do grupo controlador é reduzir custos e, como consequência final, a extinção da companhia. Reg. Jucees: 20220282455 em 14/03/2022.

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2022

Atendendo ao art. 1072 do Código Civil, a **FOR LIFE - SERVICOS MEDICOS SANTA TERESA LTDA, CNPJ 36.920.062/0001-69**, convoca seus sócios para discutir e deliberar sobre: 1) Prestação de contas do ano de 2021. A reunião será dia 07/04/2022, na R. Prof. Telmo de Souza Torres, 70 - Praia da Costa, Vila Velha - ES, 29101-295, em primeira chamada as 17:00 com o quórum regimental, e em segunda chamada às 17:15 com o quórum dos presentes.
O balanço de 2021 está disponível aos sócios no escritório da empresa.
Vitória/ES, 04 de março de 2022.

MARCIO LAMERI CRUZ
Sócio Administrador
ALEXANDRE LUIZ BITTENCOURT
Sócio Administrador

## FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO - FAPES

**AVISO DE LANÇAMENTO**

**EDITAL FAPES/FUNDAÇÃO RENOVA Nº 03/2022 - AGROECOLOGIA**

A Diretora-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, torna público o Aviso de Lançamento do Edital Fapes/Fundação Renova Nº 03/2022 - Agroecologia, está disponível na página eletrônica **www.fapes.es.gov.br**.

Vitória, 25 de março de 2022.
**Cristina Engel de Alvarez**
Diretora-Presidente da FAPES

## ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
## Tomada Pública nº 001/2022

O Município de Viana/ES, torna público e comunica aos interessados a **Adjudicação e Homologação da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022**, processo administrativo nº 15.865/2021. **Objeto:** contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura especializada para o serviço de reforma e ampliação do Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) no bairro Vale do Sol, município de Viana-ES. **Empresa vencedora do certame:** J&J Construções Locações e Serviços Eireli ME, com a proposta de valor global de R$ 787.911,22 (setecentos e oitenta e sete mil novecentos e onze reais e vinte e dois centavos).

Viana/ES, 23 de março de 2022.
**Glaydiston Silva Mendes**
Secretário de trabalho e Desenvolvimento Social

## NOVENA À NOSSA SENHORA (MILAGROSA)

O Anjo do Senhor anunciou à Maria e o verbo divino se encarnou. Ave-Maria...
Eis aqui a serva do senhor, faça-se em mim segundo a tua vontade. Ave-Maria...
Minha alma engrandece ao Senhor, e meu espírito se rejubila em Deus, meu Salvador, porque olhou para a baixeza desta sua serva. Ave-Maria...
(Esta novena deve ser rezada diariamente, de 25 de Março de 25 de Dezembro, os nove meses de gestação de Nossa Senhora).
Por graça alcançada.

E.L

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2022

Atendendo ao art. 1072 do Código Civil, a **MEDICINA CAPIXABA DE EMERGENCIA LTDA, CNPJ 37.027.796/0001-86**, convoca seus sócios para discutir e deliberar sobre: 1) Prestação de contas do ano de 2021. A reunião será dia 06/04/2022, na R. Prof. Telmo de Souza Torres, 70 - Praia da Costa, Vila Velha - ES, 29101-295, em primeira chamada as 17:00 com o quórum regimental, e em segunda chamada às 17:15 com o quórum dos presentes.
O balanço de 2021 está disponível aos sócios no escritório da empresa.
Vitória/ES, 04 de março de 2022.

MARCIO LAMERI CRUZ
Sócio Administrador
ALEXANDRE LUIZ BITTENCOURT
Sócio Administrador

## SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB

**COMUNICADO**

**Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB** torna público que obtemos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Mateus, no dia 17 de março de 2022, a **Licença Municipal Instalação LMI** de número SEAMMA 006/2022, referente a atividade de pavimentação de estradas e rodovias municipais e vicinais, através do processo de **Nº 2254/2022** localizado no município de São Mateus, ES.

**Zilma Peterli Lyra**
Subsecretária de Estado de Saneamento de Programas Urbanos - SUBSPURB

## CAMARA MUNICIPAL DA SERRA

**AVISO DE LICITAÇÃO:**
**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nº 003/2022, PROC. ADM. Nº 495/2022**

A Câmara Municipal da Serra, por intermédio do setor de licitação e de sua Equipe de Pregão, torna público para amplo conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL de nº 003/2022, em conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e alterações, que tem por objeto A contratação de empresa prestadora de serviços para a administração e fornecimento mensal aos Servidores Ativos da Câmara Municipal da Serra - CMS do benefício de "AUXILIO ALIMENTAÇÃO" através de cartão de alimentação, de acordo com a Lei Municipal nº 3.822/2012. A abertura da Sessão será no dia 08 de abril de 2022 às 10:00 horas na Sala da Sessão de Pregão sito à Rua Major Pissarra, 245, Centro, Serra, Estado do Espírito Santo.
O Edital completo estará à disposição das empresas interessadas no site: http://www.camarasema.es.gov.br/transparencia, ou pelo email: licitacao@camarasema.es.gov.br.
**Informações:** Tel. (27) 3251-8300, ramal 1126.
Código de identificação da contratação no cidadES – 2022.069L0200001.01.0003.

**Serra, 24 de março de 2022**
**Jeferson Severino Ribeiro**
**Pregoeiro Oficial da CMS**

**FETAES**
**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## ELEIÇÕES SINDICAIS 2022

**ADITIVO AO EDITAL CONVOCATÓRIO DAS ELEIÇÕES SINDICAIS 2022**

Pelo presente ADITIVO ao edital convocatório, a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo – FETAES, entidade sindical de segundo grau, representativa da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, no Estado do Espírito Santo, e devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 28.152.825/0001-40, estabelecida à Rua General Guaraná, 190, Jucutuquara, Vitória -ES, por sua diretoria executiva na forma do §2º do **ARTIGO 41** do Estatuto Social e **ARTIGO 4º** do Regimento Interno Único das Eleições Diretas do MSTTR-ES, vem por meio deste, **ADITAR o EDITAL CONVOCATÓRIO DO PROCESSO ELEITORAL UNIFICADO DO MSTTR-ES** (publicado no dia 03 de janeiro de 2022 no Jornal "A Tribuna" e no "Diário Oficial da União"), para em atendimento as disposições Estatutárias e Regimentais e especial, os artigos 13, 20, 21 e 66, ambos do Regimento Interno Único das Eleições FETAES 2022, bem como as decisões da Comissão Eleitoral Estadual que acolheu recurso inominado apresentado em tempo e modo pelos Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais de Iconha e de Rio Novo do Sul, no sentido de modificar o entendimento de exclusão publicado no Jornal "A Tribuna" e no "Diário Oficial da União" em **16 de março de 2022**, em razão da inobservância das cotas mínimas regimentais exigidas para participarem do processo eleitoral unificado, **TORNANDO PÚBLICO O RESTABELECIMENTO DOS SEGUINTES SINDICATOS: 1 – ICONHA; 2 – RIO NOVO DO SUL,** para participarem do Pleito Eleitoral Unificado da FETAES, que será realizado nos dias **01, 02 e 03 de abril de 2022** (em primeira convocação) conforme o **EDITAL** publicado no Jornal "A Tribuna" e no "Diário Oficial da União" em **03 de janeiro de 2022**, e **ADITIVO** publicado no Jornal "A Tribuna" e no "Diário Oficial da União" em **13 de janeiro de 2022**. Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no referido edital convocatório e no aditivo que não foram divergentes no todo ou em parte com o presente edital aditivo. Julio Cezar Mendel-Presidente; Cleiton Gomes Moreira-Secretário de Administração, Finanças e Terceira Idade; Fabiana Delaca-Secretária de Formação, Organização Sindical e Comunicação; Jose Izidoro Rodrigues-Secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente; Leomar Waiandt-Secretário de Política Agrária; Taiza Bruna Assunção Medeiros-Secretária de Jovens e Políticas Sociais; Maria Augusta Búffolo-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Vitória – ES, 16 de março de 2022.
Julio Cezar Mendel
Presidente da FETAES

**CONTORNO CENTER TRUCK COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI; CNPJ: 15.170.232/0001-65;** torna público que **REQUEREU junto à SEMDEC / CARIACICA, através do Processo de Licenciamento Ambiental Nº 36.808 / 2016, a Emissão de Renovação de Licença Ambiental, para Exercer a Atividade de OFICINA MECÂNICA DE VEÍCULOS PESADOS; a serem executadas na Rua Barão do Itapimirim, Nº: 223, Bairro Nova Valverde, Cariacica; Esp. Santo; CEP: 29.151 – 832**

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2022

Atendendo ao art. 1072 do Código Civil, a **For Life Serviços Médicos, Hospitalares e em Saúde Ltda, CNPJ 23.376.662/0001-66**, convoca seus sócios para discutir e deliberar sobre: 1) Prestação de contas do ano de 2021. A reunião será dia 06/04/2022, na R. Prof. Telmo de Souza Torres, 70 - Praia da Costa, Vila Velha - ES, 29101-295, em primeira chamada as 19:00 com o quórum regimental, e em segunda chamada às 19:15 com o quórum dos presentes.

O balanço de 2021 está disponível aos sócios no escritório da empresa.

Vitória/ES, 04 de março de 2022.

MARCIO LAMERI CRUZ
Sócio Administrador
ALEXANDRE LUIZ BITTENCOURT
Sócio Administrador

**CONTEK ENGENHARIA S/A**
CNPJ/MF 27.183.425/0001-30 / NIRE nº 32.3.0000216-1

**AVISO AOS ACIONISTAS**

A Contek Engenharia S/A ("Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas que (i) o relatório da administração, (ii) as demonstrações financeiras, (iii) o parecer dos auditores independentes, (iv) o parecer do Conselho Fiscal e (v) a proposta para remuneração dos Diretores para o exercício de 2022 encontram-se à disposição dos Acionistas na filial da Companhia situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco nº 257, 18º andar, CEP 20.040-009. Comunicamos ainda que a publicação dos documentos exigidos por lei será oportunamente realizada pela Companhia nos Diário Oficial do ES e no jornal A Tribuna. Serra, 25 de março de 2022.

**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB**

**COMUNICADO**

**Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB** torna público que obtemos do IEMA, no dia 16 de março de 2022, a **Licença Ambiental Prévia LP**, referente a atividade de área de disposição temporária de resíduos provenientes de limpeza e desassoreamento, através do processo de **Nº 89891350**, localizado na Rua Demério Ribeiro -, em Vila Velha, ES.

**Zilma Peterli Lyra**
Subsecretária de Estado de Saneamento de Programas Urbanos - SUBSPURB

CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DE VITÓRIA
(CNPJ 28.143.667/0001-62)

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - MODALIDADE VIRTUAL

Ficam os Sócios Proprietários do Centro do Comércio de Café de Vitória convocados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia **31 de março de 2022 (quinta-feira)**, de modo virtual por intermédio da plataforma "Google Meet", às 15 horas, em primeira convocação, com a maioria dos sócios com direito a voto, ou às 15h:30min., em segunda convocação, com qualquer número de sócios, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Exame e deliberação sobre o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas às contas do exercício findo em 31/12/2021 – participação dos auditores externos independentes;

Na sequência, para fins de votação da matéria seguinte (alienação de bem imóvel), será observada a presença *sine qua non* de Sócios que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de Títulos de Sócio Proprietário (Art. 29 do Estatuto Social):

2. Ratificação da Assembleia Geral realizada em 27/11/2018 que deliberou pela alienação de imóvel do CCCV, com vistas a proceder à doação, para o Instituto Todos os Cantos (CNPJ 11.510.597/0001-30), do imóvel localizado nesta Capital, na Praça Costa Pereira, 52, sala 1104, matrícula no RGI n.º 18223 – Livro 2.

A votação se processará de modo aberto. Abaixo informamos o link para acesso à reunião: https://meet.google.com/din-egju-bnm

Vitória, 25 de março de 2022
**MARCIO CANDIDO FERREIRA - Presidente**

## SALMO 91

Aquele que habita no esconderijo do altíssimo, à sombra do Todo-Poderoso descansará. Direi ao Senhor: Ele é o meu refúgio e a minha fortaleza, o meu Deus, em quem confio. Porque ele te livrará do laço do passarinheiro e da peste perniciosa. Ele te cobra com suas penas e debaixo das suas asas encontrará refúgio; a sua verdade éZ escudo e broquei. Não temerás os terrores da noite, nem a seta que vos de dia, nem peste que ande na escuridão, nem mortandade que assole ao meio-dia. Mil poderão cair ao teu lado e dez mil à tua direita; mas tu não serás atingido. Somente com teus olhos contemplarás, e verás a recompensa dos ímpios. Porquanto fizeste do Senhor o teu refúgio e do Altíssimo a tua habitação. Nenhum mal te sucederá, nem praga alguma chegará à tua tenda. Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito para te guardarem em todos os teus caminhos. Eles te sustentarão nas suas mãos, para que não tropeces em alguma pedra. Pisarás o leão e áspide; calçará aos pés do filho do leão e a serpente. Pois que tanto me amou, eu o livrarei; pô-lo-ei num alto retiro, porque ele conhece o meu nome. Quando ele me invocar eu lhe responderei com ele na angústia, livrá-lo-ei e o honrarei. Com lonjura de dias fortalecê-lo-ei, e lhe mostrarei a minha salvação. Por uma graça alcançada.

R.M.S.

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2022

Atendendo ao art. 1072 do Código Civil, a **Doctors Emergências Médicas Ltda, CNPJ 14.358.317/0001-09**, convoca seus sócios para discutir e deliberar sobre: 1) Prestação de contas do ano de 2021. A reunião será dia 07/04/2022, na R. Prof. Telmo de Souza Torres, 70 - Praia da Costa, Vila Velha - ES, 29101-295, em primeira chamada as 19:00 com o quórum regimental, e em segunda chamada às 19:15 com o quórum dos presentes.

O balanço de 2021 está disponível aos sócios no escritório da empresa.

Vitória/ES, 04 de março de 2022.

MARCIO LAMERI CRUZ
Sócio Administrador
ALEXANDRE LUIZ BITTENCOURT
Sócio Administrador

**SANTA MARIA ENERGÉTICA S/A**
**CNPJ 04.243.003/0001-07 – NIRE Nº 32300026303**

## AVISO AO ACIONISTA

A Diretoria notifica ao acionista que estão à sua disposição, na sede social da Companhia, à Rua Aurélio Gatti, nº 22, em Colatina–ES, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

Colatina-ES, 22 de março de 2022.
**ARTHUR ARPINI COUTINHO**
**Diretor-Presidente**

## SOCORRO DIVINO

Oh! Fonte infinita, inesgotável e bendita, neste momento, invoco esta força, pedindo-te ardentemente seu socorro divino em favor da minha vida. Salva-me, livra-me, liberta-me, dai-me a salvação, a segurança imediata que preciso. Imploro-te, oh! Pai de poder. Transforme a minha vida e todo o meu ser. Dai-me a bênção que tanto almejo em minha vida. (Pedido, o mais impossível): Eu bem sei que tudo podes, atenda-me, pois eu amo somente a ti. Responde-me, ôh divindade suprema e mandarei publicar esta prece para que todos saibam que só Tu és Deus. Te agradeço, Pai. (Rezar 1 Pai-Nosso e o Salmo 23. Publicar como gratidão). Por uma graça a alcançar.

P.A.C.

**SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB**

**COMUNICADO**

**Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB** torna público que obtemos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Mateus, no dia 09 de fevereiro de 2022, a **Licença Municipal Prévia LMP** de número SEAMMA n.004/2022, referente a atividade de pavimentação de estradas e rodovias municipais e vicinais, através do processo de **Nº 2254/2022** localizado no município de São Mateus, ES.

**Zilma Peterli Lyra**
Subsecretária de Estado de Saneamento de Programas Urbanos - SUBSPURB

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Iconha, 25 de Março de 2022

Aos Associados, membros da diretoria e conselho fiscal da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga – ABTRAC.

Prezados,
Na qualidade de presidente desta entidade, convoco v.s. para participar da Assembleia Geral Ordinária, conforme Estatuto Social a realizar-se no dia 25 de Abril de 2022, na SEDE da associação, Rua Isaltina Pena Forte Beiriz 33, Centro, Iconha-ES, às 8:00h em primeira chamada com número dos presentes, as 9:00h em segunda chamada com números de presentes, conforme determina no Estatuto Social.
Assunto a ser tratado:
Prestação de contas, exercício 2021.

Presidente
José de Anchieta Paganini

Condomínio Village de Itaparica - 7ª. Etapa

## Edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária

Pelo presente Edital, o conselho consultivo, em conformidade com o artigo 17 e suas alíneas da convenção do Condomínio Village de Itaparica 7ª Etapa e a decisão judicial do recurso de agravo de instrumento que suspendeu as assembleias do dias 22 e 23 de março de 2022, como amplamente divulgado, **ficam convocados os condôminos em dia com suas obrigações pecuniárias para com o condomínio**, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede da administração, a realizar-se em fase única, conforme discriminado abaixo:

Dia 30/03/2022, quarta-feira, às 19h30min, em primeira convocação, com a presença de 1/4 representativo das unidades residenciais que compõem o condomínio; e em segunda convocação, 30 minutos após a primeira, com qualquer número não inferior a 10 (dez) (art.18 §1º), com a seguinte PAUTA: **Apreciar e julgar as contas do exercício de Março de 2021 à Fevereiro de 2022; Nomear os fiscais para impugnar os candidatos, bem como acompanhar todo o processo da eleição a ser realizada e verificar a documentação dos candidatos a síndico e conselho consultivo, ato contínuo, se dará início a votação que se encerrará às 23 horas ou em caso de haver atraso nas etapas anteriores, que faça o horário se exceder, será garantido o direito a voto aos presentes que ainda não votaram, se encerrando assim a votação, dando início imediato à contagem dos votos, nomeando o Síndico e os Membros do Conselho Consultivo mais votados, e empossando-os no dia 01/04/2022.**

Observações:

I - Todos os documentos referentes às contas a serem apreciadas encontrar-se-ão novamente à disposição para exame dos condôminos na sede da administração – dia 25 de março até o dia 29 de março - **no horário de funcionamento da administração**.
**II - De acordo com o art. 23, alínea "a" e "b", da Convenção Condominial, "Não terá direito a voto o Condômino que estiver em atraso com QUALQUER pagamento devido ao Condomínio (INCLUSIVE TAXA EXTRA).**
III - Os condôminos que não puderem comparecer à Assembleia poderão se fazer representar por procuração, desde que outorgante e outorgados estejam adimplentes, além de ter que constar poderes específicos e o devido reconhecimento de firma (art. 12, alíneas a, a1 e c da C.Cond);
IV - A decisão judicial ainda determinou que concorrerá ao cargo de síndico e membros do conselho todas as chapas já inscritas.

**Vila Velha - ES, 25 de março de 2022.**
**Walmir Moscon Uller**
**Presidente do conselho consultivo**

**CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DA 2ª ZONA DA COMARCA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES**
***Renata Mozer Lourencini***
*Oficiala Interina*

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

RENATA MOZER LOURENCINI, Oficiala Interina do Cartório do 1º Ofício da 2ª Zona de Cachoeiro de Itapemirim/ES, FAZ SABER a quantos o presente edital virem ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, de conformidade com o disposto no art. 216-A, §§4º e 13º da Lei 6.015/73 e artigos 11 e 16 do Provimento CNJ nº 65/2017, a pretensão dos Senhores **JEDSON FRANCISCO TOMAZELI e s/m ALESSANDRA RAMOS BRANDÃO TOMAZELI** de ver declarada a propriedade de um imóvel urbano por meio da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, que tramita nesta Serventia com os seguintes dados:

**a. REQUERENTES: JEDSON FRANCISCO TOMAZELI** brasileiro, empresário, portador do CPF nº 100.531.647-33 e RG nº 1907342-SSP-ES, e sua esposa **ALESSANDRA RAMOS BRANDÃO TOMAZELI**, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 102.230.357-00, casados entre si sob o regime da comunhão parcial de bens, em 25/03/2006, residentes e domiciliados Rua Joaquim Vieira de Souza, nº 41, Bairro Paraíso, Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP 29.306-210

**b. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL USUCAPIENDO**: Uma área de terreno medindo quatrocentos e oitenta metros quadrados (480,00m²), nele edificado um imóvel residencial unifamiliar, contendo uma suíte, 02 quartos, banheiro social, sala de jantar, cozinha, sala de estar, área de serviço e varanda; com área construída de cento e oitenta e cinco metros quadrados e cincuenta e três decímetros quadrados(185,53m²); O imóvel ainda possui um terraço coberto, sem benfeitorias, com telhado de alumínio e uma cobertura ao lado da casa servindo como garagem coberta, com capacidade para pelo menos dois carros, medindo 2,30mx5,00m cada.E o respectivo terreno medindo vinte quatro metros (24,00m) de frente, confrontando com a Rua Gislena Rita Siloti; vinte e quatro metros (24,00m) de fundos, **confrontando com Manoel Ferreira de Sousa e Maria José Cardoso de Sousa; vinte metros (20,00m) pelo lado direito confrontando com Elton John Pedroni e vinte metros (20,00m) pelo lado esquerdo, confrontando com Vanderlei Andrade Guimarães, situado na Rua Gislena Rita Siloti, nº 06 a 14, distrito de Vargem Grande de Soturno, Cachoeiro de Itapemirim/ES. Imóvel sem matrícula conhecida.**

Planta

**c. TITULARES DE DIREITOS REAIS E DE OUTROS DIREITOS REGISTRADOS E AVERBADOS NA MATRÍCULA DOS IMÓVEIS CONFINANTES OU CONFRONTANTES DE FATO COM EXPECTIVA DE DOMINIO: pelos fundos com Manoel Ferreira de Souza, CPF nº 559.016.117-72 e s/m Maria José Cardoso de Souza, CPF nº 079.016.117-72 (Mat. 3135, Lº 02-P, fls. 135 do RGI-1ª Zona, desta Comarca; pelo lado direito com Elton John Pedroni, CPF nº 092.035.287-17 (confrontante posseiro); pelo lado esquerdo com Vanderlei Andrade Guimarães, CPF nº 015.292.047-89 (confrontante posseiro).**

**d. MODALIDADE DE USUCAPIÃO:** EXTRAORDINÁRIA, nos termos do Art. 1.238 do Código Civil Brasileiro.

**e. TEMPO DE POSSE ALEGADO PELO REQUERENTE**: mais de 20 anos.

Pelo presente EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, ficam notificados terceiros eventualmente interessados a se manifestarem (concordando ou impugnando) quanto ao pedido da usucapião, no prazo de 15 (quinze) dias, período em que os autos do procedimento permanecerão no cartório à disposição dos interessados para consulta sob o protocolo nº **12134**, autuado em 20 de dezembro de 2021.

Em caso de concordância ou impugnação expressa quanto ao domínio do imóvel, as manifestações deverão ser apresentadas no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona, que funciona na Rua Samuel Levy, nº 71, Bairro Aquidaban, Cachoeiro de Itapemirim/ES - CEP 29.308-183, no horário de 9:00h. às 18:00h, de segunda à sexta-feira, dentro do período de **15 (quinze) dias**, contados a partir da data de publicação.

Fica ressaltado que, os prazos informados no presente edital serão contados **em dobro**, enquanto estiver em vigência os Provimentos 07 e 16/2020, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Ficam advertidos que, a ausência de impugnação no prazo estabelecido implica anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da Usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º da Lei 6.015/1973.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de março de 2022.
**RENATA MOZER LOURENCINI**
**Oficiala Interina.**

# TRISTÃO COMÉRCIO EXTERIOR LTDA

**REGULAMENTO INTERNO**
**Armazém Geral**

Sumário



## CAPÍTULO I
## INTRODUÇÃO
### SEÇÃO I - OBJETIVO

**Art. 1º** O presente Regulamento visa disciplinar e padronizar as ações da **TRISTÃO COMÉRCIO EXTERIOR LTDA**, no que se refere à prestação de serviços por suas Unidades Armazenadoras.

## CAPÍTULO II
## ARMAZENAMENTO E SERVIÇOS CORRELATOS
### SEÇÃO I - ARMAZENAMENTO

**Art. 2º** Armazenamento é o serviço que consiste na guarda e conservação das mercadorias recebidas em depósito.

**Art. 3º** O prazo de depósito começará a vigorar a partir da entrada do produto nos compartimentos de estocagem e será de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado livremente por acordo entre o depositante e a TRISTÃO.

### SEÇÃO II - PESAGEM

**Art. 4º** Pesagem é a operação que visa determinar o peso das mercadorias.

**Art. 5º** A pesagem para os depositantes e/ou usuários de serviços correlatos será realizada, obrigatoriamente, tanto na entrada quanto na saída das mercadorias.

**Art. 6º** A TRISTÃO somente aceitará a pesagem por ela realizada ou quando realizada por terceiros sob sua fiscalização.

**Art. 7º** Será cobrada a pesagem (pesagem avulsa) sempre que as mercadorias não se destinarem ao armazenamento e/ou prestação de serviços, conforme Tabela de Tarifas.

### SEÇÃO III - RECEPÇÃO E EXPEDIÇÃO

**Art. 8º** Recepção e Expedição são as operações de receber ou expedir mercadorias pela utilização de equipamentos existentes na Unidade Armazenadora, inclusive pesagem, retirada de amostras e determinação dos teores de umidade e de impurezas e matérias estranhas.

**Art. 9º** Quando for necessário contratar equipamentos de terceiros, para operações excepcionais, será feita cobrança à parte, ao preço do dia mais taxa de administração.

### SEÇÃO IV - BRAÇAGEM

**Art. 10** Braçagem inclui o transporte, ensaque, desensaque, costura, ponteação, mistura ou liga de mercadorias, classificação e emalamento de sacaria, marcação de volumes, dentre outras, por ocasião de seu recebimento, movimentação interna e/ou expedição, para a qual utiliza-se mão-de-obra específica (braçagistas).

**Art. 11** A braçagem efetuada por empresa ou entidade especializada, sob administração da TRISTÃO, será cobrada com base no custo de pessoal, ao preço do dia, incluídos os encargos sociais e a taxa de administração específica, estabelecida na Tabela de Tarifas.

**Art. 12** A TRISTÃO, quando mantiver contratos com firmas ou entidades especializadas em braçagem, cobrará do depositante preço convencionado em contrato e/ou acordo coletivo de trabalho, mais a taxa de administração específica, estabelecida na Tabela de Tarifas.

**Art. 13** O serviço de braçagem efetuado pelo cliente somente será permitido quando executado por seus empregados devidamente registrados e mediante autorização do responsável pela Unidade Armazenadora e ainda sob a orientação da TRISTÃO. Neste caso, não incidirá a taxa de administração.

**Art. 14** Quando for utilizada braçagem própria da TRISTÃO, será cobrado o preço do Sindicato ou da Associação de Braçagistas ou de firma especializada, a critério da TRISTÃO. Na ausência desses, será utilizado o preço do dia e de mercado local.

### SEÇÃO V - PRÉ-LIMPEZA E/OU LIMPEZA

**Art. 15** Pré-limpeza e/ou Limpeza são as operações destinadas à redução do teor excessivo de impurezas e matérias estranhas dos grãos em geral aos índices recomendáveis para a sua conservação.

### SEÇÃO VI - MAQUINAÇÃO

**Art. 16** Maquinação são as operações de separação de peneiras, separação por ventilação e seleção eletrônica.

I - Separação por Peneiras consiste na separação do café de acordo com sua forma e dimensão em um conjunto de peneiras denominado Classificador ou Peneirão, que são dotados de peneiras planas que, através de um movimento contínuo, com uma inclinação gradual, permite melhor vazamento dos grãos;

II - Separação por Ventilação consiste em submeter o café à uma corrente de vento no sentido contrário a sua queda em um equipamento denominado Mesa Densimétrica, a qual, através de movimentos vibratórios geram uma corrente de ar que separam por densidade os grãos mais leves dos grãos mais pesados, estes considerados perfeitos;

III - Seleção Eletrônica consiste na separação do café de acordo com sua coloração em um equipamento denominado Selecionadora Eletrônica, onde o café é guiado através de células foto-elétricas que separam os grãos de acordo com a sua cor.

### SEÇÃO VII – TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO

**Art. 17** Nos armazéns operados pela TRISTÃO, essa operação será realizada a juízo da TRISTÃO ou por solicitação do depositante, através de empresa especializada, atendendo as normas vigentes.

**Art. 18** Quando realizado em armazéns que não são operados pela TRISTÃO (serviço externo), a cobrança será feita de acordo com a Tabela de Tarifas em vigor.

### SEÇÃO VIII - ENSAQUE

**Art. 19** Ensaque é a operação de acondicionamento da mercadoria em sacas.

**Art. 20** A TRISTÃO não efetuará ensaque ou reensaque de mercadoria em sacaria de terceiros contendo "marca registrada" da mesma espécie de produto, salvo quando houver autorização da marca por quem de direito.

### SEÇÃO IX - COSTURA DE PEQUENO PORTE OU PONTEAÇÃO

**Art. 21** Costura de Pequeno Porte ou Ponteação é a operação que consiste em costurar rasgos e/ou furos da sacaria, visando evitar o derrame da mercadoria.

**Art. 22** Esta operação será feita sempre que a TRISTÃO julgar necessário, independentemente de autorização do depositante.

### SEÇÃO X - CLASSIFICAÇÃO E EMALAMENTO DE SACARIA

**Art. 23** Classificação e Emalamento de Sacaria é a operação de classificar a sacaria de acordo com seu estado de conservação, com seu respectivo acondicionamento em malas de 25 (vinte e cinco) sacas.

**Art. 24** Esta operação será feita sempre que a TRISTÃO julgar necessário independentemente de autorização do depositante.

### SEÇÃO XI - MARCAÇÃO

**Art. 25** Marcação é a operação de identificar volumes, através de uma única marca em cada volume, utilizando-se para isso carimbo apropriado ou pincel, não se confundindo com a marcação de pilhas.

**Art. 26** A marcação de mercadorias será realizada quando solicitada pelo cliente.

### SEÇÃO XII - MISTURA OU LIGA

**Art. 27** Mistura ou Liga é a operação que consiste em misturar dois ou mais tipos de grãos da mesma espécie, observadas as Normas de Classificação.

**Art. 28** Esta operação será feita mediante requisição expressa do depositante, na qual determinará as quantidades de cada lote destinadas a mistura.

### SEÇÃO XIII - TRANSBORDO

**Art. 29** Transbordo é a operação de transferir mercadorias de um veículo para outro, no prazo previamente estabelecido.

I - a operação de transbordo poderá ser realizada desde que a Unidade Armazenadora disponha de espaço físico (silo, graneleiro, etc) destinado a recepção do produto;

II - quando o Fisco Estadual estabelecer prazo para a realização da operação de transbordo, inferior a 7 (sete) dias corridos, será considerado o prazo estabelecido pelo fisco;

IV - é obrigatório a determinação e o registro dos teores de umidade, impurezas e ardidos dos produtos destinados a transbordo.

### SEÇÃO XIV - UTILIZAÇÃO DE EMPILHADEIRA AUTOMOTRIZ

**Art. 30** A utilização de Empilhadeira Automotriz é a operação de transporte e empilhamento em que se utiliza empilhadeira apropriada para produtos paletizados.

**Art. 31** Esta operação não se confunde com aquela efetuada por empilhadeira inclinável (para produtos ensacados e a granel) e por empilhadeira vertical/fixa (para fardos).

### SEÇÃO XV - CLASSIFICAÇÃO

**Art. 32** Classificação é o ato de classificar uma mercadoria, de acordo com os padrões oficiais, com emissão do respectivo Certificado.

**Art. 33** Essa operação, quando realizada por órgão especializado, será cobrada com acréscimo da taxa de administração.

## CAPÍTULO III
## TARIFAS
### SEÇÃO I - DEFINIÇÕES

**Art. 34** Tarifas são os valores fixados para prestação dos serviços constantes neste Regulamento, fixados em Tabela específica.

**Art. 35** A Tabela de Tarifas em vigor é parte integrante deste Regulamento, e será publicada no Diário Oficial da União, conforme preconizado no Decreto 1.102, de 21/11/1903.

### SEÇÃO II – SOBRETAXA

**Art. 36** Sobretaxa é a tarifa aplicada sobre o valor atualizado da mercadoria em depósito, conforme discriminado no item "SOBRETAXA" da Tabela de Tarifas.

**Art. 37** A cobrança de sobretaxas, amparada no Art. 37, parágrafo único, do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903, objetiva garantir ao depositante a integridade quantiqualitativa da mercadoria armazenada, através da indenização das perdas sofridas pela mesma no decorrer de sua armazenagem. Essa garantia não abrange as perdas de peso ocorridas em função do processamento (secagem e limpeza) dos produtos.

**Art. 38** O valor da mercadoria em depósito, a ser estipulado pela TRISTÃO, vinculado à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM ou não, será atualizado periodicamente com base em pesquisa de mercado.

### SEÇÃO III - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

**Art. 39** Taxa de Administração é a tarifa aplicada sobre os valores pagos pela TRISTÃO a terceiros por serviços prestados e seus respectivos encargos, a título de administração.

### SEÇÃO IV - TAXA DE EXPEDIENTE

**Art. 40** Taxa de Expediente é a tarifa cobrada pelos seguintes encargos:

I - emissão de documentos de transferência de proprietário de mercadorias armazenadas;

II - emissão de documento "CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E WARRANT".

### SEÇÃO V - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA EM CONTA

**Art. 41** Uma vez vencido o prazo de carência para pagamento dos serviços prestados, os valores das faturas serão atualizados monetariamente, de acordo com o índice oficial vigente à época do pagamento, a contar da data de apresentação das faturas, na forma do estabelecido na Tabela de Tarifas.

## CAPÍTULO IV
## INDENIZAÇÃO DAS PERDAS

**Art. 42** A TRISTÃO não responderá e não indenizará os danos causados ao poder germinativo de sementes ocorridos por ocasião de seu processamento (secagem e limpeza) ou durante o período de armazenamento.

**Art. 43** A TRISTÃO não responderá e não indenizará pelas quebras (perdas de peso) por redução dos teores de umidade, impurezas e matérias estranhas, decorrentes do processamento (secagem e limpeza) da mercadoria.

I - As quebras (perdas de peso) decorrentes da redução dos teores de umidade, impurezas e matérias estranhas, serão descontadas obedecendo ao Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade para a Classificação do Café Beneficiado Grão Cru, do MAPA.

II - Os efeitos decorrentes da redução dos teores de umidade deverão ser apurados de acordo com a seguinte fórmula:

[(Ui - Uf)/(100 - Uf)] x 100

Onde:

Ui = Umidade Inicial

Uf = Umidade Final, que deve ser considerada 12%, conforme Regulamento Técnico do MAPA.

Du = Desconto de Umidade

Ex:

Peso de Entrada - 12.000 kgs

Ui - 12,9%

Uf - 12%

Du = [(12,9-12) / (100-12)] x 100

Du = [0,9 / 88] x 100

Du = 0,0102 x 100

Du = 1,0227%

Peso x (Du) = Desconto

12.000 x 1,0227% = 1,2273

Peso - Desconto

12.000 - 1,2273 = 11.998,77 kgs

A TRISTÃO é obrigada a devolver 11.998,77 kgs ao Depositante.

**Art. 44** Mercadorias sujeitas à aplicação das sobretaxas:

I - serão indenizadas todas as perdas incidentes sobre essas mercadorias a critério da TRISTÃO, em uma das seguintes modalidades:

a) indenização em espécie: será efetuada em até 05 (cinco) dias úteis, contando-se o prazo para ressarcimento a partir da data do recebimento do pedido do reclamante. O valor estipulado deverá corresponder ao preço da mercadoria utilizado para a aplicação da sobretaxa, na data da efetiva indenização;

b) indenização em produto: será procedida no prazo de 15 (quinze) dias, com a reposição de mercadorias cujas características serão, de forma quantiqualitativa, idênticas às daquela a ser indenizada.

**Art. 45** Mercadorias não sujeitas à aplicação das sobretaxas:

I - serão indenizadas todas as perdas que excederem os limites permitidos nas Normas Técnico - Operacionais da TRISTÃO, consoante o estabelecido no Decreto 1.102, de 21/11/1903;

II - a TRISTÃO não será responsável e não indenizará perdas de peso por redução do teor de umidade da mercadoria (secagem natural) ocorrida no decorrer do armazenamento e quebra técnica (perdas por respiração, movimentação, substituição de embalagens e captação de pó);

III - a TRISTÃO não se responsabilizará por avarias ou vícios provenientes da natureza da mercadoria, de seu acondicionamento e de força maior, conforme estabelece o contido no artigo 11 do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903.

**Art. 46** O ressarcimento das perdas de mercadorias vinculadas aos Empréstimos do Governo Federal - EGF's será feito, obrigatoriamente, ao Agente Financeiro, cabendo ao mesmo a liquidação final junto ao(s) financiado(s).

## CAPÍTULO V
## CONDIÇÕES PARA ARMAZENAGEM
### SEÇÃO I - CONDIÇÕES PARA O ARMAZENAMENTO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**Art. 47** A TRISTÃO se obrigará a prestar os seus serviços eficientemente, segundo os meios de que dispõe e observando as normas específicas quanto ao recebimento, processamento, armazenamento, conservação e expedição das mercadorias, além das condições estabelecidas neste Regulamento.

**Art. 48** A TRISTÃO não se obrigará a prestar serviços além de sua capacidade e âmbito.

**Art. 49** A TRISTÃO não aceitará para armazenamento e serviços correlatos:

I - mercadorias sujeitas a combustão espontânea, explosivas, corrosivas, bem como aquelas que exalem odores prejudiciais ou sejam danosas ao pessoal, às instalações ou a outros produtos com elas armazenados;

II - adubos, calcário, cal e cimento que não estejam convenientemente acondicionados em sacaria de plástico ou de papel resistente (multifoliado) que não se apresentem em perfeitas condições;

III - pesticidas, tais como: inseticidas, formicidas, herbicidas, fungicidas, nematicidas, raticidas e outros;

IV - mercadorias com o prazo de validade expirado. Caso essa validade venha a expirar-se dentro do prazo de depósito - 180 (cento e oitenta) dias -, de acordo com o Artigo 18 do Decreto nº 1.102, de 21/11/1903, tal fato deverá ser observado no documento de depósito, possibilitando o acompanhamento dessa validade, visando a comunicação, com antecedência, ao depositante, para a retirada da mercadoria em tempo hábil;

V - mercadorias que não se fizerem acompanhar dos documentos exigidos pelo fisco;

VI - mercadorias que não estiverem em boas condições de conservação, ou seja, deterioradas ou com depreciação de suas características fisicoquímicas.

**Art. 50** Para as mercadorias destinadas exclusivamente à prestação de serviços, o cliente será comunicado, por escrito, que os serviços foram concluídos. Nesse caso, deverá retirar suas mercadorias no prazo de 03 (três) dias, a partir da data do recebimento do aviso postal. Caso contrário, serão as mesmas consideradas como depositadas e sujeitas às tarifas vigentes.

**Art. 51** O cliente deverá fornecer toda e qualquer embalagem necessária ao ...

**Art. 52** Após o término da prestação de serviços, a sobra de sacaria resultante ... O cliente será comunicado, por escrito, que os serviços foram concluídos e que o mesmo deverá retirar a sacaria no prazo de 03 (três) dias, contados da data do recebimento do aviso postal. Caso a retirada não ocorra, a sacaria será loteada e sujeita às tarifas vigentes.

**Art. 53** A TRISTÃO, de acordo com as Normas Técnico - Operacionais, somente aceitará para armazenamento mercadorias que apresentem teores de umidade e de impurezas e matérias estranhas adequadas à sua boa conservação, cujas embalagens se encontrem em boas condições de conservação. Caso contrário, serão obrigatórias as operações de secagem, limpeza e troca de embalagem, conforme cada caso.

**Art. 54** A TRISTÃO não se responsabilizará:

I - pela natureza, tipo, qualidade, quantidade e estado das mercadorias contidas em invólucros invioláveis, ficando a autenticidade da indicação contida nos mesmos sob inteira responsabilidade do depositante. Nesses casos, a TRISTÃO deverá fazer constar a observação "mercadoria em invólucro inviolável" no documento de depósito, bem como não poderá emitir "Warrant" ou outros títulos negociáveis;

II - pelo peso da mercadoria no caso em que, em razão da embalagem conter o referido peso estampado, for dispensada a pesagem e desde que a embalagem não tenha sido violada;

III - pelas eventuais perdas quantitativas decorrentes da operação de transbordo do produto, quando realizado no prazo estabelecido, até o limite máximo de 0,2 % (zero vírgula dois por cento).

**Art. 55** O depósito ou retirada de qualquer mercadoria deverá ser precedido de aviso formulado com antecedência.

**Art. 56** A TRISTÃO se reservará o direito de abrir invólucros ou retirar amostras para verificação do conteúdo dos volumes sob sua responsabilidade.

**Art. 57** Somente serão fornecidas amostras de mercadorias a terceiros na presença do depositante ou seu representante legal ou, ainda, mediante sua ordem por escrito.

**Art. 58** Caso o depositante não forneça, quando solicitado, a composição química do produto, o mesmo não será aceito para armazenamento. Quando a composição química da mercadoria for segredo industrial, o depositário estará obrigado a declarar, por escrito, que a mercadoria não oferece periculosidade ao pessoal, às instalações e às demais mercadorias armazenadas. Nesse caso será responsável perante a TRISTÃO e terceiros por quaisquer conseqüências resultantes dessa declaração. Em decorrência, a TRISTÃO não poderá emitir "Warrants" ou outros títulos negociáveis.

**Art. 59** A mercadoria, enquanto permanecer em depósito, estará sujeita a quaisquer serviços que se fizerem necessários para sua conservação e/ou boa ordem de armazenamento, independentemente de autorização do depositante. Deve-se observar, entretanto, que para o serviço de troca de embalagem, o depositante será previamente comunicado e que, no caso de expurgos realizados dentro do prazo de validade em vigor, estes correrão por conta da TRISTÃO.

**Art. 60** O empilhamento de mercadorias será realizado a critério da TRISTÃO, de acordo com Normas Técnico - Operacionais.

**Art. 61** Mais de um lote poderá ser sobreposto, no caso de mercadorias que tenham tarifas enquadradas na modalidade de "metro quadrado", desde que haja condições de segurança e que pertençam ao mesmo depositante e sejam da mesma espécie e tipo. Se as mercadorias não forem da mesma espécie ou tipo, será necessário que o depositante se responsabilize, formalmente, pela remoção que se impuser na hora da retirada. Quando ocorrer a sobreposição, essa deverá ser anotada no documento de depósito.

**Art. 62** A TRISTÃO se reservará o direito de misturar mercadorias armazenadas a granel, conforme o artigo 12 do Decreto 1.102, de 21/11/1903.

**Art. 63** Poderá ser dada autorização ao cliente ou seu representante legal para assistir aos serviços internos da TRISTÃO relativos a suas mercadorias.

**Art. 64** Toda e qualquer retirada de mercadoria deverá ser assistida pelo depositante ou seu representante legal, a quem compete assinar o respectivo documento de entrega.

**Art. 65** No ato da saída de mercadorias, será consignado em documento de entrega o teor de umidade daquelas que forem suscetíveis à variação de umidade (grãos).

**Art. 66** A retirada de mercadoria vinculada ao documento "CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E WARRANT" somente será possível mediante a devolução dos respectivos títulos.

**Art. 67** A pedido do cliente, a TRISTÃO poderá adaptar um armazém convencional (próprio para produtos ensacados), objetivando a estocagem de mercadorias a granel. Os custos dessa adaptação correrão por conta do solicitante, que deverá aprová-los prévia e formalmente, quando apresentados pela TRISTÃO.

**Art. 68** As mercadorias armazenadas, não vinculadas à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM serão seguradas pela TRISTÃO, em seu nome, contra os riscos a seguir discriminados: incêndio, ação de raio, explosão, impacto de veículos de qualquer espécie, tremores de terra, ação mecânica de granizo, desmoronamento total ou parcial de construção (só se considerando como tal quando tiver havido desmoronamento total de parede ou de qualquer elemento estrutural) e os prejuízos decorrentes de perda de qualidade do produto estocado, além daqueles causados ao produto por umidade, mofo, água, perda ou aquisição de substância, se em conseqüência de risco coberto.

### SEÇÃO II - CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DE TARIFAS

**Art. 69** Todos os débitos de qualquer mercadoria armazenada deverão ser quitados antes de sua retirada, de sua transferência ou de seu financiamento.

**Art. 70** A TRISTÃO valer-se-á do direito de reter mercadorias para garantia de seu pagamento, proporcionalmente aos débitos a elas relacionados.

**Art. 71** O enquadramento da cobrança de armazenamento e de serviços correlatos nas classes de tarifas vigentes (volume, metro quadrado, tonelada e outros) será de exclusiva competência da TRISTÃO.

**Art. 72** Para a aplicação da tarifa, será considerada até a terceira casa decimal da unidade de medida utilizada (tonelada ou fração, metro quadrado ou metro cúbico), utilizando-se 1/2 (meio) como regra de arredondamento para as casas subseqüentes.

**Art. 73** As tarifas de braçagem, devido a sua especificidade, serão cobradas à parte, não estando incluídas nas tarifas dos demais serviços.

### SEÇÃO III - DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 74** O horário de trabalho será homologado pela Diretoria Executiva e está contido em quadro próprio, afixado em local visível na Unidade Armazenadora.

**Parágrafo Único** - A TRISTÃO não se obriga a executar serviços fora do expediente normal, salvo quando houver interesse de sua parte ou se for convencionado com o cliente, mediante cobrança da taxa extraordinária.

**Art. 75** A entrega da mercadoria na Unidade Armazenadora caracteriza total e irrestrita aceitação dos termos do presente Regulamento pelo depositante.

**Art. 76** Toda e qualquer solicitação por parte do cliente ou seu representante legal deverá ser feita por escrito, não se aceitando aquelas que contrariem as Normas Técnico - Operacionais da TRISTÃO.

**Art. 77** Caberá à Diretoria da área de Operações da TRISTÃO:

I - esclarecer os casos duvidosos e definir os casos omissos;

II - decidir pela aceitação de serviços que não constem na relação de serviços discriminados na Tabela de Tarifas em vigor, mediante condições próprias, gerais ou por acordo com os interessados;

III - estabelecer acordos para prestação de serviços e demais procedimentos diferentes dos estipulados neste Regulamento.

**Art. 78** O presente Regulamento foi elaborado com base no disposto no Decreto nº 1.102, de 21/11/1903, e, após aprovado pela Diretoria Executiva da TRISTÃO, entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

## MEMORIAL DESCRITIVO / DECLARAÇÕES
### ART. 1º, ITENS 1º A 4º DO DECRETO Nº 1.102/1903
### ARMAZÉM GERAL

**TRISTÃO COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.**, localizada na Rodovia Governador Mário Covas, nº. 400 A, na cidade de Viana/ES, CEP 29.135-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.001.247/0001-89, Inscrição Estadual nº. 080.250.47-5, com registro na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob NIRE nº 32202543320, neste ato representada por seu administrador, Sr. Wanderson Guerra Leal, brasileiro, casado, Administrador, portador da CI nº. 9.145.951-SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº. 040.974.826-96, residente e domiciliado na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Avenida Desembargador Santos Neves, nº. 731, Apto 102, Ed. Itamaroti, Praia do Canto, CEP 29.055-723. CAPITAL: O capital social é de R$ 160.961.251,00 (cento e sessenta milhões, novecentos e sessenta e um mil duzentos e cinquenta e um reais) CAPACIDADE: A área de armazenagem dos galpões são de 17.402,46 m² (dezessete mil, quatrocentos e dois metros quadrados), com seus acessos e movimentações de cargas de caminhões controlado e monitorado através de câmeras estrategicamente posicionadas COMODIDADE: A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. Capacidade Pátio e Área de Armazenagem: A capacidade do pátio de armazenagem comporta até 60 veículos/caminhões e com capacidade de armazenagem nos galpões igual a 17.402,46 m² (dezessete mil, quatrocentos e dois metros quadrados) de até 280.000 sacas de 60 kg. Equipamentos Operacionais de Movimentação – Tristão Comércio Exterior Ltda.: Nos Armazéns Gerais serão utilizados equipamentos para movimentação de cargas em geral e processamento de cafés verdes e produtos acabados, especificados abaixo: **Galpão 01** - balança de envase de big-bag 01 marca alpha capacidade 2.000 kg, balança de envase de big-bag 02 marca alpha capacidade 2.000 kg, balança para saco 01 marca mafisa capacidade 60 kg, balança para saco 02 marca mafisa capacidade 60 kg, balança para saco 03 marca mafisa capacidade 60 kg, máquina de costura 01 marca mafisa, máquina de costura 02 marca mafisa, catador de pedras 01 marca pinhalense, ... mesa densimétrica 03 marca pinhalense, mesa densimétrica 04 marca pinhalense, mesa densimétrica 05 marca pinhalense, peneirão 01 marca pinhalense, selecionadora de grãos 01 marca sanmak, selecionadora de grãos 02 marca sanmak, selecionadora de grãos 03 marca sanmak, sistema de carga a granel marca fimag, 07 silos marca pinhalense, 01 insuflador exaustor marca fimag. **Galpão 02** - balança de envase de big-bag 01 marca alpha capacidade 2.000 kg, balança de envase de big-bag 02 marca alpha capacidade 2.000 kg, talha elétrica marca elhol capacidade 2.000 kg, tombador de granéis marca saur capacidade 80.000,00 kg, 02 elevadores de canecas marcas fimag, 02 silos marca fimag, 02 insufladores exaustores marca fimag. **Galpão 03** - balança de envase de big-bag 01 marca alpha capacidade 2.000 kg, balança de envase de big-bag 02 marca alpha capacidade 2.000 kg, balança de envase de big-bag 03 marca alpha capacidade 2.000 kg, balança para saco 01 marca mafisa capacidade 60 kg, balança para saco 02 marca mafisa capacidade 60 kg, máquina de costura 01 marca mafisa, máquina de costura 02 marca mafisa, catador de pedras 01 marca pinhalense, 32 elevadores de canecas marca pinhalense, esteira transportadora marca fimag, mesa densimétrica 01 marca pinhalense, mesa densimétrica 02 marca pinhalense, mesa densimétrica 03 marca pinhalense, mesa densimétrica 04 marca pinhalense, peneirão 01 marca pinhalense, peneirão 02 marca pinhalense, selecionadora de grãos 01 marca sanmak, selecionadora de grãos 02 marca buhler, plataforma de docas marca saur, 09 silos marca pinhalense, 01 silo marca fimag, 01 insuflador exaustor marca fimag, enfardadeira marca Detroit, sistema de ar comprimido marca atlas copco. **Galpão 04** – Carimbadora marca Sartori moreto. **Oficina** – Esmeril, furadeira e diversas ferramentas para uso diário na manutenção dos equipamentos. **Talude galpão 04** – Reservatório de GLP vertical B4000 marca consigaz. **Uso geral** – 07 empilhadeiras marcar hyster com capacidade de 1.700 kg, 01 varredeira marca tennant company, 01 sugador de grãos marca sulfos, balança rodoviária marca jundiaí com capacidade 80.000,00 kg. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E CONTROLE OPERACIONAL ADMINISTRATIVO: O Armazém Geral da "Tristão Comércio Exterior Ltda" possui equipamentos de informática totalmente em rede operacional, administrativa e comercial, com sistema ERP, atendendo às legislações da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES), principalmente na questão dos livros fiscais de entrada e saídas de mercadorias SEGURANÇA: de acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. NATUREZA E DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS: O armazém geral se proporá a receber cargas de natureza agropecuária e secas em geral, tais como: Cafés em grãos verdes, Embalagens plásticas, Polietileno, Polipropileno e juta. A atividade de armazém geral praticada pela sociedade empresária compreende a guarda, carga e descarga de mercadorias, bem como a movimentação interna das mesmas. DESCRIÇÃO MINUCIOSA DOS EQUIPAMENTOS DO ARMAZÉM CONFORME O TIPO DE ARMAZENAMENTO: A Atividade principal da empresa é o armazenamento e processamento de grãos de cafés verdes. **Recebimento de Café Verde e Material de Embalagem**: O caminhão chega, o fornecedor entrega o café em sacas de 60 kg, big bags de 1.500 kg ou em granel. O Guarda verifica os documentos da entrega, a identificação com foto, o código de entrega, antes de encaminhar a entrega para pesagem. O funcionário da balança verifica toda a documentação, e o caminhão é inspecionado antes de descarregar o material. O fornecedor deverá entregar uma declaração de alérgeno alimentar, cuja informação será inserida no sistema da empresa, e a autorização é dada para o caminhão entrar e começar a descarregar o material. O funcionário da balança contata o supervisor do armazém, e este indica qual a porta específica em que a entrega deverá ser descarregada. O motorista do fornecedor recebe uma cópia da notificação de entrega. O assistente do armazém recebe a documentação interna da empresa para iniciar o processo de descarga. As áreas de entrega a granel, sacas de juta, e big bags são constantemente operadas pelo funcionário de empilhadeira responsável pela operação, e pelo operador do elevador do terminal de descarga a granel. As áreas são protegidas com grade, exaustor de pó, lona contra água da chuva, impurezas e pragas. Assim que o processo de descarga é finalizado, o assistente de armazém coleta as amostras. Estas amostras são rotuladas e direcionadas para o departamento de qualidade. O motorista do fornecedor assina o documento interno da empresa e prossegue para a área de pesagem indicada. O caminhão é pesado novamente (peso da tara) e é autorizado a deixar as instalações da empresa. As especificações requerem que os materiais de embalagem sejam próprios para produtos alimentares, compatíveis com o ambiente de armazenamento de produtos alimentares. Os vendedores providenciam um certificado de conformidade dos materiais de embalagem e linhas (utilizadas em sacas) em relação aos requisitos da regulamentação de segurança de alimentos. Café verde e materiais de embalagem são descarregados em áreas diferentes. Nos dias de chuva, todos os operadores seguem os procedimentos internos para o uso de materiais adequados para proteger o café verde da água da chuva. **Café Verde e Embalagem de Armazenamento**: As sacas de juta e os big bags são segregados das matérias-primas, e armazenados em uma área seca. **Controle de Qualidade**: Uma amostra é produzida, e o café é inspecionado para verificar a qualidade, o aspecto, padrão, perfil de degustação, e a umidade. O coordenador da qualidade envia para o armazém as instruções de preparação/processamento através da "INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE PROCESSAMENTO", que está incluída no sistema da empresa, separando cafés para consumo interno de cafés para exportação. Ambas as qualidades são rotuladas e segregadas no armazém. Após o café ser preparado, são obtidas amostras e o café é verificado/rotulado e segregado novamente. **Processamento**: Procedimentos de pré-limpeza a seco são realizados para remover poeira, defeitos indesejáveis, e impurezas (incluindo grãos pretos, grãos ardidos, grãos fermentados, cascas, paus e pedras). O café passa por uma barra magnética para reter as partículas micro sólidas. A quantidade e a qualidade são monitoradas e devidamente rotuladas dentro do armazém. O café processado é armazenado num ambiente adequado, com estruturas físicas, temperatura, umidade e embalagens apropriadas para manter o café inalterado. Os operadores de maquinário utilizam equipamento de proteção individual apropriado. **Carregamento**: O Controlador de qualidade envia instruções para o supervisor do armazém, orientando os operadores de empilhadeira onde o café processado será armazenado e os lotes são misturados no silo. Depois disso, o café é carregado. A chegada de contêineres no armazém é monitorada pelos coordenadores do armazém. É realizada a verificação de uma lista de controle de 7 pontos, os contêineres são inspecionados internamente e externamente para averiguar se está higienizado e apto para o transporte de alimentos. Papel Kraft é afixado dentro (chão, laterais e teto) do contêiner. O supervisor do armazém é instruído a tirar fotografias antes, durante e depois do processo de carregamento de materiais, e depois do contêiner estar lacrado. Após a conclusão do carregamento nas instalações da empresa, a carga é autorizada a seguir viagem. OPERAÇÕES E SERVIÇOS A QUE SE PROPÕE: Receber, armazenar, processar, conservar e distribuir os produtos para comercialização. Declaramos, para os devidos fins que as informações constantes deste memorial descritivo, definem detalhadamente todos os itens relacionados, referente à Tristão Comércio Exterior Ltda, localizada à Rodovia Governador Mário Covas, nº 400A, na cidade de Viana/ES, CEP 29.135-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.001.247/0001-89, Inscrição Estadual nº. 080.250.47-5, com registro na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob NIRE nº 32202543320.

## TARIFA REMUNERATÓRIA
### ARMAZÉM GERAL

A empresa **TRISTÃO COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.**, sociedade empresária, localizada à Rodovia Governador Mário Covas, nº. 400 A, na cidade de Viana/ES, CEP 29.135-000, inscrita na Junta Comercial do Estado do Estado do Espírito Santo sob o NIRE 32202543320 e no CNPJ/MF sob o nº. 27.001.247/0001-89, ESTABELECE abaixo as seguintes tarifas remuneratórias para a atividade de armazém geral.

**1 – Armazenagem de café.**

| Serviço | Valor |
|---|---|
| Armazenagem por saca de 60kgs(por mês) | R$ 0,35 |
| Seguro por saca de 60kgs(por mês) | R$ 0,12 |
| Ad Valorem por saca de 60kgs(por mês) | R$ 0,16 |

**2 – Entrada de café.**

| Serviço | Valor |
|---|---|
| Entrada de café a granel por saca de 60kgs(por mês) | R$ 1,10 |
| Entrada de café em big-bag por saca de 60kgs(por mês) | R$ 2,20 |
| Entrada de café em sacaria por saca de 60kgs(por mês) | R$ 2,80 |

**3 – Saída de café.**

| Serviço | Valor |
|---|---|
| Saída de café a granel por saca de 60kgs(por mês) | R$ 2,55 |
| Saída de café em big-bag por saca de 60kgs(por mês) | R$ 2,50 |
| Saída de café em sacaria por saca de 60kgs(por mês) | R$ 3,40 |

**4 – Rebeneficiamento de café.**

| Serviço | Valor |
|---|---|
| Rebeneficiamento (pré limpeza, peneiração e catação) | R$ 2,50 |

**5 – Outros serviços.**

| Serviço | Valor |
|---|---|
| Marcação de sacaria (por saca) para Armazém de Terceiros | R$ 0,50 |
| Armazenagem de embalagem saca (por mês) | R$ 0,06 |
| Armazenagem de embalagem big-bag (por mês) | R$ 0,35 |
| Ad Valorem de embalagem saca (por mês) | R$ 0,02 |
| Devolução em granel por não conformidade de qualidade | R$ 13,00 |
| Devolução em big-bag por não conformidade de qualidade | R$ 13,00 |
| Devolução em sacaria por não conformidade de qualidade | [illegible] |

**Certifico o registro na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº. 20220368903, em 21/03/2022. Protocolo: 220368903 de 15/03/2022. Paulo Cezar Juffo – Secretário-Geral.**

# EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 28.152.650/0001-71

edp

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano 2021 ainda foi marcado pelo contexto de pandemia, e foram mantidas as medidas necessárias para assegurar a operação da EDP Espírito Santo ("EDP ES"), bem como preservar a saúde e a vida dos nossos colaboradores, parceiros de negócio e clientes. Com a evolução do plano de imunização da população, no mês de outubro, a EDP ES definiu o retorno dos colaboradores aos escritórios administrativos em um modelo híbrido de trabalho. Também foi mantido o apoio a sociedade através da doação de EPIs, custeio de profissionais da saúde, o que permitiu a abertura de novos leitos em hospitais da rede pública.

Os investimentos totalizaram R$ 579,5 milhões, atingindo o maior nível histórico da **EDP ES. Este montante foi destinado, principalmente, as** demandas de mercado, modernização das redes de distribuição, expansão de redes antifurto para combate às perdas de energia e novas tecnologias.

Em 2021 a EDP ES alcançou a marca de 1,66 milhão de clientes, um crescimento de base de 2,2% (+36 mil clientes), enquanto o volume de energia distribuída apresentou um aumento de 6,0%, em função da recuperação da atividade econômica e da expansão da base de clientes. Outro ponto de destaque foi o processo de reajuste tarifário que refletiu no incremento de 46,1% na receita da distribuidora (Parcela B).

As perdas totais atingiram o valor de 12,45%, uma redução de 0,91 p.p., em comparação com o ano anterior, influenciadas pela redução das perdas não técnicas, decorrente do plano de substituições de medidores, inspeções de medição para identificação de fraudes, blindagem de rede, instalação de remotas e manutenções dos ativos de telemedição.

Em relação aos indicadores da qualidade do fornecimento de energia, o índice que mede a duração das interrupções de fornecimento (DEC) foi de 7,57 horas e o índice que mede a frequência das interrupções de fornecimento (FEC) foi de 3,93 vezes, ambos os indicadores apresentaram os melhores resultados de sempre e permanecendo dentro das metas regulatórias. Esses resultados foram obtidos através do incremento de lógicas de self-healing (que permite a recomposição automática das redes de distribuição, beneficiando 53% dos clientes da concessão), construção de novas fontes de fornecimento de energia (mais flexibilidade), incremento nas inspeções e utilização termovisores, e investimento em novos equipamentos de detecção de falhas e seccionamento automático da rede. Adicionalmente, ocorreram melhorias operacionais com a utilização de novas tecnologias para otimizar a gestão das equipes de campo com benefício na agilidade e eficiência dos atendimentos.

A agenda de eficiência, inovação e digitalização de processos também faz parte das prioridades das EDP ES. Em 2021, foi também marcado por um forte avanço na utilização de drones para inspeções de redes e conclusão da aquisição de tratores tipo Bobcat para automatizar o processo de supressão de vegetação.

Além disso, a EDP ES alcançou 18% da base de clientes com fatura digital e, atualmente, está entre as principais empresas do setor elétrico com melhores índices neste indicador. Visando facilitar o acesso dos clientes, a EDP ES também investiu na ampliação do vídeo-atendimento, disponibilização da opção de agendamento do atendimento presencial para maior comodidade dos clientes e novas iniciativas, como agências compartilhadas e agência compacta, possibilitando ampliação no horário de atendimento aos clientes. Os atendimentos realizados em canais digitais como whatsapp bot, URA Visual e agência online representam atualmente 81,6% do total de atendimentos (ano anterior era de 73,6%).

Por fim, todos estes resultados foram obtidos sem acidentes com afastamento, demonstrando o compromisso da EDP ES com a segurança e com a vida.

**Luiz Otavio Assis Henriques**
**Diretor Presidente**

### A COMPANHIA

A EDP ES, subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A., tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

A EDP ES, com sede em Vitória, atua em 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, abrangendo cerca de 3,9 milhões de habitantes.

### CENÁRIO MACROECONÔMICO

2021 foi um ano marcado pela retomada da atividade econômica, após os efeitos mais críticos da pandemia do coronavírus, ocorridos em 2020. No acumulado de janeiro a setembro, o produto interno bruto PIB[1] do Espírito Santo cresceu 7,9%, resultado superior ao desempenho nacional que foi de 5,7%. No terceiro trimestre de 2021, o nível de atividade econômica atingia um patamar superior aos últimos três trimestres de 2019[2], indicando que a economia capixaba se recuperou das perdas impostas pela pandemia.

No acumulado até novembro, a produção industrial[3] capixaba avançou 9,1%, com destaque para os setores de celulose, papel e produtos de papel (+46,7%) e metalurgia (+26,5%). Apenas a indústria extrativa (-12,3%) apresentou resultado negativo no período, com queda na produção de minérios de ferro pelotizado ou sinterizados, óleos brutos de petróleo e gás natural.

O comércio varejista[4] cresceu 7,2%, no acumulado dos onze primeiros meses de 2021, frente ao mesmo período de 2020. E nesta mesma base de comparação, o comércio varejista ampliado (que inclui veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção) avançou 14,1%.

O setor de serviços[5] também foi destaque com incremento de +10,1%, com expansão em todas as atividades, com destaque para transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com avanço de 12,9%.

Com esta conjuntura, o mercado de trabalho formal, no acumulado até novembro, apresentou aumento de 7,84%[6] (+57,0 mil postos).

### AMBIENTE REGULATÓRIO

Assim como em outros segmentos, a agenda regulatória do ano foi permeada pelos impactos decorrentes da pandemia, além da pior escassez hídrica dos últimos 91 anos. Apesar destes efeitos, a agenda regulatória apresentou avanços em algumas medidas consideradas estruturais pelo setor, com destaque para:

**Resultado da CP nº 35/20 - Impactos da pandemia no equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras**

Em novembro, a ANEEL aprovou a metodologia de cálculo dos efeitos da pandemia na sobrecontratação e no equilíbrio econômico-financeiro no segmento de Distribuição e dos custos financeiros da Conta-COVID. A sobrecontratação foi regulamentada conforme a proposta submetida à 3ª fase da CP 35/20, contemplando a variação de carga percebida pela distribuidora nos anos de 2020 e 2021, a partir da previsão de carga informada no leilão A-1 e A-2 de 2019 e, para os agentes que não declararam, a adoção do SIMPLES enviado à EPE. Quanto ao spread, os custos financeiros referentes aos itens de Parcela B e o diferimento para o Grupo A mantiveram-se alocados às distribuidoras. Porém, mudou-se o entendimento para os itens de Parcela A, para os quais a diferença entre o montante recebido e o realizado de ativos regulatórios seria alocada às distribuidoras, bem como a parcela de saldo não amortizado de CVA (referente ao processo tarifário anterior). Após a consideração no processo tarifário, tais custos devem ser alocados ao consumidor. Para o reconhecimento das perdas do faturamento e elevação da inadimplência, o critério de admissibilidade para o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá contemplar uma análise ampla, avaliando o fato gerador, a evidência do desequilíbrio, o nexo de causalidade e as iniciativas para equacionar o desequilíbrio na concessão. Após manifestação da distribuidora à ANEEL e a realização de um processo de Revisão Tarifária Extraordinária pela Agência, o processo será consolidado.

**Resolução ANEEL nº 953/2021- Obrigação da atualização do cadastro dos beneficiários da TSEE pelas distribuidoras**

Em novembro, a ANEEL publicou a REN nº 953/2021, que regulamentou a obrigação das distribuidoras em atualizar, de forma automática, os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica-TSEE. Para as distribuidoras realizarem a atualização dos beneficiários, o Ministério da Cidadania fornecerá as bases do CadÚnico e do BPC para o cruzamento das informações. As distribuidoras devem utilizar as informações do CPF e, quando disponíveis em seu cadastro, o código familiar no CadÚnico, o NIS e o NB de prestação continuada para realizar o cruzamento dos dados. As distribuidoras deverão, até 31/12/2022, tentar o contato telefônico, visita técnica, caso o endereço esteja disponível ou outro meio que permita a identificação. No final desse período, as distribuidoras devem enviar à ANEEL os resultados das buscas realizadas. Além disso, durante esse mesmo período, a distribuidora deve realizar campanhas de divulgação voltada à classe residencial que ainda não receba a TSEE. A campanha deve ser realizada na página da internet, nas redes sociais, por meio de mensagens eletrônicas e outros meios de comunicação. A REN 953/2021 terá vigência a partir de janeiro de 2022.

**Consulta Pública nº026/21 - Perdas Não Técnicas e Receitas (PNT) Irrecuperáveis (RI)**

Em dezembro foi aprovada pela ANEEL, a nova metodologia de Perdas Não Técnicas e Receitas Irrecuperáveis, a ser aplicadas às distribuidoras de energia elétrica. A ANEEL realizou alterações metodológicas na modelagem das Perdas Não Técnicas, sendo as principais: ponto de saturação de perdas (passando de 7,5% para 6%); alteração na velocidade da trajetória regulatória das perdas; flexibilização de metas e ponto de partida para áreas de risco; inclusão de mais modelos socioeconômicos na estimativa do índice de complexidade; entre outros. No que diz respeito às receitas irrecuperáveis, a ANEEL manteve seu posicionamento sobre a janela temporal de 4 anos, sem ajustes metodológicos, apenas com a atualização do índice de complexidade socioeconômica das distribuidoras. A Resolução ANEEL nº958/2021 foi publicada contemplando as referidas alterações metodológicas, que repercutirão nos processos de Revisão Tarifária das distribuidoras.

**Resolução ANEEL nº1000/2021 - direito e deveres dos consumidores de energia elétrica**

Em dezembro foi aprovada pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1000/2021, que consolida em uma só norma o conteúdo dos regulamentos anteriores da Agência relacionados aos direitos e deveres dos usuários de energia elétrica. A nova Resolução substitui a Resolução Normativa nº 414/2010, referência setorial sobre as regras de atendimento aos consumidores de energia elétrica, bem como outros normativos que tratavam do relacionamento entre distribuidora e consumidores. Os principais temas abarcados na Resolução Normativa são:

- Acesso na Distribuição - alterações nos prazos para emissão de parecer de acesso e mudanças no processo documental;
- Iluminação Pública e Programa Casa Verde e Amarela - incorporação do novo programa do governo federal;
- Devolução ou Cobranças de Valores - texto aprimorado para entendimento do Código de Defesa do Consumidor - CDC;
- Ressarcimento de Danos - alteração no prazo para pedido de ressarcimento e mudanças no processo documental;
- Atendimento ao Público - incorporação dos resultados da AP 27/2019, ampliando os canais digitais de atendimento ao consumidor;
- Prazos Administrativos - alteração do período de compensação das violações de prazos;
- Abertura de Mercado - incorporação dos limites para migração ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, já previstos nas Portarias do Ministério de Minas e Energia; e
- Padronização - substituição do IPG-M pelo IPCA em todos os dispositivos.

**Medida Provisória 1078/2021 - medidas de mitigação dos efeitos econômico-financeiros da crise hídrica**

Em dezembro foi publicada a Medida Provisória 1078/2021, que dispõe sobre as ações de mitigação dos efeitos econômico-financeiros da escassez hídrica de 2021). A MP possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, e que engloba, por exemplo, o programa de resposta da demanda e o programa de bonificação por redução do consumo. O objetivo da MP consiste em permitir que as distribuidoras de energia equacionem seus custos adicionais causados pela crise hídrica. Esses custos serão repassados para todos os consumidores, inclusive aos consumidores cativos que decidirem por migrar ao ACL. Além disso, a MP possibilita a instituição de bandeira tarifária extraordinária a fim de cobrir custos excepcionais decorrentes da situação de escassez hídrica. Essa bandeira não será aplicada aos consumidores de baixa renda inscritos na Tarifa Social. O texto da MP segue agora para discussão e aprovação no Congresso Nacional. Após aprovação, a publicação de um decreto deve estabelecer as condições e valores do financiamento, após o qual deve seguir-se regulamentação pela ANEEL.

Adicionalmente, em 03 de agosto, a Diretoria da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário da EDP ES, com efeito médio percebido pelo consumidor de 9,75%. A parcela B da distribuidora foi definida em R$ 1.466 milhões.

### MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Balanço Energético (MWh)**

O Balanço Energético representa a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.

[1] Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Indicador Trimestral de PIB do Espírito Santo. Julho/setembro 2021.
[2] Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN. Indicador Trimestral de PIB do Espírito Santo. Julho/setembro 2021.
[3] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional. Novembro/2021.
[4] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio. Novembro/2021.
[5] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços. Novembro/2021.
[6] Fonte: CAGED/MTE. Novembro/2021.

| EDP ES | 2021 | 2020 | Var |
|---|---|---|---|
| Itaipu + Proinfa | 1.575.823 | 1.629.625 | -3,3% |
| Leilão | 6.409.805 | 6.529.198 | -1,8% |
| Outros[1] | 155.227 | 155.652 | -0,3% |
| Energia em Trânsito | 4.196.406 | 4.781.608 | -12,2% |
| **Total Energia Recebida** | **12.337.261** | **13.096.083** | **-5,8%** |
| Perdas Transmissão (+) | 109.803 | 108.371 | 1,3% |
| Perdas de Itaipu (+) | 81.705 | 95.723 | -14,6% |
| Vendas C.Prazo (-) | -949.857 | -1.085.455 | -12,5% |
| Ajustes C.Prazo (-) | 31.899 | 11.536 | 176,5% |
| **Total Perdas** | **1.109.466** | **1.278.012** | **-13,2%** |
| Cessões MCSD Energia Nova (+) | 523.920 | 223.714 | 134,2% |
| Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) | -538.411 | - | n.d. |
| **Total Vendas** | **-14.491** | **223.714** | **n.d.** |
| Energia Requerida | 11.242.286 | 11.594.357 | -3,0% |
| Fornecimento | 5.973.830 | 5.810.628 | 2,8% |
| Perdas e Diferenças | 1.446.782 | 1.480.570 | -2,3% |
| Energia em Trânsito | 4.196.406 | 4.781.608 | -12,2% |
| **Total Energia Distribuída** | **11.617.018** | **12.072.805** | **-3,8%** |

[1] Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

**Compra de Energia**

A compra de energia (Itaipu + Proinfa, Leilão e Outros) foi de 8.141 GWh, redução de 2,1% em relação a 2020. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representaram 19,4%, as compras em leilão 78,7% e os Contratos Bilaterais e Curto Prazo 1,9%.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

O volume de energia distribuída foi de 10.208 GWh, aumento de 6,0% em relação a 2020. A energia distribuída totalizou 6.012 GWh para clientes cativos e 4.195 GWh para clientes livres, aumento de 2,5% e de 11,6%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entre os clientes da classe Residencial houve aumento de 2,3% na energia distribuída, reflexo da expansão do número dos clientes (+2,8%). Entre os clientes das classes Industrial e Comercial houve aumento de 9,4% e 5,4%, respectivamente, decorrente da recuperação da atividade industrial frente ao ano anterior. Na classe Industrial, os setores com maiores destaques no ano são o de extração de minerais metálicos (18,2%), de minerais não metálicos (16,4%) e de produtos químicos (15,0%).

| EDP Espírito Santo | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Volume (MWh) | | | Clientes (unid) | | |
| | 2021 | 2020 | Var | 2021 | 2020 | Var |
| **Residencial** | **2.575.116** | **2.516.626** | **2,3%** | **1.306.384** | **1.270.564** | **2,8%** |
| **Industrial** | **4.015.901** | **3.671.822** | **9,4%** | **10.293** | **10.504** | **-2,0%** |
| Livre | 3.543.152 | 3.189.812 | 11,1% | 271 | 220 | 23,2% |
| Cativo | 472.748 | 482.010 | -1,9% | 10.022 | 10.284 | -2,5% |
| **Comercial** | **1.629.103** | **1.545.922** | **5,4%** | **131.700** | **129.410** | **1,8%** |
| Livre | 437.972 | 368.165 | 19,0% | 335 | 277 | 20,9% |
| Cativo | 1.191.131 | 1.177.757 | 1,1% | 131.365 | 129.133 | 1,7% |
| **Rural** | **947.363** | **871.262** | **8,7%** | **194.087** | **195.848** | **-0,9%** |
| **Outros** | **831.650** | **833.970** | **-0,3%** | **14.160** | **14.009** | **1,1%** |
| Livre | 5.848 | 15.438 | -62,1% | 9 | 6 | 50,0% |
| Cativo | 825.802 | 818.533 | 0,9% | 14.151 | 14.003 | 1,1% |
| **Concessionárias/Geradores** | **208.460** | **187.066** | **11,4%** | - | - | |
| **Total Energia Distribuída** | **10.207.592** | **9.626.068** | **6,0%** | **1.656.624** | **1.620.335** | **2,2%** |
| Total Livre | 4.195.431 | 3.760.481 | 11,6% | 615 | 503 | 22,3% |
| Total Cativo | 6.012.161 | 5.865.587 | 2,5% | 1.656.009 | 1.619.832 | 2,2% |

### QUALIDADE

Os indicadores de qualidade de prestação de serviços estão abaixo das metas regulatórias estabelecidas. O DEC registrou 7,57 horas quanto o FEC foi de 3,93 interrupções, devido às ações de melhorias que envolvem manutenções preventivas, "Projeto DEC Down" (tratamento de desligamentos de reincidentes, melhoria de processos internos e aquisição de novas tecnologias), utilização de plataformas digitais para as equipes de campo (rapidez no fluxo de informações, bem como agilidade e eficiência dos atendimentos) e a iniciativa "De Olho no DEC", com reforço na multidisciplinaridade das equipes, reestruturação do Centro de Operação Integrado (COI), plano de ampliação do número de religadores na rede e centralização do despacho de equipes pelo COI.

| Indicador | Unidade | Acompanhamento | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DEC | Horas | Real | 8,24 | 8,20 | 7,87 | 7,57 |
| | | Meta Regulatória | 9,73 | 9,55 | 9,45 | 9,31 |
| FEC | Vezes | Real | 4,76 | 4,84 | 4,04 | 3,93 |
| | | Meta Regulatória | 7,27 | 6,85 | 6,86 | 6,54 |

DEC = Duração Equivalente de Interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)
FEC = Frequência Equivalente de Interrupções por Clientes (interrupções - média cliente/ano)

### PERDAS DE ENERGIA

A EDP ES encerrou o ano com 12,45% de Perdas Totais, redução de 0,91 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciadas pela redução das perdas técnicas e das perdas não técnicas. A redução das perdas técnicas é reflexo das obras de reforço na rede básica, da instalação de novas subestações, da reconfiguração do sistema de alta tensão, além do retorno gradual da operação da Samarco e da energia injetada da mini e micro geração distribuída. Em relação as perdas não técnicas, a redução decorre do plano de Combate às Perdas, com foco em substituições de medidores, inspeções de campo, blindagem de rede, instalação de remotas e manutenções dos ativos de telemedição. As perdas técnicas aumentaram, refletindo o aumento da carga na rede.

Atualmente, a distribuidora possui 44,1 mil equipamentos de monitoramento remoto em unidades consumidoras de elevado consumo. No ano, nas áreas de alta complexidade social, o projeto SMC BTZero foi implementado em 21,0 mil unidades consumidoras, totalizando 137,4 mil unidades monitoradas, o que representa 62,75% da energia distribuída a clientes finais.

Quanto às ações de fiscalização, foram realizadas 39.402 inspeções de combate à fraude e 3.561 retiradas de ligações clandestinas.

### PRINCIPAIS DADOS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

| Descrição | 2021 | 2020 | Var |
|---|---|---|---|
| **Subestações (Quantidade)** | **105** | **97** | **3,2%** |
| **Potência Instalada de Transformadores (MVA)** | **4.339** | **4.324** | **1,8%** |
| **Redes de Distribuição - Própria (km)** | **66.007** | **65.317** | **0,8%** |
| AT (maior ou igual a 69 KV) | 3.149 | 3.087 | 0,4% |
| MT (entre 1 e menor a 69 KV) | 52.982 | 52.417 | 0,8% |
| BT (menor que 1 KV) | 9.875 | 9.813 | 1,3% |
| **Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)** | **151.719** | **148.736** | **1,8%** |
| Urbano | 36.859 | 35.602 | 5,2% |
| Rural | 114.860 | 113.134 | 0,8% |
| **Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)** | **4.610** | **4.627** | **6,9%** |
| Urbano | 2.452 | 2.478 | 9,5% |
| Rural | 2.159 | 2.149 | 3,9% |
| **Postes em Redes de Distribuição (Quantidade)** | **753.049** | **742.447** | **1,4%** |
| Urbano | 318.436 | 314.956 | 3,0% |
| Rural | 434.613 | 427.431 | 0,2% |

### RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A EDP ES mantém canais de relacionamento de fácil acessibilidade, interação e dotados de tecnologia digital e inteligência artificial, disponibilizados aos clientes que estão segmentados por nível de tensão de fornecimento. A Companhia disponibiliza diversos canais de relacionamento virtuais como Agência Virtual, Aplicativo EDP Online, ChatBot, SMSbot e WhatsApp, que geraram no ano 10,6 milhões de consultas e serviços.

A Central de Atendimento Telefônico (Serviço 0800) opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, com ligação gratuita, e com um canal exclusivo para deficiente auditivo. Por meio do Call Center foram realizados 1,46 milhão de atendimentos no ano.

O serviço de Ouvidoria também é oferecido aos clientes, e deve ser acionado sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos demais canais de atendimento e pode ser contatada por meio da central de tele atendimento - CTA dedicada, e-mail, Whatsapp, correspondência ou ainda presencialmente. Em 2021, a Ouvidoria recepcionou mais de 36,8 mil contatos de clientes e intermediou 3,8 mil manifestações. Para o atendimento presencial, a EDP ES conta com 60 agências, distribuídas em toda a área de concessão, onde foram atendidos 676,3 mil clientes.

Com a pandemia e o isolamento social, a EDP ES disponibilizou para os clientes o site "EDP Sem sair de casa", que possibilita o atendimento através de agendamento e videochamada.

A atuação da EDP ES é pautada em processos devidamente certificados nas Normas da ISO 9.001 em seus canais de relacionamento, com foco na melhoria contínua da satisfação dos seus clientes.

## PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

**Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

A EDP ES possui vinte projetos em execução com investimentos de R$ 10,3 milhões, incluindo CDE - conta de desenvolvimento energético, conforme regulado pela MP 998/2021.

Em 2021 foi iniciado o projeto inovador do "Equipamento Estático de Autorecuperação", que funciona como um recuperador estático, atuando em nível de tensão de 15kV e visa operar na interligação de dois ramais, possibilitando que o fluxo de potência que o atravessa seja por ele regulado, permitindo o balanço de fluxo entre os ramais.

Entre os projetos em andamento, destaca-se:

- **Desenvolvimento de Soluções para Operação Nacional de Mobilidade Elétrica:** prevê a criação de uma infraestrutura física e pública de carregamento rápido para veículos elétricos, através de malha conectada e segura, concentrada na região Sudeste e com pontos adicionais nas regiões Sul e Centro-Oeste;
- **Religador IoT:** desenvolvimento de equipamento de automação e proteção, com funções de alimentação independente, a fim de atender as novas redes elétricas inteligentes, de modo a entregar um produto inovador para aumento da eficiência operacional e a melhoria da qualidade dos serviços prestados;
- **Plataforma de Multisserviços (Robô de Podas)**: visa o desenvolvimento de um caminhão com plataforma para a realização de podas de árvores de forma autônoma, com solução inovadora, para a operação da atividade de forma remota sem existir contato do eletricista com a rede elétrica de distribuição energizada; e
- **Sensores Vestíveis:** visa o desenvolvimento e utilização de sensoriamento vestível para gestão da medicina, segurança e procedimentos do trabalho.

**Eficiência Energética (PEE)**

A EDP ES possui 21 projetos em execução com investimentos de R$ 13,5 milhões.

Dos projetos em andamento, tem destaque a criação da 1ª Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), realizada por meio da cooperação com outras três distribuidoras de energia, com o intuito de difundir a cultura da eficiência energética nas escolas. A EDP ES foi a única distribuidora da região sudeste a integrar este projeto.

Outro projeto de grande relevância é o Boa Energia nas Comunidades, que tem a missão de atender as comunidades de baixo poder aquisitivo, dentro da região de concessão da EDP ES, levando dicas de economia de energia e consumo consciente, troca de lâmpadas ineficientes por novas, com tecnologia LED, doações de kits padrão de entrada, e conta com a presença de uma van equipada para realizar o cadastro dos clientes na tarifa social de energia elétrica, orientando quanto ao uso racional e eficiente de energia, buscando sempre a satisfação dos nossos clientes e facilitando o diálogo com as comunidades.

No ano de 2021 também atingimos um recorde de investimento em modernização de Iluminação pública na EDP ES, com investimento de R$ 3,8 milhões e mais de 4 mil pontos de IP substituídos, em 7 municípios.

## ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| EDP Espírito Santo | | | |
|---|---|---|---|
| **Demonstrativo de Resultados (R$ mil)** | **2021** | **2020** | **Var** |
| **Receita Operacional Líquida**[1] | **4.656.414** | **3.420.157** | **36,4%** |
| Receita com Construção da Infraestrutura | 579.470 | 384.575 | 50,7% |
| **Gastos Não Gerenciáveis** | **(3.283.052)** | **(2.344.455)** | **40,0%** |
| **Margem Bruta** | **1.383.362** | **1.075.702** | **28,6%** |
| **Gastos Gerenciáveis** | **(1.230.770)** | **(1.039.307)** | **18,4%** |
| **Total do PMSO** | **(474.833)** | **(480.134)** | **-1,1%** |
| Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens | (37.552) | (47.711) | -21,3% |
| Custo com Construção da Infraestrutura | (579.470) | (384.575) | 50,7% |
| **EBITDA** | **870.977** | **547.857** | **59,0%** |
| **Margem EBITDA** | **18,7%** | **16,0%** | **6,2 p.p.** |
| **Depreciação e Amortização** | **(138.915)** | **(126.887)** | **9,5%** |
| **Resultado do Serviço (EBIT)** | **732.062** | **420.970** | **73,9%** |
| **Resultado Financeiro Líquido** | **(138.824)** | **(50.806)** | **173,2%** |
| **LAIR** | **593.238** | **373.164** | **60,3%** |
| **IR e Contribuição Social** | **(148.830)** | **(87.907)** | **66,3%** |
| **Lucro Líquido** | **444.408** | **282.257** | **57,4%** |

[1] Receita Líquida exclui receita de construção

A Receita Líquida atingiu R$ 4,7 bilhões, aumento de 36,4%, decorrente de: (i) reajuste tarifário anual, com efeito médio percebido pelo consumidor de 9,75%; (ii) maior reconhecimento do VNR, resultante do aumento do IPCA entre os períodos comparados; (iii) aumento de 6,0% no volume de energia distribuída, refletindo a recuperação da atividade econômica; (iv) variação positiva da sobrecontratação, decorrente do aumento do PLD; e (v) outras receitas e efeitos.

Os Gastos não Gerenciáveis atingiram R$ 3,3 bilhões, aumento de 40,0%, decorrente do aumento do preço de compra de energia, reflexo dos impactos da crise hídrica, causados pela consequente piora do cenário hidrológico e do aumento dos custos atrelados ao despacho das usinas térmicas.

A Margem Bruta atingiu R$ 1,4 bilhão, aumento de 28,6%, decorrente dos efeitos já mencionados. O total de PMSO manteve-se estável, refletindo o compromisso da Companhia em manter custos abaixo da inflação.

O Resultado Financeiro foi de R$ 138,8 milhões, aumento de R$ 88,0 milhões, decorrente do aumento dos encargos de dívidas, reflexo do aumento nas rubricas de empréstimos e debêntures, devido ao aumento dos indexadores atrelados às dívidas (CDI e TJLP), além do aumento de saldo de dívida.

O Lucro Líquido foi de R$ 444,4 milhões, aumento de 57,4%.

## INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R$ 579,5 milhões, aumento de 50,7%, em função das obras de expansão (subestações e redes de distribuição para ligações de novos clientes), melhoria de rede (substituição de equipamentos), telecomunicações e informática e dos projetos relacionados ao plano de combate às perdas.

| Investimentos (R$ mil) | 2021 | 2020 | Var |
|---|---|---|---|
| Expansão do Sistema Elétrico | 288.236 | 162.620 | 77,2% |
| Melhoramento da Rede | 119.804 | 107.288 | 11,7% |
| Telecom., Informática e Outros | 118.576 | 87.375 | 35,7% |
| Perdas | 76.924 | 51.190 | 50,3% |
| **Subtotal**[1] | **603.539** | **408.474** | **47,8%** |
| (-) Obrigações Especiais[2] | -24.069 | -23.899 | 0,71% |
| **Investimento Líquido** | **579.470** | **384.575** | **50,7%** |
| **Variação do Imobilizado** | **579.470** | **384.575** | **50,7%** |

[1]: Subtotal = CAPEX Bruto (considerando capital investido na rede) + Juros capitalizados

[2]: Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

## ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, a distribuidora apresentou dívida líquida de R$ 1.884,8 milhões, 35,3% superior a dezembro de 2020. A dívida bruta foi de R$ 2.398,5 milhões, sendo composta por R$ 1.503,7 milhões (62,7%) em debêntures e R$ 894,9 milhões (37,3%) junto ao BNDES.

| | 2021 | 2020 | Var |
|---|---|---|---|
| Dívida Bruta [1] (R$ mil) | 2.398.540 | 1.569.761 | 52,8% |
| Caixa e Equivalente de Caixa (R$ mil) | 513.773 | 176.793 | 190,6% |
| Dívida Líquida (R$ mil) | 1.884.767 | 1.392.968 | 35,3% |
| Dívida Líquida / Patrimônio Líquido (vezes) | 1,36 | 1,29 | 6,0% |
| Dívida Líquida / EBITDA (vezes) | 2,16 | 2,54 | -14,9% |

[1] Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e encargos de dívidas + debêntures

## GESTÃO DE PESSOAS

A EDP ES conta com 1.016 colaboradores, distribuídos na região Norte, Sul e Centro do estado do Espírito Santo. Ao longo de 2021 tivemos 102 admissões e 104 desligamentos na equipe.

Acreditamos que conseguimos reforçar os pilares de inovação, criatividade e resultados, na medida em que tivemos cada vez mais diversidade, promovendo, também, ainda mais engajamento entre os colaboradores que são acolhidos em suas individualidades. A pesquisa de clima organizacional evidenciou a manutenção do alto engajamento que os colaboradores da EDP ES têm, com 96% de adesão à pesquisa, 83% de engajamento e 88% de favorabilidade, em relação à qualidade dos serviços e foco no cliente.

Em mais um ano convivendo com a pandemia, os robustos protocolos e monitoramentos se mantiveram, com medidas como descentralização das bases e escalonamento das equipes de campo; obrigatoriedade da vacina e do uso de máscaras; triagem diária do estado de saúde no início do turno operacional via aplicativo; testagem semanal para os colaboradores dos escritórios; além do aumento da equipe de saúde, composta atualmente por infectologistas, médicos e enfermeiros, inclusive para o acompanhamento de um novo programa de direcionamento médico para o público com eventuais sequelas, alcançando todos os acometidos com o vírus durante a pandemia.

O cuidado com a saúde física e mental dos colaboradores que se mantiveram em atividades presenciais também foi uma prioridade, com programas específicos junto aos nutricionistas, ortopedistas e psicólogos, sendo o maior deles, Eletricista Saudável, com resultados significativos e adesão representativa.

O programa, criado após uma análise junto aos colaboradores nas atividades de eletricistas, se tornou uma oportunidade de ter mais informações sobre nutrição, qualidade de vida e exercícios físicos. Foram mapeados os perfis dos colaboradores da Companhia e, baseado nos resultados, foram propostas as ações como atendimento nutricional individual ou em grupo, além de orientações sobre mudanças de estilo de vida, com foco na redução de peso. Como resultado, um aumento significativo na quantidade de colaboradores aptos a trabalharem em altura com segurança - mais de 8 colaboradores já retomaram as atividades em altura, 84% dos participantes tiveram redução de peso, além de 82% do público ter adicionado atividades físicas nas suas rotinas.

Na frente de desenvolvimento, foram realizados programas orientados para a liderança da EDP, como Team Coaching para a alta liderança, Leadership Coaching para média gerência, Formação de Letramento Racial e de Coaching LGBTQIAP+, Programa de Desenvolvimento para Supervisores e o Lidere-se, com foco no desenvolvimento de potenciais líderes. Somadas, as iniciativas impactaram mais de 140 colaboradores. E para além dessa agenda, foram inseridos mais de 36 novos cursos na Universidade Corporativa, disponíveis para todos os colaboradores da EDP Brasil, lançadas as Regras de Ouro, acordos para fortalecer o equilíbrio entre jornadas e estimular o bem-estar com respeito aos horários de pausa, a 3ª Semana da Diversidade, com palestras promovendo discussões em torno da quebra de estereótipos e a adesão ao Movimento Mulher 360, com objetivo de engajar as empresas em ações concretas de empoderamento econômico feminino.

Outro importante objetivo é o engajamento dos colaboradores para uma representação também socialmente responsável, e nesse sentido, o programa de Voluntariado EDP, em 2021, alcançou a marca histórica de 1/3 de seus colaboradores atuando em ações de impacto social. Foram arrecadados mais de 2.500 quilos de alimentos e 1.700 ceias de natal, destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade. Também foram lançados dois importantes projetos: o primeiro, com foco no apoio psicológico e geração de renda para mulheres desempregadas, o Cruzando Histórias, com preparação profissional e desenvolvimento de competências, e, em parceria com o Instituto das Pretas, o Desafio EDP de Empreendedorismo Periférico, uma imersão em inovação e empreendedorismo para potencializar negócios liderados por mulheres em situação de vulnerabilidade social. Juntos, os projetos beneficiaram mais de 110 mulheres com qualificação, formação, potencialização dos seus negócios e novas oportunidades de geração de renda.

Além de promover o cuidado das nossas pessoas com experiências que envolvem engajamento, desenvolvimento e transformação social, a disciplina em nossos processos de gestão interna, governança e negociações constantes com fornecedores parceiros também impactam positivamente a nossa trajetória. Ao longo do último ano, foi possível garantir uma oferta de benefícios que atendesse às expectativas dos colaboradores e um impacto positivo para os negócios, gerando aproximadamente R$ 4,9 milhões de eficiência.

E como a experiência do colaborador envolve todas as suas etapas e momentos de carreira, a EDP, que possui um Programa de Incentivo à Aposentadoria ("PIA") sólido e de adesão voluntária, manteve a oferta ao longo de 2021 e pode acolher os profissionais que dedicaram longos anos para a construção conjunta da história da Companhia, proporcionando condições rescisórias diferenciadas e orientações para a nova etapa pós-emprego.

## SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Voluntariamente, a EDP Brasil subscreve iniciativas nacionais e internacionais alinhadas à sua cultura e estratégia de Sustentabilidade como a Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), o Carbon Disclosure Project (CDP), relacionado às alterações climáticas e os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres e mais recentemente se comprometeu publicamente com a Business Ambition for 1.5°C, iniciativa do Pacto Global, composta por um grupo de mais de 9 mil empresas que se comprometem a reduzir as emissões para garantir que o aquecimento global não exceda 1,5°C e com o Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, proposto pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) que tem como objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para as empresas.

O Grupo EDP também tem contribuído para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU desde 2015. Os esforços estão concentrados em nove dos 17 objetivos, por meio de Metas de Sustentabilidade estabelecidas para 2022 e o novo Planejamento Estratégico com compromissos na agenda ESG no horizonte 2021-2025.

Em 2021, o Instituto EDP deu continuidade à sua trajetória de investimento social privado, sendo o coordenador das ações socioambientais junto às comunidades onde o Grupo EDP está presente. Neste ano os programas do Instituto EDP favoreceram diretamente 20.266 pessoas e 47.513 pessoas indiretamente na área de concessão da EDP ES.

**Meio Ambiente**

A Política de Meio Ambiente segue vigente para orientar a atuação do Grupo EDP em relação à Gestão Ambiental, essencial ao desenvolvimento do negócio e relacionamento com a sociedade. Atualmente nomeada como Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade, o documento integra diversas políticas existentes anteriormente, com o objetivo de direcionar a Companhia nos objetivos de sustentabilidade e assegurar a adequação à Norma ISO 14001:2015, além da compatibilidade com os atuais critérios de avaliação de Compliance.

Desde 2020, a EDP ES vem viabilizando a implementação de novas soluções e tecnologias ambientais para os impactos entre a convivência da rede elétrica com a arborização urbana. O equipamento penetrógrafo é uma moderna tecnologia adquirida pela EDP ES para análises da resistência e defeitos internos das árvores. O equipamento determina a qualidade e a saúde da madeira e realiza o diagnóstico quanto ao risco de queda da árvore. A tecnologia foi uma importante ferramenta nas tomadas de decisão das podas e supressões de árvores, além de contribuir significativamente na melhoria da arborização urbana, em contato com a rede elétrica. Com o diagnóstico e a confiabilidade técnica oferecida pela tecnologia, foi possível avaliar e planejar as árvores adequadas para convivência com a rede elétrica evitando assim interrupções de energia, acidentes com a população, bem como podas e supressões constantes.

## BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

| EDP Espírito Santo | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1 - Base de Cálculo** | **2021 (R$ mil)** | | | **2020 (R$ mil)** | | |
| Receita líquida (RL) | 5.245.880 | | | 3.804.732 | | |
| Resultado operacional (RO) | 732.062 | | | 420.970 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 132.664 | | | 122.195 | | |
| **2 - Indicadores Sociais Internos** | **R$ mil** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** | **R$ mil** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** |
| Alimentação | 17.169 | 12,94% | 0,33% | 17.265 | 14,13% | 0,45% |
| Encargos sociais compulsórios | 30.161 | 22,74% | 0,57% | 28.437 | 23,27% | 0,75% |
| Previdência privada | 2.708 | 2,04% | 0,05% | 2.482 | 2,03% | 0,07% |
| Saúde | 9.274 | 6,99% | 0,18% | 11.919 | 9,75% | 0,31% |
| Segurança e saúde no trabalho | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Educação | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Cultura | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Transporte | 947 | 0,71% | 0,02% | 174 | 0,14% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 579 | 0,44% | 0,01% | 581 | 0,48% | 0,02% |
| Creches ou auxílio-creche | 452 | 0,34% | 0,01% | 466 | 0,38% | 0,01% |
| Participação nos lucros ou resultados | 13.002 | 9,80% | 0,25% | 13.533 | 11,07% | 0,36% |
| Programa de Desligamento Voluntário - PDV | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 1.507 | 1,14% | 0,03% | 1.496 | 1,22% | 0,04% |
| **Total - Indicadores sociais internos** | **75.799** | **57,14%** | **1,44%** | **76.354** | **62,48%** | **2,01%** |
| **3 - Indicadores Sociais Externos** | **R$ mil** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **R$ mil** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Educação | 842 | 0,12% | 0,02% | 572 | 0,14% | 0,02% |
| Cultura | 1.744 | 0,24% | 0,03% | 1.645 | 0,39% | 0,04% |
| Saúde e saneamento | 1.264 | 0,17% | 0,02% | 1.519 | 0,36% | 0,04% |
| Esporte | 510 | 0,07% | 0,01% | 485 | 0,12% | 0,01% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 191 | 0,03% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 318 | 0,04% | 0,01% | 427 | 0,10% | 0,01% |
| **Total das contribuições para a sociedade** | **4.869** | **0,67%** | **0,09%** | **4.648** | **1,10%** | **0,12%** |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| **Total - Indicadores sociais externos** | **4.869** | **0,67%** | **0,09%** | **4.648** | **1,10%** | **0,12%** |
| **4 - Indicadores Ambientais** | **R$ mil** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **R$ mil** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 46.212 | 6,31% | 0,88% | 31.763 | 7,55% | 0,83% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | ND | ND | ND | ND | ND | ND |
| **Total dos investimentos em meio ambiente*** | 46.212 | 6,31% | 0,88% | 31.763 | 7,55% | 0,83% |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | ■ não possui metas<br>☐ cumpre de 0 a 50%<br>☐ cumpre de 51 a 75%<br>☐ cumpre de 76 a 100% | | | ■ não possui metas<br>☐ cumpre de 0 a 50%<br>☐ cumpre de 51 a 75%<br>☐ cumpre de 76 a 100% | | |
| **5 - Indicadores do Corpo Funcional** | **2021 (R$ mil)** | | | **2020 (R$ mil)** | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 1.016 | | | 1.015 | | |
| Nº de admissões durante o período | 102 | | | 90 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 2.657 | | | 2.802 | | |
| Nº de estagiários(as) | 51 | | | 42 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 50 anos | 112 | | | 133 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 246 | | | 236 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 18% | | | 12% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa** | 302 | | | 45 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as)** | 20,00% | | | 1,92% | | |
| Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais | 34 | | | 31 | | |

continuação — EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2021 (R$ mil) | | | 2020 (R$ mil) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 26,62 | | | 24,50 | | |
| Número total de acidentes de trabalho*** | 5 | | | 6 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( ) direção | ( x ) direção e gerências | ( ) todos empregados | ( ) direção | ( x ) direção e gerências | ( ) todos empregados |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | ( x ) direção e gerências | ( ) todos empregados | ( ) todos + Cipa | ( x ) direção e gerências | ( ) todos empregados | ( ) todos + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | ( ) não se envolve | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( ) não se envolve | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( x ) todos empregados | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( x ) todos empregados |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( x ) todos empregados | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( x ) todos empregados |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( x ) são exigidos | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( x ) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | ( ) não se envolve | ( ) apóia | (x ) organiza e incentiva | ( ) não se envolve | ( ) apóia | (x ) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça) | na empresa: | no Procon: | na Justiça: | na empresa: | no Procon: | na Justiça: |
| | 19.038 | 1.811 | 3.254 | 19.435 | 1.466 | 2.818 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa: | no Procon: | na Justiça: | na empresa: | no Procon: | na Justiça: |
| | 99,00% | 100,00% | 72,28% | 99,00% | 100,00% | 74,71% |
| **Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):** | 2.012.759 | | | 2.490.542 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | governo: 71%<br>acionistas: 5%<br>colaboradores: 5%<br>retido: 10%<br>terceiros: 9% | | | governo: 75%<br>acionistas: 3%<br>colaboradores: 6%<br>retido: 8%<br>terceiros: 8% | | |
| 7 - Outras Informações | | | | | | |
| N/A - Não Aplicável. | | | | | | |

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção
**Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas
***Nota: Indicador considera apenas os colaboradores próprios

## AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), em março de 2018, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2018. A KPMG iniciou a prestação de serviços em abril de 2018.
A KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas, não financeiras.
Em 2021, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 513.773 | 176.793 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 949.694 | 810.545 |
| Ativos financeiros setoriais | 7 | 276.895 | 133.827 |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 8 | 75.738 | 61.430 |
| Outros tributos compensáveis | 8 | 190.470 | 104.925 |
| Outros créditos | 12 | 204.980 | 76.697 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **2.211.540** | **1.454.217** |
| **Não circulante** | | | |
| Consumidores e concessionárias | 6 | 8.397 | 10.540 |
| Ativos financeiros setoriais | 7 | 290.694 | 121.642 |
| Ativo financeiro indenizável | 13.1 | 2.563.316 | 2.358.830 |
| Ativos da concessão | 13.3 | 430.765 | 257.143 |
| Outros tributos compensáveis | 8 | 287.792 | 465.649 |
| Imposto de renda e Contribuição social diferidos | 9 | 71.766 | 163.022 |
| Cauções e depósitos vinculados | 11 | 198.647 | 198.105 |
| Outros Créditos | 12 | 406 | 949 |
| | | **3.851.763** | **3.276.180** |
| Propriedades para investimentos | | 905 | 906 |
| Imobilizado | 12.7 | 27.570 | 16.674 |
| Intangível | 13.2 | 497.083 | 565.990 |
| | | **525.558** | **583.570** |
| **Total do Ativo Não circulante** | | **4.377.321** | **3.859.750** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **6.588.861** | **5.313.967** |

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO** | | | |
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 14 | 622.122 | 485.469 |
| Imposto de renda e Contribuição social a recolher | 8 | 5.988 | 4.195 |
| Outros tributos a recolher | 8 | 290.907 | 184.298 |
| Dividendos | 15 | 55.502 | 64.652 |
| Debêntures | 16 | 80.326 | 348.929 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 107.106 | 489.115 |
| Benefícios pós-emprego | 18 | 38.819 | 37.082 |
| Encargos Setoriais | 19 | 59.211 | 55.467 |
| Provisões | 20 | 6.930 | 6.478 |
| Passivos financeiros setoriais | 7 | 226.576 | 192.949 |
| Outras contas a pagar | 12 | 153.422 | 78.115 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **1.562.909** | **1.946.749** |
| **Não circulante** | | | |
| Outros tributos a recolher | 8 | 92.472 | 96.747 |
| PIS e COFINS diferidos | 9 | 1.665 | 1.395 |
| Debêntures | 16 | 1.423.334 | 541.846 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 787.774 | 189.871 |
| Benefícios pós-emprego | 18 | 543.325 | 610.855 |
| Provisões | 20 | 194.854 | 172.421 |
| Passivos financeiros setoriais | 7 | 575.907 | 658.055 |
| Outras contas a pagar | 12 | 23.713 | 13.067 |
| **Total do Passivo Não circulante** | | **3.643.044** | **2.284.257** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | |
| Capital social | 21.1 | 650.572 | 650.572 |
| Reservas de capital | 21.3 | 20.615 | 20.615 |
| Reservas de lucros | 21.3 | 992.724 | 741.672 |
| Outros resultados abrangentes | 21.4 | (281.003) | (329.899) |
| **Total do Patrimônio líquido** | | **1.382.908** | **1.082.961** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **6.588.861** | **5.313.967** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Receitas** | 22 | 5.245.084 | 3.804.732 |
| **Custo do serviço de energia elétrica** | 23 | | |
| Custo com energia elétrica | | (3.283.052) | (2.344.455) |
| Custo de operação | | (416.179) | (390.190) |
| Custo do serviço prestado a terceiros | | (579.688) | (384.992) |
| | | **(4.278.919)** | **(3.119.637)** |
| **Lucro bruto** | | **966.965** | **685.095** |
| **Despesas e Receitas operacionais** | 23 | | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | (60.891) | (59.968) |
| Despesas gerais e administrativas | | (121.382) | (125.068) |
| Outras despesas | | (52.630) | (79.089) |
| | | **(234.903)** | **(264.125)** |
| **Lucro antes do resultado financeiro e tributos** | | **732.062** | **420.970** |
| **Resultado financeiro** | 24 | | |
| Receitas financeiras | | 126.283 | 141.378 |
| Despesas financeiras | | (265.107) | (192.184) |
| | | **(138.824)** | **(50.806)** |
| **Lucro antes dos tributos sobre o Lucro** | | **593.238** | **370.164** |
| **Tributos sobre o lucro** | 25 | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | (82.463) | (99.874) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (66.367) | 11.967 |
| | | **(148.830)** | **(87.907)** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **444.403** | **282.257** |
| **Resultado por ação atribuível aos acionistas** | 26 | | |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) | | | |
| ON | | 75,63104 | 48,03887 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | 444.408 | 282.257 |
| **Outros resultados abrangentes** | | |
| **Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado** | | |
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | 74.084 | 127.965 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (25.189) | (43.508) |
| | **48.895** | **84.457** |
| **Resultado abrangente do exercício** | **493.303** | **366.714** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reservas de capital | Reservas de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **650.572** | **20.615** | **707.357** | **(414.355)** | **-** | **1.054.189** |
| Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2020 | | | (263.988) | | | (263.988) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 282.257 | 282.257 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 14.113 | | (14.113) | - |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | | | 9.535 | | (9.535) | - |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | (62.013) | (62.013) |
| Dividendos complementares | | | | | (11.941) | (11.941) |
| Lucro do exercício a deliberar | | | 184.655 | | (184.655) | - |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego | | | | 127.965 | | 127.965 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | (43.508) | | (43.508) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **650.572** | **20.615** | **741.672** | **(329.898)** | **-** | **1.082.961** |
| | **Capital social** | **Reservas de capital** | **Reservas de lucros** | **Outros resultados abrangentes** | **Lucros acumulados** | **Total** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **650.572** | **20.615** | **741.672** | **(329.898)** | **-** | **1.082.961** |
| Lucro líquido do exercício | | | | | 444.408 | 444.408 |
| Destinação do lucro | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 22.220 | | (22.220) | - |
| Reserva de retenção de lucros | | | 184.655 | | | 184.655 |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | | | 11.918 | | (11.918) | - |
| Reversão de reserva para destinação de dividendos | | | (40.000) | | | (40.000) |
| Dividendos intercalares - RCA de 10/09/2021 | | | | | (88.059) | (88.059) |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | | (65.297) | (65.297) |
| Lucro do exercício a deliberar | | | 72.259 | | (256.914) | (184.655) |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego | | | | 74.084 | | 74.084 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | (25.189) | | (25.189) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **650.572** | **20.615** | **992.724** | **(281.003)** | **-** | **1.382.908** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...continuação EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Geração do valor adicionado** | **7.435.220** | **5.755.318** |
| Receita operacional | 6.598.072 | 5.340.609 |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | (60.891) | (59.968) |
| Receita de construção | 579.470 | 384.575 |
| Atualização do Ativo financeiro indenizável | 200.236 | 79.904 |
| Outras receitas | 18.333 | 10.198 |
| **(-) Insumos adquiridos de terceiros** | **(4.496.517)** | **(3.274.873)** |
| Custos da energia comprada | (3.042.653) | (2.072.791) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (542.586) | (488.900) |
| Materiais | (20.316) | (18.279) |
| Serviços de terceiros | (212.325) | (185.756) |
| Custo com construção da infraestrutura | (579.470) | (384.575) |
| Outros custos operacionais | (99.167) | (124.569) |
| **Valor adicionado bruto** | **2.938.703** | **2.480.445** |
| **Retenções** | | |
| Depreciações e amortizações | (150.588) | (136.725) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **2.788.115** | **2.343.720** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 132.658 | 146.822 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **2.920.773** | **2.490.542** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 89.800 | 103.045 |
| Benefícios | 34.806 | 36.080 |
| FGTS | 8.618 | 11.710 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 791.652 | 811.629 |
| Estaduais | 1.274.252 | 1.047.352 |
| Municipais | 2.313 | 2.247 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 273.917 | 195.277 |
| Aluguéis | 1.007 | 945 |
| Remuneração de capital próprio | | |
| Juros sobre capital próprio | 65.297 | 62.013 |
| Dividendos | 88.059 | 11.941 |
| | **2.629.721** | **2.282.239** |
| Lucros retidos | 291.052 | 208.303 |
| | **2.920.773** | **2.490.542** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro | | 593.239 | 370.164 |
| **Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais** | | | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | 60.891 | 59.968 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | | (200.236) | (79.904) |
| Depreciações e amortizações | | 138.915 | 126.807 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | | 32.525 | 24.979 |
| Ativos e passivos financeiros setoriais | | 4.439 | 4.825 |
| Fornecedores - atualização monetária - Energia livre | | 3.968 | (39.118) |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | | 149.325 | 85.881 |
| Provisão para plano de benefícios pós-emprego | | 49.718 | 59.990 |
| Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | | 54.070 | 61.308 |
| Encargos setoriais - provisão e atualização monetária | | 19.114 | 14.412 |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária | | (6.137) | (4.988) |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária | | (9.776) | (13.176) |
| Outros | | 2.567 | 3.106 |
| | | **892.621** | **674.415** |
| **(Aumento) diminuição de ativos operacionais** | | | |
| Consumidores e concessionárias | | (197.283) | (139.424) |
| Ativos financeiros setoriais | | (292.407) | (30.014) |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | | 104.344 | 115.931 |
| Outros tributos compensáveis | | 182.322 | 138.149 |
| Estoques | | (9.349) | 2.048 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 5.595 | (4.115) |
| Outros ativos operacionais | | (117.283) | 22.847 |
| | | **(324.061)** | **105.414** |
| **Aumento (diminuição) de passivos operacionais** | | | |
| Fornecedores | | 132.665 | 62.001 |
| Passivos financeiros setoriais | | (72.660) | (20.873) |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | (90.465) | (104.981) |
| Outros tributos a recolher | | 18.334 | 13.921 |
| Benefícios pós-emprego | | (41.427) | (38.076) |
| Encargos Setoriais | | (15.370) | (7.444) |
| Provisões | | (31.185) | (21.676) |
| Outros passivos operacionais | | 73.803 | (8.085) |
| | | **(26.285)** | **(125.213)** |
| **Caixa proveniente das atividades operacionais** | | **542.275** | **654.616** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (95.256) | (112.023) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades operacionais** | | **447.019** | **542.593** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | |
| Adições aos Ativos da concessão | | (579.646) | (381.919) |
| Adições ao Imobilizado e Intangível | | | (1.592) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(579.646)** | **(383.511)** |
| **Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento** | | | |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | | (192.711) | (355.535) |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | | 1.564.455 | 527.229 |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures | | (813.058) | (317.786) |
| Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos | | (80.711) | (48.714) |
| Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos | | (8.368) | (9.755) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento** | 28.1 | **469.607** | **(204.561)** |
| **Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | | **335.980** | **(45.479)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 513.773 | 176.793 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 176.793 | 222.272 |
| | | **336.980** | **(45.479)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

A EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (Companhia ou EDP Espírito Santo), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória no Estado do Espírito Santo. A Companhia detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/95 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válido até julho de 2025, atuando em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 41.241 km² (cerca de 90% da área total do Estado). As atividades da Companhia são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**2 Concessão**

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

**3 Base de preparação**

**3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de janeiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

**3.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**3.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação do reconhecimento do superávit atuarial (Nota 18).

**3.4 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.6); Determinação do fornecimento não faturado (Nota 6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Notas 6 e 14); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 6.7); Apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Apuração do ativo financeiro indenizável (Nota 13.1); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 18); Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Nota 20.1); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

**3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

**Ativos financeiros e contratuais**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos de redução ao valor recuperável é a de Consumidores e concessionárias e, para mais informações sobre os critérios e premissas, vide nota 6.7.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 4.5), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requeressem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

**3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

**3.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC**

| Norma | Descrição da alteração | Correlação IASB | Natureza | Data da vigência |
|---|---|---|---|---|
| Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos | Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). | IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. | Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas do fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato) | IAS 37 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 27 - Ativo Imobilizado | Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo | IAS 16 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3. | IFRS 3 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis | Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2) | IAS 1 / IFRS 2 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma. | IAS 1 / IFRS 2 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão do Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação | As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. | IAS 12 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 50 - Contratos de seguro | Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. | IFRS 17 | Pronunciamento | 01/01/2023 |

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**4 Eventos significativos do exercício**

**4.1 Captações e liberações de recursos**

Durante o exercício de 2021 a Companhia obteve os seguintes recursos:

| Fonte | Data da liberação | Vencimento | Valor | Custo da dívida | Finalidade |
|---|---|---|---|---|---|
| Cédula de Câmbio - MFUG | jan/21 | jan/23 | 300.000 | CDI + 1,13% a.a. | Capital de Giro |
| Debêntures - 10ª Emissão | fev/21 | jul/25 | 500.000 | CDI + 1,15% a.a. (*) | Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021 |
| Debêntures - 11ª Emissão | ago/21 | jul/25 | 400.000 | CDI + 1,25% a.a. | Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro |
| Nota Promissória 2ª Emissão | nov/21 | nov/23 | 350.000 | CDI + 1,20% a.a. | Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro |
| EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação) (**) | jul/21 | jan/23 | 9.000 | 100,3% do CDI | Contratos de mútuo |
| EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação) (**) | jul/21 | jan/23 | 16.000 | 100,3% do CDI | Contratos de mútuo |

(*) A debênture da Companhia foi captada a IPCA + 3,28% e foi efetuado swap para CDI, como demonstrado acima. Maiores informações vide nota 27.1.3.

(**) Os contratos de mútuo junto à controladora foram integralmente liquidados até a conclusão destas demonstrações financeiras.

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 16 e 17.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**4.2 Reajuste Tarifário Anual**

Em 03 de agosto de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.918, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual aplicado pela Companhia a partir de 07 de agosto de 2021.

O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,75%, sendo 6,89% para as unidades consumidoras atendidas em alta e média tensão e 9,81% para os clientes do subgrupo B1.

No processo de Reajuste Tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela Companhia (Parcela B), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela A) e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes. A parcela B foi ajustada em 46,08%, resultando em R$1.466.485. O IGP-M apurado para o período tarifário foi de +33,75% e o Fator X foi de -0,13%. O Fator X é composto das parcelas "Pd" (ganhos de produtividade) de 1,12%, "T" (trajetória para adequação dos custos operacionais) de -1,05% e "Q" (incentivo à qualidade) de -0,20%.

Nos encargos setoriais, em relação à CDE Conta-covid foi considerado o valor de R$87.916 referente à amortização da operação de crédito destinada ao setor elétrico para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 (Nota 4.5), nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020 (Nota 4.5.1).

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R$10.041, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela Companhia no período tarifário de 2020 a 2021. Os itens financeiros também consideram a devolução de R$156.493 de créditos tributários de PIS e COFINS habilitados e compensados pela Companhia perante a Receita Federal do Brasil (Nota 8.3.2).

**4.3 Não incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização pela Selic dos indébitos tributários recebidos da União**

Em 24 de setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que não incidem IRPJ e CSLL sobre a receita de atualização monetária dos indébitos tributários recebidos da União (Taxa Selic).

A Companhia é parte, com outras Companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil, de mandado de segurança que objetiva o reconhecimento do direito de não recolher o IRPJ e a CSLL sobre os valores referentes à aplicação de juros de mora e correção monetária, relativos aos indébitos tributários passíveis de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação (judicialmente ou administrativamente), além do direito ao aproveitamento dos créditos dos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data de ajuizamento da ação judicial.

Em dezembro de 2021, com o entendimento dos assessores jurídicos da probabilidade acerca do tema na Companhia, e com base no CPC 32, foi efetuado o registro de R$9.647 de principal (Nota 25) e R$1.265 de atualização monetária (Nota 24).

**4.4 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos**

| Publicação | Descrição | Status |
| --- | --- | --- |
| Medida Provisória - MP nº 1.055 de 28 de junho de 2021 | A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica.<br>O Ministério de Minas e Energia (MME), com a melhora da expectativa de chuvas ao final do ano de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir. | Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG teria duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP caducou, bem como ocorreu o fim da CREG. |
| Bandeiras tarifárias - taxas de acionamento e adicionais | Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos os novos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888/2021, alterando de R$1,343 para R$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R$4,169 para R$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R$6,243 para R$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos. | Valores vigentes desde 1º de julho de 2021 |
| | Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica em 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da bandeira Escassez Hídrica é de R$14,20 a cada 100 kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social que deverá ser aplicado a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021.<br>Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2 da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG. | Valores vigentes desde 1º de setembro de 2021 à abril de 2022. |
| Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021 | A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i)prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica. | Esta MP entrou em vigor no dia 13 de dezembro de 2021, data de sua publicação. |
| Resolução Normativa - REN nº 02 de 31 de agosto de 2021 | A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa de que trata o caput será implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento), apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. | Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. A Companhia reconheceu o montante de R$59.807 referente a este subsídio em dezembro de 2021 (Nota 12.2.1). |

**4.5 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

**4.5.1 Medidas de Assistência Governamental iniciadas em 2020 com impactos no exercício de 2021**

| Publicação | Descrição | Status |
| --- | --- | --- |
| Resoluções Normativas - REN ANEEL nº 878 de 24/03/2020, nº 886 de 15/06/2020 e nº 891 de 21/07/2020 | A REN ANEEL nº 878 visava estabelecer a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da COVID-19, tendo como principal a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, conforme Decretos nº 10.282 e nº 10.288, de 2020 e o art. 11 da REN ANEEL nº 414/2010, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica e das classes residenciais rural e baixa renda.<br>A REN ANEEL nº 891 revisou a REN ANELL nº 878, tendo como novas regras a partir de 1º de agosto de 2020: (i) diversas atividades de prestação de serviços ao consumidor devem ser retomadas pelas distribuidoras; (ii) manter a vedação de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como Baixa Renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia; e (iii) volta a ser permitida a possibilidade de cortes de energia por falta de pagamento para consumidores residenciais e serviços e atividades considerados essenciais, onde a distribuidora deve enviar ao consumidor nova notificação sobre existência de pagamentos pendentes, ainda que já tenha encaminhado em período anterior para o mesmo débito. | Revogadas pela REN ANEEL nº 928/21 (Nota 4.5.2) |
| Resolução Normativa - REN ANEEL nº 885 de 23/06/2020 (Conta-covid) | A REN ANEEL nº 885, aprovou a regulamentação do Decreto nº 10.350/2020 da Conta-covid. A conta foi instituída pela MP nº 950, com objetivo de dar liquidez financeira ao setor e aliviar os consumidores de impactos tarifários no ano de 2020. A dinâmica da referida conta está fundamentada em antecipar ativos setoriais constituídos pelas empresas e que já seriam repassados às tarifas dos consumidores nos processos ordinários. Dessa forma, a operação garantiu o repasse desses ativos setoriais às distribuidoras, permitindo a manutenção da fluidez financeira da cadeia do setor elétrico, de maneira que, ao mesmo tempo, evitou impactos tarifários elevados aos consumidores nos processos tarifários de 2020, cujos custos da Conta-covid deverão ser diluídos num prazo de 54 meses. O total de recursos disponíveis para a operação foi de até R$16,2 bilhões.<br>Em 03 de julho de 2020 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em reunião do Conselho de Administração, realizado naquela data, foi decidido pela adesão ao Termo de Aceitação da REN ANEEL nº 885, referente ao Decreto nº 10.350/2020. O valor total requerido pela Companhia foi de R$219.423, referente a Ativos Regulatórios de Parcela A, sendo os limites de recebimento calculados pela ANEEL tendo como referência os itens de mercado e inadimplência.<br>Os recursos da Conta-covid foram repassados à Companhia através de operação financeira sob coordenação da CCEE em 31 de julho de 2020, incorporados como componente financeiro negativo na base do Reajuste Tarifário Anual, cuja contribuição para amenizar o efeito para os consumidores foi de -6,64%. | A definição dos prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE, realizou-se por meio do Despacho - DSP ANEEL nº 181/21 (Nota 4.5.2) |

**4.5.2 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021**

Durante o exercício de 2021, foram homologados os seguintes normativos que impactaram a Companhia:

| Publicação | Descrição | Status |
| --- | --- | --- |
| Despachos - DSP ANEEL nº 181 de 27/01/2021 e nº 939 de 05/04/2021 | O DSP ANEEL nº 181, definiu os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE devido pela Companhia no âmbito da Conta-covid, visando a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE para ajudar o caixa das distribuidoras, conforme os termos da REN ANEEL nº 885/2020. O encargo mensal total é de aproximadamente R$429 milhões às distribuidoras que aderiram ao Termo de Aceitação da referida Resolução e devem ser recolhidos mensalmente à CCEE a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente.<br>O DSP ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da REN ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R$491 milhões. | O valor do recolhimento destinado à Companhia da Cobertura Tarifária Anual é de R$87.916 e o valor do Encargo Mensal é de R$7.326, oriundo do DSP ANEEL nº 939/21 |
| Resoluções Normativas - REN ANEEL nº 928 de 26/03/2021 e nº 936 de 15/06/2021 | A REN ANEEL nº 928 visou estabelecer medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da COVID-19, tendo como principal a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, conforme Resolução Normativa nº 414/2010, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica e das classes residenciais de baixa renda (Nota 4.5.4.1). Esta Resolução teve vigência da data de sua publicação até 30 de junho de 2021 e foi prorrogada por meio da REN ANEEL nº 936. | A REN ANEEL nº 936/21 teve vigência da data de sua publicação até 30 de setembro de 2021. |
| Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021 | A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Companhia, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência toma as providências necessárias para a liberação de R$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19. | O percentual de repasse de EE da Companhia destinado à CDE é de 30% (Nota 19) |
| Resolução Normativa - REN ANEEL nº 932 de 27/04/2021 | A REN ANEEL nº 932 aprovou as compensações não pagas tempestivamente aos consumidores conforme Resolução Normativa nº 928/2021 devem ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e que o art. 126 da Resolução Normativa nº 414/2010 deve ser alterado de modo que a atualização monetária de débitos dos consumidores também seja feita com base no IPCA para faturas emitidas a partir de 1º de junho de 2021. | A REN ANEEL nº 932/21 entrou em vigor em 1º de junho de 2021. |
| Medida Provisória - MP nº 1.066 de 02 de setembro de 2021 | Foi publicada a Medida Provisória - MP nº 1.066 em que prorroga o prazo para recolhimento de PIS e COFINS, às distribuidoras de energia elétrica, relativos às competências dos meses de agosto, setembro e outubro de 2021, ficam postergados para os respectivos prazos de vencimento devidos na competência do mês de novembro de 2021. | A Companhia aderiu ao novo prazo de vencimento conforme esta MP |
| Resolução Normativa - REN nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021 | A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e 3 terão revogação parcial. | A REN nº 1.000/21 publicada em dezembro de 2021 terá efeitos à partir do 1º trimestre de 2022. |
| Resolução Homologatória - REH nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021 | A REH ANEEL nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Companhia deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R$54.505 mensais conforme consta do Anexo I da referida Resolução. | A REH nº 3.004/21 publicada em dezembro de 2021 terá efeito à partir de Janeiro de 2022. |

**4.5.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil para mitigação dos impactos da COVID-19**

Desde 2020, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil atuou de forma tempestiva seguindo uma estratégia dividida em três fases chamada de 3Rs (Reação, Recuperação e Reformulação), a fim de mitigar os impactos da COVID-19, focado na adaptação frente ao novo cenário. Na fase Reação, o Grupo criou um Comitê de Crise e definiu três prioridades de atuação no combate à crise: (i) proteger vidas; (ii) proteger a Companhia; e (iii) apoiar a sociedade. Na fase Recuperação, foi criado o Plano de Recuperação de Resultados, composto por 57 iniciativas destinadas a recuperar e garantir o desempenho econômico-financeiro. Na fase Reformulação, foi criado o Comitê de Oportunidades, no qual foram definidas 7 áreas de atualização, com um olhar voltado para o futuro, a fim de encontrar novas oportunidades a partir dos aprendizados trazidos pela crise.

Em apoio à sociedade, durante 2020, o Grupo EDP - Energias do Brasil destinou mais de R$10 milhões à compra de respiradores e EPIs para a rede pública de saúde, à realização de obras elétricas de hospitais de campanha e à doação de 350 toneladas de alimentos e kits de higiene pessoal a comunidades vulneráveis e povos indígenas. Ao todo, essas iniciativas beneficiaram mais de 400 mil pessoas em todo o Brasil.

Diante da continuidade da pandemia, diversas iniciativas criadas no decorrer de 2020 oriundas do Comitê de Crise se mantêm para 2021, entre elas o Programa de Home Office Preventivo, os Planos de Contingências Operacionais para as Unidades de Negócio, adoção das Regras que Salvam Vidas-COVID-19, monitoramento dos casos suspeitos, entre outras ações necessárias para a proteção das pessoas e redução do impacto no negócio. As ações voltadas à sociedade também se mantêm, tendo como iniciativas realizadas no decorrer de 2021:

(i) expansão dos serviços disponíveis por vídeo atendimento e incentivo no uso dos canais virtuais, a fim de diminuir a necessidade de utilização das agências de atendimento presencial e locais físicos para pagamento de contas;

(ii) investimento mais de R$1,7 milhão para levar mais eficiência energética a 8 hospitais públicos nas cidades de São José dos Campos, Jacareí, Lorena, Caraguatatuba, Suzano e Guarulhos;

(iii) contratação de 386 profissionais entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e auxiliares de enfermagem para o atendimento de pacientes infectados com o novo coronavírus no Hospital das Clínicas de São Paulo, em uma ação conjunta com as empresas BTG Pactual, Cosan e Eurofarma. Esta parceria colaborou com a doação em torno de R$7,9 milhões para este fim;

(iv) doação de 60 leitos pós-UTI ao governo do Espírito Santo, em parceria com as empresas Suzano e Águia Branca;

(v) doação de 4.250 oxímetros de dedo portáteis digitais, utilizados para medir a saturação de oxigênio no sangue, ao governo do estado do Espírito Santo, através da Federação das Indústrias do Espírito Santo - Findes, em conjunto com Fortlev, Nestlé/Garoto, Buaiz, Villoni, Mondelez, Selita, Frisa, Real Café e Unilever;

(vi) doação de mais de 8.500 máscaras tipo PFF2/n95 para o Hospital Maternidade São Camilo, em Aracruz. Os itens de proteção foram destinados aos profissionais que atuam na linha de frente no combate à Covid-19;

(vii) doação de R$300 mil em equipamentos, cilindros de oxigênio e 1.800 cestas básicas às Secretarias de Saúde do Ceará (SESA) e de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS); e

(viii) doação de 332 mil máscaras cirúrgicas, 56 mil luvas de proteção e 25,7 mil máscaras PFF2/n95 para a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins.

**4.5.4 Impacto nas demonstrações financeiras**

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia nos próximos exercícios, cujos principais estão destacados abaixo:

**4.5.4.1 Vedação da suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência**

A vedação da suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplência iniciou novamente a partir de 26 de março de 2021, e foi mantida até 30 de setembro de 2021 por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 928 e nº 936 (Nota 4.5.2). Neste sentido a Administração da Companhia demonstra as premissas adotadas na nota 6.7.

**4.5.4.2 Sobrecontratação de energia**

Com o cenário de pandemia decorrente da COVID-19 (Nota 4.5), existiu uma excepcional redução no mercado brasileiro de distribuição de energia elétrica substancialmente para o exercício de 2020, ocasionando assim, uma sobrecontratação da energia contratada. Em 18 de maio de 2020, por meio do Decreto nº 10.350 da ANEEL, esta sobrecontratação foi considerada como exposição contratual involuntária das distribuidoras de energia elétrica e em 23 de novembro de 2021, a diretoria da ANEEL deliberou o resultado da Consulta Pública nº35, definindo que a sobrecontratação pelo Covid para os anos de 2020 e 2021 aplicasse a carga declarada nos Leilões A-1 e A-2 de 2019 como cargas previstas para 2020 e 2021 (Nota 27.2.2.1).

Para o segundo semestre de 2021, o agravamento do cenário de crise hídrica e o crescimento de mercado acima das projeções impactaram momentaneamente as estratégias definidas para o ano. Nesse sentido, a Companhia declarou déficit no MCSD de julho a dezembro de 2021 que foram atendidos pelo Mecanismo. Dessa forma, foram adquiridos pela Companhia 113 MWm, visando a proteção de seus fluxos de caixa.

Adicionalmente aos efeitos do Decreto acima, a sobrecontratação do exercício de 2021 oriunda substancialmente da estratégia da Administração da Companhia para proteção de entrega a seus clientes, além de proteger dos aumentos no PLD (que teve valor médio de R$279,61/MWh (Submercado SE/CO) no exercício de 2021, quando para o mesmo período de 2020, para o mesmo submercado, alcançou a média de R$177,7/MWh) resultou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o impacto negativo de R$19.963 na Companhia (Nota 27.2.2.1).

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| --- | --- | --- | --- |
| Bancos conta movimento | | 26.379 | 40.575 |
| Aplicações financeiras | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 5.1 | 480.663 | 136.084 |
| Operações compromissadas lastreadas em Debêntures | 5.2 | 3.731 | |
| Fundos de investimento | 5.3 | | 134 |
| | | **487.394** | **136.218** |
| **Total** | | **513.773** | **176.793** |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. No caso dos fundos de investimento, o valor justo está refletido no valor de sua cota.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. Em se tratando do fundo de investimento, não há concentração de risco em um único banco administrador ou gestor,

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

tendo em vista que o risco é pulverizado nos ativos da carteira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito, e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

**5.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB**

As aplicações financeiras em CDBs estão remuneradas a taxas que variam entre 96,50% e 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**5.2 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures**

Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxas que variam entre 92,00% e 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**5.3 Fundos de investimento**

A Companhia constituiu um Fundo de Investimento Restrito denominado "Discos Renda Fixa Fundo de Investimento Longo Prazo", administrado pelo Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de diversificar as opções de aplicações financeiras além de obter maior eficiência e melhor rentabilidade com menor nível de risco. Esse investimento não atende o critério de consolidação uma vez que esses investimentos não são exclusivos e possuem outros investidores participantes.

Este fundo possuía liquidez diária e remuneração pós fixada com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de baixíssimo risco e com alta liquidez. As cotas do fundo estão custodiadas junto ao administrador.

As operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais foram classificadas como Equivalentes de caixa, uma vez que possuem liquidez imediata com o emissor. Devido a maior diversidade de tipos de investimento, que têm se mostrado mais atrativos em relação ao fundos, foi efetuado o resgate no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**6 Consumidores e concessionárias**

| | | Valores correntes | | | | | | | Valores renegociados | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | A vencer | Vencidos | | | | | | À vencer | | Vencidos | | | | |
| | Nota | Até 60 dias | Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | PECLD (Nota 6.7) | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 60 dias | Mais de 60 dias | PECLD (Nota 6.7) | Saldo líquido em 31/12/2021 | Saldo líquido em 31/12/2020 |
| **Circulante** | | | | | | | | | | | | | | |
| Consumidores | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | 6.1 | | | | | | | | | | | | | |
| Residencial | | 116.490 | 136.152 | 20.672 | 26.822 | 125.540 | (125.816) | 8.325 | 18.349 | 5.650 | 25.880 | (33.951) | 324.293 | 273.741 |
| Industrial | | 10.124 | 11.316 | 1.588 | 2.451 | 18.568 | (8.766) | 656 | 2.083 | 646 | 7.621 | (1.502) | 46.985 | 69.074 |
| Comércio, serviços e outras atividades | | 46.207 | 32.497 | 6.377 | 10.553 | 52.719 | (47.345) | 2.336 | 4.285 | 1.287 | 8.829 | (9.681) | 108.364 | 120.974 |
| Rural | | 39.231 | 28.589 | 6.875 | 5.244 | 29.646 | (30.399) | 4.531 | 10.587 | 1.201 | 3.923 | (5.378) | 94.350 | 77.122 |
| Poder público | | | | | | | | | | | | | | |
| Federal | | 1.211 | 216 | 49 | 65 | 74 | (119) | 1 | 1 | 1 | 2 | (1) | 1.500 | 3.738 |
| Estadual | | 2.333 | 199 | 37 | 583 | 280 | (253) | 107 | 17 | 72 | 11 | (24) | 3.382 | 7.128 |
| Municipal | | 10.358 | 1.529 | 632 | 929 | 1.390 | (1.394) | 58 | 51 | 30 | 56 | (23) | 13.919 | 14.007 |
| Iluminação pública | | 4.680 | 740 | 43 | 40 | 2.398 | | 1.274 | 3.762 | 131 | 862 | | 13.930 | 29.323 |
| Serviço público | | 11.875 | 1.079 | 124 | 855 | 293 | (804) | 292 | 254 | 145 | 230 | (179) | 14.365 | 14.228 |
| Serviços Cobráveis | | 73 | 309 | 281 | 491 | 2.865 | (2.279) | | | | | | 1.740 | 2.007 |
| Fornecimento não faturado | 6.2 | 266.167 | | | | | (1.727) | | | | | | 264.440 | 156.848 |
| (-) Arrecadação em processo de reclassificação | | (125) | | | | | | | | | | | (125) | (8.502) |
| Outros créditos | 6.3 | 28.573 | | | | | | | | | | | 28.573 | 28.573 |
| | | **537.197** | **212.626** | **36.678** | **45.033** | **233.776** | **(215.602)** | **17.780** | **39.389** | **9.163** | **47.394** | **(50.738)** | **915.696** | **788.257** |
| Concessionárias | | | | | | | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 6.4 | 17.304 | | | | | | | | | | | 17.304 | 274 |
| Energia de curto prazo | 6.5 | 3.988 | | | | | | | | | | | 3.983 | - |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 3.003 | | | | | | | | | | | 3.003 | 5.232 |
| Outros créditos | | 9.703 | | | | | | | | | | | 9.703 | 16.782 |
| | | **33.998** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **33.998** | **22.288** |
| **Total Circulante** | | **571.195** | **212.626** | **36.678** | **45.033** | **233.776** | **(215.602)** | **17.780** | **39.389** | **9.163** | **47.394** | **(50.738)** | **949.694** | **810.545** |

| | | Corrente vencida | | Renegociados a vencer | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Não circulante** | | Mais de 360 dias | PECLD (Nota 6.7) | Mais de 360 dias | PECLD (Nota 6.7) | Saldo líquido em 31/12/2021 | Saldo líquido em 31/12/2020 |
| Consumidores | | | | | | | |
| Fornecimento faturado | | | | | | | |
| Residencial | | | | 11.689 | (7.084) | 4.605 | 3.614 |
| Industrial | | 693 | (693) | 378 | (121) | 257 | 1.534 |
| Comércio, serviços e outras atividades | | | | 4.279 | (3.441) | 838 | 2.003 |
| Rural | | | | 1.498 | (791) | 707 | 1.215 |
| Poder público | | | | | | | |
| Municipal | | | | 23 | | 23 | 9 |
| Iluminação pública | | | | 2.457 | | 2.457 | 3.350 |
| Serviço público | | | | 32 | (10) | 22 | - |
| (-) Ajuste a valor presente | 6.6 | | | (582) | | (582) | (1.185) |
| **Total Não circulante** | | **693** | **(693)** | **19.744** | **(11.357)** | **8.387** | **10.540** |

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O saldo de Concessionárias refere-se à: (i) concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; e (ii) valores a receber relativos à energia comercializada e encargos na CCEE.

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a Companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

**6.1 Fornecimento faturado**

A variação observada refere-se substancialmente aos reflexos do último reajuste tarifário com aumento da Parcela B (Nota 4.2).

**6.2 Fornecimento não faturado**

O aumento do fornecimento não faturado é observado, principalmente, em decorrência da aplicação da Resolução ANEEL nº 863/2019, a partir de janeiro de 2021, onde os consumidores do grupo A, Livres e avençados incluindo o grupo B4 de iluminação pública, passaram a serem medidos no período do mês civil e toda energia passa a ser contabilizada como fornecimento não faturado. Adicionalmente, houve impactos do último reajuste tarifário com aumento da parcela B (Nota 4.2).

**6.3 Outros créditos - Consumidores**

Do saldo em 31 de dezembro de 2021 de R$28.573 (R$28.573 em 31 dezembro de 2020), R$27.415 (R$27.415 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a Companhia possui um passivo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$28.562 (R$28.553 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 19).

**6.4 Suprimento de energia elétrica**

A variação do suprimento de energia elétrica observada, quando comparada a dezembro de 2020, ocorreu devido ao aumento da carga de energia elétrica comercializada no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE, decorrente da rodada extraordinária em dezembro de 2021 (Nota 27.2.2.1), com objetivo de alocação das sobras de energia do exercício, uma vez que o MVE é o instrumento de gestão de excedente de energia para a Companhia.

**6.5 Energia de curto prazo**

O aumento observado deve-se às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pelo aumento da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, adicionado ao efeito decorrente do cenário de crise hidrológica (Nota 4.4), ocasionando um aumento dos encargos associados a esta operação. Adicionalmente ocorreram exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos nos dois exercícios (Nota 4.5.4.2).

**6.6 Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias da Companhia. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a taxa corresponde a 12,26% a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R$604 (R$2.230 em 2020) (Nota 24).

**6.7 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD**

A PECLD foi registrada sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe do consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do período corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central, sendo segregada pelo consumo regular e irregular. Para a PECLD dos recebíveis renegociados, os percentuais são aplicados com base nos vencimentos originais de cada documento renegociado.

| | Saldo em 31/12/2020 | PECLD esperada Ao longo da vida | Revisão de risco (*) PECLD | Resultado de perdas | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Consumidores** | | | | | |
| Residencial | (165.630) | (40.415) | 9.824 | 29.570 | (166.651) |
| Industrial | (9.489) | (1.763) | (3.396) | 5.566 | (9.082) |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | (54.651) | (9.830) | (4.624) | 8.941 | (60.167) |
| Rural | (34.641) | (11.147) | 6.167 | 3.443 | (36.178) |
| Poder Público | (1.566) | (195) | 10 | 237 | (1.514) |
| Iluminação Pública | - | | (588) | 588 | - |
| Serviço Público | (279) | (264) | (269) | 20 | (792) |
| Serviços Cobráveis | (1.923) | | (356) | | (2.279) |
| Não faturado | (1.864) | 137 | | | (1.727) |
| **Total** | **(270.043)** | **(63.480)** | **6.768** | **48.365** | **(278.390)** |
| Circulante | (254.079) | | | | (266.340) |
| Não circulante | (15.964) | | | | (12.050) |

(*) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Com base nos estudos realizados pela Companhia, segue abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

| | PECLD esperada 31/12/2021 | | | | PECLD esperada 31/12/2020 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consumo regular | | Consumo irregular – Clientes ativos | | Consumo regular | | Consumo irregular – Clientes ativos | | Consumo irregular – Demais clientes | |
| | Baixa tensão | Média e Alta tensão | Baixa tensão | Média e Alta tensão | Baixa tensão | Média e Alta tensão | Baixa tensão | Média e Alta tensão | Baixa tensão | Média e Alta tensão |
| **Consumidores** | | | | | | | | | | |
| Residencial | 1,60% | n/a | 13,01% | n/a | 1,60% | n/a | 13,01% | n/a | 33,41% | n/a |
| Industrial | 1,77% | n/a | 27,28% | 7,37% | 1,77% | n/a | 27,28% | 7,37% | 24,92% | 17,28% |
| Comércio, Serviços e Outras Atividades | 1,02% | 0,46% | 20,79% | n/a | 1,02% | 0,49% | 20,79% | n/a | 21,84% | n/a |
| Rural | 1,84% | 0,01% | 10,94% | n/a | 1,84% | 0,01% | 10,94% | n/a | 23,56% | n/a |
| Poder Público | 0,16% | n/a | 24,75% | n/a | 0,16% | n/a | 24,75% | n/a | 28,12% | n/a |
| Iluminação Pública | n/a | n/a | n/a | n/a | n/a | n/a | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Serviço Público | 0,08% | 0,18% | n/a | n/a | 0,08% | 0,18% | n/a | n/a | n/a | n/a |

Apesar da Resolução Normativa da ANEEL nº 936/21 (Nota 4.5.2) que estendeu até 30 setembro de 2021, o prazo de 30 para 120 dias para suspensão de energia de consumidor cativo inadimplente e mantém a suspensão para clientes classificados como Baixa Renda, a referida resolução não extingue o débito, prevendo inclusive a cobrança de juros de mora e multa, no caso de atraso.

Para fins de PECLD, relativo aos efeitos da COVID-19 para a Companhia (Nota 4.5.4.1),a Administração da Companhia adotou como prática, complementar aos critérios citados acima, as seguintes premissas de mensuração:

- A aplicação mensal de matriz de inadimplência para o cenário 2021, com bases em análises de arrecadação;
- Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz, passou a ser de 4 meses;
- Revisão do risco de crédito do consumo irregular, com base nas informações históricas de clientes;
- Atualização do risco de crédito pelo cenário econômico atual considerando projeção dos parâmetros do indicador de inadimplência do Banco Central; e
- Alongamento de toda a carteira de recebíveis do período de arrecadação de 40 para 60 meses, que representa o prazo máximo regulatório para cobrança dos clientes, já que se espera um maior prazo para a recuperabilidade dos recebíveis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração nas premissas de mensuração citadas acima, decorrente das Resoluções Normativas ANEEL nº 928/21 e nº 936/21, que teve sua vigência encerrada em 30 de setembro de 2021 (Nota 4.5.2).

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

**7 Ativos e passivos financeiros setoriais**

| | Saldo em 31/12/2020 | Apropriação | Amortização (i) | Atualização monetária | Saldo em 31/12/2021 | Circulante | Não circulante | Valores em Amortização IRT (*) 2021 | Valores em constituição IRT (*) 2022 | IRT (*) 2023 | Indeterminado (**) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CVA** | | | | | | | | | | | |
| Compra de energia (ii) | (12.446) | 46.035 | 11.633 | 4.487 | 49.709 | 91.029 | (41.320) | (5.301) | 55.010 | | |
| Custo da Energia de Itaipu (iii) | 112.584 | 173.757 | (57.295) | 7.611 | 236.657 | 167.457 | 69.200 | 118.028 | 118.629 | | |
| PROINFA | 454 | 10.295 | (2.402) | (132) | 8.215 | 5.961 | 2.254 | 4.351 | 3.864 | | |
| Transporte Rede Básica | 27.645 | 24.652 | (15.829) | 1.796 | 38.265 | 31.660 | 6.605 | 26.941 | 11.324 | | |
| Transporte de Energia - Itaipu | 3.182 | 5.058 | (1.823) | 212 | 6.429 | 4.605 | 2.024 | 3.159 | 3.470 | | |
| Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (iv) | 25.290 | 218.021 | (19.113) | 2.286 | 226.484 | 110.522 | 115.962 | 27.691 | 198.793 | | |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (v) | 20.913 | (101.756) | 16.637 | (2.120) | (66.326) | (48.135) | (18.191) | (35.139) | (31.187) | | |
| | **177.623** | **376.062** | **(58.192)** | **14.180** | **499.633** | **363.099** | **136.534** | **139.730** | **359.903** | - | - |
| **Itens financeiros** | | | | | | | | | | | |
| Sobrecontratação de energia (vi) | 22.684 | (15.913) | (4.193) | 5.866 | 7.444 | 14.605 | (7.161) | 19.719 | (12.275) | | |
| Neutralidade da Parcela "A" | 1.457 | (13.528) | (4.442) | (207) | (16.720) | (29.421) | 12.701 | (32.780) | 16.060 | | |
| Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (vii) | (95.812) | (30.916) | 55.711 | (525) | (71.542) | (16.213) | (55.329) | (16.213) | (40.765) | (14.564) | |
| Risco Hidrológico (viii) | (122.073) | (161.043) | 125.734 | (1.423) | (158.805) | (99.485) | (59.320) | (93.553) | (65.252) | | |
| Outros | 61.879 | 35.997 | (60.544) | (294) | 37.038 | 24.388 | 12.650 | 29.259 | 7.779 | | |
| | **(131.865)** | **(185.403)** | **112.296** | **3.417** | **(202.585)** | **(106.126)** | **(96.459)** | **(93.568)** | **(94.453)** | **(14.564)** | - |
| **PIS e COFINS** | | | | | | | | | | | |
| PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04 | 46.943 | | (27.027) | | 19.913 | 19.913 | | | 19.913 | | |
| Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 8.3.2) | (688.233) | (1.798) | 160.162 | (21.996) | (551.865) | (226.577) | (325.288) | (89.360) | (137.217) | | (325.288) |
| | **(641.290)** | **(1.798)** | **133.135** | **(21.996)** | **(531.952)** | **(206.664)** | **(325.288)** | **(89.360)** | **(117.304)** | - | **(325.288)** |
| **Total** | **(595.535)** | **187.861** | **177.290** | **(4.439)** | **(234.904)** | **50.309** | **(285.213)** | **(43.198)** | **148.146** | **(14.564)** | **(325.288)** |
| Ativo Circulante | 133.827 | | | | 276.885 | 276.885 | | | | | |
| Ativo Não circulante | 121.642 | | | | 290.694 | | 290.694 | | | | |
| Passivo Circulante | 192.949 | | | | 226.576 | 226.576 | | | | | |
| Passivo Não circulante | 658.055 | | | | 575.907 | | 575.907 | | | | |

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário.
(**) Aguarda minuta da ANEEL sobre procedimentos para devolução aos consumidores.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

• Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela distribuidora classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

• Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da distribuidora, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional da Companhia receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na Companhia, ocorrem em 7 de agosto.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

• **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA:** É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e

• **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos; e Risco Hidrológico, entre outros apurados em procedimentos tarifários.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os itens financeiros, os valores de amortizações mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do período, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

**7.1 Efeitos relevantes no exercício**

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2020 somava um valor de R$595.535, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2021 soma um valor de R$234.904. A variação no exercício no montante de R$360.631 foi causada pelos seguintes motivos:

(i) Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R$177.209 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.

(ii) Compra de Energia: A variação da apropriação deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético atual do Setor Elétrico Brasileiro, impactado principalmente pela Crise Hídrica, em decorrência das baixas afluências verificadas e os níveis dos reservatórios. Os reflexos dessa crise estão representados no alto despacho termelétrico verificado no exercício, além dos custos de Risco Hidrológico (Usinas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR) que são repassados aos consumidores por intermédio da Companhia. Nesse sentido, o valor em apropriação representa os custos adicionais aos previstos na Cobertura Tarifária, já considerando a receita das Bandeiras Tarifárias. Esses custos serão repassados aos consumidores nos processos tarifários futuros da Companhia.

(iii) Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente à Companhia são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2020 da Companhia, realizado agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R$5,33 para a definição da cobertura tarifária. Já para o processo de tarifário de 2021, a premissa considerada foi de R$5,10. Ocorre que a taxa cambial do dólar verificada no exercício em análise sofreu variações, contribuindo para a formação do resultado em análise. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da Companhia previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no período foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório.

(iv) Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos à Companhia no exercício mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas com CVU (Custo Variável Unitário, que corresponde à receita recebida por térmicas quando despachadas) superior ao PLD teto, além de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.4.

(v) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: A Resolução Homologatória ANEEL nº 2.644 de 2019 definiu os montantes de quotas da CDE para o ano de 2020, cujos montantes foram considerados como cobertura tarifária no Reajuste Tarifário de 2020 da Companhia. Posteriormente, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 72/2020, objetivando obter subsídios para a definição das quotas da CDE de 2021, resultando na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.864 de 2021. As quotas pagas pelos agentes em 2021 reduziram cerca de 3% com relação ao ano de 2020, contribuindo para a formação de passivo setorial a ser revertido às tarifas. Além disso, a Companhia protocolou recurso administrativo à ANEEL em fevereiro de 2020, requerendo que a Agência repassasse erro material constatado no salário das quotas do ano civil de 2020, que elevou seus custos de CDE. A ANEEL decidiu por acatar o pedido, conforme Despacho nº 2.311/2020, repercutindo os efeitos nas quotas de 2021, contribuindo significativamente para a formação dos valores em análise.

(vi) Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no exercício é representada pelo significativo aumento do PLD decorrente da Crise Hídrica (Nota 4.4), impactando parte da energia sobrecontratada da Companhia que é repassável ao consumidor em 61,94 MWm.

Em adição à Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, foi encerrada a fase de contribuição da Consulta Pública ANEEL nº 35/2020, instaurada para aprimoramento de mecanismos relativos à reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, advindos da elevação de custos e frustração de receitas originado do estado de calamidade pública determinado pelo Decreto Legislativo nº 6 em decorrência da pandemia da COVID-19 (Nota 4.5).

A ANEEL definiu a metodologia de recomposição econômica dos impactos da crise do COVID-19, por meio da finalização da 3ª fase da Consulta Pública 35/2020, considerando os impactos de redução de mercado e inadimplência. A recomposição do equilíbrio econômico será realizado mediante Revisão Tarifária Extraordinária, por iniciativa e evidenciação da distribuidora, a respeito dos impactos da COVID-19.

Adicionalmente, em referência ao Despacho nº 2.508/2020 emitidos pelas Superintendências de Regulação de Mercado (SRM) e Gestão Tarifária (SGT), no qual publicou os montantes de involuntariedade das sobrecontratações dos anos de 2016 e 2017, a Companhia e a ABRADEE interpuseram Recursos Administrativos com o objetivo de: (a) revisar o critério utilizado pelas Superintendências na apuração do máximo esforço, de maneira a reconhecer a voluntariedade na sobrecontratação do ano de 2017, conforme regulamentação vigente; e (b) solicitar a suspensão dos efeitos do referido Despacho, enquanto não apreciado o mérito dos recursos. No que compete à revisão do critério de máximo esforço, a ANEEL deverá avaliar o mérito dos Recursos Administrativos apresentados, cuja decisão competirá à Diretoria Colegiada da Agência. Com relação ao segundo ponto, a diretoria da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.897/2020 negando a concessão de efeito suspensivo aos Recursos Administrativos. Portanto a Companhia espera decisão favorável nesse processo, expectativa essa corroborada por opinião legal externa contratada pela ABRADEE.

Por fim, vale ressaltar que no Reajuste Tarifário de 2018 da Companhia, a Diretoria Colegiada da ANEEL optou por antecipar o tratamento tarifário da sobrecontratação da mesma como voluntária para os exercícios de 2016 e 2017, a partir de pleito regulatório interposto pela Companhia, conforme decisão exarada na 28ª Reunião de Diretoria ANEEL de 2018 e aprovação da Resolução Homologatória nº 2432/2018. Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária no que diz respeito ao máximo esforço, migração de consumidores livres e efeitos da distribuição de cotas que refletem nos montantes de 2016 em diante. Esse novo posicionamento da área técnica passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

(vii) Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pela Companhia, referente à parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da Companhia.

(viii) Risco Hidrológico: Os valores em apropriação no exercício em análise referem-se a cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que fazem frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência da Bandeira Tarifária Verde, no momento do processo tarifário.

**8 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos**

| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Baixas | Atualização monetária | Adiantamentos / Pagamentos | Compensação de tributos | Transferência | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos compensáveis** | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 8.1 | 61.430 | | | 1.869 | 91.983 | (6.469) | (73.075) | 75.738 |
| **Total Circulante** | | **61.430** | - | - | **1.869** | **91.983** | **(6.469)** | **(73.075)** | **75.738** |
| Outros tributos compensáveis | | | | | | | | | |
| ICMS | 8.2 | 69.338 | 31.208 | | | | | (17.254) | 83.292 |
| PIS e COFINS | 8.3 | 578.637 | 328.493 | | 14.153 | | (207.452) | (329.958) | 383.873 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | | 4.586 | 1.888 | | | | | (2.699) | 3.775 |
| IR/CS retidos sobre faturamento | | 1.985 | 2.653 | | | | | (1.624) | 3.014 |
| Outros | | 6.028 | 1 | (106) | | 7 | (1.632) | | 4.298 |
| **Total** | | **660.574** | **364.243** | **(106)** | **14.153** | **7** | **(209.084)** | **(351.535)** | **478.252** |
| Circulante | | 194.925 | | | | | | | 190.470 |
| Não circulante | | 465.649 | | | | | | | 287.782 |
| **Passivos a recolher** | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 4.195 | 82.463 | | | (3.273) | | (77.397) | 5.988 |
| **Total Circulante** | | **4.195** | **82.463** | - | - | **(3.273)** | - | **(77.397)** | **5.988** |
| Outros tributos a recolher | | | | | | | | | |
| ICMS | 8.4 | 110.992 | 1.294.318 | | | (1.261.974) | | (17.254) | 126.082 |
| PIS e COFINS | 8.3.3 | 44.418 | 534.301 | | 1.823 | | (198.149) | (329.959) | 52.494 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | | 2.742 | 26.049 | | 3 | (25.643) | | | 3.151 |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio | 8.5 | 9.302 | 9.795 | | | | (9.302) | | 9.795 |
| Parcelamentos | | 107.890 | 1.143 | | 5.894 | (11.176) | | | 103.751 |
| Encargos com pessoal | | 5.624 | 43.248 | | | (38.250) | (6.521) | | 4.101 |
| Outros | | 77 | | | | (72) | | | 5 |
| **Total** | | **281.045** | **1.908.914** | - | **7.720** | **(1.337.115)** | **(213.972)** | **(347.213)** | **299.379** |
| Circulante | | 184.298 | | | | | | | 206.907 |
| Não circulante | | 96.747 | | | | | | | 92.472 |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**8.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis**

A companhia apurou um crédito de R$12.639 referente ao Imposto de renda e contribuição social do ano de 2020, sendo utilizado R$6.469 para compensação do INSS Folha do ano de 2021.

**8.2 ICMS - Ativo Compensável**

Do saldo a compensar de R$83.292 (R$69.338 em 31 de dezembro de 2020), R$10.168 (R$12.656 em 31 de dezembro de 2020) são Circulante e R$73.124 (R$56.682 em 31 de dezembro de 2020) são Não circulante. Do montante total, R$83.364 (R$64.302 em 31 de dezembro de 2020) referem-se a créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

**8.3 PIS e COFINS**

**8.3.1 Medida Provisória - MP nº 1.066/21**

Conforme descrito na nota 4.5.2, com base na Medida Provisória nº 1.066/21, encontram-se com prazo prorrogado o PIS e a COFINS relativos aos meses de agosto a outubro de 2021.

**8.3.2 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS**

Em 3 de abril de 2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao tratamento tarifário, a Companhia formulou consulta à ANEEL e recebeu resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a agência, por meio de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais.

Em 28 de julho de 2020, por meio da carta CT-EDP-ES-27/2020, a Companhia solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 03 de agosto de 2020, a Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, por meio da Nota Técnica nº 138/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2020 da Companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2020.

Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados pela ANEEL em Nota Técnica nº 9/2021 SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário da Companhia, (ii) tempo necessário para a devolução, e (iii) operacionalização da devolução. A expectativa é que o tema seja deliberado pela Agência no primeiro semestre de 2021, com publicação da Resolução contendo as regulamentações para devolução dos créditos tributários (Nota 7).

Em 19 de fevereiro de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União o Despacho ANEEL nº 361/2021, que diante de situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderão, antecipadamente à conclusão da Consulta Pública nº 5/2021, serem utilizados parte dos créditos de PIS e COFINS, limitado a 20% do total envolvido nas ações judicial, objetivando atenuar os impactos tarifários previstos nos reajustes e revisões das distribuidoras.

O Supremo Tribunal Federal, em 13 de maio de 2021, modulou os efeitos da referida decisão e, entre eles, decidiu que o ICMS a ser retirado da base de cálculo das referidas contribuições é aquele destacado na nota fiscal. Para tanto, a Companhia procedeu com recálculo e registrou ajuste no principal de R$1.798 no exercício de 2021.

A Companhia, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2021-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da Companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021 (Nota 4.2).

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 7) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente. A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 31 de dezembro de 2021, demonstrado a seguir:

| | Principal | Ajuste principal | Atualização | (-) Compensação | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Exclusão do ICMS próprio na base de cálculo do PIS e da COFINS | 555.006 | 1.798 | 212.691 | (388.267) | 381.228 |

**8.3.3 Pagamento - PIS e COFINS**

O pagamento de PIS e a COFINS prorrogados pela MP nº 1.066 de setembro de 2021 (Nota 4.5.2), relativos aos meses de agosto, setembro e outubro, foram compensando em dezembro de 2021. Os montantes compensados respectivamente foram de R$17.425, R$23.335 e R$22.920.

**8.4 ICMS - Passivo a Recolher**

Refere-se ao ICMS a recolher incidente sobre as faturas de energia elétrica.

**8.5 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio**

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R$9.795 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2021 à ser liquidado em janeiro de 2022.

**8.6 Parcelamentos**

**REFIS**

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de setembro de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados:

| Parcelamentos - REFIS | Principal | Multa | Juros | Encargos | Total de Parcelamento | Conversão em renda | Valor de adesão - REFIS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COFINS | 2.925 | 565 | 2.681 | | 6.191 | | 6.191 |
| CSLL | 4.442 | 868 | 4.093 | 1.885 | 11.308 | 3.742 | 15.050 |
| INSS | 8.548 | 3.021 | 10.256 | 670 | 22.495 | 10.822 | 33.317 |
| IRPJ/ IRRF | 4 | 1 | 8 | | 13 | 5.267 | 5.270 |
| Multa | | 223 | 192 | | 415 | 190 | 605 |
| | **15.919** | **4.718** | **17.230** | **2.555** | **40.422** | **20.011** | **60.433** |
| Redução Programa REFIS | | | | | | | (11.578) |
| Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal | | | | | | | (12.099) |
| **Total** | | | | | | | **36.756** |

**Programa Especial de Regularização Tributária - PERT**

Em decorrência da apuração de débitos originados do recálculo dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais, a Companhia aderiu, em agosto de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, a Companhia aderiu à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Em 31 de dezembro de 2021 restam 97 parcelas de R$948 atualizáveis mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados:

| Parcelamentos - PERT | Principal | Multa | Juros | Total de Parcelamento |
|---|---|---|---|---|
| PIS | 9.572 | 1.914 | 2.610 | 14.096 |
| COFINS | 50.465 | 10.093 | 12.050 | 72.608 |
| CSLL | 19.606 | 3.921 | 5.198 | 28.725 |
| IRPJ/ IRRF | 43.788 | 8.758 | 11.214 | 63.760 |
| | **123.431** | **24.686** | **31.072** | **179.189** |
| Redução Programa PERT | | | | (29.760) |
| **Total** | | | | **149.429** |

**Movimentação dos parcelamentos**

| | REFIS (*) | PERT | Total |
|---|---|---|---|
| Valor de adesão | 36.756 | 149.429 | 186.185 |
| Diferença REFIS/PERT | 1.143 | (1.225) | (82) |
| Atualização de Juros - Consolidação 2011 | 2.715 | | 2.715 |
| Ativo a compensar | 3.640 | | 3.640 |
| Depósito Judicial a favor da Companhia | 17.284 | | 17.284 |
| Conversão em renda a favor da União | (18.382) | | (18.382) |
| Pagamento | (36.079) | (78.922) | (115.001) |
| Atualização | 8.846 | 21.438 | 30.284 |
| Reversão de atualização da conversão em renda | (2.892) | | (2.892) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **13.031** | **90.720** | **103.751** |

(*) O saldo do REFIS em 31 de dezembro de 2021 de R$13.031 (R$6.006 em 31 de dezembro de 2020) possui depósitos judiciais no montante de R$20.544 (R$23.113 em 31 de dezembro de 2020), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo e respectivo levantamento da diferença entre o depósito judicial atualizado e a obrigação.

**9 Tributos diferidos**

| | Nota | Ativo Não circulante 31/12/2021 | Ativo Não circulante 31/12/2020 | Passivo Não circulante 31/12/2021 | Passivo Não circulante 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| PIS e COFINS | | | | 1.665 | 1.395 |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.1 | 71.796 | 163.322 | | |
| **Total** | | **71.796** | **163.322** | **1.665** | **1.395** |

**9.1 Imposto de renda e contribuição social**

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**9.1.1 Composição**

| Natureza dos créditos | Nota | Ativo Não circulante 31/12/2021 | Ativo Não circulante 31/12/2020 | Passivo Não circulante 31/12/2021 | Passivo Não circulante 31/12/2020 | Resultado 2021 | Resultado 2020 | Patrimônio líquido 2021 | Patrimônio líquido 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Prejuízos Fiscais** | | | 254 | | | (254) | (588) | | |
| **Base Negativa da Contribuição Social** | | | | | | | 588 | | |
| | | - | **254** | - | - | **(254)** | - | - | - |
| **Diferenças Temporárias** | | | | | | | | | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | 83.420 | 78.282 | | | 5.138 | 21.722 | | |
| Benefício pós-emprego | | 53.396 | 50.551 | | | 2.845 | 7.434 | | |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 67.470 | 59.741 | | | 7.729 | 13.613 | | |
| Consumidores - ajuste a valor presente | | 198 | 403 | | | (205) | (758) | | |
| Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1) | | | | 264.993 | 196.912 | (68.081) | (27.167) | | |
| Instrumentos financeiros - CPC 39 | | | | 13.701 | | (13.701) | | | |
| Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes | | 144.759 | 169.948 | | | | | (25.189) | (43.508) |
| Outras | | 5.592 | 2.347 | 10.589 | 9.167 | 1.823 | (929) | | |
| **Total Diferenças temporárias** | | **354.835** | **361.272** | **289.283** | **206.079** | **(64.452)** | **13.915** | **(25.189)** | **(43.508)** |
| **Crédito fiscal do ágio incorporado** | 9.1.1.1 | 6.214 | 7.875 | | | (1.661) | (1.948) | | |
| **Total bruto** | | **361.049** | **369.401** | **289.283** | **206.079** | **(66.367)** | **11.967** | **(25.189)** | **(43.508)** |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos | | (289.283) | (206.079) | (289.283) | (206.079) | | | | |
| **Total** | | **71.766** | **163.322** | - | - | | | | |

...continuação EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**9.1.1.1 Crédito fiscal do ágio incorporado**

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP - Energias do Brasil, representado pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda, na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da EDP Espírito Santo, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$1.595 até o ano de 2025 (Nota 13.2.1.2).

**9.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos**

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 a 2029 | A partir de 2030 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 64.253 | 62.281 | 60.636 | 38.071 | 36.632 | 59.506 | 39.670 | 361.049 |

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

**10 Partes relacionadas**

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 15), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

| | | | | Ativo | | | | Passivo | | | | Receitas (Despesas) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | | Operacionais | | Financeiras |
| | Relacionamento | Preço praticado (R$/MWh) | Duração | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2021 | 2020 | 2020 |
| **Consumidores e concessionárias (Nota 6)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Uso do sistema de distribuição** | | | | | | | | | | | | | | |
| Energest | Controle Comum | | 01/08/2005 a 17/07/2025 | 837 | 674 | | | | | | | 8.845 | 6.956 | |
| | | | | **837** | **674** | - | - | - | - | - | - | **8.845** | **6.956** | - |
| **Fornecedores (Nota 14)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Suprimento de energia elétrica** | | | | | | | | | | | | | | |
| Energest | Controle Comum | 244,78 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | | | | | 86 | 70 | | | (659) | (629) | |
| Lajeado | Controle Comum | 264,5 | 01/01/2008 a 31/12/2037 | | | | | 7 | 4 | | | (57) | (54) | |
| Lajeado | Controle Comum | 266,8 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | | | | | 13 | 8 | | | (103) | (98) | |
| Lajeado | Controle Comum | 248,46 | 01/01/2009 a 31/12/2038 | | | | | 41 | 36 | | | (336) | (320) | |
| Porto do Pecém | Controle Comum | Parcela fixa(*) + Custo variável | 01/01/2012 a 31/12/2026 | | | | | 6.481 | 4.375 | | | (50.267) | (24.291) | |
| São Manoel | Controle Comum | 121,99 | 26/04/2018 a 31/12/2047 | | | | | 192 | 162 | | | (1.544) | (1.481) | |
| CEJA | Controle Comum | 174,22 | 01/01/2015 a 31/12/2044 | | | | | 791 | 641 | | | (6.054) | (5.769) | |
| **Uso do sistema de transmissão** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Transmissão | Controle Comum (**) | | 09/02/2019 a 31/01/2033 | | | | | 1.229 | 834 | | | (7.822) | (8.270) | |
| EDP Transmissão MA I | Controle Comum (**) | | 11/05/2021 a 31/01/2033 | | | | | 124 | | | | (597) | | |
| EDP Transmissão MA II | Controle Comum (**) | | 04/01/2020 a 31/01/2033 | | | | | 46 | 47 | | | (306) | (297) | |
| EDP Transmissão Aliança | Controle Comum | | 30/07/2020 a 31/01/2033 | | | | | 99 | | | | (424) | | |
| EDP Transmissão Litoral Sul | Controle Comum | | 30/07/2020 a 31/01/2033 | | | | | 5 | | | | (30) | | |
| | | | | - | - | - | - | **9.104** | **6.177** | - | - | **(68.295)** | **(41.209)** | - |
| **Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | | 01/01/2019 a 31/12/2022 | | | | 33 | | | 91 | 2.534 | (6.619) | (21.290) | |
| **Convênio de arrecadação** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Smart Serviços | Controle Comum | | 24/08/2015 a 30/06/2023 | | | | | 297 | 250 | | | | | |
| **Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | | 01/01/2015 a 31/12/2022 | | | | | | | 75 | 121 | (1.134) | (3.206) | |
| Energest | Controle Comum | | 29/07/2015 a 31/12/2022 | | | 5 | | | | 2 | | 9 | | |
| EDP São Paulo | Controle Comum | | 01/01/2021 a 31/12/2022 | | | | | | | 146 | | (146) | | |
| EDP Renováveis | Controle Comum | | 29/07/2015 a 31/12/2022 | | | 18 | 18 | | | | | | | |
| EDP Transmissão | Controle Comum (**) | | 01/01/2019 a 31/12/2022 | | | | 54 | | | | | | 163 | |
| **Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.2.1)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | | 19/06/2017 a 18/06/2025 | | | | | | | 465 | 485 | (600) | (275) | |
| **Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (c)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | | 01/01/2019 a 31/12/2024 | | | | | | | 769 | 180 | (11.557) | (13.465) | |
| | | | | - | - | **23** | **105** | **297** | **250** | **1.548** | **3.320** | **(20.137)** | **(38.073)** | - |
| **Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Contratos de mútuo - 100,3% do CDI** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | | 08/01/2019 a 31/01/2023 | | | | | | | | | | | (14) |
| | | | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **(14)** |
| | | | | **837** | **674** | **23** | **105** | **9.401** | **6.427** | **1.548** | **3.320** | **(79.587)** | **(72.326)** | **(14)** |

(*) A parcela fixa é de R$1.761 por mês.

(**) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias recebidas do controlador estão descritas na nota de Garantias (Nota 29.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

**(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.433, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho. Entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando o contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading Comercializadora, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, o envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de BackOffice foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I (*), EDP Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolse das empresas participantes se enquadrarem nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* teve seu aditivo firmado em dezembro de 2021, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2024.

**10.1 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**10.2 Remuneração dos administradores**

**10.2.1 Opções de ações outorgadas da controladora**

Entre os anos de 2017 e 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu os planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2021 da mesma o montante de R$600 (R$275 em 2020) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

**10.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia**

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Total | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Total |
| Remuneração (a) | 3.225 | 86 | 3.311 | 3.366 | 86 | 3.452 |
| Benefícios de curto prazo (b) | 99 | | 99 | 74 | | 74 |
| Benefícios - Previdência Privada | 98 | | 98 | 82 | | 82 |
| Remuneração baseada em ações (Nota 10.2.2.1) | 555 | | 555 | | | - |
| **Total** | **3.977** | **86** | **4.063** | **3.522** | **86** | **3.608** |

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação a Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.2.1), o montante relativo aos diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2021, é de R$129. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

**10.2.2.1 Remuneração baseada em ações**

As ações do Plano de Remuneração I foram exercidas no período findo em 30 de junho de 2021.

**10.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro**

| | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho de Administração |
| Número de membros | 6,17 | 2,00 | 6,25 | 2,00 |
| Valor da maior remuneração individual | 1.142 | 43 | 773 | 43 |
| Valor da menor remuneração individual | 293 | 43 | 141 | 43 |
| Valor médio da remuneração individual | 645 | 43 | 564 | 43 |

**11 Cauções e depósitos vinculados**

| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Atualização | Resgate | Baixa | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Depósitos judiciais | 8.6 e 20 | 107.918 | 3.086 | 6.137 | (2.117) | (6.564) | 108.460 |
| Outros cauções | | 187 | | | | | 187 |
| **Total Não circulante** | | **108.105** | **3.086** | **6.137** | **(2.117)** | **(6.564)** | **108.647** |

**12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

| | Nota | Circulante | | Não circulante | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Outros créditos - Ativo** | | | | | |
| Adiantamentos | 12.1 | 27.780 | 1.970 | | |
| Descontos tarifários | 12.2 | 119.601 | 35.164 | | |
| Bens destinados à alienação/desativação | | 2.288 | 1.178 | | |
| Serviços em curso | | 2.136 | 2.406 | | |
| Serviços prestados a terceiros | | 19.634 | 10.309 | 359 | 832 |
| Ressarcimento de custos - CCRBT | | 45 | | | |
| Convênios de arrecadação | | 1.571 | 4.836 | | |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 10 | | | 23 | 105 |
| Estoques | 12.3 | 26.700 | 17.351 | | |
| Outros | | 5.225 | 3.453 | 24 | 12 |
| **Total** | | **204.980** | **76.697** | **406** | **949** |
| **Outras contas a pagar - Passivo** | | | | | |
| Contribuição de iluminação pública | 12.4 | 18.347 | 17.603 | | |
| Credores diversos - consumidores e concessionárias | 12.5 | 73.380 | 10.905 | | |
| Folha de pagamento | | 2.183 | 2.807 | 536 | |
| Cessão de créditos de ICMS | | 1.625 | | | |
| Arrecadação de terceiros a repassar | | 9.597 | 5.060 | | |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 10 | 297 | 250 | 1.548 | 3.320 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 12.6 | 39.232 | 30.827 | | |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.7 | 7.549 | 7.307 | 21.629 | 9.747 |
| Outros | 12.8 | 1.212 | 3.353 | | |
| **Total** | | **153.422** | **78.115** | **23.713** | **13.067** |

**12.1 Adiantamentos**

A variação deve-se a adiantamentos para diversos fornecedores referente a prestações de serviços técnicos de eletricistas para a área de concessão da Companhia.

**12.2 Descontos tarifários**

Refere-se a descontos aplicados a clientes nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação da ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, a regulamentação também estabelece o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originários da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Lei nº 10.438/02.

Por meio da Lei nº 13.360/16, a partir de maio de 2017, a gestão e o repasse dos recursos é de responsabilidade da CCEE.

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para a Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

| Resolução Homologatória | Competências | Valor mensal |
|---|---|---|
| ANEEL nº 2.749/20 | Ago/20 a Jul/21 | 20.523 |
| ANEEL nº 2.916/21 | Ago/21 a Jul/22 | 27.464 |

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

| | | Saldo em 31/12/2020 | Descontos tarifários | Ressarci-mento | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Subsídio Baixa Renda | | 6.407 | 47.103 | (45.270) | 8.240 |
| Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04 | | 14.273 | 145.762 | (130.820) | 29.215 |
| Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04 | | (4) | 9.455 | (9.178) | 273 |
| Subsídio Rural | | 31.733 | 70.784 | (70.386) | 32.131 |
| Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10 | | (22.794) | 62.776 | (54.727) | (14.745) |
| Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11 | | 10.136 | 8.059 | (8.928) | 9.267 |
| Subsídio Distribuição - TUSD fio B | | (4.587) | | | (4.587) |
| Subsídio Crise Hídrica | 12.2.1 | | 59.807 | | 59.807 |
| | | **35.164** | **403.746** | **(319.309)** | **119.601** |

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

| | Saldo em 31/12/2021 | Saldo em 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Parcela mensal | 24.195 | 20.406 |
| Parcela de ajustes homologados | 39.229 | 3.824 |
| Parcela de ajustes a homologar | 47.937 | 4.527 |
| Saldo subsídio baixa renda | 8.240 | 6.407 |
| | **119.601** | **35.164** |

continuação — EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.2.1 Subsídio Crise Hídrica**
Como base na Resolução Nº 2 da CREG, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.4), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio à escassez hídrica, foi reconhecido pela Companhia o montante subsídio de R$59.607. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

**12.3 Estoques**
Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.
O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nos Ativos da concessão (Nota 13.3) pelo montante, em 31 de dezembro de 2021, de R$45.664 (R$29.398 em 31 de dezembro de 2020).

**12.4 Contribuição de iluminação pública**
Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

**12.5 Credores diversos - consumidores e concessionárias**
O aumento dos credores diversos é observado principalmente devido ao provisionamento da bonificação para os clientes que economizaram energia durante os períodos vinculados aos impactos financeiros no setor elétrico ocasionados pelo cenário de escassez hídrica, conforme MP nº 1.078 (Nota 4.4).

**12.6 Obrigações Sociais e Trabalhistas**
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

**12.7 Arrendamentos e aluguéis e imobilizado**
Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

| | Saldo em 31/12/2020 | Adição (Nota 12.7.1) | Pagamentos | Transferências | AVP | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Edifícios | 5.040 | 1.556 | (6.101) | 5.057 | (13) | 5.539 |
| Veículos | 2.267 | 532 | (2.267) | 1.567 | (89) | 2.010 |
| **Total Circulante** | **7.307** | **2.088** | **(8.368)** | **6.624** | **(102)** | **7.549** |
| Edifícios | 8.280 | 14.419 | | (5.057) | 3.987 | 21.629 |
| Veículos | 1.467 | | | (1.567) | 100 | - |
| **Total Não circulante** | **9.747** | **14.419** | **-** | **(6.624)** | **4.087** | **21.629** |
| **Total** | **17.054** | **16.507** | **(8.368)** | **-** | **3.985** | **29.178** |

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.
As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

| | Edifícios | | Veículos | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Valor** | **Taxas (%)** | **Valor** | **Taxas (%)** |
| 2022 | 5.539 | 8,55% | 2.010 | 9,58% |
| **Total Circulante** | **5.539** | | **2.010** | |
| 2023 | 4.900 | 8,40% | | |
| 2024 | 4.145 | 8,34% | | |
| 2025 | 3.711 | 8,48% | | |
| 2026 | 3.119 | 9,15% | | |
| 2027 até 2039 | 5.754 | 68,99% | | |
| **Total Não circulante** | **21.629** | | - | |

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

| Fluxos de caixa | Nominal | Com AVP |
|---|---|---|
| Contraprestação do arrendamento | 42.358 | 29.178 |
| PIS/COFINS potencial (9,25%) | (3.910) | (2.699) |

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica de Imobilizado como Ativos de direito de uso. Do saldo do Imobilizado em 31 de dezembro de 2021 de R$27.570 (R$16.674 em 31 de dezembro de 2020), R$22.131 (R$11.625 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos referidos ativos e estão apresentados conforme abaixo:

| | Taxas anuais médias de depreciação % | 31/12/2021 Custo histórico | 31/12/2021 Depreciação acumulada | 31/12/2021 Valor líquido | Taxas anuais médias de depreciação % | 31/12/2020 Custo histórico | 31/12/2020 Depreciação acumulada | 31/12/2020 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos de direito de uso** | | | | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 12,94 | 29.118 | (7.425) | 21.693 | 25,48 | 20.548 | (9.841) | 10.707 |
| Veículos | 33,33 | 1.436 | (998) | 438 | 44,66 | 4.481 | (3.563) | 918 |
| **Total Ativos de direito de uso** | | **30.554** | **(8.423)** | **22.131** | | **25.029** | **(13.404)** | **11.625** |

• **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada em Vitória; (ii) à filial da Companhia localizada em São Paulo; e (iii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios do Espírito Santo onde a Companhia possui sua concessão.
• **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.
A movimentação do exercício para os Ativos de direito de uso está demonstrada abaixo:

| | Valor líquido em 31/12/2020 | Ingressos (Nota 12.7.1) | Depreciações | Valor líquido em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativos de direito de uso** | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 10.707 | 15.975 | (4.989) | 21.693 |
| Veículos | 918 | 532 | (1.012) | 438 |
| **Total Ativos de direito de uso** | **11.625** | **16.507** | **(6.001)** | **22.131** |

**12.7.1 Ingressos**
O valor de ingressos em Edificações, obras civis e benfeitorias refere-se principalmente ao novo prédio da Controladora localizada em São Paulo, utilizado pela Companhia como uma de suas filiais.

**12.8 Outros - Passivo circulante**
A variação deve-se principalmente a compra do crédito de ICMS com deságio, em conformidade com o Decreto do Espírito Santo nº 4528-R, que regulamentou a Lei nº 11.001 de 12 de junho de 2019, que autoriza a utilização e a transferência de crédito acumulado de ICMS para terceiros.

**13 Ativo financeiro indenizável, Ativos da concessão e Intangível**
O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.
A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao contrato de concessão da Companhia.
De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.
• Modelo do ativo financeiro
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
• Modelo do ativo intangível
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.
• Modelo bifurcado
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.
Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.
Devido a implementação da ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura de distribuição em serviço foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) Intangível (Nota 13.2) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão.
Já os ativos que encontram-se no período de construção e que ainda não estão em serviço foram classificados, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como Ativos contratuais, uma vez que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo em que os ativos são construídos, sendo classificados na rubrica de Ativos da concessão (Nota 13.3).
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**13.1 Ativo financeiro indenizável**
A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.
O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Companhia ou do Orçamento Referencial.
O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.
O Banco de Preços da Companhia é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.
O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.
O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.
Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.
A movimentação no exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2020 | Transferências dos Ativo da concessão | Valor Justo (Nota 13.1.1) | Baixas | Reclassificação | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativo financeiro indenizável | 2.058.830 | 318.073 | 200.236 | (21.582) | 7.759 | 2.563.316 |
| | **2.058.830** | **318.073** | **200.236** | **(21.582)** | **7.759** | **2.563.316** |

**13.1.1 Valor justo**
O montante de R$200.236 na rubrica de valor justo, sofre impacto decorrente do aumento inflacionário no exercício. A taxa IPCA acumulada em 2021 é de 10,67%, enquanto em 2020 foi de 4,52%.

**13.2 Intangível**
O intangível está mensurado pelo custo total de aquisição/construção deduzidos da amortização acumulada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil dos ativos, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**13.2.1 Composição**

| | Nota | 31/12/2021 Taxas anuais médias de amortização % | 31/12/2021 Custo histórico | 31/12/2021 Amortização acumulada | 31/12/2021 Valor líquido | 31/12/2020 Taxas anuais médias de amortização % | 31/12/2020 Custo histórico | 31/12/2020 Amortização acumulada | 31/12/2020 Valor líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | | |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 13.2.1.1 | 4,63 | 2.194.215 | (1.697.132) | 497.083 | 4,50 | 2.169.317 | (1.603.327) | 565.990 |
| **Total do Intangível em serviço** | | | **2.194.215** | **(1.697.132)** | **497.083** | | **2.169.317** | **(1.603.327)** | **565.990** |
| **Atividades não vinculadas à concessão** | | | | | | | | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | 13.2.1.2 | 4,96 | 103.964 | (85.687) | 18.277 | 5,23 | 103.964 | (80.509) | 23.455 |
| (-) Provisão para manutenção de dividendos | 13.2.1.2 | 4,96 | (103.964) | 85.687 | (18.277) | 5,23 | (103.964) | 80.509 | (23.455) |
| **Total de Atividades não vinculadas à concessão** | | | - | - | - | | - | - | - |
| **Total do Intangível** | | | **2.194.215** | **(1.697.132)** | **497.083** | | **2.169.317** | **(1.603.327)** | **565.990** |

**13.2.1.1 Direitos de Concessão - Infraestrutura**
Referem-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.
A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

**13.2.1.1.1 Bens totalmente amortizados**
O saldo líquido do ativo intangível compreende itens que encontram-se totalmente amortizados. O custo histórico destes itens está demonstrado abaixo:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Direito de concessão - Infraestrutura | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 8.654 | 8.302 |
| Máquinas e equipamentos | 535.608 | 414.847 |
| Veículos | 7.971 | 12.109 |
| Móveis e utensílios | 8.819 | 7.056 |
| Outros | 94.788 | 228.554 |
| **Total** | **655.840** | **671.008** |

Os itens totalmente depreciados são deduzidos da BRR, ou seja, no momento da apuração dos valores relativos à infraestrutura que irão compor a tarifa de energia a ser cobrada dos consumidores, é considerado o total do ativo bruto em serviço deduzido da amortização acumulada e incluindo os bens totalmente amortizados.

**13.2.1.2 Ágio - Incorporação de sociedade controladora e Provisão para manutenção de dividendos**
Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia. Consequentemente ao registro, foi reconhecido um crédito fiscal (Nota 9.1.1.1).
A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.
A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido.

**13.2.2 Movimentação**

| | Valor líquido em 31/12/2020 | Transf. dos Ativos da concessão | Amortizações | Baixas | Reclassificação | Valor líquido em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Intangível em serviço** | | | | | | |
| Direito de concessão - Infraestrutura | 565.990 | 96.719 | (145.109) | (12.758) | (7.759) | 497.083 |
| **Total** | **565.990** | **96.719** | **(145.109)** | **(12.758)** | **(7.759)** | **497.083** |

**13.3 Ativos da concessão**
Refere-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.
Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412%, que representa a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.
Quando do término da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) ou como Ativo Intangível (Nota 13.2), conforme a forma de remuneração.

| | Valor líquido em 31/12/2020 | Transferência para o ativo intangível | Transferência para o ativo financeiro indenizável | Adições (Nota 13.3.1) | Juros Capitalizados | Reclassificação | Valor líquido em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ativos da concessão | 257.143 | (96.719) | (318.073) | 570.702 | 8.768 | 8.944 | 430.765 |
| **Total Não circulante** | **257.143** | **(96.719)** | **(318.073)** | **570.702** | **8.768** | **8.944** | **430.765** |

**13.3.1 Adições**
A distribuição nos montantes de investimentos estão destacados a seguir:

| | |
|---|---|
| Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes | 48% |
| Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil | 20% |
| Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais | 19% |
| Combate à perdas | 13% |
| | 100% |

**13.4 Conciliação dos saldos entre Ativo financeiro indenizável e Ativo intangível comparados à BRR**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 Reapresentado (*) |
|---|---|---|
| BRR Homologada em 28 de fevereiro de 2019 | 2.311.392 | 2.311.392 |
| BAR Homologada em 28 de fevereiro de 2019 | 268.905 | 268.905 |
| Movimentações de base | (574.886) | (307.983) |
| Investimento Incremental | 891.991 | 475.385 |
| Atualização VNR - Investimento incremental | 333.029 | 116.566 |
| **Bases Regulatórias** | **3.230.431** | **2.864.265** |
| Ativo financeiro indenizável | 2.563.316 | 2.058.830 |
| Intangível em serviço | 497.083 | 565.990 |
| **Total do Balanço patrimonial** | **3.060.399** | **2.624.820** |
| **VNR do Intangível não registrado** | 170.032 | 239.445 |

(*) Os montantes informados em 31 de dezembro de 2020 consideravam Movimentações de base e Investimento incremental duplicados para determinadas classes. Para adequada apresentação, estão reapresentados os montantes de Movimentações de base e Investimento Incremental, adicionado de segregação de Atualização VNR - Investimento Incremental, para melhor apresentação.
O montante de R$170.032 não registrado no Balanço patrimonial ocorre pois a Lei nº 6.404/76 veda a reavaliação contábil de ativos intangíveis. Desta forma, a ANEEL avalia os ativos da BRR a VNR e o saldo apresentado nas demonstrações financeiras estão mensurados pelo custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada.

**14 Fornecedores**

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Suprimento de energia elétrica (i) | 14.1 e 23.1.1 | 285.958 | 239.604 |
| Energia livre | 14.2 | 26.271 | 22.303 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 59.561 | 62.246 |
| Operações CCEE | 14.3 e 23.1.2 | 96.372 | 30.787 |
| Materiais e serviços | 14.4 | 155.940 | 130.529 |
| **Total** | | **622.122** | **485.469** |

(i) O valor total de garantias de compras de energia é de R$114.254 em 31 de dezembro de 2021 (R$59.606 em 31 de dezembro de 2020).
São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**14.1 Suprimento de energia elétrica**
O aumento do saldo referente a Suprimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2021 decorre, principalmente, do custo elevado na contratação de energia decorrente do acionamento das termoelétricas pela ONS, acarretando diretamente no aumento da parcela variável dos contratos de compra de energia por disponibilidade.

**14.2 Energia livre**
A Energia livre refere-se a valores a pagar à geradoras de energia elétrica decorrente de perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002, no qual ocorreu a comercialização de energia elétrica que não estava contratada. A Companhia passou a efetuar a restituição aos geradores a partir de fevereiro de 2003, com base nas regulamentações existentes à época.
A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Com o objetivo de suspender o referido ato, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas a Companhia, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar que foi concedida.
Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte da Companhia permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, à qual foi atribuída efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).
Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.
Em 22 de abril de 2020, diante de mudanças ocorridas na jurisprudência relativa a figura jurídica da legitimidade ativa de associação em mandado de segurança coletivo, a Companhia contratou assessores jurídicos para avaliação de tais obrigações com passivo de energia livre. A Administração da Companhia julga tal alteração na jurisprudência como premissa para enquadramento contábil da questão como fato de alteração substancial de novos termos contratuais. Nesse sentido, conforme opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia o montante foi atualizado, tendo em 31 de dezembro de 2021 o valor de R$3.968 na despesa financeira (receita financeira em 2020 de R$39.158) (Nota 24).

**14.3 Operações CCEE**

O montante refere-se às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pelo aumento da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD. Adicionalmente, o aumento observado decorre do cenário de crise hídrica, ocasionando um aumento dos encargos associados a esta operação.

**14.4 Materiais e serviços**

O aumento de R$29.411 deve-se, substancialmente, aos fornecedores relacionados aos investimentos da infraestrutura da concessão que a Companhia realizou no decorrer de 2021 para manutenção e ampliação da rede de distribuição (Nota 13.3.1).

## 15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.
Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

**Dividendos adicionais e JSCP**

Foi aprovada em AGO, realizada em 30 de abril de 2021, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$282.257 da seguinte forma: (i) R$14.113 como constituição de Reserva Legal; (ii) R$9.535 como Reserva de Incentivos fiscais; (iii) R$62.013 como JSCP, sendo R$52.711 líquido de imposto de renda; e (iv) R$11.941 como dividendos e (v) R$184.655 como reservas de lucros devido à adesão às medidas emergenciais do BNDES para mitigação dos impactos da pandemia e proteção do fluxo de caixa referente ao exercício de 2020. Em 31 de março de 2021 foi efetuado o pagamento integral do JSCP. Os dividendos foram pagos ao acionista integralmente em 14 de setembro de 2021.

**Dividendos intercalares**

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de setembro de 2021, foi aprovada a antecipação do pagamento de dividendos intercalares, referente ao lucro líquido do período findo em 30 de junho de 2021, no montante de R$88.059, pagos integralmente ao acionista em 14 de setembro de 2021.

**Dividendos Exercícios anteriores**

Em 23 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração da Companhia de distribuição de parcela dos lucros retidos, retidos na conta de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R$40.000, pagos integralmente ao acionista em 14 de setembro de 2021, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção desse montante.

**JSCP**

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2021 no montante bruto de R$65.297, sendo R$55.502 líquido de imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.
Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

| | | Dividendos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2020 | Exercícios anteriores | Intercalares | JSCP | Pagamentos | 31/12/2021 |
| EDP - Energias do Brasil | 64.652 | 40.000 | 88.059 | 55.502 | (192.711) | 55.502 |
| | **64.652** | **40.000** | **88.059** | **55.502** | **(192.711)** | **55.502** |

## 16 Debêntures

**16.1 Composição do saldo de Debêntures**

| | | | | | | | | | | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Encargos | Principal | | | Encargos | Principal | | |
| Agente Fiduciário | Tipo de emissão | Quantidade de títulos | Valor nominal unitário | Valor total | Data da emissão | Vigência do contrato | Finalidade | Custo da dívida | Forma de pagamento | Circulante | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| **Moeda Nacional** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 19.000 | 10 | 190.000 | 5ª emissão em 07/04/2017 | 07/04/2017 a 07/04/2022 | Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro. | 108,75% do CDI a.a. | Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral | 711 | 38.000 | | 38.711 | 540 | 76.000 | 38.000 | 114.540 |
| (-) Custos de emissão | | | | (1.301) | | 07/04/2017 a 07/04/2022 | | | Amortização mensal | | (17) | | (17) | | (133) | (17) | (150) |
| Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | Instrução CVM nº 476/09 | 22.000 | 10 | 220.000 | 6ª emissão em 20/12/2017 | 20/12/2017 a 20/01/2021 | Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro. | 107,50% do CDI a.a. | Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral. | | | | - | 1.027 | 110.000 | | 111.027 |
| (-) Custos de emissão | | | | (1.289) | | 20/12/2017 a 20/01/2021 | | | Amortização mensal | | | | - | | (14) | | (14) |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 190.000 | 1 | 190.000 | 7ª emissão em 15/08/2018 | 15/08/2018 a 15/07/2025 | Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica | IPCA + 5,91% | Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral | 5.683 | | 228.348 | 234.031 | 5.153 | | 206.350 | 211.503 |
| (-) Custos de emissão | | | | (2.941) | | 15/08/2018 a 15/07/2025 | | | Amortização mensal | | | (1.299) | (1.298) | | | (1.793) | (1.793) |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 300.000 | 1 | 300.000 | 8ª emissão em 30/03/2019 | 09/04/2019 a 30/03/2024 | Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro | 106,90% do CDI a.a. | Principal em parcela única no vencimento e juros semestral | 5.910 | | 300.000 | 305.910 | 1.516 | | 300.000 | 301.516 |
| (-) Custos de emissão | | | | (481) | | 09/04/2019 a 30/03/2024 | | | Amortização mensal | | | (481) | (481) | | | (694) | (694) |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 150.000 | 1 | 150.000 | 9ª emissão em 07/04/2020 | 08/04/2020 a 07/04/2021 | Capital de Giro | CDI + 3,00% a.a. | Principal e juros com parcela única ao final do contrato | | | | - | 5.194 | 150.000 | | 155.194 |
| (-) Custos de emissão | | | | (1.411) | | 08/04/2020 a 07/04/2021 | | | Amortização mensal | | | | - | | (354) | | (354) |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 500.000 | 1 | 500.000 | 10ª emissão em 12/02/2021 | 12/02/2021 a 15/07/2025 | Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica | IPCA + 3,26% | Principal em parcela única no vencimento e juros semestral | 9.646 | | 501.034 | 510.680 | | | | - |
| (-) Custos de emissão | | | | (9.559) | | 12/02/2021 a 15/07/2025 | | | Amortização mensal | | | (6.702) | (6.702) | | | | - |
| Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 400.000 | 1 | 400.000 | 11ª emissão em 04/08/2021 | 04/08/2021 a 15/07/2026 | Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro | CDI + 1,25% a.a. | Principal no final do contrato e juros semestral | 12.779 | | 400.000 | 412.779 | | | | - |
| (-) Custos de emissão | | | | (1.399) | | 04/08/2021 a 15/07/2026 | | | Amortização mensal | | | (1.253) | (1.253) | | | | - |
| **Total moeda nacional** | | | | | | | | | | **34.729** | **37.983** | **1.419.647** | **1.492.359** | **13.430** | **335.499** | **541.846** | **890.775** |
| **Derivativos** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Itaú | Instrução CVM nº 476/09 | 500.000 | 1 | 500.000 | 10ª emissão em 12/02/2021 | 12/02/2021 a 15/07/2025 | Plano de Investimento 2019, 2020 e 2021 | Swap de IPCA + 3,26% a.a. para CDI + 1,15% a.a. | Principal em parcela única no vencimento e juros semestral | 7.614 | | 3.887 | 11.301 | | | | - |
| **Total derivativos** | | | | | | | | | | **7.614** | **-** | **3.887** | **11.301** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **Total geral** | | | | | | | | | | **42.343** | **37.983** | **1.423.334** | **1.503.660** | **13.430** | **335.499** | **541.846** | **890.775** |

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão.
As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
As debêntures não possuem garantias.

**16.2 Movimentação das debêntures**

| | Valor líquido em 31/12/2020 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Ajuste a valor de mercado | Variação monetária | Amortização do custo de transação | Valor líquido em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | | | |
| Principal | 336.000 | | (336.000) | | 38.000 | | | | 38.000 |
| Juros | 13.430 | | (39.875) | 61.174 | | | | | 34.729 |
| Custo de transação | (501) | | | | (2.610) | | | 3.094 | (17) |
| Swap | - | | (1.605) | 7.614 | 1.605 | | | | 7.614 |
| | **348.929** | **-** | **(377.480)** | **68.788** | **36.995** | **-** | **-** | **3.094** | **80.326** |
| **Não circulante** | | | | | | | | | |
| Principal | 544.350 | 900.000 | | | (38.000) | (43.986) | 67.818 | | 1.429.382 |
| Custo de transação | (2.504) | (9.841) | | | 2.610 | | | | (9.735) |
| Swap | - | | | 1.605 | (1.605) | 3.687 | | | 3.687 |
| | **541.846** | **890.159** | **-** | **1.605** | **(36.995)** | **(40.299)** | **67.818** | **-** | **1.423.334** |

**16.3 Vencimento das parcelas**

| | Circulante |
|---|---|
| 2022 | 80.326 |
| **Total** | **80.326** |
| | **Não circulante** |
| 2023 | 75.407 |
| 2024 | 375.581 |
| 2025 | 972.346 |
| | **1.423.334** |
| **Total** | **1.503.660** |

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) Falência formulada pela Emissora;

(ii) Decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;

(iii) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(iv) Perda da concessão para distribuição de energia elétrica;

(v) Cisão, fusão, incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto: a) com relação à fusão, incorporação, incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, desde que não haja Alteração de Controle; ou b) se tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação;

(vi) Redução de capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação;

(vii) Distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, aprovação de resgate ou amortização de ações ou realização de pagamentos a seus acionistas sob obrigações contratuais, sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão;

(viii) Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser a controladora da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação;

(ix) Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado pela Emissora de boa-fé no prazo legal, nas hipóteses para as quais a Lei não exija depósito elisivo; e

(x) Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

• Específicas para à 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão:

(i) Falta de pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou à Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na escritura, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;

(ii) Declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R$75.000 ou seu equivalente em outras moedas;

(iii) Celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico, em valor individual ou agregado superior a R$100.000, ou o seu equivalente em outras moedas;

(iv) Protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global ultrapasse R$75.000 ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora de referido protesto a Emissora tiver tomado medidas cabíveis e comprovado ao Agente Fiduciário que: a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; b) o protesto seja cancelado, ou, ainda; c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível; e

(v) Descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado[1] na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5.

• Específicas para a 10ª e 11ª emissão:

(i) Descumprimento pela Emissora, da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada[2]/EBITDA ajustado, na data de apuração 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 4,0;

• Específica para a 10ª emissão:

(i) Celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R$200.000.

• Específicas para a 11ª emissão:

(i) Celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R$100.000.

(ii) Protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global ultrapasse R$100.000 ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora de referido protesto a Emissora tiver tomado medidas cabíveis e comprovado ao Agente Fiduciário que: a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; b) o protesto seja cancelado, ou, ainda; c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível; e

(iii) Declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R$100.000 ou seu equivalente em outras moedas;

[1] O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
[2] A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

| | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato | Finalidade | *Covenants* | Custo da dívida | Forma de pagamento | Garantias | 31/12/2021 Encargos Circulante | 31/12/2021 Encargos Não circulante | 31/12/2021 Principal Circulante | 31/12/2021 Principal Não circulante | 31/12/2021 Total | 31/12/2020 Encargos Circulante | 31/12/2020 Principal Circulante | 31/12/2020 Principal Não circulante | 31/12/2020 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Moeda Nacional** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| BNDES - FINEM / Nº 14.2.1237.1 | 270.924 | 28/12/2014 | 249.593 | 28/12/2014 a 16/12/2024 | Programa de investimentos de 2013 a 2015 | Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro. | TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a. | Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv) | a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil | 1.727 | | 44.629 | 28.346 | 74.702 | 3.108 | 56.864 | 69.851 | 129.823 |
| (-) Custo de transação | | 28/12/2014 | (1.390) | 28/12/2014 a 16/12/2024 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | | (67) | (8) | (75) | | (169) | (74) | (243) |
| Eletrobras LPT - ECFS 256/09 | 56.737 | 28/08/2009 | 20.687 | 30/01/2012 a 30/12/2021 | Programa Luz para Todos | | 5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.) | Principal e Juros mensais | a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis. | | | | | - | | 1.702 | | 1.702 |
| BNDES - FINEM / Nº 17.2.0296.1 | 354.078 | 05/09/2017 | 174.093 | 05/09/2017 a 15/06/2025 | Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018 | Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro. | TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a. | a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais. | a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil. | 4.049 | | 46.909 | 107.374 | 158.332 | 4.575 | 64.089 | 120.738 | 189.402 |
| (-) Custo de transação | | 05/09/2017 | (2.676) | 05/09/2017 a 15/06/2025 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | | (296) | (347) | (643) | | (388) | (644) | (1.032) |
| MFUG - Cédula de Câmbio | 200.000 | 20/02/2020 | 200.000 | 20/02/2020 a 22/2/2021 | Capital de Giro | Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro. | CDI + 0,10% a.a. | Principal e juros com parcela única ao final do contrato | Nota Promissória | | | | | - | 4.522 | 200.000 | | 204.522 |
| Notas Promissórias (1ª Emissão) | 150.000 | 08/04/2020 | 150.000 | 08/04/2020 a 03/04/2021 | Capital de Giro | Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro. | CDI + 2,50% a.a. | Principal e juros com parcela única ao final do contrato | | | | | | - | 5.231 | 150.000 | | 155.231 |
| (-) Custo de transação | | 08/04/2020 | (1.360) | 20/02/2020 a 22/2/2021 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | | | | - | | (419) | | (419) |
| MFUG - Cédula de Câmbio | 300.000 | 15/01/2021 | 300.000 | 15/01/2021 a 17/01/2023 | Capital de Giro | Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro. | CDI + 1,13% a.a. | Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais | Nota Promissória | 10.155 | | | 300.000 | 310.155 | | | | - |
| Notas Promissórias (2ª Emissão) | 350.000 | 30/11/2021 | 350.000 | 30/11/2021 a 30/11/2023 | Capital de Giro | Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro. | CDI + 1,20% a.a. | Principal e juros com parcela única ao final do contrato | | | 3.057 | | 350.000 | 353.057 | | | | - |
| (-) Custo de transação | | 30/11/2021 | (734) | 30/11/2021 a 30/11/2023 | | | | Amortização mensal do custo de transação | | | | | (648) | (648) | | | | - |
| **Total** | | | | | | | | | | **15.931** | **3.057** | **91.175** | **784.717** | **894.880** | **17.436** | **471.679** | **189.871** | **678.986** |

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".
(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.
(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.
(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2021 é de R$533.034 (R$520.927 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

**17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

| | Valor líquido em 31/12/2020 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Amortização do custo de transação | Variação monetária | Valor líquido em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Principal | 472.655 | | (475.453) | | 88.836 | | 5.500 | 91.538 |
| Juros | 17.436 | | (40.836) | 38.687 | | | 644 | 15.931 |
| Custo de transação | (976) | | | | (419) | 1.032 | | (363) |
| | **489.115** | **-** | **(516.289)** | **38.687** | **88.417** | **1.032** | **6.144** | **107.106** |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Principal | 190.589 | 675.000 | | 184 | (88.836) | | 8.783 | 785.720 |
| Juros | - | | | 3.057 | | | | 3.057 |
| Custo de transação | (718) | (704) | | | 419 | | | (1.003) |
| | **189.871** | **674.296** | **-** | **3.241** | **(88.417)** | **-** | **8.783** | **787.774** |

**17.3 Vencimento das parcelas**

| Vencimento | Nacional |
|---|---|
| **Circulante** | |
| 2022 | 107.106 |
| | **107.106** |
| **Não circulante** | |
| 2023 | 704.906 |
| 2024 | 55.229 |
| 2025 | 27.639 |
| | **787.774** |
| **Total** | **894.880** |

**18 Benefícios pós-emprego**

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo à Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

| | Nota | Circulante 31/12/2021 | Circulante 31/12/2020 | Não circulante 31/12/2021 | Não circulante 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA | 18.2 | 167 | 492 | | |
| Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios | 18.2 | 38.599 | 36.460 | 543.325 | 610.855 |
| Contribuição definida | 18.1.2 | 53 | 130 | | |
| | | **38.819** | **37.082** | **543.325** | **610.855** |

**18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

**18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável**

• Plano Escelsos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

**18.1.1.1 Avaliação atuarial**

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com duration similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção de capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2021 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

Segue abaixo a movimentação do saldo no exercício para os Planos Escelsos I e II:

| | Plano I 31/12/2021 | Plano I 31/12/2020 | Plano II 31/12/2021 | Plano II 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos | (129.099) | (144.360) | (65.847) | (81.031) |
| Valor justo dos ativos | 193.771 | 207.419 | 132.853 | 145.928 |
| **Superávit** | **64.672** | **63.059** | **67.006** | **64.897** |
| Restrição no reconhecimento do Ativo | (64.672) | (63.059) | (67.006) | (64.897) |
| Saldo inicial - Outros créditos - Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |
| Despesa Operacional reconhecida no exercício | | | 101 | |
| Despesa Financeira reconhecida no exercício | | | 76 | |
| Ganhos/(perdas) atuariais | | | (177) | |
| Saldo final - Outros créditos - Benefícios pós-emprego | - | - | - | - |

**18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais**

| | Valor presente das obrigações do plano | Valor justo dos ativos do plano | Restrições de reconhecimento do ativo | Ativo reconhecido (Nota 12) |
|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | (184.367) | 308.191 | (125.483) | - |
| Custo do serviço corrente | (101) | | | (101) |
| Custo dos juros | (14.992) | 23.857 | (8.941) | (76) |
| Ganhos/(perdas) atuariais | 23.764 | (27.073) | 3.486 | 177 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **(175.696)** | **304.975** | **(130.938)** | **-** |

Devido a situação superavitária destes planos, não são esperadas compensações das contribuições da Companhia para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2021 é de R$117 (perda atuarial de R$1.208 em 31 de dezembro de 2020).

**18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios pelo plano, para os próximos 10 anos:

| Vencimento | Plano I | Plano II |
|---|---|---|
| Circulante | | |
| 2022 | 13.491 | 5.768 |
| | **13.491** | **5.768** |
| Não circulante | | |
| 2023 | 13.510 | 5.884 |
| 2024 | 13.490 | 5.991 |
| 2025 | 13.430 | 6.089 |
| 2026 | 13.326 | 6.178 |
| 2027 a 2031 | 63.480 | 31.743 |
| | **117.236** | **55.885** |
| **Total** | **130.727** | **61.653** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18.1.1.4 Despesas líquidas**

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Custo de serviço | | | |
| Custo do serviço corrente | | 101 | 156 |
| Custo dos juros | 24 | 76 | 72 |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado** | | **177** | **228** |
| Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido | | | |
| Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida) | | 27.873 | 39.742 |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência | | 6.148 | (2.313) |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras | | (29.912) | (1.665) |
| Ajustes à restrições ao ativo de benefício definido | | (3.486) | (35.734) |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes** | | **(177)** | **30** |
| **Total** | | **-** | **258** |

**18.1.1.5 Classes de ativos**

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

| Classe de ativo | Mercado ativo | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Títulos de dívida | Cotado | 85,71% | 93,27% |
| Ações | Cotado | 11,55% | 4,38% |
| Imóveis | Cotado | 0,29% | 0,32% |
| Outros | Não cotado | 2,45% | 2,03% |
| **Total** | | **100,00%** | **100,00%** |

No exercício de 2021, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R$452 (R$479 em 2020).

Para o exercício de 2021, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R$50 (R$120 em 2020).

**18.1.1.6 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

| | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II |
| Participantes ativos | | 205 | | 256 |
| Participantes assistidos | | | | |
| Com benefícios diferidos | | 14 | | 15 |
| Aposentados e pensionistas | 638 | 160 | 645 | 160 |
| **Total** | **638** | **379** | **645** | **431** |

**18.1.1.7 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

| Análise de sensibilidade | Obrigações dos planos Plano I | Plano II |
|---|---|---|
| **Pressupostos Centrais** | 130.475 | 66.841 |
| **Taxa de desconto** | | |
| Aumento em 0,5% | 124.855 | 63.264 |
| Redução em 0,5% | 133.632 | 68.629 |
| **Mortalidade** | | |
| Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real | 132.937 | 68.629 |

**18.1.1.8 Premissas**

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| **Econômicas** | Plano I | Plano II | Plano I | Plano II |
| Taxa de desconto - nominal | 8,60% a.a. | 8,60% a.a. | 5,78% a.a. | 7,19% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | n/a | 4,05% a.a. | n/a | 4,18% a.a. |
| Crescimento dos planos de benefícios | 3,25% a.a. | 3,25% a.a. | 3,31% a.a. | 3,31% a.a. |
| Inflação | 3,25% a.a. | 3,25% a.a. | 3,31% a.a. | 3,31% a.a. |
| **Demográficas** | | | | |
| Tábua de mortalidade | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 | AT-2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | n/a | TASA 1927 | n/a | TASA 1927 |

**18.1.2 Plano de Contribuição definida**

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é feita adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$2.331 (R$2.108 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 esses planos têm a adesão de 678 colaboradores (675 em 31 de dezembro de 2020).

**18.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido**

- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e
- Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados (vigente aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1990 e aposentados na Companhia): Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

**18.2.1 Avaliação atuarial**

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2021 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Segue abaixo a movimentação do saldo no exercício:

| | 31/12/2020 | Despesa Operacional reconhecida no exercício | Despesa Financeira reconhecida no exercício | Benefícios pagos diretamente pela Companhia | (Ganho)/ Perda Atuarial | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Assistência Médica e Odontológica | 647.315 | 2.386 | 47.140 | (41.053) | (73.864) | 581.924 |
| Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | 492 | 2 | 13 | (297) | (43) | 167 |
| Plano I e II | - | 101 | 76 | | (177) | - |
| | **647.807** | **2.489** | **47.229** | **(41.350)** | **(74.084)** | **582.091** |

**18.2.2 Movimentação dos passivos atuariais**

| | Valor presente das obrigações do plano |
|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | (647.807) |
| Custo do serviço corrente | (2.389) |
| Custo dos juros | (47.153) |
| Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio líquido | 73.907 |
| Contribuições pagas pela Companhia | 41.350 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | (582.091) |

O ganho atuarial de R$73.907 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, do aumento na taxa de desconto do fluxo de pagamento de benefícios previsto no estudo atuarial (Nota 18.2.7).

Para estes planos o saldo, acumulado desde o início da obrigação, de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 é de R$281.003 (perda atuarial de R$328.690 em 31 de dezembro de 2020).

O pagamento esperado de benefícios pela Companhia para os próximos 12 meses é de R$38.648.

**18.2.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

| Vencimento | Assistência Médica e Seguro de Vida | AIA |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| 2022 | 38.317 | 331 |
| | **38.317** | **331** |
| **Não circulante** | | |
| 2023 | 40.147 | |
| 2024 | 42.045 | |
| 2025 | 44.181 | |
| 2026 | 46.127 | |
| 2027 a 2031 | 259.909 | |
| | **432.389** | **-** |
| **Total** | **470.706** | **331** |

**18.2.4 Despesas líquidas**

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Custo do serviço | | | |
| Custo do serviço corrente | | 2.388 | 3.842 |
| Custo dos juros | 24 | 47.153 | 55.920 |
| Benefícios / contribuições pagas pela empresa | | (41.350) | (38.126) |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado** | | **8.191** | **21.636** |
| Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido: | | | |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência | | 288 | (94.504) |
| (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras | | (74.195) | (33.491) |
| **Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes** | | **(73.907)** | **(127.995)** |
| **Total** | | **(65.716)** | **(106.359)** |

**18.2.5 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

| | 2021 | | | | 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados | Auxílio Incentivo Aposentados (AIA) | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Participantes ativos | 6 | 109 | 98 | 885 | 11 | 148 | 142 | 821 |
| Aposentados e pensionistas | | 2.758 | 1.329 | 43 | | 2.819 | 1.336 | 45 |
| **Total** | **6** | **2.867** | **1.427** | **928** | **11** | **2.967** | **1.478** | **866** |

**18.2.6 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

| Análise de sensibilidade | Auxílio Incentivo a Aposentadoria | Assistência Médica e Odontológica | Benefícios a Aposentados | Seguro de Vida |
|---|---|---|---|---|
| **Pressupostos Centrais** | 331 | 504.417 | 9.162 | 78.529 |
| **Taxa de desconto** | | | | |
| Aumento em 0,5% | 331 | 472.552 | 9.186 | 74.437 |
| Redução em 0,5% | 331 | 522.765 | 10.052 | 82.302 |
| **Mortalidade** | | | | |
| Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real | 331 | 517.934 | 9.248 | 78.819 |

**18.2.7 Premissas**

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

| 2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Econômicas** | AIA | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Taxa de desconto - nominal | 7,57% a.a. | 8,70% a.a. | 8,70% a.a. | 8,77% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 4,05% a.a. | n/a | n/a | n/a |
| Crescimento dos planos de benefícios | 3,25% a.a. | n/a | 3,25% a.a. | 3,25% a.a. |
| Inflação médica de longo prazo | n/a | Custos Médicos: 9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030; Custos de farmácia e odontológicos: 3,25% a.a. | n/a | n/a |
| Inflação | 3,25% a.a. | 3,25% a.a. | 3,25% a.a. | 3,25% a.a. |
| Fator de envelhecimento | n/a | Custos médicos: 3,5% a.a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a. | n/a | n/a |
| **Demográficas** | AIA | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

| 2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Econômicas** | AIA | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Taxa de desconto - nominal | 3,49% a.a. | 7,45% a.a. | 7,45% a.a. | 7,69% a.a. |
| Crescimentos salariais futuros | 4,18% a.a. | n/a | n/a | n/a |
| Crescimento dos planos de benefícios | 3,31% a.a. | n/a | 3,31% a.a. | 3,31% a.a. |
| Inflação médica de longo prazo | n/a | Custos Médicos: 9,51% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 6,11% a.a. até 2029; Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a. | n/a | n/a |
| Inflação | 3,31% a.a. | 3,31% a.a. | 3,31% a.a. | 3,31% a.a. |
| Fator de envelhecimento | n/a | Custos médicos: 3,5% a.a. Custos de farmácia e odontológicos: n/a. | n/a | n/a |
| **Demográficas** | AIA | Assistência Médica | Seguro de Vida | Outros benefícios a aposentados |
| Tábua de mortalidade | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational | RP 2000 Generational |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled | RP 2000 Disabled |
| Tábua de entrada em invalidez | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 | Wyatt 85 Class 1 |

**19 Encargos Setoriais**

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adições (Reversões) | Atualização Monetária | Pagamentos / Recebimentos | Transferências | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE) | 19.1 e 22 | 26.575 | 44.758 | 1.211 | (49.746) | | 22.798 |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE | 19.2 e 22 | - | 363.390 | | (356.064) | | 7.326 |
| Encargos tarifários (ECE/ EAEEE) | 6.3 | 28.553 | 9 | | | | 28.562 |
| Bandeiras tarifárias (CCRBT) | 7 e 22 | - | | | | 21 | 21 |
| Outros encargos | | 339 | 5.062 | | (4.876) | (21) | 504 |
| **Total Circulante** | | **55.467** | **413.219** | **1.211** | **(410.686)** | **-** | **59.211** |

**19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE**

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resolução Normativa ANEEL nº 897/20 e os programas de PEE são regulamentados por meio da Resolução Normativa nº 920/21.

Em 1º de setembro de 2020 foi publicado pelo Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 998, que trata da destinação de recursos disponíveis para investimentos em P&D e PEE, no período de 1º de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2025, para ao fundo setorial da CDE. Diante disto, por meio da Nota Técnica nº 0496/2020-SPE/ANEEL, foi instaurada a Consulta Pública nº 78/2020, no período de 23 de dezembro de 2020 à 21 de janeiro de 2021 com vistas a obter contribuições para o aprimoramento da proposta elaborada promovida pela MP nº 998/20.

Através das contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 78/20, conclui-se pela regulamentação do Artigo 1º da Lei nº 14.120 de 1º de março de 2021 (decorrente da conversão da MP nº 998/20), que nos termos das Notas Técnicas nº 7/2021-SPE-SFF/ANEEL e nº 9/2021-SPE-SFF/ANEEL, estabelece, dentre outras: (i) as premissas necessárias para a definição dos projetos que deverão ser enquadrados como contratados ou iniciados e serão abatidos do saldo existente em 31 de agosto de 2020; (ii) a definição dos valores a serem recolhidos; (iii) a operacionalização do recolhimento dos recursos à CDE; (v) a fiscalização das informações declaradas pelas empresas; e (vi) a alteração dos regulamentos.

Por meio do Despacho nº 904 de 31 de março de 2021, a ANEEL regulamentou o Artigo 1º da Lei nº 14.120/21 que destina os recursos não utilizados de P&D e PEE, geridos pela ANEEL para a CDE (Nota 4.5.2).

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2021 no montante de R$22.798 (R$26.575 em 31 de dezembro de 2020), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

**19.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE**

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL. Em 2021, foi determinado pela ANEEL, via RNE nº 885/21 a destinação de parte dos recursos de CDE à Conta COVID. Os valores de transferência referem-se ao repasse à referida Conta, anuídos pela ANEEL (Notas 4.5.2 e 19.1).

**20 Provisões**

| | Nota | Circulante 31/12/2021 | Circulante 31/12/2020 | Não circulante 31/12/2021 | Não circulante 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias | 20.1 | 6.930 | 6.478 | 194.854 | 172.421 |
| **Total** | | **6.930** | **6.478** | **194.854** | **172.421** |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, regulatórias, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**20.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

| | Passivo | | | | | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Constituição | Baixas Pagamentos | Baixas Reversões | Atualizações Monetárias | Saldo em 31/12/2021 | Depósito Judicial 31/12/2021 | Depósito Judicial 31/12/2020 |
| Trabalhistas | 85.339 | 15.566 | (12.742) | (8.649) | 22.588 | 102.122 | 46.910 | 44.809 |
| Cíveis | 56.579 | 16.850 | (13.806) | (10.403) | 9.490 | 58.710 | 21.038 | 12.685 |
| Fiscais | 27.312 | 1.156 | | (50) | 2.264 | 30.682 | | |
| Regulatórias | 6.478 | | (3.952) | | 4.404 | 6.930 | | |
| Outros | 3.191 | 643 | (366) | (214) | 86 | 3.340 | | |
| **Total** | **178.899** | **34.235** | **(30.866)** | **(19.316)** | **38.832** | **201.784** | **67.948** | **57.494** |
| Circulante | 6.478 | | | | | 6.930 | | |
| Não circulante | 172.421 | | | | | 194.854 | 67.948 | 57.494 |
| | **178.899** | | | | | **201.784** | **67.948** | **57.494** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R$63.392 em 31 de dezembro de 2021 (R$28.091 em 31 de dezembro de 2020).

**20.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

Em 4 de agosto de 2015, por meio do julgamento do processo de arguição de inconstitucionalidade nº 479-60.2011.5.04.0231, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que os débitos trabalhistas devem ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O índice seria utilizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT para a tabela de atualização monetária da Justiça do Trabalho (Tabela Única). Desta forma, o índice de correção desses débitos, que era a Taxa Referencial - TR, passaria a ser o IPCA-E.

O novo índice deveria ser aplicado em todas as ações trabalhistas que envolvem entes públicos e privados que discutem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009, que ainda não foram executadas ou houve o trânsito em julgado. Todavia, em 14 de outubro de 2015, o Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Em ato contínuo, em 05 de dezembro de 2017, a 2ª Turma do STF, por maioria dos votos, julgou improcedente a ação ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos - FENABAN contra a decisão do TST nos autos do processo ArgInc-479-60.2011.5.04.0231, que determinava a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária dos débitos trabalhistas. Na decisão questionada pela FENABAN, o TST declarou que o uso da TR como índice de correção na Justiça do Trabalho era inconstitucional, ficando, em consequência, revogada a liminar anteriormente deferida, e determinou a adoção do IPCA-E determinado pelo IBGE, para calcular os débitos.

Em março de 2018 os Embargos Declaratórios foram julgados no TST e, neste sentido, a Companhia entendeu, por ora, que a decisão do STF deveria ser aplicada a partir de seus efeitos modulatórios e não sobre todo o processo, logo, a aplicação do IPCA-E deveria ocorrer a partir de 25 de março de 2015. Cabe recurso ao tema.

Desta forma, desde dezembro de 2017, a Companhia passou a atualizar todos os processos trabalhistas por meio do IPCA-E.

Em dezembro de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que a correção monetária de débitos trabalhistas deve ser feita pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, mais favoráveis aos trabalhadores. O entendimento firmado pela Corte abrange também os depósitos recursais realizados em conta judicial.

Os processos que ainda estejam na fase de conhecimento, independentemente da prolação de sentença, deverão observar, de forma retroativa, a aplicação dos dois índices da seguinte forma: a aplicação do IPCA-E na fase prejudicial e, a partir da citação do processo, a taxa SELIC. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal encerra discussões travadas nos TRTs e TST sobre o índice de correção aplicável na Justiça do Trabalho, e tais índices devem ser aplicados enquanto não for aprovado projeto de Lei pelo Congresso Nacional sobre o tema. Neste sentido, a Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021 passou a aplicar os referidos índices de correção das seguintes formas: (i) processos em andamento com atualização da nova forma de cálculos em fase de liquidação do processo; e (ii) processos novos com aplicação dos índices desde o cadastramento no sistema EDP Legal, o qual deverá ser incluído já com o correto valor atualizado pelo índice IPCA-E para que o sistema realize as atualizações mensais pós citação pela taxa SELIC.

**20.1.1.2 Cíveis**

Referem-se a diversas ações questionando cobrança excessiva, danos materiais, entre outros. Dentre as ações destaca-se, principalmente, o montante em 31 de dezembro de 2021 de R$6.330 (R$5.078 em 31 de dezembro de 2020) relativo aos pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

**20.1.1.3 Regulatórias**

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pela Companhia.

**20.1.1.4 Fiscais**

Refere-se a ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R$27.560, já atualizados, em 31 de dezembro de 2021 (R$27.295 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

• Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R$2.905. Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

**20.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

| | | Passivo | | Ativo | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Depósito Judicial | |
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Trabalhistas | 20.1.2.1 | 72.535 | 77.001 | 5.817 | 5.924 |
| Cíveis | 20.1.2.2 | 269.572 | 236.145 | 2.871 | 5.259 |
| Fiscais | 20.1.2.3 | 593.895 | 583.170 | 88.073 | 85.207 |
| Regulatórias | 20.1.2.4 | 12.298 | 12.298 | - | - |
| **Total** | | **948.300** | **908.674** | **96.761** | **96.390** |

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$103.642 em 31 de dezembro de 2021 (R$160.810 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

**20.1.2.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

**20.1.2.2 Cíveis**

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R$106.941 (R$87.348 em 31 de dezembro de 2020).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, a Companhia, por meio da ABRADEE, ajuizou o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão do recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R$19.960 (R$16.303 em 31 de dezembro de 2020).

Adicionalmente, a SAESA propôs ação contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. A Companhia e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. A SAESA interpôs recurso que aguarda decisão. O valor estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R$3.713 (R$3.083 em 31 de dezembro de 2020).

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da Companhia e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A à devolução de valor correspondente a majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE , durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à Companhia, condenando esta última a restituir os valores pagos pela CVRD no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da Companhia e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da Companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A Companhia Vale do Rio Doce então interpôs Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R$23.416 (R$18.748 em 31 de dezembro de 2020).

• Ação de indenização nº 0000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transalta a condenação da Companhia ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral imotivada do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transalta em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R$21.367 (R$17.107 em 31 de dezembro de 2020).

**20.1.2.3 Fiscais**

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2021 é de R$184.042 (R$179.709 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2021 importam em R$8.685 (R$8.596 em 31 de dezembro de 2020) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas Prefeituras: A Companhia discute administrativa e judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2021 totalizam o montante de R$116.642 (R$112.099 em 31 de dezembro de 2020). Deste montante, destaca-se o valor de R$94.843 (R$93.181 em 31 de dezembro de 2020) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN de período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A Companhia apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2021 o valor de R$111.235 (R$112.800 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R$143.550 em 31 de dezembro de 2021 (R$140.271 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia aguarda o julgamento.

• Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado é de R$4.171. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 31 de dezembro de 2021 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R$57.291 (R$55.334 em 31 de dezembro de 2020), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

**20.1.2.4 Regulatórias**

Refere-se a penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

**20.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R$13.207 (R$20.921 em 31 de dezembro de 2020).

### 21 Patrimônio líquido

**21.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R$650.572 e está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme Estatuto Social.

**21.2 Destinação do lucro**

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;

(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (iii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Lucro a ser destinado** | | | |
| Lucro líquido apurado no exercício | | 444.408 | 282.257 |
| Lucro líquido ajustado | | 444.408 | 282.257 |
| Constituição da reserva legal - 5% | 21.3 | (22.220) | (14.113) |
| | | **422.188** | **268.144** |
| **Destinação do lucro** | | | |
| Reserva de incentivo fiscal - SUDENE | 21.3.3 | 11.918 | 9.535 |
| Dividendos intermediários - JSCP | 15 | 65.297 | 62.013 |
| Dividendos complementares | 15 | 88.059 | 11.941 |
| Lucro do exercício a deliberar | 21.3 | 256.914 | 184.655 |
| | | **422.188** | **268.144** |
| Dividendos por ação - R$ - JSCP | | 11,11249 | 10,55361 |
| Dividendos por ação - R$ - Dividendos complementares | | 14,98622 | 2,03216 |

**21.3 Reservas**

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Reservas de capital | | | |
| Ágio na incorporação de sociedade controladora | 13.2.1.2 | 20.615 | 20.615 |
| | | **20.615** | **20.615** |
| Reservas de lucros | | | |
| Legal | 21.2 | 88.062 | 65.842 |
| Retenção de lucros | 21.3.1 | 589.185 | 444.530 |
| Lucro do exercício a deliberar | 21.3.2 | 256.914 | 184.655 |
| Incentivos fiscais | 21.3.3 | 58.563 | 46.645 |
| | | **992.724** | **741.672** |

**21.3.1 Retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R$144.655 é decorrente de dois fatores: (i) destinação deliberadas na AGO realizada em 30 de abril de 2021, onde o lucro distribuível do exercício no valor de R$184.655 foi mantido em Retenção de Lucros devido a adesão às medidas emergenciais do BNDES para mitigação dos impactos da pandemia e proteção do fluxo de caixa referente ao exercício de 2020; e (ii) a distribuição de parte da parcela dessa Retenção de Lucros, no valor de R$40.000 aprovada em AGE realizada em 23 de dezembro de 2021 (Nota 15).

**21.3.2 Lucro do exercício a deliberar**

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

A variação de R$72.259 refere-se ao Lucro a deliberar do exercício de 2021, e será deliberado na próxima AGO prevista para abril de 2022.

**21.3.3 Incentivos fiscais**

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 25.1).

A variação no exercício no montante de R$11.918 é decorrente da constituição da reserva do exercício de 2021 (Nota 21.2).

**21.4 Outros resultados abrangentes**

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

| | Saldo em 31/12/2020 | Ganhos | Perdas | Provisão IRPJ/CSLL | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego | (499.846) | 107.362 | (33.278) | | (425.762) |
| Imposto de renda e Contribuição social diferidos | 169.948 | | | (25.189) | 144.759 |
| | **(329.898)** | **107.362** | **(33.278)** | **(25.189)** | **(281.003)** |

### 22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos ao resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 23).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 12.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

| | Nota | Nº de consumidores 2021 | Nº de consumidores 2020 | MWh 2021 | MWh 2020 | R$ 2021 | R$ 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Fornecimento - Faturado** | 22.1 | | | | | | |
| Residencial | | 1.306.304 | 1.270.519 | 2.575.116 | 2.503.143 | 999.055 | 887.429 |
| Industrial | | 10.022 | 10.284 | 472.748 | 474.479 | 218.232 | 211.401 |
| Comercial | | 131.365 | 129.182 | 1.191.131 | 1.147.750 | 490.462 | 458.333 |
| Rural | | 194.087 | 195.846 | 947.363 | 868.839 | 279.540 | 211.976 |
| Poder público | | 11.645 | 11.495 | 230.011 | 214.106 | 100.753 | 87.340 |
| Iluminação pública | | 501 | 611 | 391.209 | 398.293 | 96.095 | 83.615 |
| Serviço público | | 1.776 | 1.676 | 198.426 | 197.168 | 80.942 | 70.874 |
| Consumo próprio | | 230 | 222 | 6.161 | 6.888 | | |
| | | **1.656.010** | **1.619.835** | **6.012.164** | **5.810.666** | **2.265.079** | **2.010.967** |
| **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado** | 22.1 | | | | | | |
| Consumidores cativos | | | | | | | |
| Residencial | | | | | | 1.142.149 | 907.653 |
| Industrial | | | | | | 168.420 | 148.371 |
| Comercial | | | | | | 534.917 | 419.770 |
| Rural | | | | | | 298.568 | 208.929 |
| Poder público | | | | | | 90.289 | 72.207 |
| Iluminação pública | | | | | | 98.931 | 83.402 |
| Serviço público | | | | | | 61.323 | 49.051 |
| Consumidores livres | 22.2 | 614 | 498 | 4.195.326 | 3.712.374 | 716.422 | 556.972 |
| | | **614** | **498** | **4.195.326** | **3.712.374** | **3.111.449** | **2.446.355** |

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Nº de consumidores 2021 | Nº de consumidores 2020 | MWh 2021 | MWh 2020 | R$ 2021 | R$ 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Não faturado** | | | | | | | |
| Fornecimento | 6.2 | | | | | 69.352 | 25.532 |
| Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição | | | | | | 38.102 | 20.272 |
| | | | | | | **107.454** | **45.804** |
| **Resultados de ativos financeiros setoriais** | 7 | | | | | | |
| CVA | | | | | | 307.670 | 51.370 |
| Itens financeiros - RTE | | | | | | (30.916) | (26.618) |
| Itens financeiros - Outros | | | | | | (37.700) | 160.729 |
| PIS/COFINS | | | | | | 131.337 | 85.091 |
| | | | | | | **370.591** | **270.572** |
| Suprimento - Faturado | 6.4 | | | 249.504 | 114.653 | 111.581 | 28.827 |
| Energia de curto prazo | 22.3 | | | 949.857 | 1.085.455 | 265.968 | 106.289 |
| Receita de construção | 23 | | | | | 579.470 | 384.575 |
| Valor justo do ativo financeiro indenizável | 13.1 | | | | | 200.236 | 79.904 |
| Serviços cobráveis | | | | | | 10.958 | 8.064 |
| Subvenções vinculadas ao serviço concedido | 22.4 | | | | | 425.135 | 304.834 |
| Arrendamentos e aluguéis | | | | | | 31.530 | 27.269 |
| Outras receitas operacionais | | | | | | (1.673) | 1.628 |
| **Receita operacional bruta** | | **1.656.624** | **1.620.333** | **11.406.851** | **10.723.148** | **7.477.778** | **5.805.006** |
| **(-) Deduções à receita operacional** | | | | | | | |
| Tributos sobre a receita | | | | | | | |
| ICMS | | | | | | (1.271.281) | (1.045.722) |
| PIS/COFINS | | | | | | (526.829) | (395.231) |
| ISS | | | | | | (403) | (416) |
| | | - | - | - | - | **(1.798.513)** | **(1.441.369)** |
| Encargos do consumidor | | | | | | | |
| P&D e PEE | 19.1 | | | | | (44.758) | (33.296) |
| CDE | 19.2 | | | | | (363.390) | (502.671) |
| PROINFA - Consumidores Livres | | | | | | (20.171) | (14.482) |
| Bandeiras tarifárias (CCRBT) | 22.4 | | | | | | (4.349) |
| Outros encargos | | | | | | (5.062) | (4.189) |
| | | - | - | - | - | **(433.381)** | **(558.987)** |
| | | - | - | - | - | **(2.231.894)** | **(2.000.356)** |
| **Receita** | | **1.656.624** | **1.620.333** | **11.406.851** | **10.723.148** | **5.245.884** | **3.804.732** |

**22.1 Fornecimento - Faturado**

A variação em fornecimento faturado, quando comparados os dois exercícios, deve-se principalmente: (i) crescimento de consumo devido a recuperação das atividades econômicas, refletindo o aumento no fornecimento, cujos principais impactos e restrições ocorreram em 2020 decorrente do cenário da COVID-19 (Nota 4.5), compensando a redução de consumo impulsionado pelas faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias decorrente da crise hídrica (Nota 4.4); e (ii) aumento do valor devido ao reajuste tarifário em 03 de agosto de 2021 (Nota 4.2).

**22.2 Consumidores livres**

A Companhia apresentou aumento de 26% no número de clientes livres em função das migrações de diversos clientes cativos para o mercado livre da Companhia.

**22.3 Energia de curto prazo**

O saldo refere-se às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pelo aumento da carga contratada do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, adicionado ao efeito decorrente do cenário de hídrico, ocasionando um aumento dos encargos associados a esta operação (Nota 4.4).

**22.4 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido**

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Em razão do cenário de escassez hídrica atual foi criada a bandeira tarifária de escassez hídrica, regulamentada pela Resolução nº 3/2021 da CREG (Nota 4.4).

A definição das faixas de acionamento observa limiares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são:

(i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
(ii) Bandeira Amarela: R$1,874 a cada 100 kWh;
(iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R$3,971 a cada 100 kWh;
(iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R$9,492 a cada 100 kWh; e
(v) Bandeira Escassez Hídrica: R$14,20 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2021 foram:

| 2021 | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maio | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Bandeira Tarifária | Amarela | Amarela | Amarela | Amarela | Vermelha Patamar 1 | Vermelha Patamar 2 | Vermelha Patamar 2 | Vermelha Patamar 2 | Bandeira Escassez Hídrica (*) | Bandeira Escassez Hídrica (*) | Bandeira Escassez Hídrica (*) | Bandeira Escassez Hídrica (*) |
| PLD gatilho (**) | 213,42 | 136,72 | 127,36 | 92,88 | 203,88 | 251,84 | 583,88 | 583,88 | 583,88 | 545,59 | 95,12 | 49,77 |

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia - TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha - patamar 2.
(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

## 23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço: contempla os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura e os gastos relacionados ao atendimento comercial e operação e manutenção da concessão; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

**2021**

| | Nota | Custo do serviço: Com energia elétrica | Custo do serviço: De operação | Custo do serviço: Prestado a terceiros | Despesas operacionais: PECLD | Despesas operacionais: Gerais e adminis-trativas | Despesas operacionais: Outras | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Não gerenciáveis** | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 23.1 | 2.789.859 | | | | | | 2.789.859 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 23.2 | 492.397 | | | | | | 492.397 |
| Outras | | 796 | | | | | | 796 |
| | | **3.283.052** | - | - | - | - | - | **3.283.052** |
| **Gerenciáveis** | | | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | | | 115.509 | 45 | | 37.560 | | 153.114 |
| Material | | | 16.089 | 58 | | 3.248 | | 19.395 |
| Serviços de terceiros | | | 136.269 | 115 | | 66.986 | | 203.370 |
| Depreciação - Imobilizado em serviço | | | 1.401 | | | 24 | | 1.425 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | | | | | 3.918 | | 3.918 |
| Amortização | | | 131.059 | | | 2.513 | | 133.572 |
| PECLD / perdas líquidas | | | | | 60.891 | | | 60.891 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | | | | | 15.078 | 15.078 |
| Arrendamentos e aluguéis | | | 1.012 | | | | | 1.012 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | | 37.552 | 37.552 |
| Custo com construção da infraestrutura | 22 | | | 579.470 | | | | 579.470 |
| Outras | 23.5 | | 14.840 | | | 7.133 | | 21.973 |
| | | - | **416.179** | **579.688** | **60.891** | **121.382** | **52.630** | **1.230.770** |
| **Total** | | **3.283.052** | **416.179** | **579.688** | **60.891** | **121.382** | **52.630** | **4.513.822** |

**2020**

| | Nota | Custo de serviço: Com energia elétrica | Custo de serviço: De operação | Custo de serviço: Prestado a terceiros | Despesas operacionais: PECLD | Despesas operacionais: Gerais e adminis-trativas | Despesas operacionais: Outras | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Não gerenciáveis | | | | | | | | |
| Energia elétrica comprada para revenda | 23.1 | 1.899.962 | | | | | | 1.899.962 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 23.2 | 443.677 | | | | | | 443.677 |
| Outras | | 816 | | | | | | 816 |
| | | **2.344.455** | - | - | - | - | - | **2.344.455** |
| Gerenciáveis | | | | | | | | |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | | | 118.490 | 29 | | 52.480 | | 170.999 |
| Material | | | 14.899 | 258 | | 2.207 | | 17.364 |
| Serviços de terceiros | | | 123.486 | 130 | | 55.024 | | 178.640 |
| Depreciação - Imobilizado em serviço | | | 1.454 | | | | | 1.454 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | | | | | 7.262 | | 7.262 |
| Amortização | | | 116.304 | | | 1.867 | | 118.171 |
| PECLD / perdas líquidas | | | | | 59.968 | | | 59.968 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | | | | | | | 31.378 | 31.378 |
| Arrendamentos e aluguéis | | | 942 | | | | | 942 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | | 47.711 | 47.711 |
| Custo com construção da infraestrutura | 22 | | | 384.575 | | | | 384.575 |
| Outras | 23.5 | | 14.615 | | | 6.228 | | 20.843 |
| | | - | **390.190** | **384.992** | **59.968** | **125.068** | **79.089** | **1.039.307** |
| **Total** | | **2.344.455** | **390.190** | **384.992** | **59.968** | **125.068** | **79.089** | **3.383.762** |

**23.1 Energia elétrica comprada para revenda**

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Contratos de compra de energia por disponibilidade | 23.1.1 | 856.361 | 586.822 |
| Contratos de compra de energia por quantidade | | 537.696 | 511.980 |
| PROINFA | | 54.670 | 44.751 |
| Contratos de compra de energia por cotas | 23.1.1 | 648.003 | 352.865 |
| Energia de curto prazo | 23.1.2 | 141.087 | 57.061 |
| Energia de Itaipu Binacional | | 479.323 | 480.731 |
| Encargo de Energia de Reserva - EER | | 19.386 | 34.428 |
| Encargos de Serviço do Sistema - ESS | 23.1.3 | 304.585 | 3.902 |
| Outras | | 746 | 251 |
| (-) Créditos de PIS/COFINS | | (251.898) | (172.829) |
| | | **2.789.859** | **1.899.962** |

**23.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas**

O aumento dos valores de compra de energia por disponibilidade deve-se a conjuntura de sazonalidade no cenário energético com a crise hídrica (Nota 4.4), influenciado também pelo início do período chamado "seco", onde ocorreram acionamento das térmicas em valor expressivo.

**23.1.2 Energia de curto prazo**

A variação dos saldos de energia no curto prazo ocorreu devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos, sendo no exercício de 2021 PLD médio de R$279,61/MWh (Submercado SE/CO), quando exercício de 2020, para o mesmo submercado, alcançou a média de R$177,7/MWh (Nota 4.5.4.2).

**23.1.3 Encargos de Serviço do Sistema - ESS**

O aumento do ESS é deve-se principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem do mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando assim o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN.

**23.2 Encargos de uso da rede elétrica**

O aumento deve-se principalmente à Tarifa do uso do sistema de transmissão - TUST, no qual é realizada uma revisão tarifária em todos os agentes de transmissão.

**23.3 Pessoal e Administradores**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Pessoal | | |
| Remuneração | 71.478 | 77.705 |
| Encargos | 25.740 | 26.303 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 13.964 | 14.306 |
| Outros benefícios - Corrente | 27.354 | 27.463 |
| Outros | 9.241 | 20.714 |
| | **147.777** | **166.551** |
| Administradores | | |
| Honorários e encargos | 4.303 | 4.276 |
| Benefícios dos administradores | 1.034 | 172 |
| | **5.337** | **4.448** |
| | **153.114** | **170.999** |

**23.4 Serviços de terceiros**

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Serviços de consultoria | 14.972 | 12.403 |
| Serviços comerciais | 67.171 | 60.005 |
| Serviços de manutenção | 58.753 | 48.809 |
| Serviços técnicos | 5.931 | 3.967 |
| Serviços de limpeza e vigilância | 8.458 | 5.599 |
| Serviços de informática | 27.146 | 25.797 |
| Serviços de telecomunicações | 3.011 | 3.211 |
| Serviços de transporte | 2.828 | 2.408 |
| Serviços Compartilhados | 9.985 | 9.507 |
| (-) Crédito de PIS/COFINS | (8.957) | (7.119) |
| Outros | 14.062 | 13.933 |
| | **203.370** | **178.640** |

**23.5 Outras**

Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento social da Companhia que é dividido em: educação, cultura, saúde e saneamento e esporte. Do valor total da rubrica de Outras de R$21.973 (R$20.843 em 2020), R$1.429 (R$1.682 em 2020) refere-se principalmente às doações relacionadas à COVID-19 (Nota 4.5). Adicionalmente, a Companhia também efetuou doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal no montante de R$3.274 (R$2.800 em 2020), apresentadas líquidas dos montantes a recolher de Imposto de Renda e Contribuição social.

## 24 Resultado financeiro

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | | |
| Juros e variações monetárias | | | |
| Renda de aplicações financeiras e cauções | 5 | 10.702 | 8.510 |
| Energia vendida | | 94.305 | 74.380 |
| Depósitos judiciais | 11 | 6.137 | 4.988 |
| Juros e multa sobre tributos | 8 | 16.022 | 16.307 |
| Energia Livre | 14.2 | | 39.118 |
| Ajustes a valor presente | 6.6 | 804 | 2.230 |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras | | (6.375) | (5.444) |
| Outras receitas financeiras | | 4.888 | 1.229 |
| | | **126.283** | **141.378** |
| **Despesas financeiras** | | | |
| Encargos de dívida | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17.2 | (57.687) | (41.536) |
| Debêntures | 16.2 | (67.300) | (47.444) |
| Operações de swap e hedge | 16.2 | (12.906) | |
| (-) Juros capitalizados | 13.3 | 8.768 | 3.093 |
| Juros e variações monetárias | | | |
| Energia comprada | | (1.410) | |
| Juros e multa sobre tributos | 8 | (6.246) | (3.191) |
| Ativos/ passivos financeiros setoriais | 7 | (4.439) | (4.826) |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 20.1.1 | (38.832) | (34.137) |
| Benefícios pós-emprego | 18.1.1 e 18.2 | (47.229) | (55.992) |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.7 | (3.985) | (1.302) |
| Energia Livre | 14.2 | (3.968) | |
| Outros juros e variações monetárias | | (236) | (565) |
| Outras despesas financeiras | | (9.437) | (6.291) |
| | | **(265.107)** | **(192.184)** |
| **Total** | | **(138.824)** | **(50.806)** |

## 25 Imposto de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro | | 593.238 | 370.164 |
| Alíquota | | 34% | 34% |
| IRPJ e CSLL | | **(201.701)** | **(125.856)** |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | | |
| Doações | | (486) | (572) |
| Perdas indedutíveis | | (2.165) | |
| Juros sobre o capital próprio | | 22.201 | 21.084 |
| Outras | | 35 | (526) |
| Outros | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos | | | 49 |
| Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores | 4.3 e 25.2 | 21.527 | 9.054 |
| Incentivos fiscais | | | |
| SUDENE | 25.1 | 9.493 | 5.681 |
| Outros | | 2.296 | 2.181 |
| Despesa de IRPJ e CSLL | | **(148.820)** | **(87.907)** |
| Alíquota efetiva | | 25,09% | 23,75% |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**25.1 SUDENE**

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/10, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Em razão dos investimentos de modernização ocorridos na Companhia, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2018 a 2027.

Essa subvenção governamental é reconhecida no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

**25.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores**

Do montante de R$21.527 no exercício de 2021, R$4.606 refere-se ao benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D do exercício de 2020, R$7.436 aos recálculos do incentivo do Lucro da Exploração SUDENE relativos aos exercícios de 2016 à 2020 e R$9.647 é decorrente de provisão de crédito de IRPJ e CSLL sobre indébitos tributários apropriados (Nota 4.3).

### 26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas | 444.408 | 282.257 |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 5.876 | 5.876 |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) | **75,63104** | **48,03557** |

### 27 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**27.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

| | Nota | Níveis | Valor justo 31/12/2021 | Valor justo 31/12/2020 | Valor contábil 31/12/2021 | Valor contábil 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| **No reconhecimento inicial ou subsequentemente** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | | | | | |
| Aplicações financeiras | | Nível 2 | 487.394 | 136.218 | 487.394 | 136.218 |
| Ativo financeiro indenizável | 13.1 | Nível 2 | 2.563.316 | 2.058.830 | 2.563.316 | 2.058.830 |
| | | | **3.050.710** | **2.195.048** | **3.050.710** | **2.195.048** |
| **Custo amortizado** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Nível 2 | 26.379 | 40.575 | 26.379 | 40.575 |
| Consumidores e concessionárias | 6 | Nível 2 | 958.081 | 821.085 | 958.081 | 821.085 |
| Cauções | | Nível 2 | 187 | 187 | 187 | 187 |
| Ativos financeiros setoriais | 7 | Nível 2 | 567.579 | 255.469 | 567.579 | 255.469 |
| Outros créditos - Partes relacionadas | 10 | Nível 2 | 23 | 105 | 23 | 105 |
| | | | **1.552.249** | **1.117.421** | **1.552.249** | **1.117.421** |
| | | | **4.602.959** | **3.312.469** | **4.602.959** | **3.312.469** |

| | Nota | Níveis | Valor justo 31/12/2021 | Valor justo 31/12/2020 | Valor contábil 31/12/2021 | Valor contábil 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Debêntures | | | 503.978 | | 503.978 | |
| Derivativos | 16 | Nível 2 | 11.301 | | 11.301 | |
| | | | **515.279** | **-** | **515.279** | **-** |
| **Custo amortizado** | | | | | | |
| Fornecedores | 14 | Nível 2 | 622.122 | 485.469 | 622.122 | 485.469 |
| Debêntures | 16 | Nível 2 | 957.511 | 895.106 | 988.381 | 890.775 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | | | | | |
| Moeda nacional | | Nível 2 | 893.675 | 678.004 | 894.880 | 678.986 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 10 | Nível 2 | 1.845 | 3.570 | 1.845 | 3.570 |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.7 | Nível 2 | 29.138 | 20.633 | 29.178 | 17.054 |
| Passivos financeiros setoriais | 7 | Nível 2 | 802.483 | 851.004 | 802.483 | 851.004 |
| | | | **3.306.774** | **2.933.786** | **3.338.889** | **2.926.858** |
| | | | **3.822.053** | **2.933.786** | **3.854.168** | **2.926.858** |

**27.1.1.1 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**27.1.1.2 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**27.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, dos Empréstimos e financiamentos e Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;

(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

**27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve alteração de classificação no nível do Ativo financeiro indenizável após análise da Administração da Companhia, que levou em consideração o fato de parte significativa do saldo já ser base blindada (valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, associados aos ativos em operação, excluindo-se as movimentações ocorridas -baixas e depreciação- e as respectivas atualizações) e, portanto, com critérios de avaliação dos ativos já conhecidos.

**27.1.3 Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

Durante o exercício, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de seu valor justo no resultado, com a finalidade de câmbio de taxa da debênture captada (Nota 16).

Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito deste derivativo:

| Descrição | Contraparte | Vigência | 31/12/2021 Nocional R$ | 31/12/2021 Valor justo | 2021 Efeitos no Resultado |
|---|---|---|---|---|---|
| Swap | | | | | |
| Ativo | Itaú | 12/02/2021 a 15/07/2025 | 500.000 | 510.680 | (9.219) |
| Passivo | | | (500.000) | (521.981) | (3.687) |
| | | | - | **(11.301)** | **(12.906)** |

Os impactos dos ganhos e perdas, por tipo de proteção, foram os seguintes:

| | Resultado 2021 |
|---|---|
| **Derivativos com propósito de proteção** | |
| Riscos de taxas de juros e moeda | (12.906) |
| **Total** | **(12.906)** |

**27.2 Gestão de riscos**

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão de Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco de Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

**27.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e Empréstimos, financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 16 e 17, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à TJLP, CDI e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 4.5) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

**27.2.1.1 Análise de sensibilidade**

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

| Operação | Risco | Saldo da exposição | Aging cenário provável Até 1 ano | Aging cenário provável 2 a 5 anos | Cenário (I) Provável | Cenário (II) Aumento do risco em 25% | Cenário (III) Aumento do risco em 50% | Cenário (IV) Redução do risco em 25% | Cenário (V) Redução do risco em 50% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aplicação financeira - CDB | CDI | 483.663 | 41.655 | | 41.655 | 10.325 | 20.618 | (10.359) | (20.754) |
| Aplicação financeira - Debêntures | CDI | 3.731 | 27 | | 27 | 7 | 13 | (7) | (13) |
| **Instrumentos financeiros ativos** | **CDI** | **487.394** | **41.682** | **-** | **41.682** | **10.332** | **20.631** | **(10.366)** | **(20.767)** |
| Debêntures | CDI | (757.409) | (84.471) | (129.153) | (213.624) | (47.245) | (94.214) | 48.327 | 96.570 |
| Empréstimos e financiamentos - NP | CDI | (353.057) | (80.390) | (42.228) | (122.618) | (27.543) | (56.175) | 28.795 | 56.510 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **CDI** | **(1.110.457)** | **(164.861)** | **(171.381)** | **(336.242)** | **(74.788)** | **(150.389)** | **77.122** | **153.480** |
| Swap - Ponta Passiva - Itaú | CDI | (521.981) | (60.332) | (113.930) | (174.262) | (37.213) | (74.184) | 37.984 | 75.240 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **CDI** | **(521.981)** | **(60.332)** | **(113.930)** | **(174.262)** | **(37.213)** | **(74.184)** | **37.984** | **75.240** |
| | | **(1.145.044)** | **(183.511)** | **(285.311)** | **(468.822)** | **(101.669)** | **(203.942)** | **104.743** | **208.953** |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES | TJLP | (73.102) | (5.310) | (4.757) | (10.067) | (1.632) | (3.243) | 1.654 | 3.332 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **TJLP** | **(73.102)** | **(5.310)** | **(4.757)** | **(10.067)** | **(1.632)** | **(3.243)** | **1.654** | **3.332** |
| | | **(73.102)** | **(5.310)** | **(4.757)** | **(10.067)** | **(1.632)** | **(3.243)** | **1.654** | **3.332** |
| Debêntures | IPCA | (744.711) | (83.181) | (109.092) | (192.273) | (33.784) | (68.599) | 32.784 | 64.598 |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES | IPCA | (126.711) | (17.908) | (11.891) | (29.799) | (2.466) | (4.987) | 2.411 | 4.769 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **IPCA** | **(871.422)** | **(101.089)** | **(120.983)** | **(222.072)** | **(36.250)** | **(73.586)** | **35.195** | **69.367** |
| Swap - Ponta Ativa - Safra | IPCA | 509.074 | 51.109 | 88.905 | 140.014 | 20.454 | 41.570 | (19.813) | (39.003) |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **IPCA** | **509.074** | **51.109** | **88.905** | **140.014** | **20.454** | **41.570** | **(19.813)** | **(39.003)** |
| | | **(362.348)** | **(49.980)** | **(32.078)** | **(82.058)** | **(15.796)** | **(32.016)** | **15.382** | **30.364** |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,9% e 11,2% a.a.; TJLP entre 5,4% e 6,5% a.a; e IPCA entre 3,6% e 8,3% a.a.

**27.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Consumidores e Concessionárias (Nota 6), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; e (iii) Ativo financeiro indenizável (Nota 13.1) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio de monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

| | 31/12/2021 | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total | Total |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | | |
| Fornecedores | 405.981 | 104.537 | 111.604 | | | 622.122 | 485.469 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | | | 297 | 1.548 | | 1.845 | 3.570 |
| Debêntures | 23.599 | 19.665 | 37.062 | 1.423.334 | | 1.503.660 | 890.775 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 14.350 | 5.555 | 87.201 | 787.774 | | 894.880 | 678.966 |
| Arrendamentos e aluguéis | 512 | 666 | 6.371 | 17.404 | 4.225 | 29.178 | 17.054 |
| Passivos financeiros setoriais | | | 226.576 | 575.907 | | 802.483 | 851.004 |
| | **444.442** | **130.423** | **469.111** | **2.805.967** | **4.225** | **3.854.168** | **2.926.858** |

Adicionalmente a Companhia possui em seu Contrato de Concessão cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro para restabelecer alterações significativas nos custos, incluindo as modificações de tarifas de compra de energia elétrica e encargos de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica ou na hipótese de alteração unilateral do contrato, o que garante maior estabilidade na gestão do risco de liquidez da Companhia.

**27.2.2.1 Risco de sobrecontratação**

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ou venda de energia por meio do MVE, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2021 estão apresentados na nota 29.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

- Elevação do nível da contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;
- (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobra e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de usinas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-se ao regime de Cotas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD 4%, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência.

Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição de máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição das CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante.

Conforme mencionado na nota 7.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

Com o cenário da COVID-19 (Nota 4.5.4.2), houve uma redução no mercado de distribuição de energia elétrica para o exercício de 2020, ocasionando assim, uma sobrecontratação da energia contratada. O Decreto nº 10.350, do dia 18 de maio de 2020, adicionou ao Decreto nº 5.163/2004, em seu Art. 3º § 7º, a redação de que a redução de carga decorrente dos efeitos da referida pandemia, apurada conforme regulação da ANEEL, será considerada como exposição contratual involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Foi instaurada a consulta pública nº 35 pela Agência Reguladora, cuja fase 3ª tratou de aprimoramento dos mecanismos relativos à reequilíbrio econômico-financeiro, advindos de fatos geradores decorrentes da pandemia, além do tratamento da sobrecontratação involuntária e o ressarcimento ao consumidor de custos administrativos, financeiros e tributários da operação de crédito da Conta-COVID. Em 23 de novembro de 2021, a Diretoria da ANEEL deliberou o resultado da referida Consulta Pública, definindo para a sobrecontratação relativa ao COVID-19 a utilização como carga contratactual a declaração nos Leilões A-1 e A-2 de 2019.

Para o segundo semestre de 2021, o agravamento do cenário de crise hídrica e o crescimento de mercado acima das projeções impactaram momentaneamente as estratégias definidas para o ano. Nesse sentido, a Companhia declarou déficit no MCSD de julho a dezembro de 2021 que foram atendidos pelo Mecanismo. Dessa forma, foram adquiridos 112 MWm para a Companhia visando a proteção de seus fluxos de caixa.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 31 de dezembro de 2021, afetou negativamente o resultado da Companhia em R$19.963.

**27.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento do índice financeiro.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 16 e 17. Até 31 de dezembro de 2021 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos, financiamentos e Debêntures nas respectivas notas 16 e 17. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

**27.2.3 Risco hidrológico**

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoelétricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação de cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) a antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma assegurar o suprimento de energia; (iii) minimização dos impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

**27.2.4 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas abaixo:

**• Consumidores e Concessionárias**

Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Desta forma, o atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Assim, para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. Contudo, a Companhia realiza abrangentes estudos para determinar a perda estimada para estes ativos.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização do contas a receber de consumidores é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza diversos métodos de cobrança tais como cobranças administrativas, notificações na fatura de energia e via SMS, protesto junto aos cartórios, restrição de crédito junto às empresas de proteção ao crédito, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial, internet, aplicativo, além de realização de feirões para acordos de pagamentos.

Conforme mencionado na nota 4.5.2, a Resolução Normativa nº 936/2021 vedou até 30 de setembro de 2021 a suspensão do fornecimento de energia para determinadas classes de consumo. Entretanto, a Companhia não identificou impactos significativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e está avaliando os possíveis impactos futuros.

Ainda com relação a pandemia da COVID-19 (Nota 4.5) a Companhia possui contratos de energia com clientes livres, onde, no decorrer de 2020, alguns destes clientes solicitaram melhores condições de pagamento para aliviarem o impacto em seus fluxos de caixa e/ou acionaram a cláusula de Caso Fortuito ou Força Maior para suspenderem o pagamento da demanda contratada enquanto durar a pandemia e pagar somente a energia efetivamente medida dos contratos. A Administração da Companhia procedeu com avaliação jurídica indicando que não há motivo para que esta cláusula seja acionada e, neste sentido, está apresentando propostas de parcelamento aos clientes e/ou tomando medidas judiciais cabíveis. Portanto para o exercício não houve registro contábil relativo ao risco de crédito.

Adicionalmente, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a regulamentação da ANEEL prevê o repasse nas tarifas do montante de receitas não arrecadadas, transcorridos o prazo de 5 anos de cobrança, conforme regulamentação vigente por meio do submódulo 2.2 do PRORET.

Para os efeitos da COVID-19 (Nota 4.5.4.2), em 23 de novembro de 2021, a Diretoria da ANEEL deliberou o resultado da Consulta Pública nº 35, o tratamento da sobrecontratação involuntária e o ressarcimento ao consumidor de custos administrativos, financeiros e tributários da operação de crédito da Conta-COVID.

**• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

Em se tratando de aplicações financeiras vinculadas à CDB ou lastreadas em debêntures, a Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Classificação da instituição financeira | | 367.586 | 125.008 |
| AAA | | 119.808 | 11.076 |
| AA | 5 | **487.394** | **136.084** |

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento Restrito cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 5.3).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**• Ativo financeiro indenizável**

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e são decorrentes dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

**• Ativos financeiros setoriais**

Os ativos financeiros setoriais decorrem das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, comparados àqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas da Companhia e incorpora tais ativos na mesma. Adicionalmente, o contrato de concessão também garante que serão indenizados à Companhia os saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

**27.2.5 Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**27.2.6 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Total dos empréstimos e debêntures | 2.398.540 | 1.569.701 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (513.773) | (176.793) |
| Dívida líquida | **1.884.767** | **1.392.908** |
| Total do Patrimônio Líquido | 1.382.908 | 1.082.961 |
| Total do capital | **3.267.675** | **2.475.929** |
| **Índice de alavancagem financeira - %** | 57,68% | 56,26% |

**28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**28.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Efeito caixa | Efeito não caixa: Variação monetária e cambial | Efeito não caixa: Ajuste a valor de mercado/ presente | Efeito não caixa: Adições/ baixas | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Aumento (diminuição) de passivos financiamento** | | | | | | | |
| Dividendos | 15 | 64.652 | (192.711) | | | 183.561 | 55.502 |
| Debêntures | 16 | 890.775 | 512.670 | 67.018 | (40.290) | 73.487 | 1.503.660 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 678.966 | 158.007 | 14.927 | | 42.980 | 894.880 |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.7 | 17.054 | (8.368) | | 3.985 | 16.507 | 29.178 |
| | | **1.651.447** | **469.607** | **81.945** | **(36.314)** | **316.515** | **2.483.220** |

| | Saldo em 31/12/2019 | Efeito caixa | Efeito não caixa: Variação monetária e cambial | Efeito não caixa: Ajuste a valor de mercado/ presente | Efeito não caixa: Adições/ baixas | Saldo em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Aumento (diminuição) de passivos financiamento** | | | | | | |
| Dividendos | 91.547 | (355.535) | | | 328.640 | 64.652 |
| Debêntures | 992.570 | (149.239) | 9.294 | | 38.150 | 890.775 |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 327.488 | 309.968 | 6.133 | | 35.387 | 678.966 |
| Arrendamentos e aluguéis | 25.262 | (9.755) | (446) | 1.748 | 245 | 17.054 |
| | **1.436.867** | **(204.561)** | **14.981** | **1.748** | **402.432** | **1.651.467** |

**28.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar | 55.502 | 64.652 |
| Capitalização de juros de empréstimos e debêntures aos Ativos da concessão | 8.768 | 3.093 |
| Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências | 159 | 4.215 |
| Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado | 16.507 | 245 |
| **Total** | **80.936** | **72.205** |

**29 Compromissos contratuais e Garantias**

**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

| | 31/12/2021 | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 | A partir de 2027 | Total geral | Total geral |
| Responsabilidades com locações operacionais | 1.326 | 88 | 75 | | 1.489 | 1.746 |
| Obrigações de compra | | | | | | |
| Compra de energia | 2.136.446 | 4.193.549 | 3.389.759 | 12.502.783 | 22.222.537 | 19.208.933 |
| Encargos de conexão e transporte de energia | 306.500 | 540.854 | 442.540 | 401.670 | 1.691.564 | 3.046.006 |
| Materiais e serviços | 628.254 | 701.212 | 342.990 | 1.572 | 1.674.028 | 811.330 |
| Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures | 266.756 | 243.115 | 32.499 | | 542.370 | 172.906 |
| | **3.339.282** | **5.678.818** | **4.207.863** | **12.906.025** | **26.131.988** | **23.239.921** |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

| | 31/12/2021 | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2022 | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 | A partir de 2027 | Total geral | Total geral |
| Responsabilidades com locações operacionais | 1.287 | 95 | 94 | | 1.476 | 1.752 |
| Obrigações de compra | | | | | | |
| Compra de energia | 2.136.445 | 4.676.719 | 4.309.637 | 22.290.316 | 33.413.117 | 28.589.172 |
| Encargos de conexão e transporte de energia | 306.500 | 601.918 | 567.316 | 567.701 | 2.043.435 | 3.802.627 |
| Materiais e serviços | 609.541 | 753.777 | 429.675 | 2.503 | 1.795.496 | 822.221 |
| Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures | 270.681 | 368.038 | 76.035 | | 714.754 | 158.383 |
| | **3.324.454** | **6.400.547** | **5.382.757** | **22.860.520** | **37.968.278** | **33.374.155** |

**29.2 Garantias**

| Tipo de garantia | Modalidade | Limite máximo garantido 31/12/2021 | Limite máximo garantido 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Seguro de vida | Aval de acionista | 134.040 | 125.808 |
| Ações judiciais | (i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia. | 37.902 | 43.152 |
| Outros | Recebíveis | 38.794 | 42.565 |
| | | **213.736** | **211.525** |

...continuação

EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os valores em garantia de Fornecedores (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17), estão demonstrados em suas respectivas notas.

**30 Cobertura de Seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações | 582.091 | 32.000 | 530.867 | 32.000 |
| Prédios e conteúdos (próprios e terceiros) | 50.459 | 50.459 | 50.459 | 50.459 |
| Transportes (materiais) | 12.000 | 3.500 | 12.000 | 2.500 |
| Transportes (veículos) | 789 | 789 | 789 | 789 |
| Seguro de Vida | 133.040 | (*) | 125.808 | (*) |

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial das subestações onde, dentre os itens segurados, destacam-se máquinas e equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$247.585; e
(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.611.

**31 Eventos subsequentes**

**31.1 Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022**

O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**João Manuel Veríssimo Marques da Cruz**
Presidente

**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**
Conselheiro

**Luiz Otavio Assis Henriques**
Conselheiro

**Helio Colombo**
Conselheiro

**João José Savaiva Torres**
Conselheiro

**Edson Wilson Bernardes França**
Conselheiro

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Luiz Otavio Assis Henriques**
Diretor-Presidente, Comercial e de Distribuição

**Luiz Felipe Falcone de Souza**
Diretor de Regulação

**Dyogenes Rosi**
Diretor de Planejamento Energético

**André Luis de Nanes de Mello Almeida**
Diretor de Sustentabilidade

**Evandro Scopel Cometti**
Diretor de Planejamento e Engenharia

**Vitor Hugo Alexandrino da Silva**
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

## CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

**Renan Silva Sobral**
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.**
Vitória - ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível (Consulte as notas explicativas 13.1, 13.3 e 13.2 às demonstrações financeiras)**

As demonstrações financeiras apresentam saldos no ativo não circulante referentes a valores em construção (ativos de concessão) no montante de R$430.765 mil, valores a amortizar no período da concessão (intangível) no montante de R$497.383 mil e a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente (ativo financeiro indenizável) no montante de R$2.583.316 mil, referentes às atividades de distribuição. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente - CPC 47 (IFRS 15), no contrato de construção de distribuição de energia está previsto que os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão dão origem a um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente e, o investimento remanescente, deve ser classificado como um intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio de consumo de energia pelos consumidores. A avaliação dos investimentos entre ativo financeiro indenizável e intangível, pós período de construção (ativos de concessão) envolve complexidade e julgamento por parte da Companhia que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável e intangível, assim como os controles e critérios de elegibilidade para valorização e registro de adições dos ativos de infraestrutura, os quais estão sujeitos à revisão e homologação pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade dos controles internos chave relacionados ao processo de construção do ativo de contrato, assim como, a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação e para a mensuração do ativo financeiro indenizável; realização de inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício; recálculo da vida útil do bem e revisão da bifurcação efetuada entre o ativo intangível e ativo financeiro indenizável, avaliação da atualização monetária do ativo financeiro indenizável, além de testes do cálculo da amortização do intangível. Avaliamos também as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado (Consulte as notas explicativas 6 e 22 às demonstrações financeiras)**

Parte das receitas de vendas de energia da Companhia é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras R$266.167 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pela Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de perda e a tarifa vigente.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado.

Avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia, tais como índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pela Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da receita de fornecimento não faturado, os quais não foram registrados, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2022.

KPMG
**KPMG Auditores Independentes**
CRC SP014428/O-6

**Daniel A. da S. Fukumori**
Contador CRC 1SP245014/O-2

www.edp.com.br

# EDP Smart Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 02.154.070/0001-20

edp

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

**Senhores Acionistas:**
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.132 | 343 | 16.474 | 1.796 |
| Clientes | 5 | 8.746 | 12.414 | 49.110 | 54.358 |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 6 | 1.648 | 890 | 1.754 | 923 |
| Outros tributos compensáveis | 6 | 6.175 | 2.233 | 14.241 | 5.032 |
| Empréstimos a receber | 7 | | 15.675 | | |
| Estoques | 8 | 404 | 424 | 2.886 | 2.630 |
| Cauções e depósitos vinculados | 10 | 72 | 56 | 732 | 705 |
| Outros créditos | 12 | 962 | 918 | 2.867 | 4.221 |
| **Total do Ativo Circulante** | | **20.139** | **33.953** | **88.063** | **69.668** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Clientes | 5 | 10.494 | 9.841 | 79.682 | 68.422 |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 6 | 175 | 459 | 197 | 459 |
| Outros tributos compensáveis | 6 | 6.317 | 6.689 | 6.317 | 6.689 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | 12.234 | 7.418 | 13.736 | 7.418 |
| Empréstimos a receber | 7 | 17.662 | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.1 | 50.240 | 17.200 | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 10 | 2.050 | 2.025 | 3.322 | 3.642 |
| Outros créditos | 12 | 162 | 148 | 216 | 148 |
| | | **99.334** | **43.780** | **103.468** | **106.778** |
| Investimentos | 13 | 209.116 | 141.318 | | |
| Imobilizado | 14 | 158.444 | 83.280 | 330.494 | 123.829 |
| Intangível | 15 | 29.476 | 18.630 | 63.998 | 53.091 |
| | | **397.036** | **243.228** | **394.492** | **176.920** |
| **Total do Ativo Não circulante** | | **496.370** | **287.008** | **497.961** | **283.698** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **516.509** | **320.971** | **586.024** | **353.366** |

| | Nota | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Fornecedores | 16 | 41.100 | 4.612 | 67.973 | 8.070 |
| Imposto de renda e Contribuição social a recolher | 6 | | | 967 | 820 |
| Outros tributos a recolher | 6 | 836 | 723 | 6.455 | 4.308 |
| Outros tributos diferidos | 9 | | | 630 | 2.040 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 129.337 | 98.866 | 129.337 | 98.866 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 18 | 2.976 | 2.361 | 5.078 | 4.184 |
| Outras contas a pagar | 12 | 3.857 | 2.664 | 8.551 | 5.040 |
| **Total do Passivo Circulante** | | **178.106** | **109.226** | **218.991** | **123.928** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | | | | 10.202 |
| Outros tributos diferidos | 9 | 1.139 | 1.168 | 20.117 | 3.384 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | 23.429 | 46.857 | 23.429 | 46.857 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.1 | 186.100 | 68.100 | 186.100 | 68.100 |
| Provisões | 19 | 249 | 249 | 1.128 | 1.541 |
| Outras contas a pagar | 12 | 3.394 | 2.248 | 12.167 | 6.231 |
| **Total do Passivo Não circulante** | | **214.311** | **118.622** | **242.941** | **136.315** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | | |
| Capital social | 20.1 | 195.886 | 102.786 | 195.886 | 102.786 |
| Reservas de lucros | 20.2 | 9.330 | 9.330 | 9.330 | 9.330 |
| Outros resultados abrangentes | | 118 | (1.395) | 118 | (1.395) |
| Prejuízos acumulados | | (81.242) | (17.598) | (81.242) | (17.598) |
| **Total do Patrimônio Líquido** | | **124.092** | **93.123** | **124.092** | **93.123** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **516.509** | **320.971** | **586.024** | **353.366** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas** | 21 | 23.300 | 27.127 | 78.305 | 87.113 |
| **Custos** | 22 | | | | |
| Custo de operação | | (13.606) | (6.894) | (48.076) | (22.676) |
| Custo de serviço prestado a terceiros | | (7.456) | (12.928) | (22.542) | (41.915) |
| | | **(21.062)** | **(19.822)** | **(70.618)** | **(64.591)** |
| **Lucro bruto** | | **2.238** | **7.305** | **7.687** | **22.522** |
| **Despesas e Receitas operacionais** | 22 | | | | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | 332 | (311) | 332 | (1.158) |
| Despesas gerais e administrativos | | (9.659) | (14.849) | (19.375) | (24.112) |
| Outras despesas e receitas operacionais | | (45.177) | (105) | (45.138) | 27 |
| | | **(54.504)** | **(15.265)** | **(64.181)** | **(25.243)** |
| **Resultado das participações societárias** | 13 | **(8.059)** | **(1.430)** | | |
| **Resultado antes do resultado financeiro e tributos** | | **(60.325)** | **(9.390)** | **(56.494)** | **(2.721)** |
| **Resultado financeiro** | 23 | | | | |
| Receitas financeiras | | 1.975 | 638 | 1.583 | 202 |
| Despesas financeiras | | (10.889) | (4.997) | (11.602) | (5.919) |
| | | **(8.914)** | **(4.359)** | **(10.019)** | **(5.717)** |
| **Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro** | | **(69.239)** | **(13.749)** | **(66.513)** | **(8.438)** |
| **Tributos sobre o lucro** | 24 | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | | | (3.277) | (2.392) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 5.595 | 3.975 | 6.146 | 1.056 |
| | | **5.595** | **3.975** | **2.869** | **(1.336)** |
| **Prejuízo do exercício** | | **(63.644)** | **(9.774)** | **(63.644)** | **(9.774)** |
| **Resultado por ação atribuível aos acionistas** | 25 | | | | |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) | | | | | |
| ON | | (6.364,40) | (977,40) | (6.364,40) | (977,40) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | (63.644) | (9.774) | (63.644) | (9.774) |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 718 | | 718 |
| Hedge de fluxos de caixa | 2.292 | (2.113) | 2.292 | (2.113) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (779) | | (779) | |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(62.131)** | **(11.169)** | **(62.131)** | **(11.169)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Geração do valor adicionado** | **114.475** | **67.987** | **184.264** | **144.637** |
| Receita operacional | 26.257 | 30.400 | 92.303 | 97.514 |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | 332 | (311) | 332 | (1.158) |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | 87.863 | 37.836 | 91.606 | 48.090 |
| Outras receitas | 23 | 52 | 23 | 191 |
| **(-) Insumos adquiridos de terceiros** | **(99.685)** | **(58.323)** | **(139.265)** | **(107.541)** |
| Materiais | (59.046) | (23.788) | (64.991) | (54.839) |
| Matéria-prima e insumos para produção | | | (21.715) | (8.429) |
| Serviços de terceiros | (38.731) | (32.892) | (48.530) | (42.354) |
| Outros custos operacionais | (1.908) | (1.643) | (4.029) | (1.919) |
| **Valor adicionado bruto** | **14.790** | **9.664** | **44.999** | **37.096** |
| **Retenções** | | | | |
| Depreciações e amortizações | (50.264) | (2.410) | (58.812) | (7.170) |
| **Valor adicionado líquido produzido** | **(35.474)** | **7.254** | **(13.813)** | **29.926** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | | | |
| Receitas financeiras | 2.051 | 670 | 1.660 | 235 |
| Resultado da equivalência patrimonial | (8.059) | (1.430) | | |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **(41.482)** | **6.494** | **(12.153)** | **30.161** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | |
| Pessoal | | | | |
| Remuneração direta | 10.487 | 9.576 | 21.538 | 16.885 |
| Benefícios | 1.161 | 815 | 2.572 | 1.930 |
| FGTS | 737 | 348 | 1.130 | 761 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | | |
| Federais | (2.257) | (271) | 4.489 | 8.530 |
| Estaduais | 300 | 250 | 6.276 | 4.057 |
| Municipais | 419 | 340 | 983 | 789 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | |
| Juros | 10.889 | 4.997 | 11.602 | 5.919 |
| Aluguéis | 426 | 215 | 901 | 464 |
| | **22.162** | **15.268** | **51.491** | **39.935** |
| Prejuízo do exercício | **(63.644)** | **(9.774)** | **(63.644)** | **(9.774)** |
| | **(41.482)** | **6.494** | **(12.153)** | **30.161** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro | | (69.239) | (13.749) | (66.513) | (8.438) |
| Ajustes exercícios anteriores | | | | | (24) |
| **Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais** | | | | | |
| PIS, COFINS e ISS diferidos | | (29) | 167 | (2.354) | 2.753 |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | (332) | 311 | (332) | 1.158 |
| Depreciações e amortizações | | 50.264 | 2.411 | 58.679 | 7.171 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | | 596 | 780 | | |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos | | 7.900 | 4.483 | 8.887 | 5.235 |
| Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP | | 324 | 409 | 673 | 803 |
| Ajuste a valor presente | | (11) | (55) | (11) | (55) |
| Resultado de participações societárias | | 8.059 | 1.430 | | |
| Outros | | (879) | (328) | 30 | 1.641 |
| | | **(3.347)** | **(4.132)** | **(741)** | **10.244** |
| **(Aumento) diminuição de ativos operacionais** | | | | | |
| Clientes | | 3.358 | (2.543) | 14.825 | (24.915) |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | | (406) | (722) | (479) | (732) |
| Outros tributos compensáveis | | (3.538) | (1.016) | (4.575) | (4.589) |
| Estoques | | 20 | 2.326 | (252) | 5.718 |
| Cauções e depósitos vinculados | | (5) | (2) | 327 | (653) |
| Rendas a receber | | | 68 | | 68 |
| Outros ativos operacionais | | 15 | 2.625 | 2.497 | 1.542 |
| | | **(556)** | **736** | **12.343** | **(23.461)** |
| **Aumento (diminuição) de passivos operacionais** | | | | | |
| Fornecedores | | 2.766 | 2.527 | 25.106 | 853 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 1.483 | | 2.595 | (90) |
| Outros tributos a recolher | | (145) | (227) | (4.754) | 1.214 |
| Provisões | | | | (182) | (50) |
| Outros passivos operacionais | | 2.820 | 2.431 | 1.045 | 3.257 |
| | | **6.924** | **4.731** | **23.810** | **5.184** |
| **Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais** | | **3.021** | **1.335** | **35.412** | **(8.033)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.483) | | (4.672) | (2.043) |
| **Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais** | | **1.538** | **1.335** | **30.740** | **(10.076)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | |
| Aquisição de investimento | | (70.135) | (9.955) | (67.335) | (9.955) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | (50.240) | (17.200) | | |
| Adições ao Imobilizado e Intangível | | (87.863) | (39.344) | (162.532) | (53.462) |
| Alienação de bens e direitos | | | (57) | | |
| Empréstimos a receber | | | (256) | | (256) |
| Caixa e equivalentes de caixa - Investimentos alienados | | | | | |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(208.238)** | **(66.812)** | **(229.236)** | **(63.673)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 186.100 | 68.100 | 186.100 | 68.100 |
| Aumento de capital social | | 25.000 | 4.200 | 30.500 | 14.155 |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures | | 100.000 | | 100.000 | |
| Amortização do principal de empréstimos e financiamentos | | (93.429) | (11.714) | (93.429) | (11.714) |
| Pagamentos de encargos de dívidas | | (7.428) | (3.628) | (7.428) | (3.628) |
| Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos | | (1.754) | (413) | (2.569) | (1.014) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | 27.1 | **208.489** | **56.545** | **213.174** | **65.899** |
| **Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa** | | **1.789** | **(8.932)** | **14.678** | **(7.850)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 2.132 | 343 | 16.474 | 1.796 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 343 | 9.275 | 1.796 | 9.646 |
| | | **1.789** | **(8.932)** | **14.678** | **(7.850)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reservas de lucros | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total | Total Consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | 83.086 | 9.330 | - | (7.824) | 84.592 | 84.592 |
| Aumento/integralização de capital - AGOE de 22/06/2020 | 19.700 | | | | 19.700 | 19.700 |
| Prejuízo do exercício | | | | (9.774) | (9.774) | (9.774) |
| *Hedge de fluxos de caixa* | | | (2.113) | | (2.113) | (2.113) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | 718 | | 718 | 718 |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **102.786** | **9.330** | **(1.395)** | **(17.598)** | **93.123** | **93.123** |
| | **Capital social** | **Reservas de lucros** | **Outros resultados abrangentes** | **Prejuízos acumulados** | **Total** | **Total Consolidado** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **102.786** | **9.330** | **(1.395)** | **(17.598)** | **93.123** | **93.123** |
| Aumento de capital - AGOE de 30/04/2021 | 93.100 | | | | 93.100 | 93.100 |
| Prejuízo do exercício | | | | (63.644) | (63.644) | (63.644) |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | |
| *Hedge de fluxos de caixa* | | | 2.292 | | 2.292 | 2.292 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | (779) | | (779) | (779) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **195.886** | **9.330** | **118** | **(81.242)** | **124.092** | **124.092** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1 Contexto operacional**

A EDP Smart Serviços S.A. (Companhia, EDP Smart Serviços ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de julho de 1997, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e possui sua sede no município de Serra - ES. Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2021, foi aprovada a alteração da denominação social de EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. para EDP - Smart Serviços S.A. e da controlada EDP Soluções em Energia S.A. para EDP - Smart Soluções S.A..

No objeto social da Companhia destacam-se: (i) a prestação e exploração de serviços de telecomunicações; (ii) celebrar, acordos, contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; (iii) a elaboração de projetos civil e eletromecânico de rede de energia de alta, média e baixa tensão; (iv) a prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas de automação, telecomunicações, medição, iluminação pública e ornamental e outros; (v) a realização de projetos, execução e comissionamento de microgeração de energia a partir de fontes renováveis, comercialização de soluções e prestação de serviços de instalação, monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; (vi) a realização de serviços de diagnósticos energéticos; (vii) o desenvolvimento de projetos de eficiência energética, instalação e comercialização de equipamentos para eficiência energética bem como prestação de serviços de monitoramento e manutenção de sistemas em funcionamento; e (viii) a prestação de serviços de consultoria em eficiência energética, gestão de projetos e serviços de telecomunicações. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, desde 7 de dezembro de 2015, 100% das ações da EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, que tem como objeto social: (i) a prestação de serviço de engenharia, inclusive infraestrutura, obras civis, subestações de energia, edificações e afins, com a utilização de materiais, equipamentos e correlatos; (ii) a prestação de serviços de assessoramento, consultoria técnica, gestão e contratos de performance em eficiência energética e demais serviços a ela relacionados; (iii) a industrialização e comercialização de água, ar comprimido, vapor e biomassa; (iv) o comércio, importação e exportação de materiais e equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, hidráulicos, mecânicos e de geração fotovoltaica; (v) a destinação final e descarte de equipamentos elétricos, eletrodomésticos, eletrônicos e lâmpadas; (vi) geração de energia elétrica; (vii) comercialização de energia; e (viii) aluguel de equipamentos e materiais correlatos.

A Companhia detém também, desde 1º de julho de 2020, 100% das quotas da UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Taubaté, Estado de São Paulo. A UFV tem por objeto social: (a) a locação e sublocação de imóveis próprios ou de terceiros, (b) o aluguel de máquinas e equipamentos fotovoltaicos, e (c) instalação de máquinas e equipamentos industriais (Nota 13).

A Companhia firmou em 14 de junho de 2021, Acordo de Investimento para aquisição de 100% da participação no capital social da AES Inova Soluções de Energia Ltda. (AES Inova), e suas respectivas subsidiárias AES Tietê Inova Soluções de Energia I Ltda. e a AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. A AES Inova é uma plataforma de investimento em geração solar distribuída, detentora de um portfólio de aproximadamente 34 MWp. Deste total, aproximadamente 16 MWp referem-se a empreendimentos contratados e em operação comercial, que representam uma receita de R$11,50 milhões. Os demais 18 MWp são caracterizados por projetos *ready to build* em Minas Gerais.

Em 28 de setembro de 2021 ocorreu a 9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, no qual foi realizada a alteração da denominação social da subsidiária AES Inova Soluções de Energia I Ltda. para Nova Geração Solar Ltda.

**2 Base de preparação**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 19 de janeiro de 2022.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 26.1.1.

**2.4 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5.5); Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 19); Mensuração da receita de serviços de eficiência energética (Nota 5); Análise da redução ao valor recuperável (Nota 2.7); Avaliação da vida útil do imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 26.1.2.1).

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas (Nota 13).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento das Controladoras nas suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas; e
- A data da demonstração financeira das controladas utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Companhia.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

**2.7 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

**Ativo financeiro**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.2), em relação à sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requeressem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

**2.7.1 Redução no valor recuperável (*impairment*) do *goodwill* e Investimento da EDP Smart Serviços e da EDP Smart Soluções**

Em função da mudança de estratégia e redirecionamento de investimentos para outras empresas do grupo EDP - Energias do Brasil, causado pelo cenário de pandemia do COVID-19 (Nota 3.2), a EDP Smart Soluções, em sua base de indicadores ativos de recuperabilidade, decidiu considerar na elaboração do estudo apenas os projetos existentes na base da controlada EDP Smart Soluções levando pelo período de vigência dos contratos.

A Companhia procedeu o teste de recuperabilidade do *goodwill* registrado relativo à aquisição da controlada EDP Smart Soluções, para constatar se esta potencial redução de portfólio seria recuperável. Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *enterprise value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: Considerando a metodologia do fluxo de caixa descontado;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: vigência dos contratos atualmente existentes;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático *Weighted Average Capital Cost* (WACC que, em português significa Custo Médio Ponderado de Capital). Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Com base nas premissas mencionadas acima, as quais estima-se serem as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, a Companhia identificou perda no valor recuperável no montante de R$45.245, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais no resultado do exercício (Nota 22).

A Companhia continuará a monitorar os resultados da controlada EDP Smart Soluções nos próximos períodos afim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

**2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

**2.8.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC**

| Norma | Descrição da alteração | Correlação IASB | Natureza | Data da vigência |
|---|---|---|---|---|
| Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos | Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR) | IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. | Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato) | IAS 37 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 27 - Ativo Imobilizado | Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo | IAS 16 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3. | IFRS 3 | Pronunciamento | 01/01/2022 |
| CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis | Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2). | IAS 1 / IFRS 2 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma. | IAS 1 / IFRS 2 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação | As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. | IAS 12 | Pronunciamento | 01/01/2023 |
| CPC 50 - Contratos de seguro | Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade | IFRS 17 | Pronunciamento | 01/01/2023 |

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3 Eventos significativos no exercício**

**3.1 Captação de recursos**

Durante o exercício de 2021 a Companhia obteve o seguinte recurso (Nota 17.1):

| Fonte | Data da liberação | Vencimento | Valor | Custo da dívida | Finalidade |
|---|---|---|---|---|---|
| 4131 Scotiabank - SWAP | abr/21 | abr/22 | 17.985 USD | USD + 0,62% a.a. | Capital de giro |
| | | | **17.985 USD** | | |

**3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

**3.2.1 Impacto nas Demonstrações Financeiras**

Devido aos impactos no mercado nacional atrelados à COVID-19, o Grupo EDP - Energias do Brasil reviu o direcionamento de seus investimentos conforme mencionado na nota 2.7.1.

**3.3 Aquisição AES Inova**

Conforme informado na nota 1, a Companhia firmou Acordo de Investimento em 14 de junho de 2021 em 100% da participação da AES Inova e suas subsidiárias. Os detalhes envolvidos nessa aquisição estão demonstrados na nota 13.1.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

| | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/2020 | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Bancos conta movimento | 2.132 | 343 | 3.399 | 1.796 |
| Aplicações financeiras | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | | | 13.075 | |
| | - | - | 13.075 | - |
| **Total** | **2.132** | **343** | **16.474** | **1.796** |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2021 os investimentos financeiros da Companhia estavam remunerados a taxa de 93,00% a 94,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

**5 Clientes**

**Controladora**

| | Circulante - Valores correntes - A vencer - Até 60 dias | Mais de 60 dias | Corrente vencida - Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | PECLD | Valor líquido em 31/12/2021 | Valor líquido em 31/12/2020 | Não circulante - Valores correntes a vencer - Mais de 360 dias | Valor líquido em 31/12/2021 | Valor líquido em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Clientes | | | | | | | | | | | | |
| Eficiência energética (Nota 5.1) | 332 | 523 | | | | | | 855 | 4.567 | 1.026 | 1.026 | |
| Serviço de gerenciamento de obra | | | | | | | | - | 132 | | | |
| Serviços de gerenciamento de assinaturas | 1.368 | 102 | 65 | 9 | 4 | 135 | (144) | 1.539 | 666 | | - | |
| Dispêndios a reembolsar (Nota 5.3) | 1.308 | | | | | | | 1.308 | 1.602 | 351 | 351 | 252 |
| Construção de usina solar (Nota 5.2) | | 953 | | | | | | 953 | 4.213 | | - | |
| Arrendamentos (Nota 5.6) | | | | | | | | | | | | |
| Arrendamentos financeiros | 948 | | 404 | 19 | | | | 1.371 | 1.224 | 9.117 | 9.117 | 9.589 |
| Arrendamentos operacionais | 2.011 | | | | | | | 2.011 | | | | |
| Outros clientes | 216 | 25 | 435 | 56 | 51 | | (74) | 709 | 8 | | - | |
| **Total** | **6.183** | **1.603** | **904** | **84** | **55** | **135** | **(218)** | **8.746** | **12.414** | **10.494** | **10.494** | **9.841** |

**Consolidado**

| | Circulante - Valores correntes - A vencer - Até 60 dias | Mais de 60 dias | Corrente vencida - Até 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Mais de 360 dias | PECLD | Valor líquido em 31/12/2021 | Valor líquido em 31/12/2020 | Não circulante - Valores correntes a vencer - Mais de 360 dias | Valor líquido em 31/12/2021 | Valor líquido em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Clientes | | | | | | | | | | | | |
| Eficiência energética (Nota 5.1) | 20.238 | 1.895 | | | | 4.012 | (4.012) | 22.133 | 32.145 | 22.849 | 22.849 | 26.559 |
| Serviço de gerenciamento de obra | | | | | | | | - | 132 | | | |
| Serviços de gerenciamento de assinaturas | 1.368 | 102 | 65 | 9 | 4 | 135 | (144) | 1.539 | 666 | | - | |
| Dispêndios a reembolsar Nota 5.3) | 1.496 | 5.040 | | | | | | 6.536 | 8.555 | 19.745 | 19.745 | 23.956 |
| Geração de vapor | 7.793 | | | | | | | 7.793 | 4.170 | | - | |
| Construção de usina solar (Nota 5.2) | | 953 | | | | | | 953 | 4.213 | | - | |
| Arrendamentos (Nota 5.6) | | | | | | | | | | | | |
| Arrendamentos financeiros | 425 | 3.164 | 437 | 890 | | | | 4.916 | 4.461 | 37.088 | 37.088 | 38.006 |
| Arrendamentos operacionais | 4.417 | | | | | | | 4.417 | | | | |
| Outros clientes | 265 | 25 | 444 | 112 | 51 | | (74) | 823 | 8 | | - | 1 |
| **Total** | **36.002** | **11.179** | **946** | **1.011** | **55** | **4.147** | **(4.230)** | **49.110** | **54.358** | **79.682** | **79.682** | **88.422** |

...continuação — EDP Smart Serviços S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

**5.1 Eficiência energética**

A variação observada no exercício ocorreu devido à liquidação de títulos a receber e, também, em decorrência da redução de novos contratos de clientes em 2021 da controlada EDP Smart Soluções.

**5.2 Construção de usina solar**

O saldo refere-se à construção de dois novos sistemas geradores fotovoltaicos, com potências instaladas de 837 kWp e 2.979 kWp (quilowatts-pico), com geração média de 116,2 e 562 Mwmédio/hora, respectivamente, para atendimento pelo regime de autoprodução de energia elétrica. A variação deve-se à liquidação dos montantes a receber de projetos iniciados em 2020, sendo compensado parcialmente pelos dois novos projetos citados.

**5.3 Dispêndios a reembolsar**

O saldo de dispêndios a reembolsar referem-se aos valores de equipamentos aplicados nos projetos de clientes de eficiência energética, os quais serão reembolsados pelos clientes.

A variação no exercício é em decorrência, principalmente, da redução de novos projetos de eficiência energética, da controlada EDP Smart Soluções, conforme descrito na nota 5.1.

**5.4 Geração de vapor**

Os montantes a receber estão relacionados às Centrais de Geração de Vapor, movidas a biomassa (cavaco de madeira), nos municípios de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul, em Campinas no Estado de São Paulo e em Feira de Santana no Estado da Bahia da controlada EDP Smart Soluções. A Central de Geração de Vapor de Gravataí tem capacidade de queima de 25.000kg/h e pressão de 27,5 kgf/cm2, a de Campinas tem a capacidade de queima de 20.000kg/h e pressão de 21,0 kgf/cm2 e a de Feira de Santana de 20.000Kg/h e pressão de 21,0 Kgf/cm2. Todo vapor produzido foi vendido para a indústria. O aumento no exercício refere-se ao início da operação da Central de Geração de Vapor em Feira de Santana.

**5.5 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PECLD esperada | | | PECLD esperada | |
| | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Saldo em 31/12/2021 | Saldo em 31/12/2020 | Ao longo da vida | Saldo em 31/12/2021 |
| **Concessionárias** | | | | | | |
| Clientes | (550) | 332 | (218) | (4.562) | 332 | (4.230) |
| **Total Circulante** | **(550)** | **332** | **(218)** | **(4.562)** | **332** | **(4.230)** |

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Clientes e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A PECLD é calculada levando em consideração o risco de crédito de seus clientes junto à Instituições de Crédito. Sempre que houver deterioração no rating do cliente em comparação ao momento em que ocorreu a venda, a perda é incrementada para os próximos 12 meses, independentemente de haver atraso. O atraso é um fator adicional considerado no cálculo da PECLD para determinar se a mesma é calculada ao longo da vida ou para os próximos 12 meses.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.3.

**5.6 Arrendamentos a receber**

O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento é referenciado no CPC 06 (R2) Arrendamentos, adotado desde 1° janeiro de 2019. Para o arrendador, são classificados os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Para tanto, no início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. O conceito de ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. Ademais, o contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

**Arrendamentos operacionais**

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período de arrendamento, sendo o saldo residual equivalente ao tempo de vida útil remanescente ao prazo contratual.

**Arrendamentos financeiros**

Para os contratos em que há, além da transferência do direito de uso de ativos, também a alienação substancial dos riscos e benefícios ao arrendatário, os mesmos são classificados como arrendamentos financeiros. Nesta modalidade, quando a Companhia identifica o marco temporal e contratual de transferência substancial de riscos e benefícios relativos ao bem, ocorre a data de início do arrendamento, havendo o reconhecimento inicial das contraprestações contratuais a receber pelo valor líquido de investimento, ou seja, descontado por taxa implícita, que remunera o investimento e contém o custo de formação do ativo. As receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual.

O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos financeiros, em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) desde 1° de janeiro de 2020 na Companhia e suas controladas está demonstrado abaixo:

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Baixas/ Recebimentos | Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP) | Transferência | Saldo em 31/12/2021 |
| **Circulante** | | | | | | |
| Usina solar | 1.224 | 59 | (1.220) | | 1.309 | 1.372 |
| **Total Circulante** | **1.224** | **59** | **(1.220)** | **-** | **1.309** | **1.372** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Usina solar | 9.588 | | | 838 | (1.309) | 9.117 |
| **Total Não circulante** | **9.588** | **-** | **-** | **838** | **(1.309)** | **9.117** |
| **Total** | **10.812** | **59** | **(1.220)** | **838** | **-** | **10.489** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos de arrendamento** | Saldo em 31/12/2020 | Adições | Baixas/ Recebimentos | Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP) | Transferência | Saldo em 31/12/2021 |
| **Circulante** | | | | | | |
| Usina solar | 1.224 | 59 | (1.220) | | 1.309 | 1.372 |
| Caldeira de vapor | 3.237 | 439 | (3.076) | 2.497 | 447 | 3.544 |
| **Total Circulante** | **4.461** | **498** | **(4.296)** | **2.497** | **1.756** | **4.916** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Usina solar | 9.588 | | | 838 | (1.309) | 9.117 |
| Caldeira de vapor | 28.418 | | | | (447) | 27.971 |
| **Total Não circulante** | **38.006** | **-** | **-** | **838** | **(1.756)** | **37.088** |
| **Total** | **42.467** | **498** | **(4.296)** | **3.335** | **-** | **42.004** |

Os vencimentos dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de recebimentos, descontados a valor presente pela taxa de 7,82% na Companhia e 7,31% e 8,27% na controlada EDP Smart Soluções:

| | Consolidado |
|---|---|
| | Arrendamentos a receber |
| **Ano** | **Valor** |
| **Circulante** | |
| 2022 | 2.468 |
| Juros embutidos | 2.448 |
| **Total Circulante** | **4.916** |
| **Não circulante** | |
| 2023 | 5.235 |
| 2024 | 5.235 |
| 2025 | 5.235 |
| 2026 | 5.235 |
| 2027 | 5.235 |
| 2028 até 2039 | 16.849 |
| Juros embutidos | (5.936) |
| **Total Não circulante** | **37.088** |
| **Total** | **42.004** |

Do montante total de Arrendamento a Receber (Nota 5) de R$12.500 na Controladora, de R$46.421 no Consolidado, parte refere-se aos montantes de arrendamentos financeiros demonstrados acima e parte, sendo R$2.011 na Controladora e R$4.417 no consolidado, referem-se a projetos de usina solar que se enquadram como arrendamentos operacionais, sendo 6 projetos em 3 clientes, substancialmente, na controlada AES Inova e na Controladora.

### 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

| | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Baixas | Compensação de tributos | Atualização monetária | Adiantamentos / Pagamentos | Transferência | Saldo em 31/12/2021 |
| **Ativos compensáveis** | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 1.349 | | | (1.335) | 58 | 1.483 | 258 | 1.823 |
| **Total** | **1.349** | **-** | **-** | **(1.335)** | **58** | **1.483** | **258** | **1.823** |
| Circulante | 890 | | | | | | | 1.648 |
| Não circulante | 459 | | | | | | | 175 |
| Outros tributos compensáveis | | | | | | | | |
| ICMS | 635 | 1.395 | | (1.308) | | | | 722 |
| PIS e COFINS | 5.588 | 2.882 | (83) | (163) | 32 | | 259 | 8.515 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.076 | 20 | | | | | (28) | 1.068 |
| IR/CS retidos sobre faturamento | 84 | 189 | | | | | (152) | 121 |
| Outros | 1.539 | 801 | (197) | | | | (77) | 2.066 |
| **Total** | **8.922** | **5.287** | **(280)** | **(1.471)** | **32** | **-** | **2** | **12.492** |
| Circulante | 2.233 | | | | | | | 6.175 |
| Não circulante | 6.689 | | | | | | | 6.317 |
| **Passivos a recolher** | | | | | | | | |
| Outros tributos a recolher | | | | | | | | |
| ICMS | 271 | 1.127 | | (1.308) | | | | 90 |
| PIS e COFINS | 54 | 2.531 | | (1.498) | | (1.218) | 260 | 129 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | 180 | 5.957 | | | | (5.857) | | 280 |
| Encargos com pessoal | 198 | 4.338 | | | | (4.228) | | 308 |
| Outros | 20 | 9 | | | | | | 29 |
| **Total Circulante** | **723** | **13.962** | **-** | **(2.806)** | **-** | **(11.303)** | **260** | **836** |

| | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Baixas | Compensação de tributos | Aquisição de empresas (Nota 13.1) | Atualização monetária | Adiantamentos / Pagamentos | Transferência | Saldo em 31/12/2021 |
| **Ativos compensáveis** | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 1.382 | | | (1.481) | 22 | 78 | 1.483 | 467 | 1.951 |
| **Total** | **1.382** | **-** | **-** | **(1.481)** | **22** | **78** | **1.483** | **467** | **1.951** |
| Circulante | 923 | | | | | | | | 1.754 |
| Não circulante | 459 | | | | | | | | 197 |
| Outros tributos compensáveis | | | | | | | | | |
| ICMS | 1.346 | 1.434 | (567) | (1.308) | | | | | 905 |
| PIS e COFINS | 5.586 | 6.080 | (83) | (163) | 2.702 | 32 | | (156) | 14.000 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.101 | 36 | | | 8 | | | (42) | 1.103 |
| IR/CS retidos sobre faturamento | 225 | 268 | | | | | | (235) | 258 |
| Outros | 3.461 | 1.310 | (197) | | 50 | | 4 | (336) | 4.292 |
| **Total** | **11.721** | **9.128** | **(847)** | **(1.471)** | **2.760** | **32** | **4** | **(769)** | **20.558** |
| Circulante | 5.032 | | | | | | | | 14.241 |
| Não circulante | 6.689 | | | | | | | | 6.317 |
| **Passivos a recolher** | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 820 | 3.277 | | | | | (3.199) | 59 | 957 |
| **Total Circulante** | **820** | **3.277** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(3.199)** | **59** | **957** |
| Outros tributos a recolher | | | | | | | | | |
| ICMS | 1.197 | 9.765 | | (1.308) | | | (8.155) | | 1.499 |
| PIS e COFINS | 1.680 | 5.459 | | (1.644) | | | (2.896) | (361) | 2.238 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | 235 | 9.704 | | | 22 | | (9.290) | | 671 |
| Encargos com pessoal | 1.176 | 7.841 | | | | 10 | (7.058) | | 1.969 |
| Outros | 20 | 192 | | | 35 | 15 | (184) | | 78 |
| **Total Circulante** | **4.308** | **32.961** | **-** | **(2.952)** | **57** | **25** | **(27.583)** | **(361)** | **6.455** |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

### 7 Empréstimos a receber

O montante de R$17.562 refere-se a mútuo entre a Companhia e sua controlada EDP Smart Soluções, com vigência inicial de 28 de janeiro de 2019 a 20 de janeiro de 2020, tendo o vencimento postergado para 27 de janeiro de 2023, no valor principal de R$15.000, com custo de 100,3% do CDI, e forma de pagamento do principal e juros em parcela única no final do contrato.

### 8 Estoques

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/20 | 31/12/2021 | 31/12/20 |
| Material de almoxarifado | | | | | |
| Kit fotovoltaico | | 404 | 424 | 404 | 424 |
| Estoque de Produtos em Elaboração | | | | | |
| Usina de produção de vapor | 8.1 | | | 2.400 | 2.176 |
| Outros | | | | 81 | 33 |
| **Total** | | **404** | **424** | **2.885** | **2.533** |

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

**8.1 Estoque de Produtos em Elaboração**

A diminuição do saldo de estoques de produtos em elaboração da controlada EDP Smart Soluções refere-se ao projeto de construção de Central de Geração de Vapor em andamento na modalidade arrendamento financeiro.

### 9 Tributos diferidos

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Ativo | | Passivo | | Ativo | | Passivo | | | |
| | | Não circulante | | Não circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/21 | 31/12/21 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| PIS e COFINS | 9.1 | | | 1.139 | 1.168 | | | 301 | 973 | 2.630 | 2.225 |
| Imposto sobre serviços | 9.1 | | | | | | | | 1.067 | 1.637 | 1.159 |
| | | - | - | **1.139** | **1.168** | - | - | **301** | **2.040** | **4.270** | **3.384** |
| Imposto de renda e contribuição social | 9.2 | 12.234 | 7.418 | | | 13.735 | 7.418 | 329 | | 15.847 | 10.202 |
| **Total** | | **12.234** | **7.418** | **1.139** | **1.168** | **13.735** | **7.418** | **630** | **2.043** | **20.117** | **13.586** |

**9.1 PIS, COFINS e Imposto sobre serviços**

O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas pelo método do insumo (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente).

**9.2 Imposto de renda e contribuição social**

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**9.2.1 Composição**

| | | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Ativo Não circulante | | Passivo Não circulante | | Resultado | | Patrimônio líquido | |
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2021 | 2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Natureza dos créditos** | | | | | | | | | |
| Prejuízos Fiscais | | 8.411 | 5.641 | | | 2.770 | 2.945 | | |
| Base Negativa da Contribuição Social | | 3.426 | 2.429 | | | 997 | 1.060 | | |
| | | **11.837** | **8.070** | **-** | **-** | **3.767** | **4.005** | **-** | **-** |
| **Diferenças Temporárias** | | | | | | | | | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | 23 | 136 | | | (113) | 105 | | |
| Mais valia - CPC 15 (R1) | 13.1 | | | 3.925 | | (3.925) | | | |
| Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1) | 2.7.1 | 4.554 | | | | 4.554 | | | |
| Instrumentos financeiros - CPC 39 | | 1.264 | 718 | | | 1.325 | | (779) | 718 |
| Outras | | 3.115 | 3.217 | 4.604 | 4.720 | (13) | (135) | | |
| **Total diferenças temporárias** | | **8.956** | **4.071** | **8.559** | **4.723** | **1.828** | **(30)** | **(779)** | **718** |
| **Total bruto** | | **20.793** | **12.141** | **8.559** | **4.723** | **5.595** | **3.975** | **(779)** | **718** |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos | | (8.559) | (4.723) | (8.559) | (4.723) | | | | |
| **Total** | | **12.234** | **7.418** | **-** | **-** | **5.595** | **3.975** | **(779)** | **718** |

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Ativo Não circulante | | Passivo Não circulante | | Resultado | | Patrimônio líquido | |
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2021 | 2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Natureza dos créditos** | | | | | | | | | |
| Prejuízos Fiscais | | 8.933 | 5.641 | | | 3.292 | 2.945 | | |
| Base Negativa da Contribuição Social | | 3.614 | 2.429 | | | 1.185 | 1.060 | | |
| | | **12.547** | **8.070** | **-** | **-** | **4.477** | **4.005** | **-** | **-** |
| **Diferenças Temporárias** | | | | | | | | | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | 23 | 136 | | | (113) | 105 | | |
| Mais valia - CPC 15 (R1) | 13.1 | | | 9.872 | | (3.723) | | | |
| Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1) | 2.7.1 | 4.554 | | | | 4.554 | | | |
| Instrumentos financeiros - CPC 39 | | 2.163 | 718 | | | 2.224 | | (779) | 718 |
| Reconhecimento de receitas | | | | 9.900 | 10.202 | 302 | (2.919) | | |
| Outras | | 3.115 | 3.217 | 4.742 | 4.723 | (1.575) | (135) | | |
| **Total diferenças temporárias** | | **9.855** | **4.071** | **24.514** | **14.925** | **1.669** | **(2.949)** | **(779)** | **718** |
| **Total bruto** | | **22.402** | **12.141** | **24.514** | **14.925** | **6.146** | **1.056** | **(779)** | **718** |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos | | (8.667) | (4.723) | (8.667) | (4.723) | | | | |
| **Total** | | **13.735** | **7.418** | **15.847** | **10.202** | **6.146** | **1.056** | **(779)** | **718** |

**9.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos**

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| Controladora | | | | | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Total Não circulante | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Total Não circulante |
| 6.838 | 8.690 | 1.846 | 1.709 | 1.710 | 20.793 | 7.469 | 9.129 | 2.026 | 1.889 | 1.889 | 22.402 |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10 Cauções e depósitos vinculados**

| | | Controladora | | | | | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Atualização | Resgate | Saldo em 31/12/2021 | Saldo em 31/12/2020 | Adição | Atualização | Resgate | Baixa | Saldo em 31/12/2021 |
| Depósitos judiciais | 19.1 | 1.958 | | 26 | | 1.984 | 2.612 | | 34 | | (396) | 2.250 |
| Cauções | 10.1 | 133 | 68 | 5 | (68) | 138 | 1.735 | 707 | 71 | (709) | | 1.804 |
| **Total** | | **2.091** | **68** | **31** | **(68)** | **2.122** | **4.347** | **707** | **105** | **(709)** | **(396)** | **4.054** |
| Circulante | | 66 | | | | 72 | 705 | | | | | 732 |
| Não circulante | | 2.025 | | | | 2.050 | 3.642 | | | | | 3.322 |

**10.1 Cauções**

Referem-se a depósitos caucionados da controlada EDP Smart Soluções relacionados a contratos de garantias junto a clientes a serem executados quando do não recebimento dos valores estabelecidos em contrato.

**11 Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

| | | | Controladora | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Ativo | | | | Passivo | | | | Resultados | | | |
| | | | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | | Operacional | | Financeiro | |
| | Relacionamento | Duração | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Clientes (Nota 5)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Repasse de serviços de Eficiência Energética** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP São Paulo | Controle Comum | 12/09/2014 a 30/06/2023 | 247 | 314 | | | | | | | | | | |
| EDP Espírito Santo | Controle Comum | 24/08/2015 a 30/06/2023 | 297 | 250 | | | | | | | | | | |
| | | | **544** | **564** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Empréstimos a receber Nota (7)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Contratos de mútuo - 100,3% do CDI** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Smart Soluções | Controlada | 28/01/2019 a 27/01/2023 | | 16.675 | 17.662 | | | | | | | | 729 | 496 |
| | | | - | **16.675** | **17.662** | - | - | - | - | - | - | - | **729** | **496** |
| **Fornecedores (Nota 16)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Suprimento de energia elétrica** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Smart Energia | Controle Comum | 01/04/2021 a 31/12/2023 | | | | | 5 | | | | (25) | | | |
| | | | - | - | - | - | **5** | - | - | - | **(25)** | - | - | - |
| **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 11.1)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 07/12/2015 a indeterminado | | | | | | | 186.100 | 68.100 | | | | |
| EDP Smart Soluções | Controlada | 04/03/2016 a indeterminado | | | 1.100 | 17.100 | | | | | | | | |
| UFV | Controle Comum | 27/10/2020 a indeterminado | | | | 100 | | | | | | | | |
| AES Inova | Controle Comum | 01/06/2021 a indeterminado | | | 49.140 | | | | | | | | | |
| | | | - | - | **50.240** | **17.200** | - | - | **186.100** | **68.100** | - | - | - | - |
| **Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP São Paulo | Controle comum | 01/12/2021 a 31/12/2021 | | | | | | | 4 | | (4) | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2015 a 31/12/2021 | | | | | | | 11 | 14 | (168) | (294) | | |
| **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2019 a 31/12/2021 | | | 148 | 148 | | | (5) | 272 | 974 | (871) | | |
| **Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 11.3.1)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 15/06/2016 a 15/06/2025 | | | | | | | 261 | 284 | (654) | (163) | | |
| **Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (c)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2019 a 31/12/2022 | | | | | | | 123 | 125 | (1.095) | (1.459) | | |
| **Contrato de prestação de serviços** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Trading Comercializadora | Controle Comum | 01/12/2019 a 30/11/2024 | | | | | 4 | 69 | | | (58) | (73) | | |
| | | | - | - | **148** | **148** | **4** | **69** | **394** | **695** | **(995)** | **(2.860)** | - | - |
| | | | **544** | **17.239** | **68.050** | **17.348** | **9** | **69** | **186.494** | **68.795** | **(1.020)** | **(2.860)** | **729** | **496** |

| | | | Consolidado | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Ativo | | | | Passivo | | | | Resultados | | | |
| | | | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | | Não Circulante | | Operacional | | Financeiro | |
| | Relacionamento | Duração | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| **Clientes (Nota 5)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Prestação de serviços de eficiência energética** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP São Paulo | Controle Comum | 12/09/2014 a 30/06/2023 | 411 | 545 | | | | | | | | | | |
| EDP Espírito Santo | Controle Comum | 24/08/2015 a 30/06/2023 | 297 | 250 | | | | | | | | | | |
| | | | **708** | **795** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 11.1)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 07/12/2015 a indeterminado | | | | | | | 186.100 | 68.100 | | | | |
| | | | - | - | - | - | - | - | **186.100** | **68.100** | - | - | - | - |
| **Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Espírito Santo | Controle comum | 29/07/2015 a 29/07/2019 | | | | | | | 4 | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2015 a 31/12/2021 | | | | | | | 11 | 25 | (305) | (551) | | |
| **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (b)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controle comum | 01/01/2020 a 01/01/2022 | | | 148 | 148 | | | 1.223 | 1.543 | 465 | (2.541) | | |
| **Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 11.3.1)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 15/06/2016 a 15/06/2023 | | | | | | | 261 | 284 | (654) | (163) | | |
| **Contrato de prestação de serviços** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP Trading Comercializadora | Controle Comum | 01/12/2019 a 30/11/2024 | | | | | | 69 | 52 | | | (73) | | |
| **Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice* (b)** | | | | | | | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2018 a 31/12/2019 | | | | | | | 255 | 321 | (2.505) | (3.046) | | |
| | | | - | - | **148** | **148** | - | **69** | **1.806** | **2.173** | **(2.999)** | **(6.374)** | - | - |
| | | | **708** | **795** | **148** | **148** | - | **69** | **187.906** | **70.273** | **(2.999)** | **(6.374)** | - | - |

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1° de janeiro de 2019 entre a controladora EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Trading Comercializadora, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

Em 2021, fora assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a nova sede da controladora EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controladora e as partes relacionadas EDP Trading Comercializadora, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esse contrato celebra o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading Comercializadora, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou as Companhias EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** Foi realizada a renovação a partir de 1° de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a controladora EDP - Energias do Brasil e as controladas EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *BackOffice*:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve todas as controladas e controladas em conjunto pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

**11.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

A movimentação dos AFACs realizados e recebidos no exercício é a seguinte:

| | Controladora |
|---|---|
| | Ativo Não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 17.200 |
| AFACs - EDP Smart Soluções | 3.900 |
| AFACs - AES Inova | 49.140 |
| Aumento de Capital social na controlada EDP Smart Soluções | (19.900) |
| Aumento de Capital social na controlada UFV SP | (100) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | **50.240** |

| | Consolidado |
|---|---|
| | Passivo Não circulante |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 68.100 |
| AFACs - EDP - Energias do Brasil | 211.100 |
| Aumento de Capital social (Nota ) | (93.100) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | **186.100** |

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

**11.2 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**11.3 Remuneração dos administradores**

**11.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora**

Entre os anos de 2016 e 2021 a Companhia instituiu planos de remuneração baseado em ações, respectivamente, os quais concede outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os mesmos, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2021 da Companhia o montante de R$654 (R$163 em 2020) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

**11.3.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pago pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro**

| | Diretoria Estatutária | |
|---|---|---|
| | 2021 | 2020 |
| Remuneração (a) | 3.232 | 2.197 |
| Benefícios de curto prazo (b) | 97 | 32 |
| Benefícios - Previdência Privada | 101 | 75 |
| **Total** | **3.430** | **2.304** |

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

**12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Circulante | | Não circulante | | Circulante | | Não circulante | |
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Outros créditos - Ativo | | | | | | | | | |
| Adiantamentos | 12.1 | 495 | 8 | | | 2.176 | 3.084 | | |
| Bens destinados à alienação/desativação | | | 49 | | | | 49 | | |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 11 | | | 148 | 148 | | | 148 | 148 |
| Outros | | 467 | 861 | 14 | | 691 | 1.088 | 68 | |
| **Total** | | **962** | **918** | **162** | **148** | **2.867** | **4.221** | **216** | **148** |
| Outras contas a pagar - Passivo | | | | | | | | | |
| Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos | | | | | | | | | |
| Credores diversos - consumidores e concessionárias | | | | | | 1.402 | | | |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 11 | | 69 | 394 | 695 | | 69 | 1.806 | 2.173 |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.3 | 1.547 | 368 | 2.744 | 1.553 | 2.865 | 1.014 | 9.224 | 3.177 |
| Outros | 12.4 | 2.310 | 2.227 | 256 | | 4.284 | 3.957 | 1.137 | 861 |
| **Total** | | **3.857** | **2.664** | **3.394** | **2.248** | **8.551** | **5.040** | **12.167** | **6.211** |

**12.1 Adiantamentos**

O saldo refere-se, substancialmente, a adiantamentos realizados a fornecedores contratados para construção e modernização das centrais de geração de vapor, movidas a biomassa da controlada EDP Smart Soluções.

**12.2 Credores diversos - consumidores e concessionárias**

O montante na rubrica de consumidores e concessionárias diversos é referente à receita diferida de projeto de geração da controlada AES Inova.

**12.3 Arrendamentos e aluguéis**

Em conformidade com o CPC 06 (R2) desde 1° de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas efetuaram os registros dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

| | Controladora | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Adições (Nota 12.3.1) | Pagamentos | Transferências | AVP | Baixas | Saldo em 31/12/2021 |
| **Circulante** | | | | | | | |
| Terrenos | - | 1.520 | (1.063) | 314 | | | 771 |
| Edifícios | 368 | 730 | (676) | 2.033 | (1.682) | (7) | 766 |
| Veículos | - | 14 | (15) | 10 | 1 | | 10 |
| | **368** | **2.264** | **(1.754)** | **2.357** | **(1.681)** | **(7)** | **1.547** |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Terrenos | - | 314 | | (314) | | | - |
| Edifícios | 1.543 | 1.229 | | (2.033) | 2.005 | | 2.744 |
| Veículos | 10 | | | (10) | | | - |
| | **1.553** | **1.543** | - | **(2.357)** | **2.005** | - | **2.744** |
| **Total** | **1.921** | **3.807** | **(1.754)** | - | **324** | **(7)** | **4.291** |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo em 31/12/2020 | Adições (Nota 12.3.1) | Pagamentos | Transferências | AVP | Aquisição de empresas | Baixas | Saldo em 31/12/2021 |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| Terrenos | - | 1.609 | (1.209) | 534 | (1) | 500 | | 1.433 |
| Edifícios | 758 | 833 | (1.156) | 2.915 | (1.680) | | (450) | 1.220 |
| Veículos | 256 | 28 | (204) | 138 | (6) | | | 212 |
| | **1.014** | **2.470** | **(2.569)** | **3.587** | **(1.687)** | **500** | **(450)** | **2.865** |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| Terrenos | - | 314 | | (534) | 237 | 4.593 | | 4.610 |
| Edifícios | 3.051 | 2.401 | | (2.915) | 2.311 | | (234) | 4.614 |
| Veículos | 126 | | | (138) | 12 | | | - |
| | **3.177** | **2.715** | - | **(3.587)** | **2.560** | **4.593** | **(234)** | **9.224** |
| **Total** | **4.191** | **5.185** | **(2.569)** | - | **873** | **5.093** | **(684)** | **12.089** |

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Edifícios | | Veículos | | Edifícios | | Veículos | |
| | Valor | Taxas (%) | Valor | Taxas (%) | Valor | Taxas (%) | Valor | Taxas (%) |
| **Circulante** | | | | | | | | |
| 2022 | 766 | 11% | 10 | 10% | 1.220 | 21% | 212 | 19% |
| **Total** | **766** | | **10** | | **1.220** | | **212** | |
| **Não circulante** | | | | | | | | |
| 2023 | 378 | 12% | | | 784 | 22% | | |
| 2024 | 303 | 12% | | | 734 | 22% | | |
| 2025 | 298 | 12% | | | 645 | 22% | | |
| 2026 | 268 | 12% | | | 412 | 23% | | |
| 2027 até 2039 | 1.497 | | | | 2.039 | | | |
| **Total** | **2.744** | | - | | **4.614** | | - | |

**12.3.1 Adições**

O montante de ingressos nas rubricas de Edifícios e Terrenos referem-se principalmente à nova sede da filial da Controladora EDP - Energias do Brasil localizada em São Paulo, e a contratos de terrenos para construção de usina solar.

**12.4 Outros**

O montante observado na rubrica de Outros da Companhia refere-se ao adiantamento recebido para construção de sistema gerador fotovoltaico. O aumento foi compensado parcialmente pela liquidação dos *hedges* contratados pela Companhia para assegurar o preço dos materiais adquiridos para realização de projetos. Já a redução observada no Consolidado é referente à baixa de adiantamentos de projetos finalizados no exercício da controlada EDP Smart Soluções.

**13 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos na EDP Smart Soluções, na UFV e na AES Inova, nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto na EDP Smart Soluções e 100% das quotas na UFV, e são avaliadas por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

**13.1 Aquisição AES Inova**

A Companhia assinou contrato de compra e venda com a AES Tietê Energia S.A. (Notas 1 e 3.3) para aquisição de 100% das quotas, com direito de voto, representativas do capital social da AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda (AES Inova), e suas respectivas subsidiárias, a Nova Geração Solar Ltda. e a AES Tietê Inova Soluções de Energia II Ltda. Em 14 de junho de 2021 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que foi concluído o Acordo de Investimentos, com o valor da transação de R$100.245, sendo pago naquela data o valor de R$66.656 e os R$30.589 restantes estão retidos até o cumprimento de obrigações pós fechamento.

No 1º semestre 2021, a Companhia com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data de aquisição é apresentado a seguir:

| | Valor contábil |
|---|---|
| **Ativo** | |
| **Circulante** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 879 |
| Contas a receber de clientes | 510 |
| Impostos a compensar | 2.760 |
| Partes relacionadas | 69 |
| Outros Créditos | 924 |
| **Total do Ativo Circulante** | **5.142** |
| **Não circulante** | |
| Impostos e contribuições sociais e diferidos | 1.636 |
| Imobilizado | 72.170 |
| Arrendamentos | 4.943 |
| Intangível | |
| Carteira de clientes/Contratos PPA | 8.541 |
| **Total do Ativo Não circulante** | **87.290** |
| **Total do Ativo** | **92.432** |
| **Passivo** | |
| **Circulante** | |
| Fornecedores | 601 |
| Arrendamentos a pagar | 34 |
| Impostos a pagar | 136 |
| Outras contas a pagar | 4.279 |
| **Total do Passivo Circulante** | **5.050** |
| **Não circulante** | |
| Impostos e contribuições sociais e diferidos | 107 |
| Arrendamentos | 5.115 |
| **Total do Passivo Não circulante** | **5.222** |
| **Patrimônio Líquido** | |
| Capital Social | 87.351 |
| Lucros (Prejuízos) acumulados | (5.191) |
| **Total do Patrimônio líquido** | **82.160** |
| **Total do Passivo** | **92.432** |
| **Aquisição a Valor Justo** | |
| Desembolso previsto | 100.245 |
| **Total pago na aquisição** | |
| Valor do Patrimônio líquido adquirido | 82.160 |
| Mais valia | |
| Intangível | 18.085 |
| Tributos diferidos | (6.149) |
| ***Goodwill*** | **6.149** |

**13.2 Movimentação dos investimentos no exercício**

| | | Controladora | | | | | | % Participação Direta | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Adições (Nota 11.1) | Baixas/ Amortizações (Nota 2.7.1) | Equivalência patrimonial | Aquisição de empresas | Saldo em 31/12/2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Investimentos** | | | | | | | | | |
| EDP Smart Soluções | | 96.145 | 19.900 | (13.395) | (7.942) | | 94.708 | 100,00 | 100,00 |
| UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos | | 13.369 | 100 | | 1.229 | | 14.698 | 100,00 | 100,00 |
| AES Tietê Inova Soluções de energia | | - | | | (954) | 82.972 | 82.018 | 100,00 | |
| AES Tietê Inova Soluções de energia (Mais Valia) | | - | | | (392) | 11.936 | 11.544 | | |
| **Total** | | **109.514** | **20.000** | **(13.395)** | **(8.059)** | **94.908** | **202.968** | | |
| ***Goodwill*** | | | | | | | | | |
| AES Tietê Inova Soluções de energia | 13.1 | - | | | | 6.148 | 6.148 | 100,00 | |
| EDP Smart Soluções | 13.2.1 | 31.804 | | (31.804) | | | - | 100,00 | 100,00 |
| | | **31.804** | - | **(31.804)** | - | **6.148** | **6.148** | | |
| **Total** | | **141.318** | **20.000** | **(45.199)** | **(8.059)** | **101.056** | **209.116** | | |

**13.2.1 *Goodwill***

O *Goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *Goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *Goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *Goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizada avaliação de indicadores e teste impairment , resultando em perda no valor recuperável (Nota 2.7.1), sendo R$31.804 relativos ao goodwill (Nota 22).

Conforme o ICPC 09 o *Goodwill* é classificado na rubrica de investimentos na controladora. Para fins de consolidação, o mesmo será classificado como Intangível (Nota 15).

**13.3 Participação direta do investimento**

| | EDP Smart Soluções | | UFV SP V | | AES Inova | Nova Geração Solar | AES Inova II |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil) | | | | | | | |
| Ordinárias | 14.499 | 14.409 | 13.541 | 13.441 | 76.750 | 251.812 | 46.201 |
| Capital social integralizado | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Capital votante / Quotas | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Ativos totais | 157.880 | 162.010 | 14.857 | 13.774 | 159.164 | 2.872 | 2.099 |
| Passivos (Circulantes e Não circulantes) | 49.777 | 65.865 | 159 | 405 | 77.147 | 2.541 | 1.886 |
| Patrimônio líquido | 108.103 | 96.145 | 14.698 | 13.369 | 82.017 | 331 | 213 |
| Receitas | 46.182 | 58.804 | 3.113 | 1.182 | 3.710 | | |
| Prejuízo do exercício | (7.942) | (1.382) | 1.229 | (48) | (954) | (115) | (88) |

**13.4 Reconciliação do investimento**

| | EDP Smart Soluções | | UFV SP V | | AES Inova | Nova Geração Solar | AES Inova II |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| **Patrimônio líquido - Saldo inicial** | 96.145 | 79.277 | 13.369 | | | | |
| Aumento de capital | 19.900 | 18.250 | 100 | 13.316 | | 100 | 100 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (7.942) | (1.382) | 1.229 | (48) | (954) | | |
| Aquisição de investimentos | | | | 101 | | | |
| Aumento/ redução de capital e distribuição de reservas | | | | | 82.972 | | |
| **Patrimônio líquido - Saldo final** | **108.103** | **96.145** | **14.698** | **13.369** | **82.018** | **100** | **100** |
| Percentual de participação societária - % | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | | |
| Participação nos investimentos | **108.103** | **96.145** | **14.698** | **13.369** | **82.018** | - | - |
| Mais Valia | | | | | 11.544 | | |
| *Goodwill* | | 31.804 | | | 6.148 | | |
| Baixas | (13.395) | | | | | | |
| **Saldo contábil do investimento na Controladora** | **94.708** | **127.949** | **14.698** | **13.369** | **99.710** | - | - |

**14 Imobilizado**

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**14.1 Composição do imobilizado**

| | | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Nota | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | | | |
| Administração | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 12,50 | 59.515 | (4.329) | 55.186 | 5,11 | 42.423 | (1.628) | 40.795 |
| Veículos | | 14,29 | 344 | (140) | 204 | 14,29 | 344 | (90) | 254 |
| **Total do imobilizado em serviço** | | | **59.859** | **(4.469)** | **55.390** | | **42.767** | **(1.718)** | **41.049** |
| **Ativos de direito de uso** | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 1.827 | (684) | 1.143 | | | | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | | 3.378 | (899) | 2.479 | | 1.974 | (531) | 1.443 |
| Veículos | | | 29 | (20) | 9 | | 188 | (170) | 18 |
| **Total Ativos de direito de uso** | | | **5.234** | **(1.603)** | **3.631** | | **2.162** | **(701)** | **1.461** |
| **Imobilizado em curso** | | | | | | | | | |
| Administração | | | 10.341 | | 10.341 | | 29 | | 29 |
| Ativos destinados a arrendamentos operacionais | 5.6 | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 897 | | 897 | | 1.300 | | 1.300 |
| Máquinas e equipamentos | | | 82.357 | | 82.357 | | 39.441 | | 39.441 |
| Outros | | | 5.828 | | 5.828 | | - | | - |
| **Total do imobilizado em curso** | | | **99.423** | - | **99.423** | | **40.770** | - | **40.770** |
| **Total do imobilizado** | | | **164.516** | **(6.072)** | **158.444** | | **85.699** | **(2.419)** | **83.280** |

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Nota | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 10,00 | 13.411 | (2.235) | 11.176 | 10,00 | 13.411 | (894) | 12.517 |
| | | | **13.411** | **(2.235)** | **11.176** | | **13.411** | **(894)** | **12.517** |
| Administração | | | | | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 10,28 | 2.323 | (1.062) | 1.261 | 12,50 | 1.440 | (832) | 608 |
| Máquinas e equipamentos | | 10,27 | 137.436 | (38.032) | 99.404 | 7,90 | 76.889 | (15.033) | 61.856 |
| Veículos | | 13,11 | 475 | (247) | 228 | 13,11 | 475 | (190) | 285 |
| Móveis e utensílios | | 8,67 | 170 | (149) | 21 | 11,61 | 170 | (145) | 25 |
| | | | **140.404** | **(39.490)** | **100.914** | | **78.974** | **(16.200)** | **62.774** |
| **Total do imobilizado em serviço** | | | **153.815** | **(41.725)** | **112.090** | | **92.385** | **(17.094)** | **75.291** |
| Ativos de direito de uso | | | | | | | | | |
| Terrenos | | 3,84 | 7.139 | (1.007) | 6.132 | | | | - |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 11,16 | 5.800 | (1.481) | 4.319 | 18,60 | 4.277 | (1.308) | 2.969 |
| Veículos | | 33,33 | 58 | (40) | 18 | 33,33 | 597 | (561) | 36 |
| **Total Ativos de direito de uso** | | | **12.997** | **(2.528)** | **10.469** | | **4.874** | **(1.949)** | **2.925** |
| Imobilizado em curso | | | | | | | | | |
| Administração | | | 11.962 | | 11.962 | | 1.650 | | 1.650 |
| Ativos destinados a arrendamentos operacionais | 5.6 | | | | | | | | |
| Terrenos | | | 897 | | 897 | | 1.300 | | 1.300 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | | 4.200 | | 4.200 | | 79 | | 79 |
| Máquinas e equipamentos | | | 139.656 | | 139.656 | | 42.584 | | 42.584 |
| Outros | | | 51.220 | | 51.220 | | | | - |
| **Total do imobilizado em curso** | | | **207.935** | - | **207.935** | | **45.613** | - | **45.613** |
| **Total do imobilizado** | | | **374.747** | **(44.253)** | **330.494** | | **142.872** | **(19.043)** | **123.829** |

**Ativos de direito de uso**

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada no Estado do Espírito Santo; e (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizado em São Paulo.
- **Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e, também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

**14.2 Movimentação do imobilizado**

| | Nota | Controladora | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor líquido 31/12/2020 | Ingressos | Transferência para imobilizado em serviço | Depreciações | Baixas | Reclassificação | Valor líquido 31/12/2021 |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 14.2.1 | 40.795 | | 17.090 | (2.699) | | | 55.186 |
| Veículos | | 254 | | | (50) | | | 204 |
| **Total do imobilizado em serviço** | | **41.049** | - | **17.090** | **(2.749)** | - | - | **55.390** |
| **Ativos de direito de uso** | | | | | | | | |
| Terrenos | | - | 254 | | (184) | (7) | 1.080 | 1.143 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 14.2.3 | 1.443 | 3.539 | | (1.423) | | (1.080) | 2.479 |
| Veículos | | 18 | 14 | | (23) | | | 9 |
| **Total Ativos de direito de uso** | | **1.461** | **3.807** | - | **(1.630)** | **(7)** | - | **3.631** |
| **Imobilizado em curso** | | | | | | | | |
| Ativos destinados a arrendamentos operacionais | 5.6 e 14.2.2 | | | | | | | |
| Terrenos | | 1.300 | | | | (260) | (143) | 897 |
| Máquinas e equipamentos | | 39.441 | 52.659 | (17.090) | | (184) | 23.580 | 98.406 |
| Outros | | - | 23.635 | | | (145) | (23.399) | 91 |
| Adiantamento a fornecedores | | 29 | | | | | | 29 |
| **Total do imobilizado em curso** | | **40.770** | **76.294** | **(17.090)** | - | **(589)** | **38** | **99.423** |
| **Total do imobilizado** | | **83.280** | **80.101** | - | **(4.379)** | **(596)** | **38** | **158.444** |

| | Nota | Consolidado | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor líquido 31/12/2020 | Ingressos | Transf. para imobilizado em serviço | Depreciações | Baixas | Reclassificação | Aquisição de empresas | Outros | Valor líquido 31/12/2021 |
| **Imobilizado em serviço** | | | | | | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 608 | | | (225) | | | 878 | | 1.261 |
| Máquinas e equipamentos | 14.2.1 | 74.373 | | 25.679 | (9.349) | | | 33.272 | (13.395) | 110.580 |
| Veículos | | 285 | | | (57) | | | | | 228 |
| Móveis e utensílios | | 25 | | | (4) | | | | | 21 |
| **Total do imobilizado em serviço** | | **75.291** | - | **25.679** | **(9.635)** | - | - | **34.150** | **(13.395)** | **112.090** |
| **Ativos de direito de uso** | | | | | | | | | | |
| Terrenos | | - | 343 | | (221) | (7) | 1.080 | 4.937 | | 6.132 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 14.2.3 | 2.889 | 4.814 | | (1.767) | (537) | (1.080) | | | 4.319 |
| Veículos | | 36 | 28 | | (46) | | | | | 18 |
| **Total Ativos de direito de uso** | | **2.925** | **5.185** | - | **(2.034)** | **(544)** | - | **4.937** | - | **10.469** |
| **Imobilizado em curso** | | | | | | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 1.477 | | | | | | | | 1.477 |
| Máquinas e equipamentos | | (902) | | | | | | | | (902) |
| A ratear | | 902 | | | | | | 926 | | 1.828 |
| Outros | | 144 | | | | | | | | 144 |
| Ativos destinados a arrendamentos operacionais | 5.6 e 14.2.2 | | | | | | | | | |
| Terrenos | | 1.300 | | | | (260) | (143) | | | 897 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 79 | | | | | | 4.121 | | 4.200 |
| Máquinas e equipamentos | 14.2.1 | 42.584 | 104.753 | (25.679) | | (184) | 1.836 | 32.395 | | 155.705 |
| Outros | 14.2.4 | - | 46.348 | | | (145) | (23.399) | | | 22.804 |
| Adiantamento a fornecedores | | 29 | | | | | 21.744 | 9 | | 21.782 |
| **Total do imobilizado em curso** | | **45.613** | **151.101** | **(25.679)** | - | **(589)** | **38** | **37.451** | - | **207.935** |
| **Total do imobilizado** | | **123.829** | **156.286** | - | **(11.669)** | **(1.133)** | **38** | **76.538** | **(13.395)** | **330.494** |

**14.2.1 Máquinas e equipamentos - Imobilizado em Serviço**

A variação da rubrica de máquinas e equipamentos do imobilizado em serviço deve-se substancialmente a imobilização de ativos da Usina Solar na Companhia, e a entrada do saldo de imobilizado decorrente da aquisição da AES Inova (Nota 13.1).

**14.2.2 Máquinas e equipamentos - Ativos destinados a arrendamentos operacionais**

Do montante total de R$104.753 de ingresso observado na rubrica de máquinas e equipamentos, R$52.659 é da Companhia e R$49.512 da controlada AES Inova. As aquisições referem-se a contratos de projetos de construção de usina solar (Nota 5.2).

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**14.2.3 Edificações, obras civis e benfeitorias**

Os ingressos na rubrica de Edificações, obras civis e benfeitorias referem-se principalmente à nova sede da filial da Controladora EDP - Energias do Brasil localizada em São Paulo.

**14.2.4 Outros**

Os ingressos na rubrica de Outros refere-se à aquisição de módulos e inversores para projetos diversos da controlada AES Inova.

### 15 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**15.1 Composição do intangível**

| | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2021 | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2020 |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | |
| Administração | | | | | | | | |
| *Software* | 20,00 | 3.382 | (1.109) | 2.273 | 20,00 | 3.289 | (425) | 2.864 |
| **Total do intangível em serviço** | | **3.382** | **(1.109)** | **2.273** | | **3.289** | **(425)** | **2.864** |
| **Intangível em curso** | | | | | | | | |
| Administração | | 27.203 | | 27.203 | | 15.766 | | 15.766 |
| **Total do intangível em curso** | | **27.203** | - | **27.203** | | **15.766** | - | **15.766** |
| **Total do intangível** | | **30.585** | **(1.109)** | **29.476** | | **19.055** | **(425)** | **18.630** |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2021 | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido em 31/12/2020 |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | |
| *Software* | 20,00 | 124 | (124) | - | | | | - |
| | | **124** | **(124)** | - | | - | - | - |
| **Administração** | | | | | | | | |
| *Software* | 20,00 | 5.259 | (2.064) | 3.195 | 20,00 | 4.577 | (950) | 3.627 |
| *Backlog* | 4,38 | 33.154 | (7.564) | 25.590 | 29,53 | 6.838 | (6.838) | - |
| | | **38.413** | **(9.628)** | **28.785** | | **11.415** | **(7.788)** | **3.627** |
| **Total do intangível em serviço** | | **38.537** | **(9.752)** | **28.785** | | **11.415** | **(7.788)** | **3.627** |
| **Intangível em curso** | | | | | | | | |
| Geração | | 228 | | 228 | | | | - |
| Administração | | 28.837 | | 28.837 | | 17.660 | | 17.660 |
| **Total do intangível em curso** | | **29.065** | - | **29.065** | | **17.660** | - | **17.660** |
| ***Goodwill*** | | | | | | | | |
| EDP Soluções (Nota 13.2.1) | | 37.952 | (31.804) | 6.148 | | 31.804 | | 31.804 |
| | | **37.952** | **(31.804)** | **6.148** | | **31.804** | - | **31.804** |
| **Total do intangível** | | **105.554** | **(41.556)** | **63.998** | | **60.879** | **(7.788)** | **53.091** |

**15.2 Movimentação do intangível**

| | | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor líquido 31/12/2020 | Ingressos | Transferência para intangível em serviço | Amortizações | Reclassificação | Valor líquido 31/12/2021 |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | |
| *Software* | | 2.864 | | 94 | (685) | | 2.273 |
| **Total do intangível em serviço** | | **2.864** | - | **94** | **(685)** | - | **2.273** |
| **Intangível em curso** | 15.2.1 | | | | | | |
| *Software* | | 15.766 | 11.559 | (94) | | (38) | 27.203 |
| **Total do intangível em curso** | | **15.766** | **11.559** | **(94)** | - | **(38)** | **27.203** |
| **Total do intangível** | | **18.630** | **11.559** | - | **(685)** | **(38)** | **29.476** |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Valor líquido 31/12/2020 | Ingressos | Transf. para imobilizado em serviço | Amortizações | Aquisição de empresas | Reclassificação | Valor líquido 31/12/2021 |
| **Intangível em serviço** | | | | | | | | |
| *Software* | | 3.627 | | 682 | (1.114) | | | 3.195 |
| *Backlog* | | - | 26.316 | | (827) | 101 | | 25.590 |
| **Total do intangível em serviço** | | **3.627** | **26.316** | **682** | **(1.941)** | **101** | - | **28.785** |
| **Intangível em curso** | | | | | | | | |
| *Software* | 15.2.1 | 17.660 | 11.897 | (682) | | 228 | (38) | 29.065 |
| **Total do intangível em curso** | | **17.660** | **11.897** | **(682)** | - | **228** | **(38)** | **29.065** |
| *Goodwill* | 13.2.1 | 31.804 | 6.148 | | (31.804) | | | 6.148 |
| **Total do intangível** | | **53.091** | **44.361** | - | **(33.745)** | **329** | **(38)** | **63.998** |

**15.2.1 *Software***

Os ingressos referem-se substancialmente a gastos com o software de vendas, que é uma plataforma para integrar os clientes à Companhia.

**15.2.2 *Backlog***

O montante de R$26.316 refere-se ao ingresso de intangível da controlada AES Inova adquirida no exercício (Nota 13.1).

### 16 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | | Circulante | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Suprimento de energia elétrica | 5 | | 5 | |
| Materiais e serviços | 41.095 | 4.612 | 67.968 | 8.570 |
| **Total** | **41.100** | **4.612** | **67.973** | **8.570** |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 na Companhia de R$41.095 (R$4.612 em 31 de dezembro de 2020) refere-se, substancialmente, ao montante retido da aquisição da controlada AES Inova (Nota 13.1) que será pago após o cumprimento das condições estabelecidas no Acordo de Investimento. Já o saldo no Consolidado de R$67.698 (R$8.570 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a valores a pagar relativos a compras de materiais e serviços. O aumento do saldo é devido principalmente pela aquisição de módulos fotovoltaicos e painéis solares para aplicação nos projetos em construção da controlada AES Inova.

### 17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

**17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

| | | | | | | | | | | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | 31/12/21 | | | | 31/12/20 | | | |
| | | | | | | | | | | Encargos | Principal | | | Encargos | Principal | | |
| | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato | Utilização | Covenants | Custo da dívida | Forma de pagamento | Garantias | Circulante | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| **Moeda nacional** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MUFG - Cédula de Câmbio | 82.000 | 20/08/2018 | 82.000 | 20/08/2018 a 22/08/2023 | Capital de Giro | Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro. | CDI + 0,45% a.a | Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral | a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil | 1.185 | 23.429 | 23.429 | 48.043 | 5.437 | 93.429 | 46.857 | 145.723 |
| | | | | | | | | | | **1.185** | **23.429** | **23.429** | **48.043** | **5.437** | **93.429** | **46.857** | **145.723** |
| **Moeda estrangeira** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4131 Scotiabank - *SWAP* | 17.985 USD | 12/04/2021 | 17.985 USD | 12/04/2021 a 12/04/2022 | Capital de Giro | Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro. | USD + 0,62% a.a. | Principal e Juros em parcela única no final | a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil | 463 | 100.303 | | 100.766 | | | | - |
| | | | | | | | | | | **463** | **100.303** | - | **100.766** | - | - | - | - |
| **Derivativos** | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4131 Scotiabank - *SWAP* | 17.985 USD | 12/04/2021 | 17.985 USD | 12/04/2021 a 12/04/2022 | *Hedge* frente ao financiamento do Banco Scotiabank | | *Swap* de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a. | Em parcela única no final do contrato. | | | 3.957 | | 3.957 | | | | - |
| | | | | | | | | | | - | **3.957** | - | **3.957** | - | - | - | - |
| | | | | | | | | | | **1.648** | **127.689** | **23.429** | **152.766** | **5.437** | **93.429** | **46.857** | **145.723** |

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas mencionados acima do Consolidado é de R$148.809 em 31 de dezembro de 2021 (R$145.723 em 31 de dezembro de 2020).

**17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício**

| | Controladora e Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor líquido em 31/12/2020 | Ingressos | Pagamentos | Juros provisionados | Transferências | Ajuste a valor de mercado | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2021 |
| Circulante | | | | | | | | |
| Principal | 93.429 | 100.000 | (93.429) | | 23.429 | (60) | 364 | 123.732 |
| Juros | 5.437 | | (7.428) | 3.639 | | | | 1.648 |
| *Swap* | - | | | 3.589 | | 368 | | 3.957 |
| | **98.866** | **100.000** | **(100.857)** | **7.228** | **23.428** | **308** | **364** | **129.337** |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Principal | 46.857 | | | | (23.428) | | | 23.429 |
| | **46.857** | - | - | - | **(23.428)** | - | - | **23.429** |

**17.3 Vencimento das parcelas**

| | Controladora e Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Moeda nacional | Moeda estrangeira | Derivativos | Total |
| **Circulante** | | | | |
| 2022 | 24.614 | 100.766 | 3.957 | 129.337 |
| | **24.614** | **100.766** | **3.957** | **129.337** |
| **Não circulante** | | | | |
| 2023 | 23.429 | | | 23.429 |
| | **23.429** | - | - | **23.429** |
| **Total** | **48.043** | **100.766** | **3.957** | **152.766** |

### 18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

### 19 Provisões

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Não circulante | | Não circulante | |
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 19.1 | 249 | 249 | 1.128 | 1.541 |
| **Total** | | **249** | **249** | **1.128** | **1.541** |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração da Companhia e das controladas para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

**19.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

| | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Baixas | |
| | Saldo em 31/12/2020 | Constituição | Reversões | Saldo em 31/12/2021 |
| Trabalhistas | - | 8 | (8) | - |
| Outros | 249 | | | 249 |
| **Total Não circulante** | **249** | **8** | **(8)** | **249** |

| | | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Passivo | | | | | | Ativo | |
| | | | | Baixas | | | | Depósito judicial | |
| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Constituição | Pagamentos | Reversões | Atualização monetária | Saldo em 31/12/2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Trabalhistas | 19.1.1.1 | 1.147 | 417 | (386) | (315) | (129) | 734 | 258 | 517 |
| Cíveis | | 2 | | | | | 2 | | |
| Outros | | 392 | | | | | 392 | | |
| **Total Não circulante** | | **1.541** | **417** | **(386)** | **(315)** | **(129)** | **1.128** | **258** | **517** |

**19.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

**19.1.2 Risco de perda possível**

| | | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Ativo | | | | Ativo | |
| | | | | Depósito judicial | | | | Depósito judicial | |
| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Trabalhistas | 19.1.2.1 | | | | | 4.312 | 348 | | |
| Cíveis | 19.1.2.2 | | | | | 12.244 | 9.115 | | |
| Fiscais | 19.1.2.3 | 7.185 | 3.720 | 19 | 18 | 7.185 | 3.720 | 19 | 18 |
| **Total** | | **7.185** | **3.720** | **19** | **18** | **23.741** | **13.183** | **19** | **18** |

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R$5.730 em 31 de dezembro de 2021 (R$2.445 em 31 de dezembro de 2020).

**19.1.2.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

**19.1.2.2 Cíveis**

A controlada EDP Smart Soluções é parte em três disputas judiciais que discutem suposto descumprimento contratual e possuem o valor estimado em 31 de dezembro de 2021 de R$12.244 (R$9.115 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente as ações aguardam o início dos trabalhos periciais.

**19.1.2.3 Fiscais**

Discussões administrativas e judiciais relativos à cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à sua atividade, totalizando o montante em 31 de dezembro de 2021 de R$6.482 (R$3.299 em 31 de dezembro de 2020).

**19.1.3 Risco de perda remota**

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais Consolidado em 31 de dezembro de 2021 é de R$1.973 (R$1.977 em 31 de dezembro de 2020).

### 20 Patrimônio líquido

**20.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente subscrito e integralizado é de R$195.886 (R$102.786 em 31 de dezembro de 2020) composto de 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em 30 de abril de 2021 foi realizada AGOE onde a Administração deliberou sobre o aumento de Capital Social da Companhia no montante de R$93.100, sem emissão de novas ações, sendo integralizados da seguinte forma: (i) capitalização de créditos decorrentes de AFACs de titularidade da acionista EDP - Energias do Brasil (Nota 11.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**20.2 Reservas**

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Reservas de lucros | | | |
| Legal | | 1.012 | 1.012 |
| Retenção de lucros | 20.2.1 | 8.318 | 8.318 |
| **Total** | | **9.330** | **9.330** |

**20.2.1 Retenção de lucros**

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

### 21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os serviços prestados pela Companhia e suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

**Vendas à vista e vendas financiadas**

A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

**Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada**

As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

**Arrendamentos financeiros e operacionais**

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Venda de Produtos e Mercadorias** | | | | | |
| Venda de Vapor | 5.4 | | | 45.263 | 24.255 |
| Usina solar | 5.2 | 2.133 | 6.445 | 2.133 | 6.445 |
| | | **2.133** | **6.445** | **47.396** | **30.700** |
| **Serviços prestados a terceiros** | | | | | |
| Gerenciamento de assinaturas | | 12.632 | 11.979 | 12.632 | 11.979 |
| Eficiência energética | 5.1 | 117 | 773 | 9.222 | 10.749 |
| Outros serviços | 21.2 | 3.593 | 5.065 | 6.787 | 5.065 |
| | | **15.342** | **17.817** | **28.641** | **27.793** |
| **Arrendamento de usina solar e caldeiras de vapor** | 21.1 | | | | |
| Arrendamentos operacionais | | 6.845 | 3.559 | 13.050 | 4.787 |
| Arrendamentos financeiros | | 937 | 2.579 | 3.216 | 34.234 |
| | | **7.782** | **6.138** | **16.266** | **39.021** |
| **Receita operacional bruta** | | **25.257** | **30.400** | **92.303** | **97.514** |
| **(-) Deduções à receita operacional** | | | | | |
| Tributos sobre a receita | | | | | |
| ICMS | | (130) | (145) | (7.951) | (4.498) |
| PIS/COFINS | | (2.427) | (2.812) | (5.119) | (5.177) |
| ISS | | (400) | (316) | (928) | (726) |
| | | (2.957) | (3.273) | (13.998) | (10.401) |
| **Receitas** | | **23.300** | **27.127** | **78.305** | **87.113** |

**21.1 Usina Solar e Caldeira de vapor**

Da redução total de R$ 22.755, R$29.390 referem-se à redução de novos projetos de Caldeira de Vapor da controlada EDP Smart Soluções classificados como arrendamentos para o exercício de 2021 (Nota 2.7.1), que foram compensados pelos projetos de Usina Solar da Companhia.

**21.2 Outros serviços**

A redução do saldo da Companhia observado no exercício ocorreu devido a diminuição na prestação de serviços de mobilidade elétrica, em relação ao exercício anterior, o qual foi parcialmente compensado pelo aumento de serviços no seguimento de Solar. Já o aumento do saldo no Consolidado é referente à controlada EDP Smart Soluções, a variação refere-se à prestação de serviços de Operação e Manutenção em Caldeiras de Vapor arrendadas.

### 22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e nas controladas.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e das controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora 2021

| | Nota | Custos: De operação e produção | Custos: Prestado a terceiros | Despesas Operacionais: PECLD | Despesas Operacionais: Gerais e administrativas | Despesas Operacionais: Outras | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Administradores | 22.1 | 7.153 | 1.175 | | 3.873 | | 12.201 |
| Material | 22.3 | 352 | 3.299 | | | | 3.651 |
| Serviços de terceiros | 22.2 | 3.217 | 2.758 | | 2.086 | | 8.061 |
| Depreciação - imobilizado em serviço | 2.7.1 | 28 | | | 2.721 | 13.395 | 16.144 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | 1.074 | | | 556 | | 1.630 |
| Amortização | 2.7.1 | 643 | | | 42 | 31.805 | 32.490 |
| PECLD / perdas líquidas | | | | (332) | | | (332) |
| Arrendamentos e aluguéis | | 276 | 149 | | | | 425 |
| Outras | | 863 | 75 | | 381 | (23) | 1.296 |
| **Total** | | **13.606** | **7.456** | **(332)** | **9.659** | **45.177** | **75.566** |

Controladora 2020

| | Nota | Custos: De operação e produção | Custos: Prestado a terceiros | Despesas Operacionais: PECLD | Despesas Operacionais: Gerais e administrativas | Despesas Operacionais: Outras | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Pessoal e Administradores | 22.1 | 3.695 | 1.641 | | 5.058 | | 10.394 |
| Material | 22.3 | 693 | 6.854 | | 110 | | 7.657 |
| Serviços de terceiros | 22.2 | 2.180 | 4.374 | | 6.960 | | 13.514 |
| Depreciação - imobilizado em serviço | | 5 | | | 1.670 | | 1.675 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | | | | 378 | | 378 |
| Amortização | | 154 | | | 204 | | 358 |
| PECLD / perdas líquidas | | | | 311 | | | 311 |
| Arrendamentos e aluguéis | | 49 | 1 | | 165 | (55) | 160 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | 57 | 57 |
| Outras | | 118 | 58 | | 304 | 103 | 583 |
| **Total** | | **6.894** | **12.928** | **311** | **14.849** | **105** | **35.087** |

Consolidado 2021

| | Nota | Custos: De operação e produção | Custos: Prestado a terceiros | Despesas Operacionais: PECLD | Despesas Operacionais: Gerais e administrativas | Despesas Operacionais: Outras | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo da matéria prima consumida | 22.4 | 21.715 | | | | | 21.715 |
| Pessoal e Administradores | 22.1 | 13.260 | 5.868 | | 7.135 | | 26.263 |
| Material | 22.3 | 380 | 7.813 | | 44 | | 8.237 |
| Serviços de terceiros | 22.2 | 3.461 | 7.486 | | 4.657 | | 15.604 |
| Depreciação - imobilizado em serviço | 2.7.1 | 5.480 | | | 4.153 | 13.395 | 23.001 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | 1.111 | | | 923 | | 2.034 |
| Amortização | 2.7.1 | 643 | | | 1.166 | 31.805 | 33.614 |
| PECLD / perdas líquidas | | | | (332) | | | (332) |
| Arrendamentos e aluguéis | | 852 | 149 | | (101) | (141) | 759 |
| Outras | | 1.171 | 1.226 | | 1.398 | 79 | 3.874 |
| **Total** | | **48.076** | **22.542** | **(332)** | **19.375** | **45.138** | **134.799** |

Consolidado 2020

| | Nota | Custos: De operação e produção | Custos: Prestado a terceiros | Despesas Operacionais: PECLD | Despesas Operacionais: Gerais e administrativas | Despesas Operacionais: Outras | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo da matéria prima consumida | | 8.429 | | | | | 8.429 |
| Pessoal e Administradores | 22.1 | 7.016 | 3.898 | | 9.070 | | 19.984 |
| Material | 22.3 | 718 | 32.218 | | 250 | | 33.186 |
| Serviços de terceiros | 22.2 | 2.386 | 5.659 | | 10.619 | | 18.664 |
| Depreciação - imobilizado em serviço | | 3.732 | | | 1.778 | | 5.510 |
| Depreciação - Ativos de direito de uso | | | | | 1.079 | | 1.079 |
| Amortização | | 154 | | | 428 | | 582 |
| PECLD / perdas líquidas | | | | 1.158 | | | 1.158 |
| Arrendamentos e aluguéis | | 123 | 1 | | 341 | (172) | 293 |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens | | | | | | 42 | 42 |
| Outras | | 118 | 139 | | 547 | 103 | 907 |
| **Total** | | **22.676** | **41.915** | **1.158** | **24.112** | **(27)** | **89.834** |

**22.1 Pessoal e Administradores**

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Pessoal | | | | |
| Remuneração | 4.733 | 3.181 | 9.218 | 6.815 |
| Encargos | 1.468 | 1.229 | 3.151 | 2.695 |
| Previdência privada - Corrente | 119 | 87 | 303 | 273 |
| Despesas rescisórias | (262) | 806 | 322 | 1.063 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 649 | 744 | 1.669 | 1.678 |
| Outros benefícios - Corrente | 1.122 | 786 | 2.333 | 1.699 |
| Outros | 1.182 | 1.646 | 5.875 | 3.914 |
| | **9.011** | **8.479** | **22.871** | **18.137** |
| Administradores | | | | |
| Honorários e encargos | 2.622 | 1.817 | 2.808 | 1.741 |
| Benefícios dos administradores | 568 | 98 | 584 | 106 |
| | **3.190** | **1.915** | **3.392** | **1.847** |
| | **12.201** | **10.394** | **26.263** | **19.984** |

**22.2 Serviços de terceiros**

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Serviços de consultoria | 22.2.1 | 492 | 5.236 | 787 | 6.708 |
| Serviços de informática | 22.2.2 | 2.320 | 733 | 3.013 | 1.450 |
| Serviços de publicação e publicidade | | 133 | 175 | 252 | 340 |
| Serviços de transporte | | 140 | 82 | 343 | 283 |
| Serviços Compartilhados | | 914 | 777 | 2.954 | 1.736 |
| Custo do serviço prestado a terceiros | 22.2.3 | 2.759 | 4.374 | 6.707 | 5.559 |
| Outros | | 1.303 | 2.137 | 1.551 | 2.488 |
| | | **8.061** | **13.514** | **15.604** | **18.564** |

**22.2.1 Serviços de consultoria**

A redução do saldo em 2021 é decorrente da finalização de contratos com prestadores de serviços de consultoria para execução de planos de negócios e assuntos regulatórios ocorridos no ano de 2020, que não se estenderam para 2021.

**22.2.2 Serviços de informática**

O aumento observado na rubrica é decorrente da renovação de licença de uso de software.

**22.2.3 Custo do serviço prestado a terceiros**

O aumento no exercício é decorrente, substancialmente, dos custos incorridos para realização de manutenção de projetos de eficiência energética finalizados no decorrer do exercício de 2021.

**22.3 Material**

Durante o exercício de 2021, substancialmente na controlada EDP Smart Soluções, os gastos com materiais foram destinados apenas a manutenção de projetos já existentes, uma vez que ocorreram reduções de novos projetos substancialmente de eficiência energética (Nota 5.1).

**22.4 Custo da matéria prima consumida**

A variação no exercício observada no Consolidado é referente à controlada EDP Smart Soluções, e deve-se ao início da produção da Caldeira de Vapor de três plantas movidas a biomassa, aumentando os gastos com insumo para geração de energia em 2021.

**22.5 Outros**

A variação no exercício observada no Consolidado é deve-se a renovação do seguro de risco operacional da Companhia e de sua controlada EDP Smart Soluções, além dos gastos ocorridos devido a aquisição da controlada AES Inova (Nota 13.1).

### 23 Resultado financeiro

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | | | | | |
| Juros e variações monetárias | | | | | |
| Renda de aplicações financeiras e cauções | 4 | 107 | 86 | 425 | 134 |
| Depósitos judiciais | 10 | 26 | 20 | 34 | 35 |
| Contratos de mútuo | 11 | 729 | 496 | | |
| Juros e multa sobre tributos | 6 | 100 | 11 | 110 | 11 |
| Operações de swap e hedge | 26.1.3 | 519 | | 519 | |
| Ajustes a valor presente | | 11 | 55 | 11 | 55 |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras | | (76) | (32) | (77) | (33) |
| Outras receitas financeiras | | 559 | | 561 | |
| | | **1.975** | **636** | **1.583** | **202** |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17.2 | (3.177) | (4.483) | (3.435) | (4.739) |
| Variações em moeda estrangeira | 17.2 | (5.242) | | (5.242) | |
| Operações de swap e hedge | | | (22) | | (22) |
| Juros e multa sobre tributos | | | (16) | (25) | (26) |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 19.1.1 | | | 129 | (177) |
| Arrendamentos e aluguéis | | (324) | (409) | (873) | (803) |
| Outros juros e variações monetárias | 23.1 | (2.146) | | (2.146) | |
| Outras despesas financeiras | | | (67) | (10) | (152) |
| | | **(10.889)** | **(4.997)** | **(11.602)** | **(5.919)** |
| **Total** | | **(8.914)** | **(4.359)** | **(10.019)** | **(5.717)** |

**23.1 Outros juros e variações monetárias**

O montante de R$2.416 observado na rubrica de Outros juros e variações monetárias refere-se à atualização do saldo retido da aquisição da AES Inova (Nota 13.1).

### 24 Imposto de renda e contribuição social

Para a Companhia, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes das controladas são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

As controladas EDP Smart Soluções e AES Inova optaram pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento, enquanto a controlada UFV optou pelo regime de Lucro Presumido.

| | Nota | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro | | (69.239) | (13.749) | (66.513) | (8.438) |
| Alíquota | | 34% | 34% | 34% | 34% |
| **IRPJ e CSLL** | | **23.541** | **4.675** | **22.614** | **2.869** |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva | | | | | |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes | | | | | |
| Doações | | (1) | | (1) | |
| Resultados de equivalência patrimonial | | (2.740) | (486) | 24 | |
| Juros sobre o capital próprio | | | | (09) | |
| Outras | 24.1 | (15.205) | (214) | (15.205) | (214) |
| Outros | | | | (5) | |
| IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos | | | | (69) | |
| Ajuste lucro presumido | | | | (4.468) | (4.015) |
| Incentivos fiscais | | | | | |
| Outras | | | | 49 | 24 |
| **Despesa de IRPJ e CSLL** | | **5.595** | **3.975** | **2.869** | **(1.336)** |
| Alíquota efetiva | | 8,08% | 28,91% | 4,31% | -15,83% |

**24.1 Outras**

Do montante total de R$15.205 na Companhia, R$10.814 refere-se aos efeitos do resultado de *impairment*, conforme nota 2.7.1, e R$4.058 refere-se a IR e CS diferidos decorrentes da aquisição da AES Inova (Nota 13.1).

### 25 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

| | Controladora 2021 | Controladora 2020 | Consolidado 2021 | Consolidado 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas | (63.644) | (9.774) | (63.644) | (9.774) |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 10 | 10 | 10 | 10 |
| **Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)** | **(6.364)** | **(977)** | **(6.364)** | **(977)** |

### 26 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**26.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**NOTAS EXPLICATIVAS**
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**26.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

| | | | Controladora | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Valor justo | | Valor contábil | |
| | Nota | Níveis | 31/12/2021 | 31/12/20 | 31/12/2021 | 31/12/20 |
| **Ativos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| **No reconhecimento inicial ou subsequentemente** | | | | | | |
| Outros créditos - Derivativos | | Nível 2 | 2.292 | (2.113) | 2.292 | (2.113) |
| | | | **2.292** | **(2.113)** | **2.292** | **(2.113)** |
| **Custo amortizado** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Nível 2 | 2.132 | 343 | 2.132 | 343 |
| Clientes | 5 | Nível 2 | 19.240 | 22.255 | 19.240 | 22.255 |
| Empréstimos a receber | 7 | Nível 2 | 17.862 | 16.675 | 17.862 | 16.675 |
| Cauções | 10 | Nível 2 | 138 | 133 | 138 | 133 |
| Títulos e valores mobiliários | | Nível 2 | | 3 | | 3 |
| Outros créditos - Partes relacionadas | 12 | Nível 2 | 148 | 148 | 148 | 148 |
| | | | **39.320** | **39.557** | **39.320** | **39.557** |
| | | | **41.612** | **37.444** | **41.612** | **37.444** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| **No reconhecimento inicial ou subsequentemente** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | | | | | |
| Moeda estrangeira | | Nível 2 | 104.723 | | 104.723 | |
| | | | **104.723** | - | **104.723** | - |
| **Custo amortizado** | | | | | | |
| Fornecedores | 16 | Nível 2 | 41.100 | 4.612 | 41.100 | 4.612 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | | | | | |
| Moeda nacional | | Nível 2 | 47.793 | 143.924 | 48.043 | 145.723 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 12 | Nível 2 | 394 | 764 | 394 | 764 |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.3 | Nível 2 | 4.321 | 2.094 | 4.291 | 1.921 |
| | | | **93.608** | **151.394** | **93.828** | **153.020** |
| | | | **198.331** | **151.394** | **198.551** | **153.020** |

| | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Valor justo | | Valor contábil | |
| | Nota | Níveis | 31/12/2021 | 31/12/20 | 31/12/2021 | 31/12/20 |
| **Ativos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| **No reconhecimento inicial ou subsequentemente** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | | | | | |
| Aplicações financeiras | | Nível 2 | 13.075 | | 13.075 | |
| Outros créditos - Derivativos | | | 2.292 | (2.113) | 2.292 | (2.113) |
| | | | **15.367** | **(2.113)** | **15.367** | **(2.113)** |
| **Custo amortizado** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Nível 2 | 3.399 | 1.796 | 3.399 | 1.796 |
| Clientes | 5 | Nível 2 | 128.792 | 142.780 | 128.792 | 142.780 |
| Cauções | 10 | Nível 2 | 1.804 | 1.735 | 1.804 | 1.735 |
| Títulos e valores mobiliários | | Nível 2 | | 3 | | 3 |
| Outros créditos - Partes relacionadas | 12 | Nível 2 | 148 | 148 | 148 | 148 |
| | | | **134.143** | **146.462** | **134.143** | **146.462** |
| | | | **149.510** | **144.349** | **149.510** | **144.349** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| **No reconhecimento inicial ou subsequentemente** | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | | | | | |
| Moeda estrangeira | | Nível 2 | 104.723 | | 104.723 | |
| | | | **104.723** | - | **104.723** | - |
| **Custo amortizado** | | | | | | |
| Fornecedores | 16 | Nível 2 | 67.973 | 8.670 | 67.973 | 8.670 |
| Empréstimos e financiamentos | 17 | | | | | |
| Moeda nacional | | Nível 2 | 47.793 | 143.924 | 48.043 | 145.723 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 12 | Nível 2 | 1.806 | 2.242 | 1.806 | 2.242 |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.3 | Nível 2 | 12.497 | 4.707 | 12.089 | 4.191 |
| | | | **130.069** | **159.543** | **129.911** | **160.826** |
| | | | **234.792** | **159.543** | **234.634** | **160.826** |

**26.1.1.2 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**26.1.1.3 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

**26.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos e Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

**26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e das controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

**26.1.3 Instrumentos financeiros derivativos**

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

Os contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A Companhia não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

Segue abaixo quadro contendo as principais informações a respeito dos derivativos da Companhia:

| Descrição | Contraparte | Vigência | Posição | Nocional USD 31/12/2021 | Nocional USD 31/12/2020 | Nocional R$ 31/12/2021 | Nocional R$ 31/12/2020 | Valor Justo 31/12/2021 | Valor Justo 31/12/2020 | Efeitos no Resultado 31/12/2021 | Efeitos no Resultado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ***NDFs*** | | | | | | | | | | | |
| Compra<br>Venda | Citibank | 19/10/2020 a 31/05/2021 | BRL/USD 5.6221 | | 1.366 | | 7.097 | | (573) | | |
| | | | | - | **1.366** | - | **7.097** | - | **(573)** | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 19/10/2020 a 30/07/2021 | BRL/USD 5.6444 | | 3.097 | | 15.094 | | (1.313) | | |
| | | | | - | **3.097** | - | **15.094** | - | **(1.313)** | - | - |
| Compra<br>Venda | Safra | 16/11/2020 a 30/07/2021 | BRL/USD 5.4940 | | 298 | | 1.549 | | (82) | | |
| | | | | - | **298** | - | **1.549** | - | **(82)** | - | - |
| Compra<br>Venda | Safra | 16/11/2020 a 30/06/2021 | BRL/USD 5.4820 | | 60 | | 310 | | (16) | | |
| | | | | - | **60** | - | **310** | - | **(16)** | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 17/05/2021 a 17/06/2022 | BRL/USD 5.5451 | 385 | | 2.134 | | 86 | | | |
| | | | | **385** | - | **2.134** | - | **86** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 21/06/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.2500 | 257 | | 1.348 | | 113 | | | |
| | | | | **257** | - | **1.348** | - | **113** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 04/08/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.4120 | 25 | | 134 | | 7 | | | |
| | | | | **25** | - | **134** | - | **7** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Safra | 04/08/2021 a 30/06/2022 | BRL/USD 5.5090 | 37 | | 205 | | 12 | | | |
| | | | | **37** | - | **205** | - | **12** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Safra | 20/08/2021 a 29/07/2022 | BRL/USD 5.7720 | 1.123 | | 6.483 | | 144 | | | |
| | | | | **1.123** | - | **6.483** | - | **144** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Safra | 01/10/2021 a 31/05/2022 | BRL/USD 5.6315 | 608 | | 3.424 | | 99 | | | |
| | | | | **608** | - | **3.424** | - | **99** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 01/10/2021 a 29/10/2021 | BRL/USD 5.3858 | 103 | | 553 | | | | | |
| | | | | **103** | - | **553** | - | - | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 28/10/2021 a 17/12/2021 | BRL/USD 5.6717 | 103 | | 582 | | | | | |
| | | | | **103** | - | **582** | - | - | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 03/11/2021 a 30/12/2021 | BRL/USD 5.7429 | 29 | | 166 | | | | | |
| | | | | **29** | - | **166** | - | - | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 03/11/2021 a 31/05/2022 | BRL/USD 5.9978 | 190 | | 1.139 | | (36) | | | |
| | | | | **190** | - | **1.139** | - | **(36)** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 15/12/2021 a 30/06/2022 | BRL/USD 6.0186 | 460 | | 2.767 | | (72) | | | |
| | | | | **460** | - | **2.767** | - | **(72)** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 27/12/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.8100 | 57 | | 329 | | (6) | | | |
| | | | | **57** | - | **329** | - | **(6)** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 27/12/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.8600 | 85 | | 497 | | (9) | | | |
| | | | | **85** | - | **497** | - | **(9)** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 27/12/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.9100 | 122 | | 721 | | (13) | | | |
| | | | | **122** | - | **721** | - | **(13)** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 27/12/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.9600 | 141 | | 841 | | (14) | | | |
| | | | | **141** | - | **841** | - | **(14)** | - | - | - |
| Compra<br>Venda | Citibank | 27/12/2021 a 31/03/2022 | BRL/USD 5.8591 | 29 | | 169 | | (3) | | | |
| | | | | **29** | - | **169** | - | **(3)** | - | - | - |
| ***Opções*** | | | | | | | | | | | |
| Compra<br>Venda | Safra | 01/10/2020 a 18/11/2020 | BRL/USD 5.6450 | | | | | | (129) | | |
| | | | | - | - | - | - | - | **(129)** | - | - |
| Compra<br>Venda | Safra | 18/06/2020 a 24/06/2020 | BRL/USD 5.3500 | | | | | | | | (22) |
| | | | | - | - | - | - | - | - | - | **(22)** |
| ***Swap*** | | | | | | | | | | | |
| Compra<br>Venda | Scotia bank Brasil<br>S/A Banco Múltiplo | 07/04/2021 a 12/04/2022 | USD + 0.62% a.a.<br>CDI + 0.79% a.a. | 17.986 | | 100.000 | | 100.766<br>(104.723) | | 827<br>(308) | |
| | | | | **17.986** | - | **100.000** | - | **(3.957)** | - | **519** | - |
| **Total** | | | | | | | | **(3.649)** | **(2.113)** | **519** | **(22)** |

O vencimento líquido dos derivativos encontra-se demonstrado na nota 17.3.

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os impactos dos ganhos e perdas das transações com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

| | Resultado 2021 | Resultado 2020 | Patrimônio líquido 31/12/2021 | Patrimônio líquido 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Derivativos com propósito de proteção** | | | | |
| Riscos cambiais | | (22) | | (2.113) |
| Riscos de taxas de juros e moeda | 519 | | 2.292 | |
| **Total** | **519** | **(22)** | **2.292** | **(2.113)** |

**26.1.3.1 Contratos de *swap***

Em 12 de abril de 2021, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio do seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 17).

**26.1.3.2 *Non-Deliverable Forward* - NDF - *hedge accouting***

Os contratos de NDFs - *hedge accouting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

Em 2020, a Companhia adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

**26.1.3.3 Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)**

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

(i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;

(iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;

(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e

(v) em relação à cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

**• Cobertura de fluxos de caixa**

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

**• Efetividade**

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

**26.2 Gestão de riscos**

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commision*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns a quaisquer tipos de riscos. No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados segundo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

**26.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos captados pela Companhia apresentado na nota 17, possuem como contraparte o Banco MUFG e Scotiabank. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas possuem um risco de mercado associado ao CDI e a taxa de câmbio.

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da CDI e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e suas controladas não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.2) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no período, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

**26.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

**Controladora**

| Operação | Risco | Saldo da exposição | *Aging* cenário provável: Até 1 ano | *Aging* cenário provável: 2 a 5 anos | Cenário (I) Provável | Cenário (II) Aumento do risco em 25% | Cenário (III) Aumento do risco em 50% | Cenário (IV) Redução do risco em 25% | Cenário (V) Redução do risco em 50% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cauções e depósitos vinculados | CDI | 138 | 4 | | 4 | 1 | 2 | (1) | (2) |
| Empréstimos a receber | CDI | 17.662 | 1.968 | 166 | 2.134 | 536 | 1.072 | (535) | (1.069) |
| **Instrumentos financeiros ativos** | **CDI** | **17.800** | **1.972** | **166** | **2.138** | **537** | **1.074** | **(536)** | **(1.071)** |
| Empréstimos e financiamentos - CCB | CDI | (48.043) | (3.661) | (1.006) | (4.667) | (1.060) | (2.122) | 1.108 | 2.215 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **CDI** | **(48.043)** | **(3.661)** | **(1.006)** | **(4.667)** | **(1.060)** | **(2.122)** | **1.108** | **2.215** |
| Swap - Ponta Passiva - Scotiabank | CDI | (3.957) | (7.509) | | (11.466) | (669) | (1.327) | 680 | 1.373 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **CDI** | **(3.957)** | **(7.509)** | **-** | **(11.466)** | **(669)** | **(1.327)** | **680** | **1.373** |
| | | **(34.200)** | **(9.198)** | **(840)** | **(13.995)** | **(1.192)** | **(2.375)** | **1.252** | **2.517** |
| **Operação** | **Risco** | | | | | | | | |
| **Scotiabank** | **Dólar** | **100.766** | **103.577** | **-** | **204.343** | **25.894** | **51.788** | **(25.894)** | **(51.788)** |
| Principal | Dólar | 100.766 | 103.577 | | 204.343 | 25.894 | 51.788 | (25.894) | (51.788) |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **Dólar** | **(100.766)** | **(103.577)** | **-** | **(204.343)** | **(25.894)** | **(51.788)** | **25.894** | **51.788** |
| Swap - Ponta Ativa - Scotiabank | Dólar | (100.766) | (103.577) | | (204.343) | (25.894) | (51.788) | 25.894 | 51.788 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **Dólar** | - | - | - | - | - | - | - | - |

**Consolidado**

| Operação | Risco | Saldo da exposição | *Aging* cenário provável: Até 1 ano | *Aging* cenário provável: 2 a 5 anos | Cenário (I) Provável | Cenário (II) Aumento do risco em 25% | Cenário (III) Aumento do risco em 50% | Cenário (IV) Redução do risco em 25% | Cenário (V) Redução do risco em 50% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aplicação financeira - CDB | CDI | 13.075 | 1.082 | 46 | 1.128 | 279 | 558 | (281) | (562) |
| Cauções e depósitos vinculados | CDI | 1.804 | 111 | 234 | 345 | 95 | 194 | (91) | (179) |
| **Instrumentos financeiros ativos** | **CDI** | **14.879** | **1.193** | **280** | **1.473** | **374** | **752** | **(372)** | **(741)** |
| Empréstimos e financiamentos - CCB | CDI | (48.043) | (3.661) | (1.006) | (4.667) | (1.060) | (2.122) | 1.108 | 2.215 |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **CDI** | **(48.043)** | **(3.661)** | **(1.006)** | **(4.667)** | **(1.060)** | **(2.122)** | **1.108** | **2.215** |
| Swap - Ponta Passiva - Scotiabank | CDI | (3.957) | (7.509) | | (7.509) | (669) | (1.327) | 680 | 1.373 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **CDI** | **(3.957)** | **(7.509)** | **-** | **(7.509)** | **(669)** | **(1.327)** | **680** | **1.373** |
| | | **(37.121)** | **(9.977)** | **(726)** | **(10.703)** | **(1.355)** | **(2.697)** | **1.416** | **2.847** |
| **Operação** | **Risco** | | | | | | | | |
| **Instrumentos financeiros ativos** | **Dólar** | **100.766** | **103.577** | **-** | **103.577** | **25.894** | **51.788** | **(25.894)** | **(51.788)** |
| **Scotiabank** | **Dólar** | **100.766** | **103.577** | **-** | **103.577** | **25.894** | **51.788** | **(25.894)** | **(51.788)** |
| Principal | Dólar | 100.766 | 103.577 | | 103.577 | 25.894 | 51.788 | (25.894) | (51.788) |
| **Instrumentos financeiros passivos** | **Dólar** | **(100.766)** | **(103.577)** | **-** | **(103.577)** | **(25.894)** | **(51.788)** | **25.894** | **51.788** |
| Swap - Ponta Ativa - Scotiabank | Dólar | (100.766) | (103.577) | | (103.577) | (25.894) | (51.788) | 25.894 | 51.788 |
| **Instrumentos financeiros derivativos** | **Dólar** | - | - | - | - | - | - | - | - |

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 6,9% e 11,2% a.a. e o Dólar entre 5,26 e 5,80 reais.

**26.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

**Controladora**

| | 31/12/2021 Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total | 31/12/2020 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos Financeiros** | | | | | | | |
| Fornecedores | 41.027 | | 73 | | | 41.100 | 4.512 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | | | | 394 | | 394 | 764 |
| Empréstimos e financiamentos | | 13.570 | 115.767 | 23.429 | | 152.766 | 145.723 |
| Arrendamentos e aluguéis | 161 | 177 | 1.209 | 1.517 | 1.227 | 4.291 | 1.921 |
| | **41.188** | **13.747** | **117.049** | **25.340** | **1.227** | **198.551** | **153.320** |

**Consolidado**

| | 31/12/2021 Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total | 31/12/2020 Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos Financeiros** | | | | | | | |
| Fornecedores | 67.202 | | 771 | | | 67.973 | 8.670 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | | | | 1.806 | | 1.806 | 2.242 |
| Empréstimos e financiamentos | | 13.570 | 115.767 | 23.429 | | 152.766 | 145.723 |
| Arrendamentos e aluguéis | 273 | 303 | 2.289 | 5.072 | 4.152 | 12.089 | 4.191 |
| | **67.475** | **13.873** | **118.827** | **30.307** | **4.152** | **234.634** | **160.826** |

**26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas**

A Companhia possui empréstimos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 17. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

**26.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2021, foi negativo na Companhia em R$157.067 (R$75.263 negativo em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado foi negativo em R$130.928 (R$54.290 negativo em 31 de dezembro de 2020). O CCL negativo deve-se, principalmente, às amortizações previstas dos empréstimos e financiamentos da Companhia. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo e, se necessário, considera aportes de capital de sua controladora.

**26.2.3 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

**• Clientes**

A Companhia e suas controladas possuem uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associado a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

**• Caixa e Equivalentes de caixa e Cauções**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e suas controladas operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021 todas as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**26.2.4 Risco Operacional**

O risco operacional da Companhia e suas controladas tem relação com os eventuais danos que possam ser causados em seus bens, quando do arrendamento operacional e, no financeiro, durante o prazo do contrato. Essas possíveis avarias gerariam impactos financeiros para a Companhia e suas controladas. O risco de inadimplemento também é operacional uma vez que pode afetar o cumprimento do próprio contrato.

Para tanto, a Companhia e suas controladas, em seus contratos, apresentam cláusulas de garantias e/ou seguros cobrindo eventuais riscos operacionais, bem como multas compensatórias, além de contratação paralela de Operação e Manutenção pelo grupo EDP - Energias do Brasil.

Adicionalmente, a Administração da Companhia possui seguros de Responsabilidade Civil Geral contratados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil, com cobertura em caso de danos aos ativos.

**26.2.5 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

| | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/20 | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/20 |
|---|---|---|---|---|
| Total dos empréstimos | 152.766 | 145.723 | 152.766 | 145.723 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (2.132) | (343) | (16.474) | (1.796) |
| (-) Títulos e valores mobiliários | | (3) | | (3) |
| Dívida líquida | **150.634** | **145.377** | **136.292** | **143.924** |
| Total de Patrimônio Líquido | 124.092 | 93.123 | 124.092 | 93.123 |
| Total de capital | **274.726** | **238.500** | **260.384** | **237.047** |
| **Índice de alavancagem financeira - %** | 54,83% | 60,95% | 52,34% | 60,72% |

**27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**27.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

**Controladora**

| | Nota | Saldo em 31/12/2020 | Efeito caixa | Efeito não caixa: Variação monetária e cambial | Efeito não caixa: Ajuste a valor de mercado/ presente | Adições/ baixas | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Aumento (diminuição) de passivos financiamento** | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | | 145.723 | (657) | 364 | 308 | 7.228 | 152.766 |
| Arrendamentos e aluguéis | | 1.921 | (1.754) | | 324 | 3.800 | 4.291 |
| **Acionistas não controladores** | | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC | 11.1 | 68.100 | 186.100 | | | (68.100) | 186.100 |
| Capital social | 20.1 | 102.786 | 25.000 | | | 68.100 | 195.886 |
| **Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)** | | **318.530** | **208.489** | **364** | **632** | **11.028** | **539.043** |

**Controladora**

| | Saldo em 31/12/2019 | Efeito caixa | Efeito não caixa: Variação monetária e cambial | Efeito não caixa: Ajuste a valor de mercado/ presente | Adições/ baixas | Saldo em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **(Aumento) diminuição de ativos de financiamento** | | | | | | |
| Títulos a receber e empréstimos a receber | 15.923 | | | | (15.923) | - |
| | **15.923** | **-** | **-** | **-** | **(15.923)** | **-** |
| **Aumento (diminuição) de passivos financiamento** | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 156.582 | (15.342) | | | 4.483 | 145.723 |
| Arrendamentos e aluguéis | 477 | (413) | 247 | 162 | 1.448 | 1.921 |
| **Acionistas não controladores** | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC | 15.500 | 4.200 | | | 48.400 | 68.100 |
| Capital social | 83.086 | 68.100 | | | (48.400) | 102.786 |
| | **255.645** | **56.545** | **247** | **162** | **5.931** | **318.530** |
| **Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)** | **239.722** | **56.545** | **247** | **162** | **21.854** | **318.530** |

## NOTAS EXPLICATIVAS
## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Consolidado Saldo em 31/12/2020 | Efeito caixa | Efeito não caixa Variação monetária e cambial | Variação monetária e cambial | Adições/ baixas | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Aumento (diminuição) de passivos financiamento** | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 17 | 145.723 | (857) | 364 | 306 | 7.228 | 152.766 |
| Arrendamentos e aluguéis | 12.3 | 4.191 | (2.569) | | 873 | 5.367 | 7.862 |
| **Acionistas não controladores** | | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC | 11.1 | 68.100 | 186.100 | | | (68.100) | 186.100 |
| Capital social | 20.1 | 102.786 | 30.500 | | | 62.600 | 195.886 |
| | | **320.800** | **213.174** | **364** | **1.181** | **7.115** | **542.634** |

| | Consolidado Saldo em 31/12/2019 | Efeito caixa | Efeito não caixa Variação monetária e cambial | Adições/ baixas | Saldo em 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Aumento (diminuição) de passivos financiamento** | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 156.582 | (15.342) | | 4.483 | 145.723 |
| Arrendamentos e aluguéis | 2.441 | (1.014) | 403 | 1.961 | 3.791 |
| **Acionistas não controladores** | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC | 15.500 | 10.900 | | 41.700 | 68.100 |
| Capital social | 83.086 | 71.355 | | (51.655) | 102.786 |
| | **257.609** | **65.899** | **403** | **(3.511)** | **320.400** |

**27.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento o financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

| | Controladora 31/12/2021 | Controladora 31/12/2020 Reapresentado (*) | Consolidado 31/12/2021 | Consolidado 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Retenção contratual na aquisição de investimento | 34.466 | | 34.466 | |
| Aumento de capital com integralização de AFAC | 68.100 | 48.400 | 68.100 | 48.400 |
| Hedge de fluxos de caixa | 2.292 | 2.113 | 2.292 | 2.113 |
| Aumento de capital em subsidiária com integralização da AFAC | 17.200 | 18.250 | | |
| Constituição de arrendamentos e aluguéis no imobilizado | 3.800 | 1.448 | 3.800 | 1.961 |
| **Total** | **125.858** | **70.211** | **108.658** | **52.474** |

(*) Para adequada apresentação, estão reapresentados os montantes de Hegde de fluxo de caixa, Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC e Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado.

**28 Compromissos contratuais e Garantias**

**28.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

| Controladora | 31/12/2021 2022 | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 | A partir de 2027 | Total geral | 31/12/2020 Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Obrigações de compra** | | | | | | |
| Compra de Energia | 20 | 16 | | | 36 | |
| Materiais e serviços | 154.917 | 6.539 | 290 | 79 | 161.825 | 85.707 |
| Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos | 3.398 | 935 | | | 4.333 | 3.550 |
| | **158.335** | **7.490** | **290** | **79** | **166.194** | **89.257** |

| Consolidado | 31/12/2021 2022 | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 | A partir de 2027 | Total geral | 31/12/2020 Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Obrigações de compra** | | | | | | |
| Compra de Energia | 20 | 16 | | | 36 | |
| Materiais e serviços | 206.178 | 24.394 | 518 | 108 | 231.198 | 104.842 |
| Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos | 5.366 | 1.089 | | | 6.455 | 3.572 |
| | **211.564** | **25.499** | **518** | **108** | **237.689** | **108.414** |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo referem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

| Controladora | 31/12/2021 2022 | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 | A partir de 2027 | Total geral | 31/12/2020 Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Obrigações de compra** | | | | | | |
| Compra de Energia | 19 | 17 | | | 36 | |
| Materiais e serviços | 150.302 | 6.866 | 363 | 122 | 157.653 | 83.444 |
| Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos | 3.655 | 864 | | | 4.519 | 2.668 |
| | **153.976** | **7.747** | **363** | **122** | **162.208** | **86.112** |

| Consolidado | 31/12/2021 2022 | 2023 e 2024 | 2025 e 2026 | A partir de 2027 | Total geral | 31/12/2020 Total geral |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Obrigações de compra** | | | | | | |
| Compra de Energia | 19 | 17 | | | 36 | |
| Materiais e serviços | 200.035 | 25.907 | 645 | 166 | 226.753 | 102.488 |
| Juros Vincendos de empréstimos e financiamentos | 5.240 | 996 | | | 6.236 | 2.690 |
| | **205.294** | **26.920** | **645** | **166** | **233.025** | **105.178** |

**28.2 Garantias**

| Tipo de garantia | Modalidade | Consolidado Limite máximo garantido 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Executante construtor | Seguro garantia | 11.535 | 1.965 |
| Outros | Carta de crédito | 1.604 | |
| | | **13.139** | **1.965** |

Os valores em garantia de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17) e Provisões (Nota 19), estão demonstrados em suas respectivas notas.

**29 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

| | Controladora 31/12/2021 Valor em risco | Limite máximo de indenização | Controladora 31/12/2020 Valor em risco | Limite máximo de indenização | Consolidado 31/12/2021 Valor em risco | Limite máximo de indenização | Consolidado 31/12/2020 Valor em risco | Limite máximo de indenização |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Usinas | | | | | 78.501 | 30.000 | 11.895 | 11.895 |
| Prédios e conteúdos (próprios e terceiros) | 78.501 | 30.000 | 48.169 | 30.000 | 81.559 | 33.058 | 51.227 | 33.058 |
| Responsabilidade civil | | 8.000 | 8.000 | 8.000 | | 35.500 | 35.500 | 35.500 |
| Transportes (veículos) | 360 | 360 | 360 | 360 | 720 | 720 | 720 | 720 |
| Seguro de vida | 11.881 | (*) | 8.050 | (*) | 15.195 | (*) | 11.240 | (*) |
| Risco de engenharia | | | | | 42.481 | 42.481 | 42.481 | 42.481 |

(*) Na Companhia e controlada, o valor de indenização será de 21 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$ 1.452. Já na Controlada EDP Smart Soluções, para os colaboradores alocados nas filiais o valor de indenização será de R$20 até o cargo de gestor executivo e de R$100 para diretores.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R$ 6.000;

(ii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pela Companhia, com cobertura totalizando R$ 2.000;

(iii) Responsabilidade civil - Engenharia para projetos em andamento pelas Controladas, com cobertura totalizando R$10.000.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e suas controladas, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.190;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$247.595; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.611.

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Carlos Emanuel Baptista Andrade** – Diretor - Presidente

**André Luiz de Castro Pereira** – Diretor

**Nuno Motta Veiga Rebelo de Sousa** – Diretor

**André Luis Nunes de Mello Almeida** – Diretor

## CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**
Diretor de Contabilidade e
Gestão de Ativos (Corporativo)

**Renan Silva Sobral**
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**EDP Smart Serviços S.A.**
Serra - ES

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Smart Serviços S.A (nova denominação da "EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.") (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da EDP Smart Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG
**KPMG Auditores Independentes**
CRC SP014428/O-6

**Daniel A. da S. Fukumori**
Contador CRC 1SP245014/O-2